

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS DE MARÍLIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

FRIEDRICH MAIER

GRAMSCI ONLINE? Uma tradução gramsciana da cibersegurança

MARÍLIA
2019

FRIEDRICH MAIER

GRAMSCI ONLINE? Uma tradução gramsciana da cibersegurança

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” – UNESP, Campus de Marília, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Área de concentração: Relações Internacionais e Desenvolvimento

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos

MARÍLIA
2019

M217g Maier, Friedrich
GRAMSCI ONLINE? : Uma tradução gramsciana da
cibersegurança / Friedrich Maier. -- Marília, 2019
197 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
Orientador: Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos

1. Cibersegurança. 2. Ciberespaço. 3. Relações internacionais. 4.
Marxismo. 5. Antonio Gramsci. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de
Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

FRIEDRICH MAIER

GRAMSCI ONLINE? Uma tradução gramsciana da cibersegurança

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” – UNESP, Campus de Marília, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Linha de Pesquisa: Relações Internacionais e Desenvolvimento

BANCA EXAMINADORA

Orientador: _____

Prof. Dr. Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos (UNESP-FFC/Marília)

2º Examinador: _____

Prof. Dr. Leandro de Oliveira Galastri (UNESP-FFC/Marília)

3º Examinador: _____

Prof. Dr. Thiago Fernandes Franco (UFS)

Marília, 04 de outubro de 2019

*Pessoas que sempre estarão no mais profundo dos meus
pensamentos: este trabalho, de certa forma, é para vocês*

AGRADECIMENTOS

Agradecer é uma das tarefas mais enriquecedoras que conheço, pois agradecer significa reconhecer que não somos capazes de viver individualmente. Portanto, gostaria de reconhecer o apoio de todos que foram de alguma forma presentes nos anos que marcaram mais um trecho da minha trajetória acadêmica.

Agradeço à minha mãe, Silvia, à minha avó, Maria, ao meu irmão Christian, à minha irmã, Maria Clara, ao meu padasto, Jaime, ao meu avô, Valdevino, e à minha tia, Ana, carinhos sempre ligados a mim. Vocês foram essenciais no suporte desses anos de pesquisa, com muito amor e cuidado.

Agradeço aos meus amigos, Ana Paula, Anna Carolina, Felipe, Flávia, Laura, Maria Alice e Mariana. Vocês me ajudaram a aguentar os vários momentos de pressão, seja com o ouvido atencioso nos momentos de desabafo, seja com o companheirismo nos momentos de alegria.

Agradeço ao meu amigo e orientador, o professor Dr. Rodrigo Passos. Para além de um exemplo de pesquisador e inspiração de docente, uma pessoa ética, cuja influência em minha trajetória é um fator de alegria para mim. Nossos anos de trabalho em conjunto foram cruciais para o meu desenvolvimento intelectual e pessoal.

Agradeço aos professores Dr. Anderson Deo, Dr. Leandro Galastri e Dr. Thiago Franco pela revisão atenciosa deste trabalho, tanto no momento da qualificação, quanto no da defesa. Suas contribuições, dicas e correções foram muito importantes para aperfeiçoar este trabalho.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. No ano em que finalizo este texto, a CAPES e seu papel central na formação da ciência brasileira de qualidade sofrem covardes ataques de um (des)governo marcado pela intenção nefasta de destruição do pensamento crítico em solo nacional. Que a consciência de classe e a luta do povo trabalhador guie o povo brasileiro para dias melhores.

RESUMO

O estudo tem por objetivo fornecer elementos iniciais para uma tradução do debate internacional de cibersegurança a partir da teoria gramsciana. Os três capítulos fornecem aportes críticos que ponderam argumentos-chave evidenciados na literatura de cibersegurança a partir da pesquisa bibliográfica. No primeiro capítulo, utiliza-se a categoria de Estado para questionar a rígida cisão entre sociedade civil e sociedade política identificada no ciberespaço pela literatura especializada. No segundo capítulo, a categoria de classes e grupos subalternos evidencia a mobilidade das questões de cibersegurança, refletindo como a segurança de uns (redes governamentais e de empresas privadas) implica a insegurança de outros (classes e grupos subalternos), evidenciando o caráter estadocêntrico desse debate. O terceiro capítulo tem por objetivo explicitar a fragmentação internacional do ciberespaço a partir da categoria de desenvolvimento desigual e combinado – que evidencia as múltiplas temporalidades do desenvolvimento humano. Com isso, procura-se criticar como a segurança proposta desconsidera largamente essas questões, atuando a partir de uma perspectiva homogeneizadora do “mundo cibernético”.

Palavras-chave: Cibersegurança. Antonio Gramsci. Ciberespaço. Relações Internacionais. Internet. Marxismo.

ABSTRACT

The study draws on the Gramscian theory to provide initial elements for a translation of the international cybersecurity debate. The three chapters provide critical inputs that ponder key arguments highlighted in the cybersecurity literature. In the first chapter, the category of state is used to question the rigid split between civil society and political society identified in cyberspace by the specialized literature. In the second chapter, the category of subaltern classes and groups highlights the mobility of cybersecurity issues, reflecting how the security of some (government and private companies' networks) implies the insecurity of others (subaltern classes and groups), evidencing the state-centric character of the debate. The third chapter highlights the multiple temporalities of human development, understood through the category of uneven and combined development. This fragmentation is also manifested in cyberspace as international fragmentation, therefore, we present how the proposed security largely disregards these issues, acting through a homogenizing trend.

Keywords: Cybersecurity. Antonio Gramsci. Cyberspace. International Relations. Internet. Marxism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
A) Do Objeto de estudo	9
B) Do referencial teórico	12
C) Dos métodos de pesquisa adotados	16
D) Dos elementos para uma noção gramsciana de tradução	19
1. A CATEGORIA GRAMSCIANA DE ESTADO COMO FERRAMENTA CRÍTICA NO DEBATE DE CIBERSEGURANÇA.....	30
1.1. O nexos orgânico entre sociedade política e sociedade civil como determinação do Estado	31
1.1.1. O Estado moderno burguês: ponto de partida para um novo sentido de Estado.....	37
1.1.2. O Estado Educador.....	42
1.2. Ciberespaço como mais um espaço do Estado	56
1.3. Desfazendo o mito da relação Estado X Setor Empresarial de Tecnologia.....	65
1.3.1. O Estado SEMPRE esteve aqui.....	67
1.3.2. O Estado que preme, incita e solicita	74
1.3.3. Vigilância e Espionagem.....	78
2. AS CLASSES E OS GRUPOS SUBALTERNOS NO DEBATE DE CIBERSEGURANÇA	92
2.1. As classes e grupos subalternos em Gramsci.....	93
2.2. As classes e grupos subalternos no debate de cibersegurança.....	106
2.2.1. Sociedade política e sociedade civil, filtragem e vigilância.....	110
2.2.2. A segurança de uns implica a insegurança de outros	123
3. O CIBERESPAÇO COMO UM AMBIENTE DESIGUAL E COMBINADO DA REVOLUÇÃO PASSIVA NEOLIBERAL	132
3.1. Gramsci e a perspectiva internacional	134
3.2. Complementação teórica: a teoria do desenvolvimento desigual e combinado (DDC) no campo das Relações Internacionais	146
3.3. Retornando a Gramsci: a articulação entre desenvolvimento desigual e combinado e revolução passiva	159
3.4. A realidade fragmentária do ciberespaço.....	165
3.5. Sobre as “formas de estadismo” no ciberespaço	170
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	180
5. BIBLIOGRAFIA.....	183
6. SITES CONSULTADOS.....	194

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem por objetivo fornecer argumentos iniciais para uma tradução em termos gramscianos do debate centrado na chamada “cibersegurança”. Como veremos, o sentido de tradução adquire, dentro do corpus teórico desenvolvido por Antonio Gramsci, um significado mais complexo do que a mera transposição de um conceito ou elemento cultural para um contexto diverso daquele originário. Significa também um exercício de reflexão pautado numa concepção historicista do desenvolvimento humano que permite, consideradas as devidas adequações e limitações, associar categorias, noções e conceitos cunhados em determinados períodos históricos com problemas atuais, orientado pela prática revolucionária – a perspectiva na qual Gramsci *sempre* se posicionou.

Nesse sentido, dado o caráter marcadamente teórico da discussão que aqui realizamos, a introdução desdobrar-se-á numa série de elementos que consideramos cruciais para iniciar nossa discussão. Compreendemos como pertinentes os esclarecimentos sobre o objeto de estudo, o referencial teórico e os métodos de pesquisa adotados. Além disso, propomos, ao final desta seção, uma breve reflexão dos pontos principais que sustentam nossa noção de tradutibilidade dentro da obra gramsciana e dão ensejo aos capítulos que compõem o estudo.

A) Do Objeto de estudo

Nossa pesquisa tem por objetivo fornecer elementos para uma tradução da cibersegurança em termos gramscianos. Cabe, portanto, definir o que entendemos por “cibersegurança”. Para essa tarefa, elaboramos uma pequena digressão acerca do que entendemos por “ciberespaço” para, então, definir a “cibersegurança”.

Desde o começo do século XXI e, mais recentemente, desde a segunda década desse novo século, o termo ciberespaço apresentou notável popularização tanto em discussões acadêmicas, quanto em discussões midiáticas. Apesar disso, autores apontam uma série de questões a enfrentar na relação com esse novo objeto, como a inadequação de elementos dos panoramas teóricos cunhados no século XX aos problemas que envolvem o ciberespaço. No campo das Relações Internacionais, alguns apontam lacunas entre a teoria desenvolvida e a realidade do novo ambiente (ERIKSSON, GIACOMELLO, 2006; ACÁCIO, SOUZA, 2012; CHOUCRI, GOLDSMITH, 2012; KREMER, MÜLLER, 2014; BELOW, 2014).

Numa primeira aproximação, o termo ciberespaço faz referência a uma noção espacial abstrata que surge quando se pensa as “tecnologias de informação e comunicação” (TICs) como um todo, isto é, computadores, celulares e telefones, controladores industriais, televisores e rádios, satélites e cabos submarinos, etc., tomados em conjunto, formariam um “novo espaço” utilizável pelos seres humanos. Nesse sentido, o ciberespaço é compreendido como um “novo ambiente” de ação (assim como a terra, os mares e o ar) a ser utilizado estrategicamente como um elemento para alcançar determinados objetivos. O ciberespaço engloba, então, não somente a Internet (a rede global de computadores), mas também redes locais (intranets), sistemas de controle industriais, sistemas de tráfego aéreo, redes e servidores públicos e privados e mais uma infinidade de equipamentos que permitem a criação, o processamento e a transmissão de informação.

Dentro da literatura consultada, as definições de ciberespaço comungam com esses elementos básicos elencados. Há, é claro, a tendência a reforçar ou afirmar um ou outro aspecto distintivo do conceito. Assim, encontramos definições como a de Joseph S. Nye Jr (2010) cuja teorização aponta tanto para o aspecto híbrido do ciberespaço (composto por elementos infraestruturais físicos e superestruturais lógicos) quanto pela sua conectividade (o ambiente infraestrutural tem impactos no superestrutural e vice-versa) focando numa apropriação político-militar do novo ambiente.

Há outras posturas, como a de Mayans i Planells (2002) que sustentam a visão do ciberespaço como “espaço praticado”, associando-o com a leitura de Michel Certeau. Ou ainda abordagens que apostam numa segmentação do conceito a partir de um viés técnico, como Choucri (2012) que propõe uma mirada ao ciberespaço como composto por:

- (1) bases físicas e infraestruturas que permitem o “campo de jogo” cibernético, (2) os blocos de construção lógicos que suportam a plataforma física e permitem serviços, (3) o conteúdo de informação armazenado, transmitido ou transformado, e (4) os atores, entidades e usuários com interesses diversos que participam nessa arena em vários papéis (p. 8, trad. nossa)¹

O importante estudo realizado por Kuehl (2009), consultor especial do exército dos Estados Unidos da América (EUA), contém 19 definições de ciberespaço, terminando por corroborar uma própria: ambiente de ação cujo caractere distintivo é a criação, processamento e transmissão digital, eletrônica, da informação.

¹ Neste texto todas as citações mobilizadas em língua estrangeira serão traduzidas livremente, a fim de dirimir potenciais barreiras de leitura. Para manutenção do aspecto científico e preciso do texto, os respectivos originais aparecerão em *itálico* nas notas de rodapé. No original: (1) *the physical foundations and infrastructures that enable the cyber playing field*, (2) *the logical building blocks that support the physical platform and enable services*, (3) *the information content stored, transmitted, or transformed*, and (4) *the actors, entities and users with various interest who participate in this arena in various roles*.

Apesar de profícuos e ainda não finalizados, os debates acerca do significado do conceito de ciberespaço carregam uma dificuldade intrínseca, já mencionada: teorizar sobre um “espaço abstrato”, uma “noção” que emerge apenas quando tomamos as TICs em conjunto. Nesse sentido, cada definição tem elementos que corroboram com a discussão principal a ser desenvolvida, se militar, nota-se uma incorporação muito “mecânica” do ciberespaço ao lado dos outros ambientes de ação; se política ou antropológica (cibercultura) os elementos de “espaço praticado” tendem a ser mais característicos.

É por isso que, ao longo da pesquisa, abandonamos a tarefa de trabalhar uma definição própria e acabada de ciberespaço. Ao contrário, continuaremos a toma-lo como uma noção de espaço abstrato, cuja referência é a interconexão global e local das diversas máquinas eletrônicas comumente chamadas de TICs e operadas pelos seres humanos. Assim, evitamos o erro de reificação desse ambiente como algo fixo e rígido.

Cabe mencionar, ainda nesse ponto, que em muitas partes do estudo utilizamos a noção de ciberespaço em conjunto com o conceito de Internet. Aqui a Internet aparece como parte do ciberespaço e não como sinônimo do mesmo. Apesar disso, muitos dos exemplos e asserções acerca do ciberespaço referem-se a essa parte, elemento mais próximo do cotidiano e conhecido do “ambiente *cyber*”. Tentaremos, dentro do possível, manter a distinção entre os termos, a fim de evitar mal-entendidos.

Feitas as ressalvas, entendemos que a noção de ciberespaço é um elemento central para pensar o debate de cibersegurança. Há um reforço conceitual entre os dois elementos. É somente quando se pensa as TICs gerando um “mundo cibernético” que se pode pensar nos “riscos” desse novo mundo e, assim, nas medidas necessárias para torna-lo “mais seguro”.

Chegamos, assim, ao que entendemos, preliminarmente, por cibersegurança: o amplo debate – intensificado a partir dos anos 2000 – sobre mecanismos, políticas, regulamentações internacionais e tecnologias capazes de ampliar as precauções de segurança contra a utilização “mal-intencionada” (roubo, estelionato, sabotagem, espionagem, etc.) do ciberespaço, isto é, a utilização “mal-intencionada” das TICs. Esse debate ocorre tanto ao nível nacional, quanto ao nível internacional, entre os mais diversos “atores”: governos, agências estatais, empresas de tecnologia, organizações internacionais dentro e fora do sistema das Nações Unidas, grupos de ativismo e organizações não governamentais. Esse debate acaba por influenciar ferramentas práticas, utilizadas por diversos atores sob justificativas de “segurança”.

Sendo assim, nosso objeto de estudo não se refere especificamente aos termos desse debate, nem aos seus procedimentos. Tomamos o debate “como um todo”, isto é, como um

elemento múltiplo e incoerente e que, mesmo nessa multiplicidade e incoerência, contém em si um determinado *sentido*, uma orientação que baseia as premissas centrais da “segurança” proposta. Esse sentido só pode ser percebido se a interpretação desse debate é múltipla e não unívoca, o que demanda uma posição que vá além dos aspectos evidentemente políticos do mesmo, uma interpretação que procura ressaltar outros pontos, outros nexos, que não aqueles oficialmente apresentados, ou mecanicamente atribuíveis.

Nesta pesquisa, por motivos de recorte, tomamos o debate de cibersegurança como um todo em sua dimensão internacional. Isso não significa uma desconsideração do importante papel nacional (o que estaria em oposição ao próprio pensamento gramsciano), mas apenas numa argumentação que leva em conta mais fatos internacionais, que nacionais. Entendemos, junto com Gramsci, que dentro do sistema capitalista contemporâneo as questões são sempre internacionais, necessitando, todavia, das mediações nacionais.

Em síntese, o objeto de estudo desta pesquisa é o debate, a nível internacional, da chamada cibersegurança. Nesse debate identificamos alguns elementos que podem ser avaliados por uma perspectiva diversa daquela que é majoritariamente tomada, calcada nas tradições liberal e realista. Dentre esses elementos, destacamos: a) a rigidez na separação entre as esferas da sociedade civil e da sociedade política dentro do ciberespaço; b) o estadocentrismo, que marca a ausência do referencial das classes e dos grupos subalternos nas preocupações de cibersegurança e, por fim; c) uma visão homogênea, unívoca, da segurança, que desconsidera a realidade fragmentária, desigual e combinada, da totalidade capitalista e, conseqüentemente, do ciberespaço. Ao longo dos três capítulos que compõem esta dissertação trabalharemos nesses três pontos levantados, procurando um contraponto por meio da tradução em termos gramscianos.

B) Do referencial teórico

Antes mesmo da popularização do conceito de “ciberespaço”, encontramos ampla literatura cujas reflexões centram nos impactos que as novas tecnologias de informação e comunicação trariam para a sociedade contemporânea. Em livros clássicos do primeiro período de popularização da Internet (décadas de 1980 e 1990) nota-se uma forte retórica “apologética”, isto é, reflexões cujas conclusões apontavam para os efeitos benéficos que tais tecnologias trariam na solução dos maiores problemas da humanidade.

Ao lado dessa literatura “apologética”, recuperamos a partir dos estudos de Fuchs (2009a, 2009b, 2012) uma série de esforços que remontam dessa mesma época numa apreciação crítica das novas tecnologias, ressaltando sua clara conexão com o capitalismo global. Esse campo de estudos foi denominado por Fuchs, mais tarde, como Economia Política da Internet e possui uma abundância de reflexões que remontam à tradição crítica marxiana e marxista.

Todavia, durante a pesquisa exploratória identificamos mesmo nessa literatura a pouca incidência das reflexões desenvolvidas pelo militante italiano Antonio Gramsci. Tal fato gerou certo espanto dado que dentre os “clássicos do marxismo”, talvez Gramsci seja aquele que deu mais atenção à esfera do “pré-intencional”, isto é, aos elementos condicionantes da subjetividade e, conseqüentemente, daquilo que o sardo chamava de “vontade coletiva” (LIGUORI, 2007). Pontos cruciais, a nosso ver, no tratamento crítico das TICs e do ciberespaço.

Isso porque as TICs possuem impactos tanto ao nível “estrutural” quanto ao nível “superestrutural” – as duas metáforas utilizadas por Marx para compreender a dialética do desenvolvimento humano como um todo (SILVA, 2012). Se, de um lado, a Internet e o ciberespaço são elementos centrais no processo de reestruturação das relações sociais de produção capitalista iniciados na década de 1970 e intensificado nos anos 1980 e 1990, doutro lado observamos – ainda em estágios iniciais – o impacto de tais tecnologias na esfera subjetiva, seja da formação individual humana (as infindáveis horas que uma parte considerável da população passa em frente aos computadores, televisores e celulares), seja no senso comum (cujo elemento contemporâneo mais representativo são as *fake news*).

O ciberespaço possui impactos tanto objetivos, quanto subjetivos. É ponta de lança de um processo profundo de reorganização produtiva e, ao mesmo tempo, elemento com impacto cada vez maior nas mentes humanas. Tais considerações por si só já seriam suficientes para cotejá-lo com a obra de Antonio Gramsci, marcada – como veremos – justamente por uma interpretação radical e rica de determinações da dialética entre estrutura e superestrutura, que culmina como veremos no segundo capítulo na chamada “análise de relações de força”.

Para além dessa aproximação, cabe destacar a preocupação desse autor com os elementos de cultura, também muito presentes em sua obra. Isso não indica que propomos aqui um “Gramsci culturalista”, pelo contrário, corroboramos justamente com a inovação gramsciana: fornecer materialidade para a dimensão ideológica, isto é, apontar para os

elementos de organização material da hegemonia dirigente sem desconectá-los de uma teoria geral da revolução. Gramsci vivenciou a expansão cultural do Estado em seu tempo e a organização extrema dos nacionalismos que culminariam nos horrores da Segunda Guerra Mundial. Diante desse contexto, procurou alternativas para o movimento proletário.

Todavia, é igualmente claro, que o tempo de hoje não é exatamente igual ao tempo de Gramsci. As novas tecnologias ampliaram a complexidade do sistema de acumulação capitalista, pautado na produção e consumo de massa de mercadorias e na proeminência do capital financeiro, isto é, a fusão entre capital industrial e capital bancário. Proliferaram-se novos aparelhos privados de hegemonia, *online* e *off-line*, cujos impactos nas diversas dimensões da vida social ainda precisam de compreensão. Justamente por isso, cotejar um objeto de estudo diverso do ambiente do sardo pode oferecer riscos interpretativos. Não se propõe aqui uma aplicação mecânica do texto gramsciano ao debate da cibersegurança, muito menos uma transposição automática de suas categorias para o ambiente cibernético. Pelo contrário, procura-se, no próprio Gramsci, uma reflexão sobre o conceito de *tradução*, ferramenta de atualização teórica crucial em sua obra². Porém, para atingir tal objetivo, faz-se necessário, antes, ponderar sobre o próprio Gramsci, a natureza e o caráter de seus escritos e ideias.

Em primeiro lugar, deve-se destacar a fragmentação de suas obras. Gramsci nunca chegou a escrever um livro. Os registros disponíveis de seu pensamento consistem, de um lado, nos escritos jornalísticos (GRAMSCI, 2004), centenas de páginas escritas para “perecer no fim do dia” que representam tanto o percurso de seu desenvolvimento intelectual – cisão com o pensamento “tendencialmente croceano” e aprofundamento na tradição marxista – quanto político – passagem de estudante-militante para chefe do Partido Comunista Italiano (PCd’I, em italiano).

Após a prisão fascista, em abril de 1926, o pensamento gramsciano desdobrou-se em duas grandiosas obras inacabadas: seu mecanismo de comunicação, reelaboração conceitual, diálogo e confissão, as *Lettere del Carcere* (Cartas do Cárcere) (GRAMSCI, 1978), e sua pesquisa, plasmada em vinte e nove brochuras escolares repletas de asserções, proposições e correções, os *Quaderni del Carcere* (Cadernos do Cárcere) (GRAMSCI, 1975). Nesses dois suportes o sardo elaborou uma profunda reflexão sobre uma miríade de temas que iam desde o papel e a função dos intelectuais italianos até as concepções de guerra de movimento e guerra de posição.

² Que será especificada no ponto “D” desta introdução.

Nesse sentido, a própria reconstrução do pensamento gramsciano impõe dificuldades metodológicas ao pesquisador. Dado o caráter inacabado e assistemático de sua obra, a reconstrução de seu ritmo de pensamento é mais importante do que a utilização de citações avulsas – incapazes de demonstrar os momentos de elaboração e reelaboração de suas categorias. Para além disso, na leitura de intérpretes há um redobrado cuidado com o “forçar” do texto, isto é, há leituras que procuram enquadrar o vivo e rico pensamento gramsciano ora em tendências liberais ou culturalistas, ora num rígido *continuum* Marx-Lênin-Stalin-Gramsci. Corroboramos que “[e]ssa redução de Gramsci a outra(s) matriz(es) de ‘verdade’, conduziu à negação da sua originalidade teórica” (DIAS, 1996, p. 106)³.

Desse modo, reconhecer a originalidade teórica de Gramsci demanda uma valorização de sua trajetória intelectual. Momentos como os estudos em Letras e Linguística em Turim, a participação nos jornais *El Grido del Popolo*, *Avanti!* e *L’Ordine Nuovo*, as novas reflexões que emergiram com a Revolução Russa de 1917, sua participação ativa durante o *Biennio Rosso* (1919-1920)⁴, os inúmeros debates e congressos que culminariam na fundação do PCd’I em 1921, sua própria participação junto ao partido, primeiro como corrente minoritária, depois como líder e deputado...

Mais além, deve-se pensar no próprio contexto histórico da vida de Gramsci, as primeiras décadas do século XX. O contexto político, marcado pela emergência dos nacionalismos, depois a Primeira Guerra Mundial, a alçada ao poder dos partidos fascistas na Itália e, depois, na Alemanha, a crise de 1929... No ambiente teórico, a luta, em várias frentes, contra as leituras economicistas, deterministas e mecanicistas do materialismo histórico, contra as revisões de caráter idealista e materialista vulgar. Ao mesmo tempo, o combate com a sociologia positivista e com o positivismo e o biologismo em geral. Soma-se a isso as rápidas inovações promovidas pelo fordismo nos EUA, elemento de grande interesse para nosso autor, cuja racionalização, *taylorização* do mundo, apresentava seus primeiros sinais.

A trajetória pessoal de Gramsci mescla-se com a trajetória da civilização ocidental no começo do século XX. Todos esses acontecimentos são acompanhados desde a Itália e sua aguda divisão territorial, social, cultural, política e econômica. No país, o Norte exercia um regime de um “colonialismo prático” com o Sul. Sardo, Gramsci sofreu, como muitos de sua época, o impacto da migração para o Norte: o panorama cultural árido e tradicional do

³ Muito se publicou sobre essa questão, dentre as obras consultadas, conferir: Dias (1996, pp. 106-122; 2012, pp. 83-95), Liguori (2007, pp. 184-202), Morton (2007a, p. 80).

⁴ Para uma breve contextualização do período do *Biennio Rosso* verificar o “Anexo Histórico” sobre a luta de classes italiana do período em Dias (2000, pp. 243-275).

Mezzogiorno transformava-se na abundância de Turim, com seus jornais, clubes e associações, universidades e partidos políticos (FIORI, 1976; DE MAURO, 2010).

A compreensão dessa multiplicidade de influências na trajetória de Gramsci pode ser ilustrada quando se toma, por exemplo, a categoria de “hegemonia”. Central à obra gramsciana, a hegemonia não é nem uma derivação unívoca do leninismo (como por muito se falou) e muito menos uma concepção extraída diretamente da linguística, como afirmou Lo Piparo (2010) em relação ao conceito de “irradiação de prestígio”. De outro modo, o estudo cuidadoso aponta como tanto a influência do leninismo, quanto os estudos de Gramsci sobre linguística contribuíram, em conjunto com sua prática jornalística e revolucionária (nos Conselhos de Fábrica, quando do *Biennio Rosso* 1919-1920), para sedimentar, ao longo dos anos, a noção de hegemonia, presente desde 1919 em textos jornalísticos (DIAS, 2000) e que terá seu completo desenvolvimento e trará suas mais profundas consequências teórico-práticas no momento do cárcere.

Tais considerações não devem servir para flexibilizar ao máximo as origens do pensamento de Gramsci. Alguns pontos são claros e passíveis de demarcação. O primeiro deles, muito combatido pelas tendências culturalistas e liberais, é a clara associação de Gramsci aos pressupostos do materialismo-histórico dialético. Isto é, o terreno de Gramsci – como demonstraremos ao longo deste estudo – é marcadamente marxista.

A tarefa de compreensão dessas sobreposições históricas – pessoal, política, conjuntural, intelectual – exige uma atenção especial às questões de método. A próxima seção centra-se nesse aspecto. Ao explicar nosso caminho para “entender” aquilo que Gramsci diz, voltaremos a alguns dos pontos elencados acima.

C) Dos métodos de pesquisa adotados

Em primeiro lugar, diante da extensão dos textos deixados por Gramsci, devemos informar que procedemos, com o objetivo de executar esta pesquisa no tempo determinado, um recorte dentro da própria obra gramsciana. Dessa forma, optou-se por centrar os esforços interpretativos nos *Cadernos do Cárcere* (GRAMSCI, 1975), compreendendo-os como suporte *principal* (porém não único) da teorização madura do nosso autor.

Isso implicou, nesse estágio da pesquisa, considerar os diversos escritos jornalísticos (GRAMSCI, 2004) e as *Cartas do Cárcere* (GRAMSCI, 1978) como elementos auxiliares na compreensão das categorias desenvolvidas por Gramsci nos cadernos. Isto é, longe de

desconsiderá-los, posicionamos esses escritos como cruciais na tarefa de especificar o(s) significado(s) das diversas categorias propostas pelo comunista sardo, pautando a argumentação principalmente nas notas dos *Quaderni*.

Nesse sentido, assume importância considerar as diferentes edições pelas quais passaram os escritos carcerários. Compreendemos que tais edições, para além de divulgar o pensamento do autor, significaram também formas de “conduzir” suas ideias. As “edições temáticas”, como ficaram conhecidas as coleções que compilavam as notas do texto gramsciano em versões fechadas a partir de afinidades temáticas e indicações do próprio Gramsci, representam para nós já uma primeira “interpretação”. A decisão de ocultar ou deslocar determinada nota para um ou outro volume da coleção tinha consequências práticas claras em conformar o pensamento em determinadas direções e tradições.

Ganha grande importância, portanto, a publicação em 1975 da *Edição Crítica dos Cadernos do Cárcere* (GRAMSCI, 1975) que compreende a totalidade dos cadernos e das notas escritas por Gramsci na prisão⁵ – descartados os cadernos de tradução⁶. Em 1984, a tarefa de datação dos cadernos, iniciada de maneira mais geral já na edição crítica, recebe a valiosa e paciente contribuição de Francioni (1984) que estabeleceu datação não apenas para os cadernos, mas para a maioria de suas notas. Mais recentemente, a preparação de uma Edição Nacional de toda a obra textual do sardo (2007 - presente) implicou algumas alterações no trabalho desempenhado por Francioni, procurando especificar ainda mais a datação dos parágrafos, como nos informa Cospito (2016).

Munidos da edição crítica e da datação dos parágrafos mais precisa atualmente (COSPITO, 2016) buscamos a compreensão do contexto histórico, intelectual e político do nosso autor. Para superar essa dificuldade dentro do prazo de execução da pesquisa, recorreremos a diversos estudiosos da obra gramsciana. Livros como *Gramsci e a Revolução Russa* (2017), *Gramsci e seus contemporâneos* (2016), *Gramsci em Turim* (2000) e *A vida de*

⁵ Os parágrafos dos *Quaderni* são divididos na edição crítica em textos de primeira redação (A), textos de redação única (B) e textos de segunda redação (C) – isto é, a transcrição dos textos A nos chamados “cadernos especiais” com ou sem alterações. É justamente no estudo das alterações promovidas na passagem de um texto A para um texto C que se encontra um dos métodos de investigação filológica mais importantes no tratamento dos escritos carcerários de Gramsci. Neste trabalho as citações ao texto gramsciano utilizarão sempre a referência ao texto completo (GRAMSCI, 1975) indicando, além da página, também o caderno (Q) e o parágrafo (§), como comumente ocorre em estudos gramscianos. Sobre as traduções, aproveitaremos sempre que disponível a versão brasileira do texto, que contém os textos B e C (GRAMSCI, 1999, 2001, 2002a, 2002b, 2007a, 2007b), os trechos que não constam nessa edição (textos A) serão traduzidos livremente com os respectivos originais em *italico* nas notas de rodapé.

⁶ A ausência dos cadernos de tradução talvez seja a maior falha da Edição Crítica, pois impediu maior atenção e reflexão sobre a própria categoria de *tradução* (ou *tradutibilidade*). Essa lacuna será preenchida com a Edição Nacional, ainda em edição.

Gramsci (1976), auxiliaram na construção de uma visão básica do panorama histórico e intelectual do nosso autor.

Já no que se refere ao debate da cibersegurança, buscamos nossos referenciais a partir de ampla pesquisa bibliográfica realizada tanto em bibliotecas, quanto em plataformas de pesquisa online. Dado o caráter mais ou menos recente desse debate, o leitor observará a menção a um número muito maior de artigos e relatórios de estudos do que a livros completos.

Apesar disso, duas menções são importantes. Nossa argumentação deve muito aos esforços de Greenwald (2014), pioneiro na divulgação do programa de espionagem internacional perpetrado pelo governo dos Estados Unidos da América (EUA) e denunciado pelo ex-funcionário de inteligência, e hoje perseguido político, Edward Snowden. Ressaltamos também o grande trabalho promovido por Segal (2016) de compilar e dar uma linha de raciocínio – mesmo que pautada numa perspectiva realista das Relações Internacionais, como veremos – a dezenas de ataques e operações cibernéticas, encontros e cúpulas ministeriais, bem como discursos, depoimentos e notícias relacionados ao debate de cibersegurança.

Além disso, mais uma importante ressalva é necessária. Nossa argumentação no tratamento do ciberespaço percorre uma literatura que não está associada à tradição de pensamento marxista. Como sabemos, o marxismo não é proeminente dentro do campo de estudos das Relações Internacionais. Seguindo Halliday (2007, pp. 61-64) esse fator deriva tanto do histórico de desenvolvimento da disciplina, centrado nas Academias britânicas e estadunidenses, locais cuja penetração do materialismo histórico sempre foi difícil (e dificultada), quanto de vulgarizações teóricas, cometidas por alguns autores, no tratamento do internacional a partir da tradição fundada por Marx e Engels.

Com elementos semelhantes, encontramos a mesma dificuldade no debate sobre cibersegurança. A maior parte dos textos consultados derivam da tradição liberal ou realista das Relações Internacionais, com exemplificações de cariz estadocêntrico, cujas referências são os Estados, governos e agências governamentais, além das Organizações Internacionais e empresas de tecnologia. Essa observação é pertinente, principalmente, para ponderar o caminho percorrido na seção 1.3 e em suas três subseções. O leitor perceberá uma argumentação calcada em exemplos extraídos majoritariamente de textos oficiais, declarações de agentes governamentais e relatórios de empresas digitais.

Tentaremos, na medida do possível, minimizar essa discrepância de análise, trazendo para o primeiro plano como esses exemplos dialogariam com o referencial marxista, isto é, as classes sociais. Todo caso, se no primeiro capítulo o viés da discussão pode parecer estadocêntrico, dada a opção de trabalhar, em primeiro lugar, uma concepção alternativa de Estado e como ela alterar a percepção de elementos centrais do debate de cibersegurança, a relação entre sociedade civil e sociedade política, o leitor encontrará no capítulo dois um viés que tratará dessa temática essencialmente pela perspectiva das classes e dos grupos subalternos. Proposta condizente com a teoria gramsciana e com a tradição fundada por Marx e Engels.

D) Dos elementos para uma noção gramsciana de tradução

O presente estudo tem por objetivo principal perscrutar uma tradução gramsciana de alguns pontos do debate de cibersegurança. Como mencionamos no início desta introdução, a categoria de *tradução* assume em Gramsci uma riqueza que extrapola o significado mais corriqueiro do termo. Esta seção traz esse enfoque. Compreendida como marco Metodológico central para a pesquisa desenvolvida, trabalharemos a categoria nos próximos parágrafos a partir tanto do texto gramsciano, quanto dos novos estudos que, ao lançar luz sobre a temática, evidenciam elementos importantes na (re)construção do “marxismo aberto” de Gramsci (BOOTHMAN, 2010, p. 130)

Em primeiro lugar, a categoria de tradução enseja uma revalorização da influência da linguística dentro da teorização gramsciana. Isso implica reconhecer a importância que as ideias de linguistas como Ascoli, Gilliéron, Meillet e Bartoli tiveram (ROSIELLO, 2010, p. 38). Elementos como o desenvolvimento da aguda percepção da história, plasmada na noção de *historicismo absoluto* (BORGHESE, 2010, p. 136), ou da profunda relação entre linguagem e cultura, encontram parte de suas raízes nos estudos desenvolvidos por Gramsci junto à Universidade de Turim, no curso de Letras e Filologia.

Contudo, essa revalorização não pode ocorrer em conjunto com uma desvalorização das outras influências. Referimo-nos aqui à polêmica tese promovida por Lo Piparo (2010) de que seria a linguística – e não o marxismo – o elemento basilar das concepções do sardo. Essa postura, para além de elidir a complexidade do pensamento em tela, baseia-se em premissas insustentáveis, contrárias tanto ao legado biográfico (FIORI, 1976), quanto ao legado teórico do nosso autor (GRAMSCI, 1975).

Sobre o último ponto, como demonstra Rosiello, ainda no curso de Filologia, em 1918, o jovem sardo afirmaria a vontade de estudar, no trabalho final de graduação, a história da linguagem, “tentando aplicar os métodos críticos do materialismo histórico” (ROSIELLO, 2010, p. 29)⁷. Observa-se, portanto, como desde a sua juventude o pensamento marxista, mesmo que a partir de uma leitura “tendencialmente croceana” (isto é, idealista), configura elemento importante em sua avaliação da realidade.

A visão gramsciana da língua e das linguagens constrói-se a partir de uma aguda conexão com os temas culturais e, principalmente, com a processualidade histórica. Isto é, desde a juventude sustenta a ideia de profunda conexão entre os movimentos históricos de formação e consolidação de classes dirigentes com a formação e consolidação de “línguas nacionais” (ROSIELLO, 2010, p. 33).

Um dos maiores exemplos, destacado por diversos intérpretes, é a polêmica que Gramsci, ainda jovem, encerra com o caso do esperanto. O posicionamento contrário ao desenvolvimento de iniciativas de línguas universais, construídas a partir de abstrações científicas, aponta para a incoerência dessas com o próprio desenvolvimento histórico da humanidade. Isso porque é impossível desconectar uma língua, a forma mais basilar de interpretação e apreensão da realidade, da própria história da formação dos povos que formaram essa língua. História e linguística interpenetram-se numa avaliação marxista dos problemas linguísticos. Nosso autor, com isso, não pretendeu uma nova ciência linguística, mas uma incorporação desses problemas ao panorama maior do materialismo histórico.

Essa incorporação é potente. Traz para dentro do desenvolvimento prático-teórico do marxismo de Gramsci uma série de questões cruciais para o período revolucionário. Abre-se o caminho para a teorização e intervenção na esfera subjetiva sem, com isso, gerar uma capitulação ao idealismo, à fenomenologia. Isso porque a conexão entre a formação de uma determinada língua nacional, num determinado período histórico, associa-se, numa multiplicidade de nexos, com a própria luta de classes, com a afirmação de uma classe dirigente, a formação de um determinado Estado e a irradiação de uma forma comunicativa oficial: a língua nacional.

Especificado o pano de fundo do qual Gramsci inicia sua teorização, voltamo-nos para os elementos da categoria em tela. O histórico brevemente elencado, em conjunto com as reflexões que surgiram do encontro entre a linguística e o marxismo, ensejou uma compreensão mais complexa do termo “tradução”. Encontramos em textos jornalísticos da

⁷ No original: *trying to apply the critical methods of historical materialism even to this research.*

juventude exemplos iniciais para essa afirmação. Em 1919, ainda sob os efeitos da revolução no Oriente, Gramsci afirma que os líderes bolcheviques souberam, quando da sua revolução em 1917, “traduzi[r] na realidade experimental a fórmula marxista da ditadura do proletariado” (GRAMSCI, 1982 *apud* DEL ROIO, 2017, p. 115). Em outro texto avaliava que os conselhos de fábrica, organizações mobilizadoras do *Biennio Rosso* italiano, eram a “tradução” para a realidade italiana dos conselhos russos, os *soviets* (DEL ROIO, 2017, pp. 115-6).

São dois exemplos importantes. No primeiro caso, a tradução ocorre entre a prática política e a linguagem teórica. Desde *La rivoluzione contro il Capitale* (GRAMSCI, 2007 [1917]) Gramsci manifesta uma opinião polêmica sobre os desdobramentos na Rússia: os bolcheviques aplicaram *de facto* a teorização marxiana, atuando sobre a realidade mesmo que, nesse agir, algumas de suas ações não estivessem respaldadas nas obras legadas pelo alemão. Cabe lembrar, nessa época, socialistas reformistas russos viam na revolução bolchevique um erro de percepção, apoiando a necessidade de uma estratégia etapista, de construção do capitalismo russo, para posterior transição ao socialismo. Nesse sentido, os bolcheviques em seu agir prático souberam traduzir as fórmulas teóricas de Marx com uma aguda análise da realidade, forçaram o movimento histórico no sentido desejado (DIAS, 2017, p. 66-67).

O segundo exemplo é um pouco diverso. Nele a tradução aparece entre dois elementos práticos, a organização do poder popular a partir de dois contextos diferentes, o soviete russo e o conselho de fábrica italiano. A categoria intui a necessidade de adaptação da ação revolucionária aos contextos histórico-nacionais. Esse é um elemento importantíssimo da teorização gramsciana que, como veremos, nunca elide o sentido internacional e, ao mesmo tempo, preconiza a necessidade, inextirpável, dos diversos momentos nacionais.

Nos exemplos elencados notamos a sinalização da categoria que, entretanto, ainda não se desenvolve plenamente, nem extrai de si todas as suas possibilidades. Nesse momento, é a própria experiência de vida de Gramsci, marcada por um incrível suceder-se de traduções⁸,

⁸ Essa ideia nos foi apresentada por De Mauro (2010, p. 53): “Se olharmos para todas essas experiências em conjunto e, além disso, se pensarmos em Gramsci em Viena ou Moscou, poderemos ver que são todas experiências de ‘tradução’: tradução do dialeto para um mundo urbano multilíngue e - especialmente - vice-versa; tradução da linguagem [*linguaggio*] de políticos e intelectuais ideológicos em escrita jornalística clara; tradução de experiências aprendidas e exigências de trabalhadores (que eram camaradas) em diretrizes políticas gerais; e mais tarde, a tradução da cultura intelectual italiana - de Maquiavel a Ascoli e Croce - para a linguagem europeia da filosofia da práxis e a retradução dessa última em termos que são italianos não só fonologicamente, mas também cultural e semanticamente; tradução do próprio Gramsci do mundo da cultura humanista, idealisticamente orientada, repleta de espiritualismo e anticientificismo para o mundo da cultura (mesmo idealista internacional), das técnicas, das ciências naturais - um mundo que ele entendeu e que, novamente, retraduziu, libertando-o de qualquer resíduo cientificista, de qualquer idolatria litoriana dos instrumentos técnicos. Antes de atuar como teórico, o próprio “Antonio, o corcunda” viveu esses conflitos linguísticos e a experiência

que dá tom às suas percepções. É na prisão, no momento de reflexão profunda, que nosso autor a desenvolverá com maior riqueza. Apesar de não ser abundante, a “tradução” aparece em muitos cadernos (explícita ou implicitamente), tanto nos miscelâneos (1, 2, 3, 4, 5, 7, 8), quanto em cadernos especiais (10, 11).

Já no primeiro caderno Gramsci demonstra como Giuseppe Ferrari, figura importante do Partido da Ação no Risorgimento italiano, era incapaz de aplicar políticas agrárias coerentes com a situação italiana. Ao invés disso, reservava-se a promover “esquemas franceses”. Em sua avaliação, Gramsci afirma que “Ferrari não soube traduzir o francês em italiano” (GRAMSCI, 1975, Q1§44, p. 44). O conceito de tradução, nessa passagem, carrega a necessidade da formulação política em acordo com os elementos culturais, nacionais. Assim, Ferrari tinha-se “afrancesado” demais, isto é, tinha sua percepção política orientada pela realidade francesa e não italiana. Nesse ponto, destaca-se a pertinência do conceito de tradução: essa falha aponta para incapacidade de ser um político no sentido de “realizador efetivo e atual” (GRAMSCI, 1975, Q1§44, p. 44).

A importância política da tradução, como elemento de conversão entre a linguagem teórica e prática, adaptada às condições históricas da ação política, reaparece num importante parágrafo do caderno três. Nele, Gramsci comenta sobre a espontaneidade dos movimentos populares. Suas afirmações contrastam com as avaliações intelectualistas do “espontaneísmo das massas”, isto é, a corriqueira visão de que os movimentos originados genuinamente das classes populares carecem de direção política, teórica e estratégica e, por esse motivo, não são elementos satisfatórios para a revolução. Aqui o autor tem em mente o movimento do *Biennio Rosso* italiano. Ao invés de ausência, aponta para uma multiplicidade de elementos de direção consciente, sem que um deles se torne predominante – uma característica da desagregação social das classes subalternas.

de superá-los.” No original: *If we look at all these experiences together, and, furthermore, if we think of Gramsci in Vienna or in Moscow, we can see that they are all experiences of “translation”: translation from dialect into a multilingual urban world and—especially—vice versa; translation from the language [linguaggio] of politicians and ideological intellectuals into clear journalistic writing; translation of learned experiences and exigencies of workers (who were comrades) into general political guidelines; and later, translation of intellectual Italian culture—from Machiavelli to Ascoli to Croce—into the European language of the philosophy of praxis and retranslation of the latter into terms that are Italian not only phono-morphologically but also culturally and semantically; translation of Gramsci himself from the world of humanistic, idealistically orientated culture fraught with spiritualism and anti-scientism into the world of (even idealistic international) culture, of techniques, of natural sciences—a world that he understood and that, again, he retranslated, freeing it from any scientific residue, from any Lorian idolatry of technical instruments. Before acting as a theoretician, “Antonio the Hunchback” himself lived through these linguistic conflicts and the experience of overcoming them.*

Assim, no caso do *Biennio*, “[e]ste elemento de ‘espontaneidade’ não foi negligenciado, menos ainda desprezado: foi *educado*, orientado, purificado de tudo o que de estranho poderia afetá-lo, para torná-lo homogêneo em relação à teoria moderna, mas de modo vivo, historicamente eficiente” (GRAMSCI, 1975, Q3§48, p. 330; 2007a, p. 196). Aqui há uma clara defesa da ação política desempenhada por Gramsci e alguns companheiros na atuação conjunta aos conselhos de fábrica turineses. Desse importante momento histórico, de aguda luta de classes na Itália, nosso autor extrai uma reflexão importantíssima sobre a filosofia da práxis e a tradução:

Apresenta-se uma questão teórica fundamental a este propósito: **a teoria moderna pode estar em oposição aos sentimentos ‘espontâneos’ das massas?** [...] Não pode estar em oposição: entre eles há diferença ‘quantitativa’, de grau, não de qualidade: **deve ser possível uma ‘conversão’, por assim dizer, uma passagem da teoria para os sentimentos e vice-versa.** (Recordar que Immanuel Kant considerava que suas teorias estavam de acordo com o senso comum; a mesma posição pode ser verificada em Croce: recordar a afirmação de Marx na *Sagrada Família* de que as fórmulas da política francesa da Revolução se traduzem nos princípios da filosofia clássica alemã) (GRAMSCI, 1975, Q3§48, pp. 330-1; 2007a, p. 197, negrito nosso).

A concepção histórico-política escolástica e acadêmica: só é real e valioso aquele movimento que é cem por cento consciente e que, mais ainda, é determinado por um plano minuciosamente traçado com antecedência ou corresponde (o que é a mesma coisa) à teoria abstrata. **Mas a realidade é rica das mais bizarras combinações e é o teórico que, nesta bizarria, deve rastrear a comprovação de sua teoria, ‘traduzir’ em linguagem teórica os elementos da vida histórica** e não, inversamente, a realidade apresentar-se segundo o esquema abstrato. Isto não acontecerá jamais e, portanto, esta concepção é apenas uma expressão de passividade (GRAMSCI, 1975, Q3§48, p. 332; 2007a, p. 198, negrito nosso).

A tradução aparece como elemento crucial na mobilização prática do saber teórico. Porém não como mera transposição, a tradução deve permitir uma redução recíproca, entre o sentimento das massas (a vida real) e a filosofia da práxis e, ao mesmo tempo, traduzir para a linguagem teórica os elementos dessa vida real. Tradução, portanto, enquanto elemento político crucial, tanto como poder prático da teoria, quanto poder teórico da prática (LACORTE, 2010, p. 213).

Um dos elementos basilares dessa interpretação, como o próprio texto mobilizado demonstra, é a proposição marxiana sobre a possibilidade de redução (no sentido de “reduzir-se a si”, uma forma de tradução) entre a prática política francesa e a filosofia clássica alemã. A comparação, que aparece em diversos momentos dos cadernos (Q1§151; Q4§3, §42; Q8§208; Q11§48) tem grande impacto na teorização gramsciana, trazendo para a categoria de tradução a ideia de uma “equivalência superestrutural” entre civilizações que comungam dos mesmos problemas históricos (BOOTHMAN, 2010).

Esse é o sentido dos parágrafos iniciais do caderno sete (§1, §2), posteriormente reescritos nos cadernos dez e onze. Gramsci questiona sobre a possibilidade de tradução entre as linguagens filosóficas, apontando como é somente na filosofia da práxis que a tradução é completa, pois sustentada nos próprios pressupostos dessa filosofia, isto é, teorizada:

O mesmo princípio de traducibilidade recíproca é um elemento ‘crítico’ inerente ao materialismo histórico, na medida em que pressupõe e postula que uma determinada fase da civilização tem uma expressão cultural e filosófica ‘fundamentalmente idêntica’, mesmo que sua expressão tenha uma linguagem diferente, da tradição particular de cada ‘nação’ ou de todo sistema filosófico (GRAMSCI, 1975, Q7, §1, p. 851)⁹

A filosofia da práxis, calcada no historicismo absoluto, compreende as próprias filosofias como históricas, isto é, como correspondentes/aderentes aos diversos percursos de desenvolvimento das civilizações e os problemas que emergem desses percursos. Teoriza-se, assim, a função prática das filosofias, sua conexão com o mundo social, material. Conexão que é recíproca, quando a filosofia deixa de ser mera especulação individual e se “corporifica” nas massas, isto é, intervém no movimento histórico. Essas observações desenvolvem-se no caderno dez em polêmica com o idealismo croceano¹⁰.

Até o momento, extraímos três elementos importantes da categoria em tela. Em primeiro lugar, observamos como a tradução é crucial para a ação política, para a intervenção na realidade. A tradução recíproca entre a teoria e a prática é essencial para a filosofia da práxis, dada sua necessidade de fazer-se história, de incorporar-se às massas. Contudo, essa tarefa não pode conduzir a esquematismos rígidos. Ao revolucionário impõe-se a necessidade de muito estudo, de compreensão das condições objetivas e subjetivas de determinado contexto histórico e nacional para uma efetiva tradução. Assim, essa tarefa permite não só a tradução entre os elementos teóricos e práticos, mas também a tradução de experiências

⁹ No original: *Lo stesso principio della traducibilità reciproca è un elemento «critico» inerente al materialismo storico, in quanto si presuppone e si postula che una data fase della civiltà ha una «fondamentalmente identica» espressione culturale e filosofica, anche se l'espressione ha un linguaggio diverso dalla tradizione particolare di ciascuna «nazione» o di ogni sistema filosofico.*

¹⁰ A crítica ao revisionismo croceano é interessante nesse ponto: “Quando escreve que as superestruturas são concebidas como aparências, [Croce] não se dá conta de que isto pode significar simplesmente algo similar à sua afirmação da não ‘definitividade’, ou seja, da ‘historicidade’ de toda filosofia? Quando, por razões ‘políticas’, práticas, para tornar um grupo social independente da hegemonia de um outro grupo, fala-se de ‘ilusão’, como é possível confundir de boa-fé uma linguagem polêmica com um princípio gnosiológico? E como explica Croce o caráter não definitivo das filosofias? Por um lado, ele faz esta afirmação gratuitamente, sem justificá-la senão através do princípio geral do ‘devir’; por outro, reafirma o princípio (já afirmado por outros) de que a filosofia não é uma coisa abstrata, mas a resolução dos problemas que a realidade, em seu desenvolvimento, apresenta incessantemente. Ao contrário, a filosofia da práxis pretende justificar a historicidade das filosofias não mediante princípios gerais, mas através da história concreta; esta historicidade é dialética, já que dá lugar a lutas de sistemas, a lutas entre maneiras de ver a realidade, e seria estranho se alguém convicto da própria filosofia considerasse como concretas e não ilusórias as crenças adversárias (e se trata disso, pois, de outro modo, os filósofos da práxis deveriam considerar como ilusórias as suas próprias concepções ou, então, serem céticos e agnósticos)” (GRAMSCI, 1975, Q10§41.I, pp. 1298-9; 1999, p. 368).

(práticas e teóricas) entre contextos nacionais diversos. Por fim, temos o entendimento de que a tradução recíproca entre duas filosofias ou entre duas culturas nacionais é completa somente na filosofia da práxis, uma vez que esta compreende as próprias filosofias em suas funções práticas, históricas.

Na transcrição do parágrafo dois do caderno sete para o parágrafo quarenta e seis do caderno onze Gramsci inicia a sistematização de suas ideias sobre a tradução (BOOTHMAN, 2010; 2017). Há um núcleo de parágrafos sobre o tema (Q11§46, §47, §48 e §49) que começa com uma simples asserção: “Em 1921, tratando de problemas de organização, Vilitch escreveu ou disse (mais ou menos) o seguinte: não soubemos ‘traduzir’ nas línguas europeias a nossa língua” (GRAMSCI, 1975, Q11§46, p. 1468; 1999, p. 185). A sentença sintetiza a ideia de tradução. Gramsci refere-se ao IV Congresso da Internacional Comunista. A moção aprovada pelos delegados, na avaliação de Lênin, era “demasiado russa”, isto é, refletia as condições históricas e sociais da Rússia e era adequada a esse contexto. Contudo, a necessidade era de um texto capaz de efetivar-se para além da terra dos bolcheviques, isto é, um texto que pudesse ser ponderado a partir de outros contextos históricos, de outras formações nacionais, como as da Europa ocidental.

Da sugestão de Lênin, Gramsci compreende a importância e a potência da ideia de tradução para a filosofia da práxis, como realizadora do nexos entre teoria e prática preconizado por Marx. Assim, no parágrafo quarenta e sete retorna ao problema de questionar se a tradutibilidade recíproca entre as linguagens filosóficas e científicas é uma característica de qualquer concepção de mundo ou se é completa e orgânica apenas no caso da filosofia da práxis. Recuperamos, nesse momento, o argumento de sustentação para a ideia de tradução:

A tradutibilidade pressupõe que uma determinada fase da civilização tenha uma expressão cultural ‘fundamentalmente’ idêntica, mesmo que a linguagem seja historicamente diversa, diversidade determinada pela tradição particular de cada cultura nacional e de cada sistema filosófico, do predomínio de uma atividade intelectual ou prática, etc. Assim, deve-se ver se a tradutibilidade é possível entre expressões de diferentes fases de civilização, na medida em que estas fases são momentos de desenvolvimento uma da outra e, portanto, integram-se reciprocamente; ou se uma expressão determinada pode ser traduzida com os termos de uma fase anterior de uma mesma civilização, fase anterior que, porém, é mais compreensível do que a linguagem dada, etc. **É possível dizer, ao que parece, que só na filosofia da práxis a ‘tradução’ é orgânica e profunda**, enquanto de outros pontos de vista trata-se frequentemente de um mero jogo de esquematismos genéricos (GRAMSCI, 1975, Q11§47, p. 1468; 1999, p. 185)

Nesse parágrafo a ideia de tradução expande-se. Trata não somente da relação entre duas linguagens científicas ou filosóficas, mas também entre “expressões de diversas fases de civilização”. Gramsci amplia seu entendimento do conceito e sugere, mais uma vez, a extração plena de suas potencialidades apenas dentro da filosofia da práxis, a única capaz de

sustentar teoricamente a ideia de tradutibilidade, a partir da dialética entre estrutura e superestrutura. Outras concepções de mundo, quando efetuam traduções, somente no sentido restrito de redução a si, produzem apenas esquematismos, isto é, a transferência de conceitos entre uma tradição em outra, sem uma profunda reflexão dos elementos que permitem essa transferência.

É justamente sobre essa visão esquemática que Gramsci relembra um comentário de Einaudi sobre a capacidade de Vailati “de traduzir uma teoria qualquer, da linguagem geométrica à linguagem algébrica, da hedonista à da moral kantiana, da terminologia econômica normativa pura à aplicada” (GRAMSCI, 1975, Q7§48, p. 1469; 1999, p. 186). Para Gramsci, Vailati trabalharia no primeiro grau de um problema “mais vasto e profundo”, o grau das linguagens de teóricos individuais. Num novo retorno ao Marx da *Sagrada Família* e, mais uma vez, num movimento de sistematização da ideia de tradução, o sardo elabora a complexidade do problema:

Da mesma maneira que dois ‘cientistas’ formados no terreno de uma mesma cultura fundamental acreditam sustentar diferentes ‘verdades’ somente porque empregam uma diferente linguagem científica (o que não quer dizer que entre eles não exista uma diferença e que esta diferença não tenha o seu significado), também duas culturas nacionais, expressões de civilizações fundamentalmente similares, acreditam ser diferentes, opostas, antagônicas, uma superior à outra, pelo fato de empregarem linguagens de tradição diferente, formadas com base em atividades características e particulares a cada uma delas: linguagem político-jurídica na França, linguagem filosófica, doutrinária, teórica na Alemanha. Para o historiador, em realidade, estas civilizações são tradutíveis reciprocamente, redutíveis uma à outra. Esta tradutibilidade, por certo, não é ‘perfeita’ em todos os detalhes, até mesmo importantes (mas que língua é exatamente tradutível em outra? que palavra singular é exatamente tradutível em outra língua?), mas o é em seu ‘fundo’ essencial. (GRAMSCI, 1975, Q11§48, p. 1470; 1999, p. 187)

Portanto, três momentos de tradução. O termo vai da tradução entre linguagens teóricas de dois indivíduos, passando pela tradução entre filosofias e linguagens científicas e culmina na possibilidade de tradução entre duas culturas nacionais. O parágrafo quarenta e nove finaliza a realça essa compreensão. Nele Gramsci procura as origens da ideia da comparação entre a política francesa e a filosofia clássica alemã. Ao final do parágrafo, aponta a necessidade de mais estudo sobre as origens dessa comparação para, então, “enquadrá-los na questão que é o tema desta rubrica, isto é, que duas estruturas fundamentalmente similares têm superestruturas ‘equivalentes’ e reciprocamente tradutíveis, qualquer que seja a sua linguagem particular nacional” (GRAMSCI, 1975, Q11§49, p. 1473; 1999, p. 190).

Vistos os elementos teóricos da concepção, resta-nos, para especificar ainda mais a ideia de tradução que propomos, apresentar um exemplo prático realizado pelo próprio

Gramsci sobre o tema. Encontramo-lo no parágrafo 127 do caderno cinco. Nele, o sardo comenta sobre a obra de Maquiavel aproximando-o dos pressupostos da filosofia da práxis, uma vez que o florentino, em sua ciência política, “não reconhece elementos transcendentais ou imanentistas (em sentido metafísico), mas baseia-se inteiramente na ação concreta do homem que, por suas necessidades históricas, opera e transforma a realidade” (GRAMSCI, 1975, p. 657; 2007a, p. 218). Na continuação da nota, observamos uma passagem que expressa claramente a postura de tradução aqui identificada:

Se se devesse traduzir em linguagem política moderna a noção de ‘Príncipe’, da forma como ela se apresenta no livro de Maquiavel, seria necessário fazer uma série de distinções: ‘príncipe’ poderia ser um chefe de Estado, um chefe de Governo, mas também um chefe político que pretende conquistar um Estado ou fundar um novo tipo de Estado; neste sentido, a tradução de ‘príncipe’ em linguagem moderna poderia ser ‘partido político’. Na realidade de qualquer Estado, o ‘chefe do Estado’, isto é, o elemento equilibrador dos diversos interesses em luta contra o interesse predominante, mas não exclusivista em sentido absoluto, é exatamente o ‘partido político’; ele, porém, ao contrário do que se verifica no direito constitucional tradicional, não reina nem governa juridicamente: tem ‘o poder de fato’, exerce a função hegemônica (e, portanto, equilibradora de interesses diversos) na ‘sociedade civil’, mas de tal modo esta se entrelaça de fato com a sociedade política que todos os cidadãos sentem que ele reina e governa (GRAMSCI, 1975, Q5, §127, p. 661-2; 2007a, p. 222)

O Príncipe de Maquiavel, elemento central na teorização do florentino sobre a política e, ao mesmo tempo, elemento mítico que objetivava inserir nas massas sua ideia original – a fundação do Estado moderno unitário no contexto italiano – traduz-se em Partido Político. O agora moderno Príncipe é aquele que caracteriza, no tempo presente, as funções que o *condottiere* exerceria dentro da concepção de mundo fundada por Maquiavel, qual seja, a formação de um movimento nacional-popular com fins de fundação de um novo Estado. Gramsci extrairá desse exercício de tradução elementos importantes para a organização e a estratégia do Partido revolucionário.

Em síntese, a ideia de tradução está para além de seu sentido literal. É o recurso encontrado por Gramsci para apresentar sua proposta de atualização e adaptação de conceitos, elementos práticos e tradições filosóficas. Da tradução, apenas a filosofia da práxis, em atitude polêmica diante de todas as outras perspectivas e linguagens filosóficas, é capaz de extrair sua máxima potencialidade; de torná-la orgânica. É a teorização da filosofia da práxis sobre a historicidade e a função prática das superestruturas que garante esse movimento orgânico.

Foi também por meio da tradução que o sardo foi capaz de incorporar ao seu marxismo elementos de teóricos das mais diversas tradições, como Maquiavel, Croce, Gentile, Cuoco, Sorel e muitos outros. O cuidado metodológico na atenção dos

condicionantes históricos e políticos em cada um dos momentos de polêmica contribuiu para que essa incorporação acontecesse sem ecletismos¹¹ e sem rupturas com os pressupostos básicos de sua teoria. Encontramos em Passos (2017) uma sistematização dessa ideia:

A “tradução” é uma categoria central por ressignificar, incorporar conceitos externos e estranhos ao aparato de elaboração do comunista italiano. Permite adequar e compatibilizar sem o recurso a ecletismos excludentes ou incompatíveis com a obra gramsciana conceitos cuja gênese é externa e estranha ao seu aparato teórico-prático-metodológico. Ela permite ressignificar histórica e culturalmente em termos do marxismo gramsciano categorias e fontes estranhas ao materialismo histórico (p. 142).

Nesse ensejo, pretendemos realizar no presente estudo uma tentativa de tradução dos elementos que compõem o debate da cibersegurança. Para tal, desdobraremos nossa argumentação em três capítulos principais, cada um orientado a partir de uma perspectiva contemplada na obra gramsciana.

O primeiro capítulo versará sobre o Estado, ressaltando o nexos orgânico entre sociedade civil e sociedade política como ponto central para uma tradução rica do debate em tela. Procederemos com um (re)posicionamento do ciberespaço como elemento da totalidade social e, dessa forma, intrinsecamente relacionado com o modo de produção social capitalista. Com isso, ponderaremos análises derivadas do liberalismo, que ressaltam a crescente cisão entre “setor privado de tecnologia” e “governos” e, conectada com essa avaliação, a ideia de aparente movimento de “territorialização” do ciberespaço pelos Estados. Essa cisão, como veremos, aparece sobre outra ótica quanto cotejada com as ideias de Gramsci e, de modo diverso, respalda a perspectiva de ampliação do papel do Estado dentro do novo ambiente.

No segundo capítulo nossa atenção se volta para a problemática das classes e dos grupos subalternos. Nela lançaremos luz sobre categorias que são largamente desconsideradas no debate estudado. Nosso objetivo é ressaltar como a proposta de “tornar seguro o ciberespaço” têm um referencial estadocêntrico, promovendo a necessidade de segurança das redes governamentais e empresariais. Nosso principal argumento nesse ponto é pensar a cibersegurança em seu movimento, ponderando que *a segurança de uns implica a insegurança de outros* (PASSOS, 2014a). Para tanto, discutiremos algumas ferramentas

¹¹ Entendemos por ecletismo o “uso de conceitos fora dos seus respectivos esquemas conceituais e sistemas teóricos, alterando os seus significados” (OLIVEIRA FILHO, 1995; PASSOS, 2014b, p. 100). Em termos específicos, isto significa que não se pode sobrepor conceitos com significados e pressupostos metodológicos excludentes entre si numa mesma linha de raciocínio. A proposta metodológica de Gramsci auxilia na superação desse problema, pois permitiu a incorporação ressignificada, *traduzida*, de elementos oriundos de tradições diversas do materialismo histórico para dentro da filosofia da práxis. Nesse processo de incorporação Gramsci promove uma “depuração” dos conceitos. Um exemplo é a tradução da “história ético-política”, termo originalmente encontrado na obra de Benedetto Croce e, posteriormente, ressignificado por Gramsci para complementar sua teoria da hegemonia. Cabe mencionar, a discussão sobre o ecletismo envolve ponderações de características meta-teóricas e ainda está longe de ser considerada finalizada.

práticas relacionadas com esse debate para demonstrar como o ciberespaço e, principalmente, a Internet, marcam-se por intervenções crescentemente restritivas, de vigilância e controle. Tais intervenções, como veremos, são especialmente danosas para os movimentos organizados pelas classes e grupos subalternos.

Por fim, o estudo termina nossa tentativa de tradução com a perspectiva global do capitalismo. O objetivo nesse ponto é seguir as recentes propostas teóricas que emergem no campo das Relações Internacionais associando a ideia de desenvolvimento desigual e combinado (DDC) com o aparato categorial gramsciano, em especial, a hegemonia em sua forma incompleta, representada pela categoria de revolução passiva. Assim, procuramos demonstrar a fragmentação do ciberespaço em diversas temporalidades de desenvolvimento. Nosso argumento aponta que o debate de cibersegurança promove uma visão homogênea, unívoca, da segurança, cuja base remete ao processo de reestruturação das relações sociais de produção capitalistas sob o neoliberalismo, capturado pela categoria de revolução passiva.

1. A CATEGORIA GRAMSCIANA DE ESTADO COMO FERRAMENTA CRÍTICA NO DEBATE DE CIBERSEGURANÇA

A discussão sobre a cibersegurança emerge, pelo menos em caráter embrionário, com o próprio surgimento das tecnologias que permitiram a “comunicação em rede” de computadores. Assim, se desde a década de 1960 há uma preocupação sobre a integridade dos dados nos serviços de *multiprogramming*, o desenvolvimento dessas tecnologias apenas intensificou os debates. Num primeiro momento, as preocupações ficaram restritas aos ambientes acadêmico e militar. Com a explosão do *e-commerce* e a popularização da Internet, a partir da década de 1990, termos como *software*, *hardware*, “vírus” (*malware*), “cavalo de Troia” (*trojan*), “spam”, “bug” e outros, ganharam mais espaço no vocabulário social.

A pesquisa bibliográfica empreendida para esse estudo identificou que o debate sobre cibersegurança se apoia em considerações estadocêntricas, além de reafirmar uma série de lugares-comuns de cariz liberal e realista. Dentre esses, chamou-nos atenção a rigidez com a qual se apresenta a oposição entre os interesses do “setor privado de tecnologia” e dos “governos”. Em uma série de avaliações, o ciberespaço aparece posicionado como elemento essencialmente conectado com a sociedade civil e, nesse sentido, em oposição ao padrão de atuação dos Estados, hierárquico e centralizado, pautado na concepção de soberania.

Avançaremos, no presente capítulo, com um primeiro esforço para uma tradução gramsciana dos termos desse debate. Perscrutaremos as relações entre “sociedade política” e “sociedade civil” dentro do ciberespaço a partir do referencial teórico desenvolvido por Gramsci. Em especial, centraremos nossos esforços na categoria de Estado. Como hipótese geral para o capítulo, propomos que a categoria em tela seria de grande importância no reposicionamento do debate de cibersegurança a partir de referências distintas da visão liberal, isto é, distintas da rigidez entre as esferas “pública” e “privada”, marca característica dessa tradição de pensamento. Com isso alteraremos a percepção da “territorialização” do ciberespaço pelos Estados por uma perspectiva centrada na ampliação de um papel já desempenhado.

A categoria de Estado *traduzida* para o campo da cibersegurança aponta para relações profundas entre o setor privado de tecnologia e os governos e agentes estatais, relações que derivam do próprio processo histórico que permitiu o ciberespaço. Além disso, fornece base teórica sustentável para a análise dos diversos momentos dessa relação: o longo histórico de suporte que os Estados deram para o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação (TICs), as relações econômicas entre governos e setor de

tecnologia e, por fim, a complementaridade entre o modelo de negócios das corporações digitais e os interesses estatais de vigilância e controle.

A fim de comprovar nossa hipótese o presente capítulo desdobra-se em três partes. Na primeira seção (1.1), trabalharemos a categoria de Estado a partir do texto gramsciano. Nesse momento, as próprias características do suporte para as ideias de Gramsci, os *Quaderni del Carcere*, demandam o estabelecimento de relações com outros momentos de sua “trama conceitual” ou “rede de conceitos”. Discutiremos o ponto de partida da teorização sobre o Estado, isto é, a entrada na modernidade, com a fundação dos Estados nacionais modernos pelas burguesias europeias (1.1.1). Posteriormente, partiremos para uma leitura cronológica de uma série de notas sobre o Estado, com o objetivo de especificar aquilo que nosso autor define como “seu sentido integral”, ou Estado em seu “sentido orgânico e mais amplo”, a partir da metáfora do “Estado educador” (1.1.2).

Discernido esse ponto, passaremos, na segunda parte deste capítulo, para a aplicação do referencial teórico desenvolvido. Nesse caso, abordaremos o debate sobre cibersegurança a partir de múltiplas perspectivas. Num primeiro momento, procederemos com o (re)posicionamento do ciberespaço em seu entorno econômico-social – essa é a primeira consequência de nossa *tradução* (1.2).

A partir disso, avançaremos para demonstrar a pertinência do panorama desenvolvido num entendimento diverso daquele apresentado pela literatura até então (1.3) a partir de três pontos centrais no relacionamento entre sociedade política e sociedade civil no ciberespaço: a história de desenvolvimento do ciberespaço e do debate de cibersegurança (1.3.1), as relações econômicas (1.3.2) e, por fim, as relações políticas, centradas na vigilância e na segurança (1.3.3). Os três pontos sustentam nossa hipótese de ampliação, e não territorialização, em relação ao papel do Estado dentro do ciberespaço, apresentada no momento final de síntese do capítulo.

1.1. O nexu orgânico entre sociedade política e sociedade civil como determinação do Estado

A temática do Estado é uma das mais importantes dentro da crítica marxista da política, com atenção tanto para o período pré-revolucionário quanto ao período pós-revolucionário – momento em que suscita a questão do Estado proletário de transição (a ditadura do proletariado) e seu posterior perecimento. Tendo por base metódica principal a luta de classes, o “marxismo em geral” possui uma visão negativa do Estado, concebido como

“manifestação do antagonismo inconciliável das classes” (LÊNIN, 2011, p. 37) e identificado com seu aparato burocrático-repressivo.

Nessa perspectiva o Estado é instrumento de dominação de uma classe ante outra, cuja função é atenuar, nos limites da ordem, o conflito de classes, evitando que esse embate impeça a concretização e desenvolvimento dos interesses da classe dominante, no caso do capitalismo, a burguesia. Este é o sentido da afirmação de Engels recuperada por Lênin:

Como o Estado nasceu da necessidade de refrear os antagonismos de classes, no próprio conflito dessas classes, resulta, em princípio, que o Estado é sempre o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante que, também graças a ele, se torna a classe politicamente dominante e adquire, assim, novos meios de oprimir e explorar a classe dominada. (ENGELS apud LÊNIN, 2011, p. 44)

Ou seja, o Estado é produto da sociedade dividida em classes e existe enquanto a sociedade de classes existir. É dentro dessa visão basilar do Estado que a obra de Antonio Gramsci se insere. Portanto, longe de representar uma ruptura ou um distanciamento com a tradição fundada por Marx e Engels, Gramsci apresenta uma tradução para a contemporaneidade do conceito de Estado (LIGUORI, 2004, 2006), um enriquecimento de sua dimensão consensual (BUCI-GLUCKSMANN, 1980), ou “conservação/superação” (COUTINHO, 2007), enfim, um aprimoramento dentro da tradição marxista.

Uma primeira advertência é importante. A categoria em tela não sustenta um reducionismo teórico, de caráter estadocêntrico, como ocorre corriqueiramente na literatura de Relações Internacionais¹². Ao invés de “única unidade relevante”, o Estado é compreendido por Gramsci a partir de uma perspectiva que pode ser compreendida como muito importante, porém “nodal” (MORTON, 2007a, p. 75). Insere-se plenamente num contexto mais amplo, as ditas relações internacionais, ou melhor, o sistema de Estados do capitalismo global. Ao mesmo tempo, o Estado também sofre as alterações nas composições das classes fundamentais¹³, isto é, reage “passivamente” às mudanças mais profundas do mundo social

¹² A crítica ao “estadocentrismo” dentro do campo de estudos das Relações Internacionais é ampla. Advoga-se por uma alteração na percepção – presente tanto na tradição realista quanto na tradição liberal da disciplina – do Estado enquanto unidade coesa e “única” relevante dentro do sistema internacional. A visão estadocêntrica posiciona as relações internacionais como relações meramente interestatais remetendo a solução dos problemas “à simplista e suposta opção de ‘interesse nacional’ ou ‘escolha racional’ com base nos modelos extremamente limitados que assumem os Estados como se fossem uma entidade coesa e homogênea – o modelo das ‘bolas de bilhar’, supostamente atribuíveis a Hans Morgenthau – normalmente presumida pela forma tradicional de tratar as Relações Internacionais. Por mais óbvio que possa parecer, é importante frisar: Estados não são unidades coesas e monolíticas alheias a fissuras, conflitos e contradições internas e, portanto, não podem ser entendidas em simplificação de tal monta” (PASSOS, FRANCO, 2017, pp. 156-7). O estadocentrismo é um dos pontos centrais na “prisão das Relações Internacionais” ao status ontológico da Ciência Política, de acordo com Rosenberg (2016), um dos pontos do terceiro capítulo deste estudo.

¹³ O termo “classe fundamental” na obra gramsciana refere-se à burguesia e ao proletariado, as duas classes que possuem relação direta com o mundo produtivo, isto é, nascem “no terreno original de uma função essencial no

produtivo – uma vez que o próprio Estado é, em última instância, manifestação desse conflito inconciliável das classes sociais em relação ao modo de produção. Em síntese:

A teorização oferecida por Gramsci não pressupõe o ‘nacional’ como uma categoria ontologicamente primitiva, mas afirma um argumento histórico que, devido a formas particulares em que ocorreu o desenvolvimento pré-capitalista e capitalista, dados problemas de desenvolvimento internacional tornam-se, em certo sentido, traduzidos dentro e através do contexto ‘nacional’. Em essência, o ‘nacional’ é teorizado como um ponto de chegada dentro ‘do internacional’ condicionado pela expansão capitalista (MORTON, 2007b, p. 615)¹⁴

Assim, dentro de sua teoria, estabeleceu que “o ponto de partida é ‘nacional’, e é deste ponto de partida que se deve partir. Mas a perspectiva é internacional e não pode deixar de ser” (GRAMSCI, 1975, Q14§68, p. 1729; 2007a, p. 314). Portanto, Estado como ponto incontornável do processo revolucionário internacional. Isso porque existe em Gramsci a compreensão da dimensão “supranacional” dos problemas. “O nexa nacional-internacional é um dos temas centrais do seu pensamento. Toda história nacional deve ser lida na relação de unidade e diferença com o contexto supranacional em que se situa, a começar pelo *Risorgimento italiano*” (LIGUORI, 2007, p. 69).

A partir de uma leitura original do “Prefácio de 1859”¹⁵ o sardo reformula as principais questões do materialismo histórico de sua época. Nesse movimento, aponta como uma das primeiras tarefas perscrutar “quando é possível dizer que existem as condições para que se possa criar e se desenvolver uma vontade coletiva nacional-popular?” (GRAMSCI, 1975, Q13§1, p. 1559; 2007a, p. 17). Isto é, Gramsci abre espaço para a teorização da revolução em suas variáveis mais elementares (e complexas): as condições objetivas (materiais), mas também subjetivas, ou seja, a própria vontade (paixão) dos indivíduos, o

mundo da produção econômica” (GRAMSCI, 1975, Q12§1, p. 1513; 2001, p. 15). Essa categoria não implica um reducionismo abstrato, uma vez que é reconhecida a existência de frações e grupos em conjunto e até mesmo no interior das classes sociais fundamentais (como os intelectuais tradicionais, os intelectuais orgânicos, a “burguesia rural italiana” parasitária da renda gerada pelos camponeses, e etc.).

¹⁴ No original: *The theorising offered by Gramsci does not presuppose the ‘national’ as an ontologically primitive category, but rather asserts an historical argument that, due to particular ways in which pre-capitalist and capitalist development occurred, given problems of international development become in a certain sense translated within and through the ‘national’ context. In essence, the ‘national’ is theorised as a point of arrival within ‘the international’ conditioning of capitalist expansion.*

¹⁵ Em sua versão original: “Jamais uma sociedade desaparece antes de desenvolver todas as forças produtivas que ela é capaz de conter; nunca relações de produção superiores lhe substituem antes que as condições materiais de sua existência se produzam no próprio seio da velha sociedade. É por isso que a humanidade nunca se coloca problemas que não seja capaz de resolver: considerando melhor as coisas, se descobrirá sempre que o problema só surgiu quando as condições materiais para resolvê-lo já existiam ou estavam em vias de aparecer” (MARX, ENGELS, *apud* BIANCHI, 2018, p. 115)

papel dos dirigentes (intelectuais), os organismos de mobilização/aglutinação social e os elementos teóricos e ideológicos (pré-intencionais) que operam nessa vontade individual¹⁶.

É a partir desse empreendimento que Gramsci propõe uma nova maneira de mirar a totalidade das relações sociais dentro de uma determinada formação nacional. Em suas pesquisas, o Estado assume o papel de mecanismo fundamental no processo de consolidação e expansão das classes que se tornam dirigentes. A humanidade aparece, assim, fragmentada num determinado número de formações nacionais dotadas de um processo histórico próprio; fragmentação que coexiste com o complexo sistema de relações internacionais. O objetivo final, da emancipação humana, do fim das relações sociais impostas pelo modo de produção social capitalista, que é sempre internacional, universal, de reunificação de todo o gênero humano, passa necessariamente por cada um dos elementos dessa compósita totalidade.

Portanto, Estado enquanto nó, isto é, enquanto ponto de referência particular numa trama mais complexa, tanto ao nível interno (diversas formações das estruturas de classes), quanto ao nível externo (as diversas relações entre os nós e a economia global capitalista). Tal visão deriva do próprio processo de organização social da humanidade. Assim, cada comunidade “nacional-popular” possui uma determinada historicidade, uma determinada cultura que, por sua vez, não é única e está desdobrada num sem-fim de culturas parciais, pertencentes aos mais variados agrupamentos e classes sociais¹⁷.

O ponto de referência central para toda essa complexidade é a história. Porém não uma história estática, oficializada e depurada de conflitos. História também enquanto política, história também enquanto filosofia. Para Gramsci o fazer historiográfico deve ser completamente redirecionado pela política: perscrutar as condições (objetivas e subjetivas) nas quais emerge o movimento nacional-popular para atuar sobre a própria realidade, essa também movente.

¹⁶ Gramsci propõe essas questões ainda em outro formato. Como nos indica Bianchi (2018, p. 128), o sardo utilizou das próprias obras legadas por Marx para desfazer as incrustações deterministas e economicistas, plasmadas no revisionismo de Kautsky. Assim, no Q11§22, lemos: “Não é tratado este ponto fundamental: como nasce o movimento histórico com base na estrutura [...] Ademais, este é o ponto crucial de todas as questões nascidas em torno da filosofia da práxis” (GRAMSCI, 1975, p. 1422; 2007a, p. 140). Na continuação do trecho o sardo refaz sua interpretação do Prefácio de 1859, discernindo os princípios metodológicos fundamentais no tratamento dessa questão fundamental.

¹⁷ Essa perspectiva fragmentária do gênero humano pode ser discernida no trecho a seguir (onde também observamos o significado profundo do conceito de “língua” (*linguaggio*) em Gramsci): “Linguagem significa também cultura e filosofia (ainda que no nível do senso comum) e, portanto, o fato ‘linguagem’ é, na realidade, uma multiplicidade de fatos mais ou menos organicamente coerentes e coordenados: no limite, pode-se dizer que todo ser falante tem uma linguagem pessoal e própria, isto é, um modo pessoal de pensar e de sentir. **A cultura, em seus vários níveis, unifica uma maior ou menor quantidade de indivíduos em estratos numerosos, mais ou menos em contato expressivo, que se entendem entre si em diversos graus, etc.**” (GRAMSCI, 1975, Q10/II§44, p. 1330; 2007a, p. 398, negrito nosso).

Retornando ao primeiro ensejo dessa seção, observa-se como a teorização gramsciana acerca do Estado abriga, de um lado, sua marca de classe, e doutro lado, sua processualidade histórica. O Estado é lócus crucial para o desenvolvimento e expansão de uma classe social fundamental, isto é, é o local cuja classe dominante encontra as condições de expansão, de fazer-se dirigente de uma totalidade social. Num parágrafo escrito em maio de 1930, temos exatamente essa compreensão:

Para as classes produtivas (burguesia capitalista e proletariado moderno), o Estado é concebível apenas como forma concreta de um determinado mundo econômico, de um determinado sistema de produção. A conquista do poder e a afirmação de um novo mundo produtivo são inseparáveis: a propaganda para um é, também, a propaganda para o outro: em realidade, só nessa coincidência está a origem unitária da classe dominante que é tanto econômica quanto política. (GRAMSCI, 1975, Q1§150, p. 132)¹⁸

No trecho, Gramsci estabelece relações importantes: o Estado é compreendido como a própria manifestação de um modo de produção e, ao mesmo tempo, é o próprio processo de formação-afirmação desse mundo produtivo. Formação-afirmação que compreende o processo de unificação da classe dominante, econômico e político. Nesse sentido, a transição entre as formas políticas feudais, o Estado absolutista e o Estado moderno – um dos temas de pesquisa e referência do sardo, principalmente no caso italiano – é compreendido também como o processo de formação de uma totalidade social calcada na experiência burguesa.

Todavia, o processo não é unívoco, como as adições na segunda redação do parágrafo mobilizado (caderno 10 do segundo semestre de 1932) demonstram. Estado e mundo econômico se relacionam, mas não de modo mecânico ou automático. Logo, entre mundo social produtivo e superestruturas complexas não há qualquer possibilidade de determinismo simplificador. Nesse processo não se diz “que a relação de meio e fim seja facilmente determinável e assumo o aspecto de um esquema simples e óbvio à primeira vista” (GRAMSCI, 1975, Q10/II§61, p. 1360; 1999, p. 427).

Recuperamos aqui mais um dos elementos essenciais da mirada gramsciana ao Estado: sua aguda compreensão dialética das múltiplas possibilidades a que cada processo histórico está condicionado. Tal visão aponta, como evidenciamos, para a atenção crucial à história dos processos de contestação, destruição, fundação e expansão dos Estados, que deixam “marcas” no presente. Marcas que geram a própria particularidade de cada Estado, de

¹⁸ No original: *Per le classi produttive (borghesia capitalistica e proletariato moderno) lo Stato non è concepibile che come forma concreta di un determinato mondo economico, di un determinato sistema di produzione. Conquista del potere e affermazione di un nuovo mondo produttivo sono inscindibili: la propaganda per l'una è anche propaganda per l'altra: in realtà solo in questa coincidenza risiede la origine unitaria della classe dominante che è economica e politica insieme.*

cada formação nacional e estão presentes tanto nas formas institucionais, na linguagem, na cultura, quanto na própria composição das classes desse Estado.

Assim, a história da formação de um Estado é a história do desenvolvimento das classes sociais que se tornarão Estado. É a história da afirmação de uma determinada “concepção de mundo”¹⁹, que se desenvolve no próprio processo de afirmação dessa classe fundamental e se expande na consolidação do seu Estado. Chegamos ao nosso ponto de partida para a especificação do que Gramsci entende por “Estado em seu sentido integral” ou em seu sentido “orgânico e mais amplo”. A concepção de mundo que organiza o Estado nasce de um processo de afirmação dessa concepção (com a negação/subordinação da visão de mundo anterior) e culmina em sua expansão para a totalidade social – usando, para tal, do próprio Estado. A concepção de mundo burguesa organiza, assim, não somente a institucionalidade estatal (seu aparato burocrático e repressivo), mas também a sociedade civil.

Antes de concluirmos, mais uma advertência é necessária. A categoria de Estado, mirada desde uma perspectiva orgânica, de unidade-distinção entre sociedade civil e sociedade política refere-se, dentro da teoria gramsciana, à problemática do próprio Estado. O leitor observará como essa problemática envolve a consideração da relação recíproca entre estrutura e superestrutura que, dentro do texto gramsciano passará, cada vez mais, a ser interpretada enquanto relações de força (COSPITO, 2000; GALASTRI, 2014)²⁰. Entretanto, a categoria que “resolve” o problema entre estrutura e superestrutura, isto é, a categoria que se refere mais especificamente as suas relações dialéticas, de incidência entre ambas, dentro da perspectiva do sardo é aquela de “bloco histórico”.

O bloco histórico considera, num determinado momento, a totalidade das relações sociais capitalistas, a união entre estrutura e superestrutura (economia, política, filosofia, cultura, linguagem, etc.) de um determinado estágio, período, de uma formação nacional. Compreende a identificação concreta entre o conteúdo econômico social (estrutura) e a forma ético-política (superestrutura, cultura, hegemonia) na reconstrução dos vários períodos

¹⁹ No parágrafo trinta e três do caderno sete, escrito em fevereiro de 1931, Gramsci suporta explicitamente essa compreensão: “A fundação de uma classe dirigente (isto é, de um Estado) equivale à criação de uma *Weltanschauung*” (GRAMSCI, 1975, p. 881). No original: *La fondazione di una classe dirigente (cioè di uno Stato) equivale alla creazione di una Weltanschauung*. Chamamos atenção para forte relação estabelecida entre “classe dirigente = Estado = criação de uma *Weltanschauung* (visão de mundo)”. A reflexão de Dias (1996) sobre a teoria gramsciana da hegemonia também reflete essa postura, ao pontuar a questão central da teoria no “nexo entre a capacidade de construção de uma visão de mundo (*Weltanschauung*) e realização da hegemonia” (p. 10).

²⁰ A categoria de “relações de força” compõe a discussão principal do segundo capítulo deste estudo.

históricos (GRAMSCI, 1975, Q10§13, p. 1237). É a partir do conceito de bloco histórico, mais uma *tradução* efetuada por Gramsci, em relação ao conceito cunhado originalmente por Georges Sorel, que se teoriza o necessário nexos entre estrutura e superestrutura (GRAMSCI, 1975, Q10/II§41.XII, p. 1321). No bloco histórico, as forças materiais (o conteúdo) e as ideologias (a forma) são tomadas em sua organicidade, sua separação é meramente didática (GRAMSCI, 1975, Q7§21, p. 869). Fica claro, portanto, que o referencial dessa categoria são as seções territoriais nacionais, não há a possibilidade de conceber um bloco histórico “internacional” – como algumas interpretações fazem – dado que não existe um “Estado mundial” ou algo equivalente (ver: PASSOS, 2012).

Logo, a *categoria* de Estado tem por referência o *problema* do Estado, mirando-o por outra perspectiva: o nexos orgânico entre as duas esferas da vida social, sociedade civil e sociedade política. Estado = sociedade política + sociedade civil. Uma das “fórmulas” mais utilizadas nos estudos gramscianos, indica o ponto de chegada da formação Estatal atual. Demonstraremos a seguir como essa categoria se desenvolve ao longo das notas deixadas por Gramsci. Assume-se a perspectiva de que para além de simplesmente apontar a ampliação das ações e funções do Estado, nosso autor fornece uma nova maneira de mirar a totalidade das relações sociais a partir de sua teoria da hegemonia. Isto é, na medida em que a sociedade econômica se desenvolve, se torna mais complexa, dá origem tanto aos aparelhos estatais quanto “privados” de hegemonia, à própria totalidade social; é esse o movimento que é captado por Gramsci ao longo dos *Quaderni* e que procuramos demonstrar. Para tanto, a próxima seção centra nos aspectos iniciais dessa reflexão, que serviram de base e exemplo para suas ideias: a fundação do Estado burguês.

1.1.1. O Estado moderno burguês: ponto de partida para um novo sentido de Estado

Como mencionamos, a fundação dos Estados modernos burgueses na Europa ocidental é, para Gramsci, o exemplo central para a entrada na modernidade (LIGUORI, 2007). Muitas das compreensões acerca da categoria de Estado constroem-se justamente em relação a esse período histórico. No desenrolar da história, a burguesia foi a classe social fundamental que desenvolveu, pela primeira vez, uma concepção de mundo expansiva, organizando a totalidade social de acordo com esta visão. É justamente esse processo que procuramos perscrutar nos parágrafos a seguir.

Dois casos principais servem de base para a reflexão gramsciana sobre o Estado. Em primeiro lugar, a formação do Estado moderno francês, a partir da Revolução Francesa, um processo considerado originário e cheio de frutificações. O outro é o *Risorgimento* italiano, o tardio processo de formação do Estado unitário na Itália, processo “bastardo”, isto é, totalmente diverso do francês e, nesse sentido, fecundo em deturpações (GRAMSCI, 1975, Q19§28, p. 2053-4). Ambos os processos são tratados em conjunto ao longo dos cadernos e, muitas vezes, o sardo utiliza da comparação entre eles para especificar seus pontos.

É exatamente este o método de Gramsci nas discussões do parágrafo quarenta e quatro do primeiro caderno (escrito entre fevereiro e março de 1930). Procurando examinar o caso italiano, o sardo coteja-o, em determinado momento, com o francês, no sentido de diferenciar os dois processos. Este texto A é importante, pois nele compreendemos pontos da trama conceitual desenvolvida por Gramsci. Sobre o tema principal das “diversas correntes políticas do Risorgimento” o autor fornece sugestões sobre a hegemonia, a categoria de Estado e o papel dos intelectuais. Dentre todas essas questões, ressaltamos o ponto de partida da referida discussão:

O critério histórico-político em que se deve basear a pesquisa é este: que uma classe é dominante de duas maneiras, ou seja, é ‘dirigente’ e ‘dominante’. É dirigente das classes aliadas, é dominante das classes adversárias. Portanto, uma classe já antes de subir ao poder pode ser ‘dirigente’ (e deve sê-lo): quando está no poder, torna-se dominante, mas continua a ser também ‘dirigente’ (GRAMSCI, 1975, p. 41)²¹

O trecho apresenta um léxico generalista. Apesar da temática do parágrafo remeter ao período do Risorgimento, Gramsci utiliza termos neutros, como as categorias de “classe” em conexão com os status de “dirigente” e “dominante”. Estamos diante de uma visão do poder que pondera não somente sua face coercitiva (domínio), mas também sua face consensual e, além disso, posiciona a segunda como elemento crucial para a tomada do controle estatal. Tal parágrafo remete à questão da “dupla perspectiva”, elemento essencial para compreender a categoria de Estado. Escrito aproximadamente um ano após o trecho anterior (março-agosto de 1931) o parágrafo oitenta e sete do caderno seis aponta:

Armas e religião. Afirmção de Guicciardini de que, para a vida de um Estado, duas coisas são absolutamente necessárias: as armas e a religião. A fórmula de Guicciardini pode ser traduzida em várias outras fórmulas menos drásticas: força e consenso, coerção e persuasão, Estado e Igreja, sociedade política e sociedade civil, política e moral (história ético-política de Croce), direito e liberdade, ordem e disciplina, ou, com um juízo implícito de sabor literário, violência e fraude. (GRAMSCI, 1975, p. 762-3; 2007a, p. 243)

²¹ No original: *Il criterio storico-politico su cui bisogna fondare le proprie ricerche è questo: che una classe è dominante in due modi, è cioè «dirigente» e «dominante». È dirigente delle classi alleate, è dominante delle classi avversarie. Perciò una classe già prima di andare al potere può essere «dirigente» (e deve esserlo): quando è al potere diventa dominante ma continua ad essere anche «dirigente».*

A dupla perspectiva aparece traduzida em uma correlação de temas. O objetivo é compreender a natureza dúplici do poder (coerção e consenso). Esse é um dos elementos que compõem a noção de hegemonia (trabalhada no decorrer deste trabalho). Aqui podemos pontuar como Gramsci dialoga com a tradição da ciência política italiana, *traduzindo* a dupla perspectiva para dentro de sua teorização.

Como nos informa Bianchi (2018), na investigação clássica das fontes do poder político dentro da filosofia política, a tradição italiana destacava-se pela “insistência na dupla natureza do poder político” (p. 166), destacando a unidade entre “a condição do exercício do poder” e “a condição de legitimidade desse poder” (a coerção e o consenso) e posicionando-a como necessária em todas as formas do Estado (BIANCHI, 2018, p. 167).

O Estado é marcado dessa maneira pela presença de elementos que mantêm entre si uma relação tensa de distinção, sem que cada um deles chegue a anular seu par no processo histórico, mas, pelo contrário, cada um moldando e até mesmo reforçando o outro. A separação orgânica desses elementos não é senão uma hipóstase e, como tal, uma arbitrária abstração. Era essa concepção unitária do poder político que Gramsci denominava de “dupla perspectiva” (BIANCHI, 2018, p. 167)

Em nossa interpretação, os dois trechos selecionados (Q1§44; Q6§87), lidos em conjunto, corroboram a existência da dupla perspectiva como elemento de crescente importância no desenvolvimento histórico pelo menos desde a Idade Média²². Isto é, a manutenção do Estado (em forma indeterminada) é um processo complexo que envolve não apenas a repressão, mas o consenso dos governados. Portanto, coerção e consenso compõem, em certa medida, o governo dos mais variados Estados. Contudo, é com o mundo burguês que a expansividade de uma concepção de mundo articulará a dupla perspectiva sob novas condições. Esta ideia, da expansividade da concepção de mundo burguesa, aparece em parágrafo escrito em janeiro de 1932:

A revolução provocada pela classe burguesa na concepção do direito e, portanto, na função do Estado consiste especialmente na vontade de conformismo (logo, eticidade do direito e do Estado). As classes dominantes precedentes eram essencialmente conservadoras, no sentido de que não tendiam a assimilar organicamente as outras classes, ou seja, a ampliar ‘técnica’ e ideologicamente sua esfera de classe: a concepção de casta fechada. A classe burguesa põe-se a si mesma como um organismo em contínuo movimento, capaz de absorver toda a sociedade, assimilando-a a seu nível cultural e econômico; toda a função do Estado é transformada: o Estado torna-se ‘educador’, etc. (GRAMSCI, 1975, Q8§2, p. 937; 2007a, p. 271)

Encontramos uma conclusão parcial importante nesse texto. Se dentro da teoria gramsciana o Estado e seu poder em geral são mirados a partir da dupla perspectiva (coerção e consenso), é somente em relação ao Estado burguês que se extraem as derivações mais

²² A continuação da própria nota mobilizada respalda essa interpretação, nela encontramos referências ao consenso no Estado medieval (GRAMSCI, 1975, Q6§87, p. 763).

profundas dessa perspectiva. A diferença: o novo Estado permite o desenvolvimento do capitalismo e a incorporação crescente de estratos sociais rurais ao modo de vida urbana e, ao mesmo tempo, promove a organização de um novo modo de vida. Estamos diante da construção de um nexo orgânico entre sociedade política e sociedade civil.

O mundo anterior ao burguês era diverso. A organização política era frouxamente centralizada e a vida cotidiana de cada um dos três estados era organizada em bases muito mais autônomas. Em realidade, nessa época, o Estado podia ser compreendido como uma “federação de classes”, onde até mesmo as classes subalternas “tinham uma vida para si, instituições próprias, etc., às vezes essas instituições tinham funções estatais” (GRAMSCI, 1975, Q3§18, pp. 303). Em oposição, o “Estado moderno abole muitas autonomias das classes subalternas, abole o Estado de federações de classe” (GRAMSCI, 1975, Q3§18, pp. 303)²³. Algumas dessas autonomias renascerão, como veremos, sob outras formas, organizadas na sociedade civil. Estamos diante de um fenômeno de centralização territorial e social, uma nova organização da totalidade social. É por isso que, em França, o primeiro momento de entrada na modernidade ocorre a partir da:

iniciativa jacobina de instituir o culto do ‘Ser Supremo’, que surge, portanto, como uma tentativa de criar identidade entre Estado e sociedade civil, de unificar ditatorialmente os elementos constitutivos do Estado em sentido orgânico e mais amplo (Estado propriamente dito e sociedade civil), numa desesperada tentativa de dominar toda a vida popular e nacional, mas que surge também como a primeira raiz do moderno Estado laico, independente da Igreja, que procura e encontra em si mesmo, em sua vida complexa, todos os elementos de sua personalidade histórica (GRAMSCI, 1975, Q6, §87, p. 763; 2007a, p. 244)

O trecho é claro: a formação do estado burguês implica a organização do Estado não apenas enquanto aparato repressivo, mas como organizador da totalidade das relações sociais. O culto ao “Ser Supremo” – elemento mítico da revolução jacobina – é representativo: tem por função alijar o papel de organizar o consenso, exercido até então pela Igreja, reposicionando-o como culto ao Estado, como culto ao novo elemento organizador da nova totalidade social e, agora, sob controle da classe burguesa.

Essa movimentação é complexa e demanda altos níveis de mobilização social. Por isso observamos um processo de alargamento da base social dos jacobinos. Alargamento que ocorreu por uma dupla capacidade desse grupo. De um lado, a universalização dos seus interesses de classe para outros grupos sociais (principalmente, o campesinato e o resto do terceiro estado) a partir da pré-dica igualitária e democrática. Doutro lado, a concomitante

²³ No original: *le classi subalterne avevano una vita a sé, istituzioni proprie ecc. e talvolta queste istituzioni avevano funzioni statali [...] Lo Stato moderno abolisce molte autonomie delle classi subalterne, abolisce lo Stato federazione di classi, ma certe forme di vita interna delle classi subalterne rinascono come partito, sindacato, associazione di cultura.*

incorporação – mesmo que subordinada – dos interesses destes outros grupos sociais em seu projeto de poder, como a mobilização pela reforma agrária:

Rompendo a estreiteza econômico-corporativa que caracterizava as antigas classes feudais, a burguesia criou as condições para a absorção de toda a sociedade a seu universo econômico produtivo por meio da afirmação de uma igualdade abstrata que se afirmava na esfera de um mercado ao qual todos deveriam ter acesso. Ao mesmo tempo alargou as fronteiras da política, incorporando à esfera estatal as classes subalternas por meio da afirmação de uma liberdade que se constituía na esfera dos direitos civis abstratamente iguais para todos. (BIANCHI, 2018, p. 225).

Processo, entretanto, que não é unívoco e não ocorre sem profundos conflitos. A afirmação de uma classe é longa e não pode ocorrer sem uma atitude polêmica diante da classe dirigente precedente (e seu Estado). Portanto, dois movimentos concomitantes contribuem para a fundação do Estado moderno francês: a expansão do caráter dirigente (consenso) dos jacobinos e a neutralização da aristocracia (coerção). O “alargamento dos interesses de classe da burguesia” representa justamente a dimensão consensual do processo. Os jacobinos souberam forjar alianças importantes em torno da sua concepção de mundo e, ao mesmo tempo em que alargavam sua base social, dirimiram o espaço de mobilização da aristocracia (a classe adversária), principalmente a partir da união entre “campo e cidade” (GRAMSCI, 1975, Q19§24, p. 2028). Esse movimento criou “uma relação militar favorável” para a revolução, para proceder com o ataque contra o mundo antigo.

O desenrolar do processo histórico, contudo, evidenciou momentos regressivos e progressivos na conformação do novo Estado burguês. A construção de uma hegemonia é longa. Ainda no período de furor revolucionário os jacobinos encontram os limites de sua proposta universalista²⁴: a “Lei do *Maximum*” e a Lei *Chapelier*²⁵, segundo Gramsci, quebram a aliança entre a burguesia, o resto do terceiro estado e o campesinato. A construção do Estado moderno francês passa, então, por um longo processo de adequação, com altos e baixos, cuja expansão da concepção de mundo burguesa avança (alterando a si mesma nesse processo).

O resultado desse longo processo, de construção do consenso em um ambiente de *concordia discorde* (GRAMSCI, 1975, Q6§63, p. 732), culmina na formação de um regime

²⁴ Que são os próprios limites – materiais – do modo de produção burguês.

²⁵ A *Lei do Maximum* (29/09/1793) estabelecia um tabelamento dos preços tanto para a comercialização de mercadorias, quanto para os salários. Já a *Lei Chapelier* (14/06/1791,) objetivava o fim das associações feudais, mas também o fim das associações de trabalhadores (sindicatos) e foi mantida pelo governo jacobino. Na análise de Gramsci, as mudanças legislativas representaram a “derrota” do movimento expansivo jacobino, uma vez que afastaram as massas proletárias urbanas de Paris em relação ao movimento revolucionário – a solução para a grave cisão, seria a necessidade de uma ditadura, papel exercido por Napoleão I. À proeminência do consenso seguiu-se a forte coerção do período ditatorial, ambos presentes na construção da hegemonia burguesa na França (GRAMSCI, 1975, Q19§24, pp. 2029-30)

mais ou menos hegemônico, cujo traço característico é o equilíbrio entre coerção e consenso. A manutenção do poder estatal deixa de estar calcada apenas no uso (ou ameaça do uso) da força e passa a contar com a mobilização do consenso com o controle da própria classe dirigente²⁶. Esse exercício da hegemonia “normal”, de acordo com Gramsci, no terreno parlamentar, “é caracterizado por uma combinação da força e do consenso que se equilibram, sem que a força suplante muito o consenso, pelo contrário, apareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos assim chamados órgãos da opinião pública” (GRAMSCI, 1975, Q1, §48, p. 59)²⁷.

A nova concepção de mundo dá origem a uma nova situação: ao lado da capacidade expansiva do capitalismo, a capacidade expansiva da concepção de mundo burguesa organiza a totalidade social. O Estado se torna elemento central para a incorporação de contingentes populacionais cada vez maiores ao novo padrão de civilização burguês. A próxima seção perpassa por uma série de parágrafos da obra gramsciana justamente para especificar esse entendimento basilar. A metáfora utilizada por Gramsci para trabalhar com esse movimento é significativa: o *Estado educador*.

1.1.2. O Estado Educador

Os processos de fundação dos Estados modernos europeus, com a tomada do poder pela burguesia, marcam a entrada na modernidade. A estrutura social altera-se profundamente e a outrora dominante concepção de “classe fechada”, marca da rigidez social tanto do feudalismo, quanto do Estado absolutista, é substituída pela noção burguesa de igualdade jurídica abstrata. Essa alteração é importante, pois permite a incorporação molecular das demais classes e grupos sociais à concepção de mundo desenvolvida pela burguesia. Além disso, permite a organização do poder e da totalidade social sobre bases mais amplas, permanentes e consensuais, isto é, permite a formação de uma hegemonia político-cultural.

²⁶ Para Gramsci, esse é um panorama inédito até então. Como vimos acima, a dupla perspectiva do poder político é elemento perene no desenvolvimento da história humana. Entretanto, seguindo o próprio Gramsci no parágrafo oitenta e sete do caderno seis (citado na página 41), a inovação do Estado burguês é a capacidade de organizar um aparelho próprio de hegemonia sob o controle da mesma classe dirigente. Vale lembrar, que durante a Idade Média a aristocracia não possuía um robusto aparelho de hegemonia próprio, dependendo da iniciativa clerical – o aparelho de hegemonia cosmopolita europeu.

²⁷ No original: *è caratterizzato da una combinazione della forza e del consenso che si equilibrano, senza che la forza soverchi di troppo il consenso, anzi appaia appoggiata dal consenso della maggioranza espresso dai così detti organi dell'opinione pubblica.*

Nessa seção procuramos evidenciar como Gramsci compreende esse movimento. A metáfora que emerge dos parágrafos a seguir é a do *Estado educador*, isto é, o Estado que atua para incorporar massas cada vez maiores ao novo padrão de civilização, à nova cultura. Encontramos nos cadernos seis, sete e oito muitos parágrafos que apresentam o esforço de Gramsci de especificar esse ponto. Os três possuem seu início nos meses finais de 1930. Os cadernos seis e sete recebem a maior parte das notas no ano de 1931, ao passo que o caderno oito recebe adições por mais tempo. Enquanto o caderno sete tem sua última nota adicionada em dezembro de 1931 e o caderno seis em janeiro de 1932, Gramsci continua a trabalhar no caderno oito até o mês de maio de 1932. Tomaremos esses cadernos como o momento em que as reflexões iniciais de Gramsci se desdobram com maior riqueza, dada a importância que a discussão sobre o Estado assume nesse momento. Quando pertinente, evidenciamos também as alterações que os textos sofrem, quando da passagem para os cadernos especiais (principalmente, 13 e 19), que indicam movimentos de correção, aperfeiçoamento e aprofundamento dos argumentos. Enfim, não podemos olvidar de cotejar as informações contidas nesse primeiro núcleo textual sobre o Estado com o “último momento de atividade criativa intensa” de Gramsci, como nos informa Bianchi (2018, p. 168). Os textos dos cadernos catorze, quinze e dezessete dão indicativos importantes que inclusive alargam algumas compreensões anteriores.

Sendo assim, um dos primeiros parágrafos escritos por Gramsci nesse “núcleo” das compreensões sobre o Estado, remete à problemática da identificação entre Estado e sociedade civil. Escrito em dezembro de 1930, o sardo aponta nele a necessidade de “distinguir a sociedade civil tal como é entendida por Hegel e no sentido em que é muitas vezes usada nestas notas (isto é, no sentido de hegemonia política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade, como conteúdo ético do Estado)” (GRAMSCI, 1975, Q6, §24, p. 703; 2007a, p. 225). Esse ponto de partida, que pode levar a certas confusões²⁸, posiciona a

²⁸ Num famoso texto, Bobbio utilizará desse parágrafo para propor um profundo distanciamento entre Gramsci e Marx. Para o intérprete, a relação entre “sociedade civil” e “superestrutura” dentro da obra gramsciana faria do sardo um idealista, ao posicionar na superestrutura o caractere ontologicamente primário na explicação da história. De acordo com Coutinho (2007) são dois erros que fundamentam a interpretação de Bobbio: 1) dar à sociedade civil a função de “determinação em última instância” na teoria de Gramsci; 2) conceber a sociedade civil em Gramsci como mediação entre “infraestrutura” e “superestrutura” e não enquanto problema do Estado como indicamos na seção 1.1, no conceito de bloco histórico. Nas palavras do autor brasileiro: “Bobbio examina a questão da sociedade civil em Gramsci em relação com o vínculo de condicionamento recíproco entre infraestrutura e superestrutura, sem ver que o conceito se refere, na verdade, ao problema do Estado: o conceito de ‘sociedade civil’ é o meio privilegiado através do qual Gramsci enriquece, com novas determinação, a teoria marxista *do Estado* [...] esse enriquecimento motiva uma concretização dialética na questão do modo pelo qual a base econômica determina as superestruturas (ou seja, essa determinação é mais complexa e mediatizada onde a sociedade civil é mais forte), isso não anula de modo algum, como vimos também, a aceitação gramsciana do princípio básico do materialismo histórico: o de que a produção e reprodução da vida material, implicando a

sociedade civil, frequentemente, como conteúdo ético do Estado, isto é, como elemento portador da hegemonia do grupo dirigente. Essa observação, contudo, não pode levar à desconsideração da sociedade civil como locus também das relações sociais econômicas, como inúmeros outros momentos da teorização gramsciana apontam. A preferência por trabalhar com o conteúdo “ético” da sociedade civil indica a atenção especial de Gramsci em trabalhar com os elementos do “pré-intencional”. Nesse sentido, poderíamos afirmar que para o sardo o fato da sociedade civil comportar as relações sociais de produção é um elemento “dado”, isto é, basilar e, portanto, sem necessidade de maior especificação.

Cotejemos o argumento do parágrafo vinte e quatro do caderno seis com outros dois parágrafos, escritos quase que no mesmo período. Falamos do parágrafo dez (novembro 1930) e do parágrafo dezesseis (novembro-dezembro 1930) presentes no caderno sete. Em ambos, Gramsci nos fornece uma compreensão da sociedade civil enquanto elemento crucial na manutenção da concepção de mundo burguesa e, portanto, componente do conjunto estatal. A discussão principal remete à estratégia revolucionária. O sardo utiliza de analogias militares²⁹ para compreender alterações históricas no processo revolucionário.

Nesse sentido, afirma que modificações históricas dificultaram o “esquema” clássico da revolução, isto é, o percurso iniciado com uma grave crise econômica que desestruturaria o Estado (aqui entendido como sociedade política, aparelho burocrático-repressivo) e abriria, por sua vez, a possibilidade de tomada do poder. Nessa visão, o elemento econômico (crise) é metaforizado como a artilharia capaz de abrir as fendas na estrutura estatal, necessárias para a irrupção do movimento de tomada do poder rápido, ou seja, o elemento que daria início à “guerra de movimento”. Os casos históricos clássicos dessa perspectiva seriam os das próprias revoluções burguesas, das revoluções de 1848, da tentativa da Comuna de Paris e, por fim, da Revolução Bolchevique de Outubro de 1917.

Tal panorama revolucionário “clássico”, diz o sardo, não condiz mais com a situação de determinados “Estados avançados”. Aqui nosso autor tem em mente as derrotas que os ímpetus revolucionários do proletariado europeu sofreram no curto período histórico de 1918-1923. A derrota da revolução proletária na Alemanha, na Hungria, na Bulgária e do

produção e reprodução das relações sociais globais, é o fator ontologicamente primário na explicação da história” (COUTINHO, 2007, pp. 122-3, *itálico do autor*)

²⁹ Como aponta Liguori (2007) as referências e o vocabulário militares são muito presentes em Gramsci e nos autores de sua época, dados os impactos que a 1ª Guerra Mundial exerceu sobre a população europeia do período. O caso mais explícito dessa influência se dá nos termos “guerra de movimento” e “guerra de posições”, metáforas utilizadas para “definir a passagem da luta política e de classe da época das revoluções-insurreições de feição oitocentista [...] para a época da revolução como transformação morfológica do Estado-sociedade” (p. 247).

incipiente movimento italiano do *Biennio Rosso* (1919-20), implicou numa reconsideração tanto do elemento econômico como “vetor” da revolução, quanto da tática de tomada direta, frontal, do poder (guerra de movimento). Isso porque nesses Estados “a ‘sociedade civil’ tornou-se uma estrutura muito complexa e resistente às ‘irrupções’ catastróficas do elemento econômico imediato (crises, depressões, etc.): as superestruturas da sociedade civil são como o sistema de trincheiras na guerra moderna” (GRAMSCI, 1975, Q7§10, p. 860)³⁰.

Reunindo os três trechos mobilizados, observamos que a noção de sociedade civil compreendida como “conteúdo ético do Estado” (hegemonia política e cultural de um grupo social sobre a sociedade inteira) também é mais rica de determinações sob o mundo burguês, pois implica uma alteração da estratégia revolucionária, quando posicionada num determinado período do desenvolvimento histórico. No trecho a seguir, Gramsci especifica esse panorama diverso a partir de uma metáfora geográfica:

Parece-me que Ilitch havia compreendido a necessidade de uma mudança da guerra manobrada, aplicada vitoriosamente no Oriente em 1917, para a guerra de posição, que era a única possível no Ocidente, onde, como observa Krasnov, num breve espaço de tempo os exércitos podiam acumular quantidades enormes de munição, onde os quadros sociais eram por si sós ainda capazes de se tornarem trincheiras municiaidíssimas. [...] No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e, ao oscilar o Estado, podia-se imediatamente reconhecer uma robusta estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas; em medida diversa de Estado para Estado, é claro, mas exatamente isto exigia um acurado reconhecimento de caráter nacional (GRAMSCI, 1975, Q7§16, p. 866; 2007a, p. 262)

São a partir dessas duas metáforas que se delineiam alguns dos elementos cruciais para o entendimento da categoria de Estado. A guerra de movimento, metáfora para o processo de tomada direta do poder, seria mais adequada no Oriente, a metáfora geográfica para os conjuntos nacionais-populares cuja formação superestrutural é mais desenvolvida em seu caractere mais evidentemente coercitivo (sociedade política, aparato burocrático-repressivo).

De modo diverso, a guerra de posições, metáfora que alude à guerra de trincheiras, aponta para a necessidade de expansão do ímpeto revolucionário para dentro da sociedade civil, ou seja, uma necessidade de “capilarização” da revolução na sociedade civil³¹. Essa, afirma Gramsci, é a alternativa revolucionária para o Ocidente, a metáfora geográfica para os conjuntos nacionais-populares cuja formação superestrutural é mais

³⁰ No original: *la «società civile» è diventata una struttura molto complessa e resistente alle «irruzioni» catastrofiche dell'elemento economico immediato (crisi, depressioni ecc.): le superstrutture della società civile sono come il sistema delle trincee nella guerra moderna.*

³¹ Sobre a perspectiva da teoria gramsciana da hegemonia como teoria do “poder capilar” ver: MORTON, 2007a, pp. 92-95.

desenvolvida em seu caractere mais evidentemente consensual (sociedade civil, aparato privado de hegemonia). Gramsci especifica, em outro parágrafo (fevereiro de 1932), que a hegemonia política, cuja metáfora militar também remete à guerra de posições, só pode nascer a partir da ocorrência de certas premissas (especificando ainda mais a metáfora de “Ocidente”): “as grandes organizações populares de tipo moderno, representando as ‘trincheiras’ e fortificações permanentes da guerra de posições” (GRAMSCI, 1975, Q8§52, p. 973)³².

Cabem alguns comentários a esse primeiro entendimento. Como vimos, o pensamento de Gramsci é contrário a qualquer incrustação determinista, economicista e reducionista. Os pares metafóricos “guerra de movimento e guerra de posições” e “Ocidente e Oriente” são categorias, noções, que auxiliam na pesquisa política. Não podem ser tomados como “tipos ideais”, como na tradição da sociologia weberiana, pois se referem à própria realidade – e não a uma abstração extremada da realidade. São metáforas que auxiliam na compreensão dessa realidade como unidade orgânica. O pensamento gramsciano, atento ao próprio movimento da história, não cede espaço para conceitos rígidos, formais. Nesse sentido, numa própria formação nacional podem existir seções territoriais de caráter “ocidental” ou “oriental”³³.

Sobre a metáfora “Ocidente-Oriente”, um dos casos paradigmáticos para auxiliar nesse ponto é o da própria realidade de nosso autor. Na Itália de sua época o território ao norte apresentava grande desenvolvimento industrial e, conseqüentemente, o “florescimento” superestrutural da sociedade civil, isto é, a proliferação de sindicatos, jornais, associações, clubes e escolas, entre outros, que compõem os aparelhos privados de hegemonia. Contudo, a situação de desenvolvimento do Norte só se garantia, pois “[a] burguesia setentrional subjogou a Itália meridional e as ilhas, reduzindo-as a colônias de exploração” (GRAMSCI, 2004, p. 406). A unidade italiana deu-se como

Hegemonia do Norte sobre o *Mezzogiorno* numa versão territorial da relação cidade-campo, isto é, que o Norte concretamente era um ‘sanguessuga’ que se enriquecia à custa do Sul e que seu desenvolvimento econômico-industrial estava em relação

³² No original: *le grandi organizzazioni popolari di tipo moderno, che rappresentano come le «trincee» e le fortificazioni permanenti della guerra di posizione*

³³ Discutindo sobre as relações políticas entre nacional e internacional Gramsci deixa clara a consciência da fragmentação dentro de um mesmo contexto nacional: “Esta relação entre forças internacionais e forças nacionais torna-se ainda mais complexa por causa **da existência, no interior de cada Estado, de várias seções territoriais com estruturas diferentes e diferentes relações de força em todos os graus**” (GRAMSCI, 1975, Q13§17, p. 1595; 2007a, p. 42 **negrito nosso**). Apontaremos no capítulo terceiro deste estudo como essa compreensão assemelha-se com a proposta desenvolvida por Trotsky – e operacionalizada recentemente por acadêmicos de Relações Internacionais – da categoria de desenvolvimento desigual e combinado (DDC).

direta com o empobrecimento da economia e da agricultura meridional (GRAMSCI, 1975, Q19§24, pp. 2021-2; 2002a, p. 73)

Essa situação fez do Sul italiano, “uma grande desagregação social” (GRAMSCI, 2004, p. 423), marcada pela extrema pobreza da classe camponesa. Essa classe era duplamente espoliada: tanto pelo regime de protecionismo alfandegário – medida que garantia o desenvolvimento industrial ao norte –, quanto pela pequena e média burguesia rural, habitantes das “cidades do silêncio” parasitas que viviam da expropriação dos camponeses (GRAMSCI, 1975, Q19§26, p. 2036). A caracterização gramsciana da situação da Itália, como cindida em estruturas econômicas e sociais completamente diversas, mas profundamente relacionadas, evidencia como as categorias do autor não devem ser tomadas como unívocas. Assim, Oriente e Ocidente enquanto noções que auxiliam na prática política e não enquanto separação rígida da realidade.

Da mesma forma, para o caso das táticas de “guerra de movimento e guerra de posições” não há a possibilidade de tomá-las como absolutas. Gramsci deixa claro que a tática a ser seguida decorre da própria relação de forças em determinado momento. A guerra de posições, por exemplo, emerge da situação cujo inimigo tem por detrás de si uma extensa organização de aparelhos privados de hegemonia (que formam as “trincheiras e casamatas”) e na qual a luta precisa acontecer por aparelhos alternativos de hegemonia e, eventualmente, por dentro desses próprios.

Ficam condicionas à guerra de posição aquelas forças políticas (e/ou militares) levadas à situação de quase imobilidade, seja devido a um equilíbrio resultante da equivalência das forças em presença, seja devido à consolidação de larga superioridade da força adversária, que reduz a(s) outra(s) a uma espécie de resistência recuada. [...] a chamada guerra de posições [...] é uma situação a qual essas forças são levadas independentemente de sua vontade (GALASTRI, 2017, p. 213)

E, além disso, as táticas de luta política não possuem uma característica etapista, isto é, de sucessão pré-determinada no decorrer do desenvolvimento do processo histórico³⁴. No trecho a seguir identificamos como Gramsci compreende a luta de independência indiana como contendo elementos de variadas táticas: “o boicote é guerra de posição, as greves são guerras de movimento, a preparação clandestina de armas e de elementos combativos de assalto é guerra subterrânea” (GRAMSCI, 1975, Q1§134, p. 122; 2007a, p. 124).

³⁴ Outro ponto que sustenta a perspectiva conjuntural da tática de luta política em Gramsci é a asserção do sardo acerca dos *arditi* (grupos violentos compostos por agentes privados) (Q1, §133). Nesse trecho Gramsci critica a utilização do arditismo popular (subalterno) para combater o arditismo sustentado pelas classes dirigentes. As diferenças materiais entre as classes impediam que a tática fosse bem-sucedida no caso das classes subalternas, dada a estrutura material disponível aos grupos ilegais privados da classe dirigente (GRAMSCI, 1975, p. 120). Na interpretação desse trecho, Galastri (2017) aponta como a limitação apontada por Gramsci é *situacional* e não obriga uma a “camisa de força tática” (p. 223).

Feitas as ressalvas a uma possível interpretação mecânica dos pares metafóricos acima identificados, seguimos no nosso intento de especificar pontos de desenvolvimento da categoria de Estado. Comentando um parágrafo sobre a continuidade e a tradição de determinados agrupamentos Gramsci relaciona-o com o “problema jurídico” (GRAMSCI, 1975, Q6§84, p. 757). Aqui estão colocados os elementos principais da visão do Direito dentro do Estado burguês. O Direito é uma forma de educar as massas, ao mesmo tempo em que torna “homogêneo” o grupo dominante.

O objetivo permanece na sustentação e na ampliação do consenso, compreendida como “conformismo social”. Essa perspectiva é altamente crítica de qualquer “hipóstase” jurídica, isto é, a corriqueira atitude de observar o ordenamento jurídico como um elemento “por si só” e capaz de impor limites ao Estado³⁵. Esse movimento de criação do “conformismo social” não ocorre apenas por meio do direito formal, positivado. A própria compreensão do Estado demanda o reconhecimento da importância – às vezes até maior – que o “indiferente jurídico” possui nessa tarefa de expansão da concepção de mundo burguesa:

A atividade geral do direito (que é mais ampla do que a atividade diretiva da sociedade civil, naquelas zonas que os técnicos de direito chamam de indiferença jurídica, isto é, na moralidade e no costume em geral) serve para compreender melhor, concretamente, o problema ético, que na prática é a correspondência ‘espontânea e livremente aceita’ entre os atos e as omissões de cada indivíduo, entre a conduta de cada indivíduo e os fins que a sociedade se propõe como necessários, correspondência que é coercitiva na esfera do direito positivo tecnicamente entendido e é espontânea e livre (mais estritamente ética) naquelas zonas em que a ‘coação’ não é estatal, mas de opinião pública, de ambiente moral, etc. (GRAMSCI, 1975, Q6§84, p. 757; 2007a, p. 240, escrito em março de 1931)

O mesmo Direito pode ser entendido sob dois aspectos. O primeiro, comum, refere-se ao Direito positivado, faz parte da sociedade política e está conectado aos elementos coercitivos do Estado (tribunais, prisões, etc.). Entretanto, justamente por compreender a sociedade política em nexos orgânicos com a sociedade civil, a mirada apenas para esse aspecto do Direito esconde todo o problema ético da moralidade e do costume em geral. O sardo refere-se ao sem número de “regras sociais” e procedimentais, códigos de conduta e “etiqueta” que permeiam a convivência cotidiana dentro da sociedade civil. Assim, o sentido integral do Estado promove uma expansão do próprio conceito de Direito (BIANCHI, 2018, pp. 170-171).

³⁵ Num parágrafo escrito oito meses antes (Q3§142, agosto-setembro 1930), Gramsci comenta justamente sobre essa discussão de limitação das atividades do Estado. Para tal, recupera uma resenha para afirmar que compreendido o “Estado soberano” como a própria “sociedade organizada”, qualquer limitação jurídica ao papel do Estado não passa de mera abstração. Uma vez que o próprio Estado pode modificar o direito, este não pode servir como um “limite” (GRAMSCI, 1975, pp. 399-401).

Numa breve digressão para o tempo presente, o ciberespaço aparece como momento interessante na avaliação dessas “regras sociais”. As redes sociais, como o *Facebook*, tornaram-se palco de embates políticos públicos que, em muitos casos, escancaram posicionamentos “escondidos” no mundo real. A imaterialidade do “lugar não-lugar” que a Internet promove, em conjunto com um suposto anonimato, permite a difusão de discursos pautados no ódio, na intolerância racial, religiosa, sexual e política. Todos esses elementos possuem também uma historicidade e um desenvolvimento próprios e estão relacionados com o desenvolvimento e historicidade da luta de classes e da concepção de mundo dirigente em cada sociedade.

O trecho mobilizado possui ainda pontos importantes. Em primeiro lugar, como a primeira parte demonstra, o Estado é dotado da capacidade de incorporar ou desincorporar regras e procedimentos por meio das leis. Todavia, a visão é necessariamente de reciprocidade: tanto é possível que o Estado intervenha na sociedade civil, alterando ou promovendo determinados comportamentos (como a restrição de determinados costumes), como determinados comportamentos oriundos da sociedade civil podem plasmar-se em novas leis e códigos (as ditas leis de iniciativa popular) na sociedade política.

Assim, o argumento inicial desfaz a abstração liberal do Direito como “expressão de toda a sociedade”, reposicionando-o como mecanismo de adequação da totalidade social à linha de desenvolvimento da classe dirigente – em oposição, o “indiferente jurídico, as normas morais difusas na sociedade”, são expressão muito mais aderentes de uma sociedade. “A função máxima do direito é esta: pressupor que todos os cidadãos devem aceitar livremente o conformismo assinalado pelo direito, de vez que todos podem se tornar elementos da classe dirigente” (GRAMSCI, 1975, Q6§98, p. 773; 2007a, p. 249). Essa perspectiva, continua Gramsci, remonta à “utopia democrática do século XVIII”, isto é, aos primeiros ideólogos burgueses, cuja Razão iluminista estimulava a adesão de estratos sociais crescentes à ideia de “igualdade jurídica”.

Ainda em agosto de 1931, a categoria de Estado ganha mais contornos. No parágrafo 137 do caderno seis, Gramsci comenta sobre um livro novo do francês Daniele Halévy, cuja pesquisa sobre a história política da França aponta como os organismos privados ou grandes funcionários desconhecidos são os principais atores das maiores intervenções políticas, Gramsci explica como esse resultado é esperado. “Mas isto significa, que por ‘Estado’ deve-se entender, além do aparelho de governo, também o aparelho ‘privado’ de hegemonia ou sociedade civil” (GRAMSCI, 1975, p. 801; 2007a, pp. 254-5). A mesma perspectiva aparece um mês depois (outubro, 1931), num comentário sobre escolhas

estratégicas no campo militar e político, afirma que “Na política, o erro acontece por uma inexata compreensão do que é o Estado (no significado integral: ditadura + hegemonia)” (GRAMSCI, 1975, Q6§155, p. 810-1; 2007a, p. 257).

Podemos sintetizar a discussão travada até agora nessa seção a partir de mais um parágrafo escrito ainda no final de 1931. Nele observamos a dupla perspectiva dentro do Estado burguês e avançamos na compreensão dos aparelhos privados de hegemonia, isto é, as organizações, sindicatos, associações, jornais, igrejas, escolas, clubes de cultura, entre outros, que auxiliam na manutenção da dominação burguesa, dominação que ocorre não apenas no aspecto coercitivo, mas também consensual (“conformismo social”).

Estado ético ou de cultura. Parece-me que o que de mais sensato e concreto se pode dizer a propósito do Estado ético e de cultura é o seguinte: todo Estado é ético na medida em que uma de suas funções mais importantes é elevar a grande massa da população a um determinado nível cultural e moral, nível (ou tipo) que corresponde às necessidades de desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, aos interesses das classes dominantes. A escola como função educativa positiva e os tribunais como função educativa repressiva e negativa são as atividades estatais mais importantes neste sentido: mas, na realidade, para este fim tende uma multiplicidade de outras iniciativas e atividades chamadas privadas, que formam o aparelho da hegemonia política e cultural das classes dominantes (GRAMSCI, 1975, Q8§179, p. 1049; 2007a, p. 284)

As atividades que contribuem para a hegemonia política e cultural das classes dominantes são “assim chamadas” (*cosidette*) privadas e não efetivamente privadas. Gramsci dá sinais textuais claros sobre a classificação desses aparelhos, fortalecendo a relação orgânica com o Estado. Utiliza, para tanto, expressões como “organizações ditas privadas” (que aparece também em carta enviada à Tatiana em 7 de setembro de 1931), “organismos designados vulgarmente como ‘privados’” (GRAMSCI, 1975, Q12§1, p. 1518), com destaque para o uso das aspas (GRAMSCI, 1975, Q6§137, p. 801) e o uso do advérbio “vulgarmente” antes de privadas (GRAMSCI, 1975, Q8§130, p. 1020). São todos “sinais e índices da maior importância: dizem-nos que, para Gramsci, tais aparelhos hegemônicos, aparentemente ‘privados’, na realidade fazem plenamente parte do Estado” (LIGUORI, 2007, p. 21), ou melhor, fazem parte do nexo orgânico, entre sociedade civil e sociedade política.

Para especificar a atuação desses aparelhos de hegemonia Gramsci emprega a categoria de “opinião pública” (GRAMSCI, 1975, Q7§83, pp. 914-5. 2007a, p. 265, escrito em dezembro de 1931). Ainda hoje esse termo aparece sob um véu mítico, como elemento que surge essencialmente da sociedade civil. O entendimento gramsciano é diverso. Sua teoria da hegemonia posiciona os elementos que conferem “materialidade” ao processo de intervenção ideológica operado pela burguesia. Isto é, a atenção é dupla: tanto às ideias, quanto aos elementos materiais que sustentam e operam essas ideias. Na contemporaneidade

essa perspectiva é importante, pois ajuda a desnudar a *aparente* imaterialidade do ciberespaço, conduzindo a análise para os elementos de organização da opinião pública com uma expressão *online* cada vez maior. Não teriam as redes sociais e os jornais digitais sedes jurídicas bem definidas, interesses em lucratividade claros e estratégias de mercado pautadas na ampliação crescente do seu público?

Como ponto de conexão entre sociedade civil e sociedade política, a opinião pública recebe estímulos de ambos os lados. Sociedade política e sociedade civil reagem uma sobre a outra. O Estado (classe dirigente organizada em Estado), inclusive, pode atuar para criar preventivamente uma determinada opinião pública, agindo sobre certos elementos da sociedade civil. Para além disso, Gramsci posiciona novamente a riqueza de determinações da dupla perspectiva a partir da fundação da sociedade burguesa, uma vez que a opinião pública, elemento presente em diversos momentos da história, adquire outro significado quando da queda do *Ancien Régime*.

No exercício de reflexão do trecho, e diante da atual conjuntura brasileira, é impossível não pensar nos gastos que recentes governos federais tiveram com mídia e propaganda a fim de “facilitar” a aprovação de reformas “pouco populares” como o teto de gastos, a reforma trabalhista e a reforma do ensino médio. Com as TICs, a criação preventiva da opinião pública que Gramsci menciona tem no ciberespaço um lugar privilegiado. Veremos como o modelo de negócios das empresas de tecnologia, pautados na coleta expansiva de dados dos usuários, facilita essa atividade (seção 1.3.3). A criação de perfis psicológicos cada vez mais completos permite ofertar a peça publicitária específica para as pessoas com maior probabilidade de “recepção positiva” dessa mensagem.

Apenas alguns parágrafos adiante Gramsci complementa essas observações (GRAMSCI, 1975, Q7§103, pp. 929-930). Refletindo sobre sua própria realidade, aponta como a imprensa (jornais) e o rádio dificultaram o “governo normal” da opinião pública. Dada a característica da democracia representativa, cuja “soberania popular” exercita-se, mais ou menos, a cada quatro anos, esses aparelhos de hegemonia são capazes de influenciar fortemente o governo, criando contextos de pânico ou entusiasmo. Daí o interesse em organizá-los e controlá-los. As ondas de manipulação da opinião pública são mais intensas, continua o sardo, nos grupos sociais que não possuem organização (sindical, partidária). Na época apontou as mulheres, em sua maioria ainda afastadas da vida produtiva industrial, e, portanto, distantes dos partidos e sindicatos profissionais, dos clubes de cultura, etc. – ambientes de organização política.

Em mais um elemento de reflexão: pensemos como o sardo lidaria com o ciberespaço, esse turbilhão de informações que atua na subjetividade dos seres humanos em velocidade e intensidade crescentes? É praticamente impossível não relacionar esse pensamento com a atual onda de notícias falsas (conhecidas pelo termo em inglês, *fake news*) elementos que corroboraram na criação de um ambiente favorável à eleição de um presidente de extrema-direita no Brasil em 2018. E, de forma semelhante, a falta de organização política transformou milhões de brasileiros e brasileiras com acesso ao *Whatsapp* em “presas fáceis” dessa manipulação.

Podemos dizer que o panorama intuído por Gramsci desdobrou-se numa complexidade ainda maior. Presenciamos um aumento exponencial dos “aparelhos privados de hegemonia” – agora digitais. A popularização dos *smartphones* e as políticas de “inclusão digital” – promovidas por Estados, reforçando os nexos estabelecidos com a sociedade civil – direcionam grandes contingentes populacionais ao ciberespaço, garantindo a incidência dos novos aparelhos privados – e digitais – de hegemonia.

O movimento que Gramsci procurar demonstrar fica, a cada passagem, mais claro. Compreender as novas determinações da categoria de Estado significa compreender a atuação “estatal” como atuação da classe dirigente e da concepção de mundo dessa classe. A cisão da sociedade em classes deriva da própria organização social da produção, mas não fica restrita apenas ao mundo produtivo.

Na realidade, o Estado deve ser concebido como um “educador”, precisamente porque tende a criar um novo tipo ou nível de civilização; como isso acontece? Devido ao fato de que se opera essencialmente sobre as forças econômicas, que se reorganiza e se desenvolve o aparato de produção econômica, que se inova a estrutura, não se deve tirar a conclusão de que os fatos da superestrutura são deixados a si mesmos, ao seu próprio desenvolvimento espontâneo, a uma germinação aleatória e esporádica. O Estado é uma “racionalização” também neste campo, é um instrumento de aceleração e taylorização, opera de acordo com um plano, preme, incita, solicita etc. (GRAMSCI, 1975, Q8§62, p. 978, escrito em fevereiro de 1932)³⁶

O Estado como manifestação do conflito inconciliável das classes não atua somente na organização e desenvolvimento do modo social de produção. O terreno das superestruturas também sofre da sua iniciativa. Tomado a partir do nexo orgânico entre sociedade civil e sociedade política, o Estado vai além da burocracia e da repressão, organiza

³⁶ No original: *In realtà lo Stato deve essere concepito come «educatore», in quanto appunto tende a creare un nuovo tipo o livello di civiltà; come ciò avviene? Per il fatto che si opera essenzialmente sulle forze economiche, che si riorganizza e si sviluppa l'apparato di produzione economica, che si innova la struttura, non deve trarsi la conseguenza che i fatti di soprastruttura siano abbandonati a se stessi, al loro sviluppo spontaneo, a una germinazione casuale e sporadica. Lo Stato è una «razionalizzazione» anche in questo campo, è uno strumento di accelerazione e taylorizzazione, opera secondo un piano, preme, incita, sollecita ecc.*

o sistema educativo, a imprensa, o sistema universitário, autoriza via legislação as associações privadas, etc. A identificação entre os dois elementos do Estado, a sociedade política e a sociedade civil, ganha contornos ainda mais explícitos nas notas finais do caderno oito. Dois trechos de abril de 1932 são importantes nesse sentido.

No primeiro deles, parágrafo 130 do caderno oito, Gramsci reforça a identificação entre os componentes do Estado (sociedade civil e sociedade política), associando claramente essa identificação com a ideia de hegemonia (aqui compreendida como uma nova civilização, um novo tipo de ser humano e de cidadão, portanto, uma nova concepção de mundo). A sociedade civil aparece relacionada com o “autogoverno”, isto é, a ação individual que está de acordo com a linha de desenvolvimento social da classe dirigente (GRAMSCI, 1975, p. 1020).

A identificação é forte: o indivíduo, envolto nas relações de hegemonia, uma vez que participa da vida social e compõe algumas das diversas associações e sociedades particulares que formam a sociedade civil (GRAMSCI, 1975, Q6§136, p. 800), age “por si só” e, nesse seu agir, corresponde ao sentido esperado pela classe dirigente. Na relação entre o “indivíduo” e a sua “subjetividade”, Gramsci centra seus esforços nos elementos sociais que medeiam esta.

Por isso insistimos num argumento crucial para compreender as novas tecnologias com a teoria gramsciana: o impacto subjetivo do ciberespaço é muito grande e suas consequências ainda são pouco compreendidas. Pensemos nas horas que crianças e adolescentes passam diante de televisores, celulares e videogames. Em 2018 o “internauta brasileiro” ficou, em média, nove horas e catorze minutos conectado à Internet por dia. E desse período, mais de três horas em interação com redes sociais (COELHO, 2018) (contribuindo com a coleta maciça de dados de empresas como o *Facebook*).

Em outra asserção sobre o impacto subjetivo dos aparelhos privados de hegemonia o sardo compreende que, para tratar do assunto genérico da “iniciativa individual”, são elementos necessários para formular a questão:

identidade-distinção entre sociedade civil e sociedade política e, portanto, identificação orgânica entre indivíduos (de um determinado grupo) e Estado, de modo que ‘todo indivíduo é funcionário’, não na medida em que é empregado pago pelo Estado e submetido ao controle ‘hierárquico’ da burocracia estatal, mas na medida em que, ‘agindo espontaneamente’, sua ação se identifica com os fins do Estado (ou seja, do grupo social determinado ou sociedade civil). (GRAMSCI, 1975, Q8§142, p. 1028; 2007a, p. 282)

A teoria da hegemonia tem por foco desnudar os mecanismos da dominação burguesa, a manutenção e desenvolvimento do modo de produção capitalista, a partir da

concepção de mundo fundada na experiência de classe da própria burguesia. A categoria, ao identificar os elementos de mediação social da subjetividade, isto é, identificar uma série de organismos e instituições sociais que atuam, em conjunto com a própria vida familiar e cotidiana, na (con)formação das subjetividades, identifica também uma nova forma de compreender o Estado. Para além do aparelho burocrático-repressivo, Gramsci estabelece os nexos de desenvolvimento recíproco entre esse e a sociedade civil. Compreende como um mesmo “filão organizador” corre por todo o Estado, sociedade política e civil, manifestando seus caracteres coercitivos e consensuais. A sociedade civil desnuda-se num sistema de trincheiras, construídas sobre a hegemonia burguesa e municiadíssimas para prontamente defende-la.

Esse panorama, contudo, não é estático. Gramsci sempre deixou claro que “Há luta entre duas hegemonias, sempre” (GRAMSCI, 1975, Q8§227, p. 1084, escrito em abril de 1932)³⁷. A hegemonia sob a burguesia é forte, porém incompleta, pois pautada numa relação social de produção inconciliável. Como vimos, a criação de uma opinião pública contrária ao estado absolutista foi crucial para o processo de tomada do poder (a formação da hegemonia política burguesa). Atualmente, o terreno do conflito de hegemonias está igualmente aberto, isto é, está cotidianamente marcado por embates. A visão “dinâmica” da hegemonia abre possibilidades para a teorização revolucionária avançar. Para tal, cabe reforçar o ambiente conflitivo da sociedade civil. Gramsci retoma essa discussão novamente a partir de reflexões sobre o Direito.

Como demonstra Bianchi (2018, pp. 165-174), a compreensão orgânica do Direito ganha novos traços e especificações quando cotejada com alguns parágrafos do Caderno catorze. Escritos entre dezembro de 1932 e janeiro de 1933, os trechos mobilizados reforçam a mirada dialética para essa questão. A nova compreensão do Estado implica uma nova compreensão do Direito. Nesse movimento, ocorre com a categoria de “legislador” a mesma expansão que nas compreensões dos “filósofos” e dos “intelectuais”. Assim, “a palavra ‘legislador’ pode ser efetivamente interpretada num sentido muito amplo, ‘até o ponto de indicar o conjunto de crenças, sentimentos, interesses e raciocínios difundidos numa coletividade num dado período histórico” (GRAMSCI, 1975, Q14§9, pp. 1662-3; 2007a, p.298).

Na continuidade desse trecho Gramsci extrai uma série de conclusões. Todas derivam da compreensão da necessária relação entre a legislação e o entorno social. Por isso,

³⁷ No original: *C'è lotta tra due egemonie, sempre*

o legislador não pode atuar como “demiurgo do real” (BIANCHI, 2018, p. 172), promovendo leis que estejam em franca contradição histórica com as tendências da vida social. O legislador não pode ser compreendido como um único indivíduo, uma vez que sua atuação “expressa uma determinada vontade coletiva disposta a tornar efetiva sua ‘vontade’, que só é ‘vontade’ porque a coletividade está disposta a dar-lhe efetividade” (GRAMSCI, 1975, Q14§9, p. 1663; 2007a, p. 298).

Se a relação recíproca, no caso do Direito, impede uma visão unívoca do ato legislativo³⁸, não podemos ceder à tentação de uma observação unívoca da sociedade civil, separando o Direito do Estado como “coercitivo” e as regras de conduta e morais difusas na sociedade civil como “consensuais”. Como Bianchi (2018) aponta, “[s]abe-se desde Durkheim que ‘pressão coletiva’ não deixa de ser uma forma de coerção” (p. 170). Nesse sentido, Gramsci identifica o “máximo” de poder legislativo nos funcionários imediatamente estatais (funcionários eleitos e de carreira), porém “não se pode dizer que os dirigentes de organismos e organizações ‘privadas’ também não disponham de sanções coercitivas, até a pena de morte” (GRAMSCI, 1975, Q14§13, pp. 1668-9; 2007a, p. 302). O caráter coercitivo, apesar de mais diretamente relacionado com a sociedade política, não é inexistente na sociedade civil.

Em comentários sobre a constituição dos Estados Unidos estamos diante de um panorama profícuo para compreender o Estado (GRAMSCI, 1975, Q14§11, p. 1666-7). Gramsci relaciona à violência na sociedade civil, a anuência jurídico-política, apontando como o aspecto “coerção” não possui locus único e, inclusive, pode ser muito presente naquela. A própria “falta de ação” do Estado (sociedade política) é uma ação que complementa o movimento desempenhado por dentro da sociedade civil³⁹. Ao mesmo tempo, desnuda as relações de controle e expansão do “conformismo social” promovidas pelos grupos financeiros com fins político-culturais muito claros.

Esse é um ponto importante, principalmente no que se refere à sociedade civil, que não pode ser considerada em Gramsci como locus unicamente do consenso. Ao contrário,

³⁸ Sem, porém, promover um esgarçamento total do conceito, como as precauções do parágrafo treze do caderno catorze demonstram (GRAMSCI, 1975, p. 1668): apesar de ser possível compreender que todos são legisladores num sentido mais amplo, ainda assim convém distinguir o grupo dos legisladores no “sentido estatal”, isto é, responsáveis não só por elaborar “as diretrizes que se devem tornar norma de conduta para os outros, mas, ao mesmo tempo, [...] os instrumentos através dos quais as próprias diretrizes serão ‘impostas’ e será controlada sua aplicação” (GRAMSCI, 2007a, p. 302).

³⁹ Como não pensar nas milícias brasileiras, flagrante contradição do nosso Estado, que fornece a mencionada anuência jurídico-política para o exercício cotidiano do terror e da opressão do subalterno nas favelas do Rio de Janeiro e São Paulo?

uma visão mais ponderada e dialética dessa problemática emerge de alguns trechos do caderno catorze, também evidenciados por Bianchi (2018). O intérprete brasileiro ressalta o caráter coextensivo e coetâneo da dupla perspectiva maquiavélica (coerção e consenso) em ambos os componentes do Estado.

Sem perder a perspectiva dialética da teorização gramsciana, a interpretação de Bianchi acerca da categoria de Estado aponta para uma relação mais forte, porém não exclusiva, do consenso com a sociedade civil e, na mesma medida, da coerção com a sociedade política. A dupla perspectiva permanece dialética. As fortes adições no caderno catorze apontam claramente que nessa compreensão “os espaços institucionais de exercício das funções de direção e dominação não são exclusivos” (BIANCHI, 2018, p. 174).

Em síntese, concluímos nessa seção nossa recuperação acerca das ideias principais de Gramsci a respeito da categoria de Estado. Na próxima seção, procuramos demonstrar quais são as consequências teórico-práticas para pensar o debate de cibersegurança a partir da noção desenvolvida nessa seção. O panorama fornecido pela teoria da hegemonia permite identificar pontos de conexão entre sociedade política e sociedade civil também no campo cibernético, fornecendo especial atenção para os elementos de colaboração entre o que uma literatura liberal chama de “setor público” e “setor privado” e, nesse movimento, desfazendo a visão corriqueira de antagonismo crescente entre Vale do Silício (e as corporações digitais em geral) e os Estados – a oposição entre a defesa da liberdade *online* promovida pelos primeiros, em contraste com a vigilância proposta pelos últimos.

1.2. Ciberespaço como mais um espaço do Estado

Nesta seção exploraremos com mais afinco a bibliografia que considera o ciberespaço e o debate de cibersegurança. Como ressaltado em nossa introdução, esse é um terreno árido, dado que a maioria dos textos centrados na temática da cibersegurança derivam da tradição de pensamento liberal e realista de Relações Internacionais. Esse fator acarreta um apagamento da perspectiva das classes e dos grupos subalternos. Quando muito, menciona-se o “usuário” das TICs, como indivíduo abstrato, deslocado de suas relações sociais. O leitor notará que a exemplificação do argumento pautará muitos exemplos de ação estatal. Quando possível, procuraremos minimizar esse ponto, propondo reflexões sobre o papel das classes e grupos subalternos dentro do debate de cibersegurança.

Observamos na pesquisa exploratória que a explosão do acesso ao ciberespaço trouxe importantes consequências para o campo das Ciências Sociais. Novos padrões de

comunicação e socialização do conhecimento, novas formas de construção de identidades e de mobilização de pautas, novos objetos de estudo e reflexões... Apesar disso, como destaca Ferrari (2007), a maioria dos estudos sobre o ciberespaço constroem-se a partir de um ponto de vista fenomênico, isolando esse ambiente do entorno social que o originou. O resultado dessa postura é uma visão essencialmente ingênua do ciberespaço, como momento ímpar de superação das desigualdades e das assimetrias sociais, pois no mundo virtual a tirania estatal e os problemas econômicos não teriam mais espaço. A tecnologia assumiria, novamente, o papel de “solução” dos maiores problemas da humanidade. Nas palavras da autora:

Apresentadas como universais e necessárias, abordagens e concepções sobre o ciberespaço são, em geral, herméticas, enigmáticas e de caráter fenomenológico-pragmatista. Nessas concepções, o ciberespaço é entendido como um tempo e um espaço de relações comportamentalistas, um lugar não-lugar onde experiências igualitárias, intersubjetivas as mais inusitadas ocorreriam, forcejando os contornos do futuro da humanidade. O caráter fenomênico das análises pauta-se pelo desprendimento desse lugar não-lugar das relações sociais de produção reduzindo-o a meio fenomênico autônomo de sociabilidade comunicativa entre indivíduos isolados – como mônadas sem janelas (de acordo com Leibniz), mas com *windows*. (FERRARI, 2007, p. 242)

A revisão bibliográfica empreendida para este estudo confirmou a sugestão de Ferrari acerca das leituras fenomenológicas sobre o ciberespaço e identificou alguns matizes. Há leituras apologéticas, como a de Gates (1995) o “gênio” bilionário, responsável pela fundação da *Microsoft*, por anos a maior corporação digital do globo. Identificamos nesse autor a reposição da argumentação liberal quando da primeira revolução industrial, sobre as capacidades da tecnologia – por si só – superarem os problemas humanos, como a desigualdade e a pobreza.

Segundo Gates, as novas tecnologias seriam capazes de criar um “capitalismo sem força de atrito”, a partir da comercialização direta entre produtor e consumidor, eliminando a série de intermediários que, nessa perspectiva, tornariam custoso o comércio e a troca entre os humanos (GATES, 1995, p. 199). Essa ideia remonta às perspectivas de racionalização da produção, de Frederick W. Taylor, extrapolando-as também para o consumo. A racionalização do ato de produzir e de consumir, com as tecnologias digitais, modificaria a sociedade, expandindo a riqueza e diminuindo os custos (BRESCIANI, 2007, pp. 96-8).

Outro exemplo, um pouco mais ponderado, são interpretações pautadas no idealismo filosófico, como ocorre em Pierre Lévy. O filósofo francês, um dos pioneiros no tratamento das questões envolvendo o ciberespaço, como na temática da virtualização

(LÉVY, 1996)⁴⁰, afirmou, em entrevista, que as tecnologias digitais permitiriam, a partir de sua dinâmica intrínseca, um completo revolucionamento da sociedade, sendo capazes, inclusive, de transformar o “capitalismo” em “comunismo”. Assim:

os grupos humanos, no futuro, irão se organizar, sob a forma da inteligência coletiva, e, cada vez menos sob um padrão formal e hierárquico, digamos. Construiremos a sociedade com o aprendizado cooperativo, muito mais que com as relações de poder ou de explorações mútuas. E o faremos porque essa forma de organização irá nos proporcionar mais poder e felicidade (COELHO, 2001)

A mesma desconexão do entorno social e produtivo, associada com capacidades “únicas” das novas tecnologias, aparece até mesmo em perspectivas que se autodenominam “críticas”. Um exemplo é o “construtivismo crítico”⁴¹ presente na dissertação de mestrado de Pereira (2013). A pesquisadora aponta no ciberespaço uma “capacidade intrínseca para reformular os princípios estruturantes da atual ordem internacional” (pp. 61-2). Todavia, tais capacidades erodiriam a partir de movimentações estatais de regulação – e não na intrínseca relação Estado-capitalismo-ciberespaço – frustrando, assim, as tão esperadas mudanças nos “princípios estruturantes do sistema internacional”. Com a análise de documentos oficiais dos EUA, afirma que as “gramáticas” de “soberania” e “segurança” forçariam a reposição do ciberespaço nas configurações padrões do Sistema Internacional, eliminando suas possibilidades revolucionárias.

Sendo assim, nosso intento, ao contrário dessas abordagens, é compreender o ciberespaço a partir do próprio entorno social que o gerou. O presente estudo propõe, assim como Ferrari, estabelecer os nexos entre as tecnologias que permitiram o ciberespaço e o contexto de expansão geográfica do capitalismo capitaneado pelos EUA a partir do pós-2ª Guerra Mundial.

Como sabemos, o fim da guerra marca uma retomada de grandes investimentos internacionais estadunidenses, principalmente em direção à Europa e ao Japão (PAULINO, 2014, pp. 115-19). Em conjunto com os projetos de reconstrução dos aliados e da retomada do crescimento do comércio internacional de bens e capitais surge a necessidade de coordenação

⁴⁰ Sobre a filosofia de Lévy acerca do “virtual” e dos processos de “virtualização” na história humana recomendamos a argumentação desenvolvida por Alves (2002).

⁴¹ Segundo a própria autora, o “construtivismo crítico” seria uma perspectiva teórica que “colapsa” a diferença entre ontologia e epistemologia, reconhecendo tanto a influência do pesquisador no objeto de pesquisa, quanto a sua integração na “constituição das entidades sociais que observam”, por isso, seria uma perspectiva que corrobora a possibilidade de mudança da realidade (PEREIRA, 2013, pp. 12-13). Cabe ressaltar, não endossamos o suposto viés “crítico” desse construtivismo, dado que reconhecemos nele a tentativa da construção de “meios-terminos” teóricos entre propostas metodológicas claramente incongruentes, um problema de ecletismo, como mencionamos em nossa introdução. Nesse sentido, recomendamos a crítica de Passos em relação tanto ao suposto estatuto crítico dessa orientação (PASSOS, 2014a), quanto ao problema do ecletismo nas tentativas de construção de “meios-terminos” teóricos (PASSOS, 2016; 2019).

e organização de um complexo informacional crescente – necessário para gerir o capital mobilizado nessa miríade de projetos. Ferrari ilustra esse movimento como um “fordismo de escritório” (FERRARI, 2007, p. 247).

Ao mesmo tempo, devemos destacar o enorme esforço de guerra estadunidense, responsável pelo emprego, inaudito na história, de grandes recursos humanos e materiais no desenvolvimento de tecnologias e equipamentos. Nesse ponto estão uma das raízes do complexo industrial-militar estadunidense, responsável pelo estímulo e criação de várias tecnologias e, dentre elas, os avanços em eletrônica e comunicação em rede, pré-requisitos do ciberespaço. Além disso, não podemos olvidar o estímulo ao alto nível de gasto em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) que o embate entre EUA e URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) propiciava nesse período. No percurso da corrida armamentista e espacial, desempenhado pelas potências antagônicas logo após o fim do segundo conflito mundial, gesta-se todo um complexo tecnológico que também contribuiu no desenvolvimento das TICs.

Assim, se os passos iniciais da cibernética, como os computadores mecânicos que calculavam as rotas de canhões em navios (WILDENBERG, 2015), remontam ainda ao período da Segunda Guerra Mundial, é apenas na década de 1970 que as empresas privadas estadunidenses – herdeiras⁴² do espólio técnico-científico do período bélico antecessor – avançarão as soluções de processamento de dados baseados na automação e na informática. Grandes investimentos são redirecionados e ocorre uma mudança do eixo dinâmico da economia estadunidense em direção ao “oeste” e às promessas do Vale do Silício.

Essa dinâmica acompanha a ofensiva do capital na tentativa de garantir a manutenção das taxas de lucros (nesse período, novamente decrescentes). A partir das décadas de 1970 e 1980 temos o processo de “reestruturação produtiva”⁴³ capitaneado pelo

⁴² Em sua argumentação, Ferrari destaca que muitas das empresas que passaram a oferecer “soluções informatizadas” de processamento de dados já eram proeminentes fornecedoras do sistema bancário estadunidense desde o final do século XIX, como a IBM e a Bourroughs.

⁴³ Ao longo deste texto assume importância para a argumentação (em especial para o capítulo terceiro) o conceito de “reestruturação das relações sociais de produção capitalista” ou simplesmente “reestruturação produtiva”. Com esse termo referimo-nos aos elementos que indicam, desde a década de 1970, uma transição – parcial e ainda hoje inconclusa – entre as formas de organização e regulamentação da acumulação capitalista. Em primeiro lugar, essa transição, da mesma forma que a transição entre a economia do *laissez faire* dos séculos XVIII e XIX e o fordismo do século XX, nunca é absoluta. Isto é, o próprio caráter do capitalismo implica desigualdades e combinações que ocorrem nas mais diversas configurações espaciais: entre Estados e seções de um mesmo território. Entretanto, é possível discutir padrões que emergem da comparação entre as próprias formas de organização capitalista ao longo do processo histórico. Assim, a partir das sobressalentes (e a partir de 1980 tendencialmente crescentes) características de flexibilização do espaço, do trabalho e da produção na acumulação capitalista emerge a noção de uma “reestruturação produtiva” de caráter diverso do período “fordista”. Encontramos em Harvey (2008 [1989]) uma importante contribuição na caracterização de elementos

Reino Unido sob o governo Thatcher e pelos EUA de Ronald Reagan. A deslocalização da produção, a partir dos complexos logístico-produtivos organizados pelas empresas transnacionais, expandiu ainda mais a necessidade de técnicas e tecnologias capazes de processar o grande volume de informações geradas. A intensificação da rápida valorização das finanças⁴⁴, processo concomitante a esse, também premia pela capacidade de operação e movimentação do capital em ritmos cada vez maiores.

Às pressões produtivas e financistas, colocadas pelo novo modelo de acumulação capitalista, dito “neoliberal”, e às pressões geopolíticas, da corrida espacial-armamentista das potências antagônicas, relacionam-se o surgimento e o desenvolvimento das tecnologias que permitiram o ciberespaço. Nesse processo, observa-se o desenvolvimento recíproco entre estrutura e superestrutura, apresentado por Gramsci (GRAMSCI, 1975, Q10/II, §41.I, p. 1300). Isso porque se, de um lado, as TICs forneceram solução tanto à necessidade de operacionalização de dados em quantidades e velocidades crescentes (relações sociais econômicas), quanto à necessidade de aperfeiçoamento das operações militares, doutro lado,

que indicam essa transição histórica, nas palavras do autor “ainda longe de completar-se” e “passível de ser parcial em determinados aspectos importantes” (p. 163). Com o nome de “acumulação flexível” ou “neoliberalismo” a atual reestruturação produtiva marca-se: a) em relação ao espaço, pelas mudanças de padrão de desenvolvimento desigual, seja em aspecto geográfico (ampliação da deslocalização da produção, novas relações de produção entre centro e periferia, agudização da divisão internacional do trabalho), seja entre os setores produtivos (ampliação do setor de “serviços” em detrimento da produção industrial cada vez mais mecanizada); b) em relação ao trabalho, pelos altos níveis de desemprego estrutural, redução do emprego regular (“para toda a vida” na época do fordismo) e ampliação das formas temporárias, parciais e de subcontratação, que implicam, inclusive, o ressurgimento/ampliação das economias familiares, informais e subterrâneas (formas consideradas “arcaicas”, mas atualmente associadas com as modernas e cada vez mais enxutas linhas produtivas das grandes empresas transnacionais), pelo recurso à crescente participação feminina na produção, geralmente com salários e condições piores (redução dos “custos” com mão-de-obra) e pelo enfraquecimento e fragmentação da organização sindical; c) em relação à produção, pela substituição, em alguns setores, da produção em escala pela produção em pequenos lotes, associada com novas formas de gerenciamento de estoques (como o *just-in-time*), pelas novas configurações produtivas pautadas na subcontratação e terceirização, pela crescente redução no “tempo de giro” tanto da produção, quanto do consumo (de onde surgem novas formas de indução ao consumo, seja com novas estratégias de marketing, seja com a redução da vida útil dos produtos), pela contabilidade criativa ou ainda “empreendedorismo” dos papéis (ilustrados com a “crise dos *subprimes*” ou “derivativos” de 2007/2008), pelas tendências contraditórias de desregulamentação do setor financeiro associada com o crescente papel estatal de credor ou operador de última instância (como ilustram as medidas de “incentivo econômico” lançadas pelo governo dos EUA após a crise de 2008, próximas ao valor de um trilhão de dólares) e pela crescente subordinação do conhecimento científico ao ciclo produtivo (como as universidades que têm seu papel alterado para “incubadoras de startups”). Para mais informações sobre o processo de reestruturação produtiva atual ver também: MORTON, 2010, 2011.

⁴⁴ Referir-nos aqui aos métodos financistas de extração da mais-valia produzida coletivamente, principalmente pelos mecanismos da dívida pública e das bolsas de valores. Nessa consideração não podemos esquecer que o capital financeiro possui múltiplas sínteses com o capital produtivo. Esse é justamente um dos caracteres distintivos da fase contemporânea do capitalismo, o imperialismo. A partir dos anos 70 e 80 observamos um movimento internacional de ampliação do capital financeiro, calcado nas crises da dívida pública e na volatilidade dos mercados. Esse movimento implica uma interpenetração ainda maior entre setor produtivo e financeiro, tornando-os praticamente indistinguíveis. O crescente volume do capital financeiro no período pode ser observado em CORSI, 2014, pp. 143-4.

criaram todo um novo universo comunicacional, subjetivo, cujos impactos ainda são vislumbrados e pouco compreendidos.

É nesse sentido que propomos mirar esse movimento a partir da categoria de Estado desenvolvida por Gramsci. É preciso como primeira tarefa nessa elaboração crítica do debate da cibersegurança, posicionar o ciberespaço também como elemento do nexos orgânico entre sociedade civil e sociedade política. A tarefa pode parecer incoerente, uma vez que a prédica corriqueira é, justamente, apontar o ciberespaço como desafio máximo ao panorama estatal (fronteiras fluídas, anonimato, “empoderamento” individual).

Entretanto, recorrendo ao panorama gramsciano podemos mirá-lo por outra perspectiva. Nascido do mundo burguês, do Estado burguês, o ciberespaço enquanto fenômeno social carrega também uma hegemonia. Mirar o ciberespaço como elemento do nexos orgânico entre sociedade civil e sociedade política implica posicioná-lo como mais um elemento no complexo sistema de dominação burguesa. Isso porque o ciberespaço corrobora com o contínuo processo de acumulação capitalista, garantindo-a tanto ao nível estrutural (a “economia digital”), quanto ao nível superestrutural (seu imenso impacto subjetivo), em cada seção territorial (nacional) da totalidade capitalista.

Como comparação, o rádio e a televisão foram elementos centrais no processo de formação da sociedade de massas fordista. No campo superestrutural, contribuíram na formação de uma mentalidade coletiva pautada no consumo de massas a partir da difusão, agora também massificada, dos princípios morais e éticos do *American way of life*. Tamanho foram os impactos dessas novas tecnologias que inclusive Gramsci debruçou-se sobre alguns deles sob a rubrica do Americanismo e Fordismo⁴⁵.

Da mesma forma, as TICs atuam diretamente no processo de acumulação capitalista, tanto ao nível estrutural, quanto superestrutural. No primeiro desses níveis, garantiram as bases técnicas necessárias⁴⁶ para o processo de reestruturação produtiva, dito neoliberal, facilitando tanto a operacionalização e o controle da produção a milhares de quilômetros de distância, quanto à movimentação “em tempo real” de elevadas somas de dinheiro ao redor do globo. No nível das superestruturas, as TICs alteraram profundamente a relação dos seres humanos com a informação. Referimo-nos tanto à criação de um novo ambiente de comunicação, quanto às novas possibilidades de trocas comunicacionais.

⁴⁵ E, também, como demonstram as citações sobre a relação entre a “opinião pública” e o rádio, mobilizadas na seção 1.1.2.

⁴⁶ Obviamente, em conjunto com desenvolvimentos no campo da logística e dos transportes.

A diferença entre TV e rádio e as novas tecnologias que possibilitaram o ciberespaço é dupla, em intensidade e qualidade. Em intensidade, pois o tempo de penetração do acesso ao ciberespaço (medido pelo acesso aos computadores e à Internet) é mais rápido do que nos casos passados. Além disso, os custos de produção de *hardware* continuam a cair com o progresso técnico e com a tendência de maior mercantilização do *software* ao invés do *hardware*. Em qualidade, pois o ciberespaço modificou aspectos da sociabilidade humana, como as redes sociais, os chats e os fóruns demonstram, e promoveu um novo patamar do relacionamento entre o homem, a máquina e a informação.

A chave é necessariamente dialética. O ciberespaço origina-se do modo de produção social capitalista e têm impacto direto no desenvolvimento desse modo de produção, sob novas bases, agora digitais. Nesse mesmo processo, de características “estruturais”, o ciberespaço “se superestruturaliza”, originando elementos ideológicos, de controle social e mobilização do consenso. O ciberespaço constitui-se, ao mesmo tempo, como espaço de acumulação capitalista e espaço de manutenção e intensificação da acumulação capitalista.

Portanto, ciberespaço como um ambiente sujeito à hegemonia que sustenta a existência de vários aparelhos privados de hegemonia. Compreender o ciberespaço dessa forma auxilia na tarefa de discernir justamente como atuam esses aparelhos no novo ambiente (as corporações digitais, os buscadores *online*, as enciclopédias virtuais, as redes sociais, os jogos eletrônicos, etc.). Significa compreender que, para além da apologia das esperanças trazidas pelo “novo mundo digital”, o ciberespaço é também espaço de articulação do consenso dentro da hegemonia burguesa.

Nesse sentido, encontramos uma primeira dificuldade. Em geral, a pré-dica oferecida sobre a internet posiciona-a como um ambiente “sem fronteiras” e “global”⁴⁷. Todos teriam o acesso democrático à “rede das redes”, com suas fronteiras fluídas que desafiam o panorama estatal (BARLOW, 1996). A Internet e, por extensão, o ciberespaço são vistos como únicos, gerando a “vila global hiperconectada”. É uma visão que leva em conta os aspectos puramente informacionais da internet, como em Machado (2002):

Do ponto de vista do Ciberespaço a localização geográfica é irrelevante: toda informação pode chegar a qualquer lugar. A única referência física é o *hard drive* (disco rígido) do computador, onde está contida informação – ainda que este pode ter sua informação copiada ou ser movido com facilidade através das fronteiras (p. 49).

⁴⁷ Alguns autores, como Hughes (2010) apontam o ciberespaço como engendrando um sistema internacional “pós-westfaliano”.

Contudo, esse panorama não é real. Apesar do alto nível de conectividade, as próprias características infraestruturais da Internet⁴⁸ resultam uma realidade diversa. Cada ponto de troca de informações necessariamente está submetido a uma legislação territorial que, em muitos casos, possui jurisdição não apenas sobre a sua infraestrutura física (prédios, cabos, servidores, etc.), mas também sobre os fluxos eletrônicos, os dados e metadados, que passam por eles. Ao mesmo tempo, os serviços digitais ofertados por sites como *Google*, *Facebook*, *Instagram*, *Yahoo* e *Microsoft*, são desenvolvidos por empresas, com personalidades jurídicas próprias e sujeitas igualmente às legislações nacionais.

Relacionado ao panorama da soberania, o ciberespaço, apesar da retórica apologética, também está dividido (assim como a realidade material) em seções territoriais que poderíamos chamar nacionais. Assim, desfazemos um primeiro impedimento para considerar o ciberespaço como componente da concepção gramsciana de Estado: a aparente contradição entre a “fluidez territorial” desse em relação à rigidez deste.

Ao afirmar que o ciberespaço faz parte do nexó orgânico presente na categoria de Estado, posicionamos o ciberespaço dentro dos contextos nacionais e não numa espécie de “Estado internacional” o que não faria sentido, nem em relação à realidade, nem à obra gramsciana⁴⁹. Temos, portanto, “ciberespaços”, regulados por legislações nacionais diferentes e pautados por características de sociabilização particulares⁵⁰. Esse é um ponto importante, pois reposiciona as discussões de cibersegurança a partir de referenciais nacionais e permite

⁴⁸ Como explica Martins (2012): “a internet não representa uma infraestrutura aberta e descentralizada, pois as ligações efetuam-se via satélite, cabos submarinos e fibra ótica que se ligam localmente a servidores, a *routers* através do *Internet Service Provider* (ISP) e também por meio do *Internet Exchange Points* (IXP), pontos internacionais e companhias de telecomunicações. Se por um lado, a internet representa uma realidade virtual, por outro lado, encontra-se fortemente dependente de estruturas físicas de comunicações que por sua vez se localizam no interior dos Estados.” (p. 38).

⁴⁹ Aqui, escapamos do erro corriqueiro na tentativa de aplicação das categorias gramscianas aos assuntos atuais. Uma simples transposição do ferramental gramsciano pode ocasionar graves erros interpretativos. Como exemplo, a discussão realizada pelos ditos “neogramscianos” é evidente. A partir de Gramsci, autores sustentam a existência de uma “sociedade civil internacional”, procurando, assim, perscrutar a hegemonia existente nessa sociedade internacional. O problema ocorre pela falta de reflexão sobre a unidade orgânica entre “sociedade civil e sociedade política”, presente na categoria de Estado, como vimos. Nesse raciocínio, a suposição de uma sociedade civil internacional “implicaria também pensar um Estado global ou internacional” (PASSOS, 2012, p. 51), o que claramente contrasta com a realidade.

⁵⁰ Aqui os estudos de “cibercultura” ajudam muito a desmitificar a visão “acachapante” do ciberespaço. Cada sociedade possui uma determinada maneira de lidar, por exemplo, com a Internet. Apesar das trocas entre os usuários de diversos países serem muito maiores do que no passado, observa-se uma tendência de manutenção de determinados padrões. Assim, por exemplo, a “cultura brasileira” na Internet é marcada pelo uso intenso de redes sociais (os maiores utilizadores do mundo). Além disso, nos anos de explosão de acesso aos *smartphones*, os altos custos das mensagens SMS fizeram dos brasileiros um dos maiores utilizadores do *Whatsapp*, uma plataforma de troca de mensagens, utilizada tanto para conversas, quanto para divulgação de notícias. Tendência que permanece até os dias atuais, mesmo com o barateamento das mensagens SMS.

compreender melhor, como veremos no capítulo terceiro, as diferentes perspectivas que determinados Estados possuem diante das tarefas de organização e gerenciamento da rede.

Apesar de fragmentado em seções nacionais, o ciberespaço comunga de duas características importantes que minimizam – no nível mais aparente, da navegação na Internet – essa fragmentação: a conectividade e a ubiquidade. Por conectividade entende-se a capacidade de troca de informações (dados e metadados) entre os diversos aparelhos eletrônicos e serviços digitais, não necessariamente construídos a partir do mesmo código fonte. Falamos dos protocolos de navegação, que permitem, por exemplo, que um computador operando o sistema *Windows* localizado no Brasil enviar um e-mail, lido na França, em um celular com o sistema *Android*. O mesmo acontece com as páginas da Web, construídas em linguagens diversas, mas acessíveis a partir de um mesmo protocolo.

Além da conectividade, a característica de “ubiquidade” também auxilia na ideia de conectividade geral proposta pela Internet. Aqui a palavra é utilizada para especificar a “onipresença” da Internet, e por consequência do ciberespaço, no mundo atual. A expansão concomitante das tecnologias como o *smartphone*, a navegação via satélite (2G, 3G, 4G e o futuro 5G) e o *Wi-fi* (sinal de internet sem fio) alteraram profundamente a visão corriqueira acerca da Internet. Se nas décadas de 1980 e 1990 o acesso à “rede das redes” dava-se a partir de um ponto fixo (o cabo *ethernet*), o panorama atual é da possibilidade de acesso ao mundo virtual a partir de qualquer lugar, em qualquer momento.

Em forma muito semelhante à totalidade capitalista, a “totalidade do ciberespaço” é um compósito global, isto é, um todo formado por partes que, ao mesmo tempo em que seguem um determinado sentido, diferenciam-se em múltiplas temporalidades, de padrões de acesso, de legislações regulatórias e de práticas sociais particulares⁵¹. Nesse sentido, cada ciberespaço “nacional” formou-se com características particulares que dialogam tanto com a estrutura de classes interna, quanto com as relações internacionais.

Para além das relações com o sistema internacional, o posicionamento do ciberespaço a partir da categoria de Estado enseja reflexões sobre a relação entre a sociedade civil e a sociedade política dentro desse ambiente. Isto é, a categoria gramsciana de Estado remete, como vimos na primeira parte deste capítulo, às profundas relações entre o “aparentemente privado” e o “público”, político, estatal. Para extrair as considerações dessa postura, a tarefa de tradução precisa ponderar como tais relações – se existentes – acontecem no ambiente cibernético.

⁵¹ Esse ponto será retomado e especificado com maior riqueza no capítulo três.

Portanto, na próxima seção, temos um duplo objetivo. De um lado, apresentar elementos que ponderam a relação entre sociedade civil e sociedade política dentro do ciberespaço a partir do panorama teórico desenvolvido. Doutro lado, apresentar que a retórica corriqueira no campo da cibersegurança, sobre o atual movimento de “territorialização” do ciberespaço, não passa de mais um momento no longo relacionamento entre sociedade civil e sociedade política no mundo digital. Portanto, ao invés de territorialização, propõe-se a ampliação da tarefa de apoio e controle governamentais.

1.3. Desfazendo o mito da relação Estado X Setor Empresarial de Tecnologia

Na pesquisa bibliográfica relacionamos alguns “lugares comuns” encontrados dentro do debate sobre cibersegurança. Dentre eles, chama atenção a quase unanimidade de uma visão demasiadamente rígida na separação entre o “setor privado de tecnologia” e os diversos órgãos componentes dos governos, compreendidos em chave gramsciana como elementos da sociedade política. Assim, os problemas do ciberespaço posicionam-se a partir da cisão entre atores político-governamentais, atores das empresas de tecnologias e um “terceiro setor”, composto por entusiastas dos desenvolvimentos das TICs e normalmente organizados em ONGs (Organizações Não Governamentais) e ONGIs (Organizações Não Governamentais Internacionais). Nessa visão, haveria uma clara tensão (quando não oposição plena) entre os interesses das empresas de tecnologia e os governos.

De um lado *Apple*, *Microsoft*, *Alphabet* [*Google*], *Amazon*, *Facebook*, *Yahoo*, *Twitter* e outras, vistas como as grandes responsáveis pelo desenvolvimento tecnológico do século XXI, marcado pela profusão do uso da Internet a partir dos smartphones e da conexão sem fio. São empresas “inovadoras”, dinâmicas, cuja operação descentralizada numa hierarquia frouxamente organizada ganha admiradores e fãs ao redor do mundo. Essas empresas centrariam seus esforços em fatias de mercado, reputação diante dos clientes e a preocupação cada vez maior com a regulamentação estatal.

Doutro lado concentram-se os Estados, com seus governos e agências reguladoras e de inteligência. Marcados pela rigidez, burocracia e hierarquia da ação estatal, normalmente são vistos como ameaça ao panorama “inovador” e dinâmico das empresas de tecnologia. Principalmente a partir das revelações do *Wikileaks* e, posteriormente, de Edward Snowden, o senso comum posicionou os governos como os elementos mais perigosos da era informacional.

No pano de fundo, em geral, a Internet e as TICs aparecem como elementos conectados intrinsecamente à sociedade civil e, portanto, poderosas ferramentas no combate contra o autoritarismo dos Estados e dos governos. Essa visão inicial se apresenta numa série de teóricos, claramente com matizes diversos. A ideia central é associar o ciberespaço àquilo que identificamos, a partir de Bianchi (2018), como a “visão toquevilliana” de sociedade civil. Neste sentido, certa literatura intenta posicionar a Internet como essencialmente não conflituosa, dinamizadora da economia e das relações sociais e, além disso, como ferramenta univocamente democratizante.

Sendo assim, pululam, no campo da cibersegurança, análises que argumentam no sentido de uma movimentação dos Estados para o ciberespaço, numa espécie de “territorialização” do mundo virtual. Essa é a perspectiva de Segal (2016), cujo livro, *The hacked world order*, apresenta ampla base factual desse processo. Em sua argumentação o autor, membro do *Council on Foreign Relations* (CFR)⁵², aponta como Estados agem para exercer maiores níveis de controle nos seus respectivos ciberespaços. O ano compreendido entre o mês de junho de 2012, data da revelação do vírus Stuxnet, que danificou centrífugas nucleares no Irã, e o mês de junho de 2013, mês do início das revelações de Edward Snowden, marca, para Segal, o “Ano Zero” nos debates e políticas para a cibersegurança. Principalmente a partir desse período, o movimento em direção a uma territorialização dos ciberespaços seria explicitado globalmente, promovendo maiores discussões acerca dos problemas de cibersegurança.

Avançando na tarefa de tradução das temáticas de cibersegurança desde uma perspectiva gramsciana, pretende-se avaliar esse argumento à luz da categoria de Estado. A hipótese que emerge nesse momento é uma mudança de perspectiva: o desenvolvimento do ciberespaço, desde seus anos iniciais, sempre compreendeu a interferência estatal em seus rumos. Nesse sentido, as recentes movimentações de governos no campo de cibersegurança representam mais um episódio numa relação de desenvolvimento intrínseca, entre Estado e ciberespaço. Em outras palavras, o desenvolvimento do ciberespaço também apresenta as profundas relações entre sociedade civil e sociedade política identificadas por Gramsci no começo do século XX. O momento atual, de grandes movimentos estatais no campo da cibersegurança, seria apenas mais um capítulo no processo de “ampliação” do Estado para a sociedade civil, agora cada vez mais “cibernética”.

⁵² O CFR é um dos maiores *think tanks* estadunidenses sobre política externa, fundado em 1921. O livro de Segal é uma publicação oficial do CFR, o que eleva a sua credibilidade no *mainstream* do campo das Relações Internacionais.

Com isso, não pretendemos minimizar as claras contradições que se apresentam no debate sobre cibersegurança entre “setor privado” e “governos”. Isto é, em determinados assuntos há uma nítida separação entre os interesses das frações de classe que representam as grandes corporações de tecnologia e os interesses das frações de classe presentes nos governos. Porém, tais desencontros não dirimem o fato da relação orgânica, em nível estratégico, entre essas mesmas corporações e seus governos nacionais. Trata-se de uma tarefa de compreensão desses laços orgânicos, formados no desenrolar do processo histórico, para uma interpretação crítica do debate de cibersegurança. Afinal, de que segurança falamos?

Dessa forma, nossa discussão percorrerá três pontos principais: a) a história de grande intervenção, apoio e subsídio que o governo dos EUA deu para o desenvolvimento da Internet em seus anos iniciais; b) as somas de dinheiro que os Estados direcionam para o ciberespaço e, especialmente, para a área de cibersegurança; por fim, c) as atuais formas de colaboração entre Estado e setor privado, principalmente no campo da vigilância estatal, a partir das revelações de Snowden, e na cooperação em segurança de redes. Nosso objetivo é reforçar a perspectiva do relacionamento entre o desenvolvimento das TICs e do ciberespaço com o suporte estatal.

1.3.1. O Estado SEMPRE esteve aqui

As notícias, livros e filmes que retratam os anos iniciais do desenvolvimento das tecnologias que permitiram a Internet e o ciberespaço comumente reforçam uma visão “mítica” desse período. Referimo-nos ao “mito do Vale do Silício”, cujos jovens desinteressados e extremamente inteligentes inventaram tecnologias, nas garagens de suas casas, que transformaram radicalmente o mundo. O computador, a comunicação em rede e o desenvolvimento da Internet seriam episódios da pura imaginação e criatividade humanas, desconectados, nesse momento inicial e inventivo, das ambições do mercado, dos governos e dos Estados.

Essa imagem, presente até hoje no senso comum, carrega muito daquilo que Fernandes (2012) chamou de “utopias libertário-anarquistas”, calcadas no discurso *cyberpunk* da década de 1980. Entusiastas das novas tecnologias apresentavam, antes da explosão comercial da Internet (a partir da segunda metade da década de 1990, com o *e-commerce*), um novo mundo, contrário ao panorama vigilante e controlador das tiranias estatais. Em fevereiro de 1996, Barlow plasmou essas ideias numa declaração de “independência do ciberespaço”, cujos trechos iniciais reproduzimos:

Governos do Mundo Industrial, vocês, gigantes cansados de carne e aço, eu venho do Ciberespaço, o novo lar da Mente. Em nome do futuro, peço a vocês do passado que nos deixem em paz. Vocês não são bem-vindos entre nós. Vocês não têm soberania onde nos reunimos. Nós não temos governos eleitos [...] Eu declaro o espaço social global que estamos construindo a ser naturalmente independente das tiranias que vocês tentam nos impor. Vocês não têm o direito moral de nos governar nem de possuir quaisquer métodos de coação a que tenhamos razão real para temer (BARLOW, 1996)⁵³

Aqui aparecem os principais elementos dessa retórica. O ciberespaço foi um ambiente criado coletivamente e, por esse fator, não admite nenhuma autoridade central. As tecnologias de comunicação em rede, pautadas na estrutura *end-to-end*⁵⁴, trariam poderes que antigamente ficavam restritos aos aparelhos governamentais e grandes corporações capitalistas. Tudo isso acrescido da desnecessidade de identidades fixas, rígidas. No ciberespaço os corpos físicos inexistem, dando espaço para personalidades construídas e mantidas essencialmente na propagação de ideias sobre si.

O presente estudo apresenta uma visão diversa dessa perspectiva, sem desconsiderá-la em totalidade, como veremos. O ciberespaço foi um ambiente propiciado por uma série de tecnologias desenvolvidas num determinado contexto histórico, sob um determinado modo de produção social. O histórico dessas tecnologias revela um movimento interessantíssimo e carregado de contradições. Ao mesmo tempo em que o financiamento estatal foi crucial para a pesquisa e desenvolvimento, a comunidade acadêmica e os entusiastas da informática não deixaram de plasmar suas perspectivas e ideais na arquitetura daquilo que hoje chamamos de Internet.

Assim, fruto de um desenvolvimento contraditório, a partir das trocas entre as agências governamentais e as comunidades acadêmicas e *cyberpunk*, temos as tecnologias de comunicação em rede. Para uma breve contextualização histórica, em 1969⁵⁵ o Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América (EUA) iniciou um projeto de conexão em rede entre poucos computadores de uso militar denominado ARPANET e em 1972 desenvolve-se o protocolo TCP/IP (*Transmission Control Protocol/Internet Protocol*)— base da troca de

⁵³ No original: *Governments of the Industrial World, you weary giants of flesh and steel, I come from Cyberspace, the new home of Mind. On behalf of the future, I ask you of the past to leave us alone. You are not welcome among us. You have no sovereignty where we gather. We have no elected government [...] I declare the global social space we are building to be naturally independent of the tyrannies you seek to impose on us. You have no moral right to rule us nor do you possess any methods of enforcement we have true reason to fear.*

⁵⁴ *End-to-end* é um princípio de design de rede que preconiza, em linhas gerais, que na comunicação em rede as informações transmitidas fiquem contidas nos nós finais (isto é, os usuários) e não em nós intermediários.

⁵⁵ É claro que uma recuperação histórica abrangente do desenvolvimento do ciberespaço deve levar em conta também os desenvolvimentos nas indústrias de tecnologia anteriores à criação da Internet, principalmente no campo da microeletrônica (transistores, chips e microchips) e programação, muitos desses originados a partir do contexto da 2ª Guerra Mundial (como mencionamos na seção 1.2). Para uma recuperação desses processos recomendamos: CASTELLS, 2002, pp. 75-92.

informações digitais (NYE JR, 2010, p. 3). No começo da década de 1980 observamos a transição do já amplamente utilizado sistema militar ARPANET pelos protocolos TCP/IP, os primeiros endereços online surgem também nesse período. Em 1982 versões rudimentares de caixas eletrônicos e telefone bankings poderiam ser encontrados dentro dos EUA. Somente em 1989 temos a abertura do que hoje reconhecemos por “*World Wide Web*” (WWW, a conexão internacional de computadores pelo protocolo desenvolvido em 72). Domínios atualmente muito acessados como o “Yahoo.com”, “Google.com” e “Amazon.com” surgem apenas na segunda metade da década de 1990 (CHOUCRI, 2012, p. 50).

No começo, as tecnologias de comunicação em rede tinham por preocupação central a interoperabilidade. Os acadêmicos responsáveis pelos projetos visavam a melhorias no sistema de trocas informacionais entre máquinas, aperfeiçoando o que hoje conhecemos por convergência digital. Nos anos iniciais o interesse central do ARPANET era a criação de um sistema não-hierárquico, descentralizado e resistente a irrupções, para ser utilizado principalmente pelas forças armadas estadunidenses no contexto da Guerra Fria. Contudo, o desenvolvimento dessas tecnologias passou pouco-a-pouco a focar na interoperabilidade, especialmente para prover a utilização dos restritos “supercomputadores” de então por acadêmicos nos vários pontos dos EUA e, logo, na Europa e no mundo (SEGAL, 2016, p. 207).

Todavia, se esses acadêmicos operavam a certa distância dos governos, mesmo assim estavam sob seus “radares” (SEGAL, 2016, p. 208). O interessante aqui é reter que, desde os primeiros momentos o desenvolvimento da Internet sempre esteve conectado com a influência estatal, seja nos financiamentos direcionados à pesquisa, seja no gerenciamento da tecnologia criada. O crescimento da tecnologia – e os prognósticos acerca das suas potencialidades – trariam os governos para o primeiro plano.

O pioneirismo estadunidense possibilitou uma rápida movimentação estatal, no sentido de garantir o controle da base do funcionamento da Internet em seu solo. A posição privilegiada dos EUA neste contexto histórico, como única superpotência existente e líder no processo de reestruturação produtiva, respaldou esse movimento. A hegemonia do mundo material auxiliou na construção da hegemonia no mundo virtual.

Em julho de 1997, os Estados Unidos publicaram um ‘green paper’ solicitando propostas de uma corporação privada, sem fins lucrativos, que assumiria o controle do sistema de nomes de domínio⁵⁶. O novo órgão, que viria a ser conhecido como a

⁵⁶ O DNS (sigla em inglês para Sistema de Nomes de Domínio) compõe um aspecto infraestrutural da Internet. Numa simplificação explicativa: toda informação disponível na Internet encontra-se “armazenada” num determinado computador que possui um determinado endereço de IP (*internet protocol*), representado por um código numérico. Os códigos numéricos são “traduzidos” em endereços alfanuméricos (como

Corporação da Internet para Atribuição de Nomes e Números (ICANN), foi incorporado sob as leis da Califórnia em 1998. O Departamento de Comércio assinou o contrato da IANA com a ICANN e autorizou a ICANN a alocar endereços de IP e editar o arquivo de zona raiz, a lista principal de todos os nomes de domínio de nível superior. O Departamento de Comércio aprovaria quaisquer alterações no arquivo da zona raiz. (SEGAL, 2016, p. 209)⁵⁷

Assim, garantia-se o controle do governo estadunidense sobre um dos pontos principais para os rumos da Internet. Segal comenta como essa posição recebeu críticas, inclusive dos governos aliados da Europa, por ser muito centrada nos EUA. As pressões por um gerenciamento multilateral da Internet fizeram a administração Clinton anunciar o processo de internacionalização do ICANN no ano de 2000. Esse movimento, contudo, aconteceu apenas dezesseis anos depois, com uma série de adiamentos por “motivos técnicos”. Os encontros internacionais sobre o tema, organizados sob o patrocínio da ONU (Organização das Nações Unidas) e de sua agência para o setor de comunicações, a União Internacional de Telecomunicações (UIT, ou ITU, em inglês), dos quais se destaca o *World Summit on the Information Society* (WSIS), foram palcos do “furioso” lobby estadunidense “contra qualquer alteração no status do ICANN” (SEGAL, 2016, pp. 209-11).

A retórica estadunidense posicionava a Internet como elemento essencialmente privado, apontando que a submissão dos padrões cibernéticos ao controle estatal (mesmo que multilateral) abriria espaços para governos não democráticos implementarem a censura, a vigilância e a perseguição virtual. Esses riscos só seriam combatidos se o governo dos EUA, em associação com o ICANN, um órgão de “direito privado”, continuassem em seu papel benevolente e independente de qualquer outro governo. Sobre essa questão, cabe destacar o envolvimento mútuo entre o corpo diplomático estadunidense e as empresas estadunidenses de tecnologia, com falas de membros do setor privado ressonando as aspirações de manutenção do regime “privado” de governança da Internet (Segal, 2016, p. 211).

A avaliação desse episódio a partir da categoria de Estado desenvolvida anteriormente permite evidenciar, desde o início da Internet, relações orgânicas entre o setor empresarial de tecnologia estadunidense (um dos elementos da sociedade civil) e elementos da sociedade política dos EUA no sentido de garantir o controle sobre o caminho das TICs.

“marilia.unesp.br”) de fácil memorização e organização pelos seres humanos. Assim, há uma gestão hierárquica dos nomes de domínio, que garante a correspondência exata entre um endereço de IP e um nome de domínio.

⁵⁷ No original: *In July 1997, the United States published a green paper asking for proposals for a private, nonprofit corporation that would take over the domain name system. The new body, which came to be known as the Internet Corporation for Assigned Names and Numbers (ICANN), was incorporated under California law in 1998. The Department of Commerce signed the IANA contract with ICANN and authorized ICANN to allocate IP addresses and edit the root zone file, the master list of all top-level domain names. The Department of Commerce would approve any changes in the root zone file.*

Identificados como uma forma de manutenção da pujança econômica e liderança internacional estadunidense, o ciberespaço e a Internet foram reconhecidos explicitamente como elementos de expansão da hegemonia desse Estado. Houve uma nova acomodação de interesses entre as frações das classes dirigentes, promovendo a construção de uma estratégia de longo prazo. O *lobby* conjunto, do corpo diplomático e empresas de tecnologia, assegurou o controle sobre o ICANN. A Internet passava, paulatinamente, a compor a plataforma de política externa dos EUA.

Começando no final de 1994 e continuando até o presente, os formuladores de políticas dos EUA iniciaram e sustentaram uma política de redirecionar a Internet como uma plataforma para a expansão dos produtos e ideais políticos americanos (*sic*) [estadunidenses/norte-americanos]. Do ponto de vista dos formuladores de política estadunidenses, o propósito social da Internet na era pós-Guerra Fria era servir como uma plataforma para expandir o comércio de livre-mercado e a liberdade de expressão, expandir globalmente informações e o intercâmbio econômico (KIGGINS, 2014, p. 169)⁵⁸

Nessa perspectiva, seria no mínimo ingênuo acreditar numa rígida, forte e total separação entre os interesses das grandes corporações digitais e a sociedade política nos EUA. Como nos informa Gramsci, sociedade civil e sociedade política encontram-se organicamente conectadas, de tal modo que uma separação entre ambas é apenas metódica, com fins analíticos. A categoria de Estado reposiciona as discussões de cibersegurança a partir desse entendimento. As rugas e conflitos entre setores da sociedade civil e setores da sociedade política dentro dos EUA representam processos de ajustes de interesses e não uma crescente lacuna entre os interesses das “empresas de tecnologia” e o “governo” em Washington, como propõe Segal (2016, p. 23) ou ainda Kassab (2014).

No que se refere às preocupações sobre a “segurança” das redes, recuperamos o importante estudo desenvolvido por Michael Warner (2012) para ressaltar, tanto as relações orgânicas acima mencionadas, quanto seu caráter estadocêntrico. O historiador apresenta como desde a década de 1960 preocupações com a segurança de dados guardados em computadores apareciam em discussões nas casas legislativas, agências de inteligência e ambientes acadêmicos dentro dos EUA. Com a comunicação de computadores em rede dando seus primeiros passos, com o *multiprogramming*⁵⁹, Bernard Peters, então diretor da NSA

⁵⁸ No original: *Beginning in late 1994 and continuing to the present, US policy-makers initiated and sustain a policy to repurpose the Internet as a platform for the expansion of American products and political ideals. From the view of US policymakers, the social purpose of the Internet in the post-Cold War era is to serve as a platform for expanding free-market commerce and free speech, for globally expanding information and economic exchange.*

⁵⁹ O *multiprogramming* constituiu uma das primeiras comunicações em rede da história da computação. O conceito se refere ao uso de um computador por vários usuários. Nessa época, os computadores eram máquinas enormes, caras e com uma manutenção custosa. A comunicação em rede permitiu o acesso ao poder de processamento dessas máquinas a distância, mediante pagamento de alugueis por “tempo de processamento”.

(*National Security Agency*) em 1967, “concluiu que a segurança não pode ser obtida em um sentido absoluto num sistema de multiprogramação equipado com terminais remotos e que qualquer introdução de dados sensíveis no sistema deve considerar a probabilidade de comprometimento.” (WARNER, 2012, p. 783).

A partir dessa e de outras declarações e relatórios, surgidos nos primeiros anos do ciberespaço, Warner propõe uma periodização das principais preocupações no campo da cibersegurança. Nas décadas de 1960 e 1970, a preocupação central recaía sobre a integridade dos dados e das máquinas (*hardware*) que abrigavam esses dados. A partir de metade da década de 1980, a segurança das redes começou a despontar como questão principal (WARNER, 2012 p. 793).

Estudos e relatórios apresentavam, desde o começo da década de 1970, os riscos ao comprometimento de dados do governo. As relações orgânicas entre Estado e sociedade civil também se manifestavam. Em 1974, a IBM ganhou uma licitação do *National Bureau of Standards* (NBS) para fornecer seu algoritmo de proteção de dados (já usado comercialmente na proteção de transações bancárias) ao governo dos EUA. As compras estatais são importantes mecanismos de financiamento direto ao setor de tecnologia, como veremos mais à frente.

Relações orgânicas que não significam um automatismo ou uma desconsideração dos complexos processos de acomodação de interesses governamentais, das empresas de tecnologias e das diversas associações e organizações da sociedade civil. Esses processos são tomados neste estudo como organização das diversas frações da classe dirigente. Como um exemplo de “desencontro” desses interesses, em 1987 o Congresso dos EUA aprovou uma lei amplamente defendida por associações da sociedade civil estadunidense, preocupadas com a proeminência que agências militares e de inteligência tinham no lide com as questões de cibersegurança.

A *Computer Security Act* alterava a diretiva executiva lançada por Ronald Reagan em 1984, dividindo a tarefa de proteção das redes governamentais, antes responsabilidade exclusiva da NSA, em duas agências. Em julho de 1990, o presidente George H. W. Bush implementou essa lei, com a diretiva NSD-42. A partir de então, caberia à NSA a proteção e vigilância apenas das redes “classificadas” (.gov e .mil). As demais redes federais seriam protegidas pelo *National Institute of Standards and Technology* (NIST, o antigo NBS) (WARNER, 2012, p. 789). A acomodação de interesses partiu, nesse ponto, da sociedade

Nesse sentido, companhias, agências governamentais e acadêmicos, em distintas localidades dos EUA, poderiam usar os cálculos das máquinas informáticas, mesmo sem possuí-las. (WARNER, 2016, p. 783)

civil, sendo bem recepcionada e trabalhada na sociedade política estadunidense. A alteração garantiu o desenvolvimento das empresas de tecnologia sem a tutela de uma agência excessivamente militarizada⁶⁰, como é o caso da NSA, manifestando o interesse de frações das classes dirigentes ligadas à indústria digital de maior flexibilidade em seus negócios.

Em outro caso, coube aos elementos da sociedade civil, novamente em associação com as agências de inteligência do governo dos EUA, a elevação da consciência dos departamentos de Estado acerca da cibersegurança. O exercício encomendado à RAND Corporation, um dos maiores *think tanks* estadunidenses, com profundas relações com o complexo industrial-militar desse país, demonstrou o grau de agudeza que os problemas de segurança no ciberespaço poderiam alcançar em ataques a infraestruturas e redes secretas nos EUA. Conduzido entre janeiro e julho de 1995, o teste deixou claro o alto grau de vulnerabilidade das redes estadunidenses, elevando a preocupação do governo com essas questões (WARNER, 2012, p. 795). A cibersegurança emergia, centrada na segurança das redes governamentais, das infraestruturas críticas e das corporações digitais, ou seja, um referencial estadocêntrico.

Em síntese, apresentamos alguns pontos que sustentam a perspectiva aqui adotada. A percepção atual, de uma movimentação estatal para “territorializar” o ciberespaço desconsidera o histórico de apoio, financiamento e reforço que governos e agências estatais deram para o desenvolvimento do ciberespaço. As relações orgânicas entre sociedade política e sociedade civil manifestaram-se tanto na defesa da proeminência estadunidense no gerenciamento da Internet, quanto na elevação da consciência de setores governamentais acerca da cibersegurança. Mais uma vez, essa perspectiva não aponta para um alinhamento automático entre ambos. O próprio desenvolvimento da política burguesa dentro do EUA criou mecanismos sofisticados de resolução de controvérsias entre as diversas frações da classe dirigente, setores da sociedade civil e sociedade política. O exemplo elencado nesse ponto, a alteração das responsabilidades da NSA em 1987, via legislação, apresenta um desses mecanismos.

Contudo, não defendemos a inexistência de uma nítida diferença de intensidade nas ações estatais em busca de “cibersegurança” no período atual, principalmente a partir da dos anos 2000. Os governos passaram a gastar ainda mais dinheiro, a traçar estratégias de ação e, em alguns casos, a aproveitar mecanismos cibernéticos em operações militares e de espionagem. Numa metáfora, se nos anos iniciais as “rédeas” dos governos, na coordenação e

⁶⁰ Porém, sem impedir as nebulosas colaborações entre os dois setores, como veremos na subseção 1.3.3.

direcionamento das novas tecnologias, estavam afrouxadas, porém presentes, no contexto mais atual observamos que estão mais rígidas. Essa é justamente a temática da próxima seção.

1.3.2. O Estado que preme, incita e solicita

Outro ponto que sustenta a pertinência do referencial gramsciano se refere aos investimentos estatais no campo digital. A fim de fortalecer nossa argumentação, a partir de maior base factual, avançaremos alguns anos na história do ciberespaço para demonstrar como as crescentes preocupações com a cibersegurança estimulam maciços investimentos estatais nesse setor. Nesse ponto, as relações entre as empresas de tecnologia e as agências governamentais remontam ao argumento gramsciano da “aparência privada” de muitos dos aparelhos de hegemonia. Nossa referência permanece os EUA, mas conta com asserções sobre outros contextos nacionais.

A importância do ciberespaço e da Internet para a sociedade política dos EUA atesta-se na permanência do objetivo estratégico de manutenção da liderança estadunidense nessas tecnologias. Na administração Obama (2009-2016) o ciberespaço ganhou lugar de destaque, a partir da implementação de estratégias, políticas específicas e aumentos expressivos no financiamento de cibersegurança. Howard e Da Cruz (2017, pp. 08-9) apresentam exatamente esse panorama, refletindo sobre a continuidade das políticas cibernéticas entre as administrações estadunidenses. Desde a administração Clinton a política cibernética é uma área de reforços crescentes, independentemente das discussões do espectro partidário.

Os reforços da administração Obama são múltiplos. Ao longo dos dois mandatos, três documentos importantes foram lançados: 1) “*Cyber Policy Review*” (ESTADOS..., 2009), uma revisão geral de todas as políticas do governo estadunidense para o ciberespaço até então, da situação das redes classificadas e desclassificadas, com planos de ações para o primeiro mandato; 2) “*International Strategy for Cyberspace*” (ESTADOS..., 2011), documento central na estratégia de mobilização internacional dos EUA para avançar regulamentações sobre o cibersegurança, repõe argumentos tradicionais de política externa desse país, como a cooperação com “Estados com pensamentos semelhantes” (*like-minded States*) e a reafirmação da possibilidade de retaliação (inclusive com meios físicos, materiais) para promover a dissuasão em relação a ataques cibernéticos; 3) “*Cybersecurity National Action Plan*” (ESTADOS..., 2016), documento legado para seu sucessor, Donald Trump, propõe a elevação de investimentos no campo da cibersegurança, além de medidas como a

aplicação de protocolos de segurança em várias agências do governo. Além dos documentos, a administração estabeleceu ações que vão desde a criação de novos cargos, como o de “Chefe de Cibersegurança”, até a fundação de um comando militar exclusivo para ações militares (ofensivas) no ciberespaço, o *United States Cyber Command* (USCYBERCOM)⁶¹.

Na relação com a sociedade civil, além das exortações à cooperação com o “setor privado”, políticas de incentivo à formação de pessoal capacitado na área de cibersegurança chamam atenção. Aqui é impossível não relacionar a reflexão gramsciana acerca do Estado educador que incita determinadas orientações na sociedade civil. Outro exemplo importante são as campanhas de “inclusão digital”, nítido esforço das classes dirigentes em promover as tecnologias digitais. Em 2009, a administração apresentava

Além da evidente preocupação em alertar os cidadãos para os riscos da internet, [...] **o direcionamento de civis mais capazes para áreas de educação ligadas às matemáticas e às ciências**, com o objetivo de formar forças de trabalho civis que protejam a “vantagem competitiva da Nação” e sustentem a sua posição de liderança (PEREIRA, 2013, p. 50)

Situação muito parecida com o Estado de Israel. A intervenção estatal na criação de “vantagens competitivas” no campo da cibersegurança estimulou um complexo acadêmico-industrial-militar “de ponta” no campo digital. O isolado país do Oriente Médio possui hoje mais companhias listadas no NASDAQ (a bolsa de valores de companhias digitais dos EUA) do que qualquer outro país afora os próprios EUA. “*Amazon, Dell, Intel, Microsoft, Google, Cisco*, e outras gigantes tecnológicas possuem centros de pesquisa e desenvolvimento importantes em Haifa, Herzliya, e Tel Aviv” (SEGAL, 2016, p. 19)⁶².

O rápido desenvolvimento tecnológico de Israel é satisfatoriamente compreendido a partir da categoria de Estado desenvolvida por Gramsci. As relações orgânicas entre sociedade política e sociedade civil sedimentaram o percurso de desenvolvimento tecnológico nessa localidade. São exemplos a fundação de empresas de tecnologia por ex-integrantes da unidade 8200 das forças armadas (relacionada com atividades no ciberespaço), a criação de uma “Autoridade Nacional de Defesa Cibernética” com orçamento de US\$500 milhões de dólares e a criação de programas universitários em cibersegurança (SEGAL, 2016, p. 19)

⁶¹ A iniciativa para criar o USCYBERCOM aconteceu em 2009, procurando aperfeiçoar as operações cibernéticas militares (até então realizadas por grupos específicos das três forças armadas). O comando torna-se operacional já em 2010. O financiamento do comando aumentou de US\$ 120 milhões em 2010 para US\$ 509 milhões em 2015. Além disso, um novo edifício, para abrigar os comandos cibernéticos das forças armadas e da NSA custou US\$ 1,8 bilhões (SEGAL, 2016, p. 235).

⁶² No original: *Amazon, Dell, Intel, Microsoft, Google, Cisco, and other technology giants have important research and development centers in Haifa, Herzliya, and Tel Aviv.*

No caso estadunidense, “[o] mesmo modelo de interação entre setor privado, governo e universidades foi responsável pelo surgimento da *Hewlett-Packard* [HP], do *Google* e de outros gigantes de tecnologia estadunidenses” (SEGAL, 2016, p. 20)⁶³. No campo dos financiamentos e compras estatais, outro dado chama a atenção. Mesmo em meio à crise econômica, os gastos com cibersegurança dentro dos EUA foram crescentes (PEREIRA, 2013, pp. 45-46; SEGAL, 2016, p. 04).

Dentro da dinâmica capitalista atual, sabemos que as compras estatais, principalmente em orçamentos que alcançam somas de trilhões, são um importante mecanismo de manutenção da acumulação capitalista. Inclusive, em sua interpretação da categoria de Estado em Gramsci Liguori ressalta que uma das “expansões” realizadas refere-se justamente aos novos papéis econômicos que o Estado dos anos 1900 começavam a desempenhar. O sardo soube compreender essa nova determinação do Estado, principalmente na questão das “obrigações estatais”, para a sustentação da economia capitalista pós-Crise de 1929 (LIGUORI, 2004, pp. 209-213, 2007, pp. 17-8). No campo digital, não é diferente. O documento legado de Obama para Trump solicitou investimentos de mais de dezenove bilhões de dólares para a cibersegurança no ano fiscal de 2017, um montante 35% maior do que em 2016. (HOWARD, DA CRUZ, 2017, p. 4)

A sustentação dos altos investimentos em cibersegurança reaparece no primeiro projeto orçamentário da administração Trump. “*America First: A Budget Blueprint to Make America Great Again*” (ESTADOS..., 2017) centra o foco de investimento da nova administração em defesa e segurança. Promovendo cortes em todos os outros departamentos do governo, propõe um adicional de cinquenta e quatro bilhões de dólares com gastos de defesa, atingindo um total agregado de US\$ 639 bilhões para o setor. Todo o orçamento tem por base os “núcleos duros” que a administração Trump escolheu: efetividade, eficiência, cibersegurança e responsabilidade fiscal (*accountability*) (ESTADOS..., 2017).

Ao nível mundial, Segal estima o gasto em cibersegurança, no ano de 2015, em setenta e cinco bilhões de dólares (SEGAL, 2016, p. 235). Portanto, o financiamento estatal é um dos elementos mais importantes para considerar as relações entre sociedade civil e sociedade política. As aparentes contradições entre os interesses das empresas de tecnologia e agentes da sociedade política dirimem-se no momento das milionárias licitações. Relembrando mais uma vez uma das asserções do nosso referencial teórico, observamos como a sociedade política “fabrica os fabricantes” (GRAMSCI, 1975, Q19§7, p. 1993).

⁶³ No original: *[t]he same model of private-sector, government, and university interaction was responsible for the emergence of Hewlett-Packard, Google, and other US tech giants.*

A fala do diretor de informação do Departamento de Defesa dos EUA em 2015, Terry Halvorsen, expressa justamente essa posição. Quando questionado sobre a “desconfiança” crescente que as corporações do Vale do Silício teriam diante do governo estadunidense, deu uma resposta sucinta, porém significativa e esclarecedora: “Com nossos parceiros, não tenho um grande problema de confiança. A primeira razão é: eu gasto US\$ 36,8 bilhões por ano. Isso compra muita confiança em potencial” (SORCHER, 2015)⁶⁴.

O panorama apresentado para os EUA também é verdadeiro para outros contextos. Estados avançam políticas de incentivo ao desenvolvimento interno de tecnologias, organizam estruturas institucionais e criam estruturas militares para conduzir operações no novo ambiente. No caso da China, o Exército de Libertação Popular chinês promove ações que indicam o objetivo de suplantar a supremacia bélica estadunidense, pelo menos no ciberespaço (HUGHES, 2010, p. 532), contando com trinta mil “*cyber-cops*” altamente treinados (KLIMBURG, 2011, pp. 44-6), além de mais de duzentos e cinquenta grupos de “*hackers* patrióticos” (MANSON, 2011, p. 122). Enquanto isso, Mehmetcik (2014, p. 126) calcula em mais de trinta o número de países envolvidos no desenvolvimento de capacidades cibernéticas de ataque e defesa. Para Segal (2016, p. 04) esse número é ainda maior: quarenta e nove Estados teriam algum envolvimento na compra de *malwares* disponíveis nas camadas mais anônimas da Internet.

Enfim, procuramos demonstrar nessa breve seção outra faceta das relações entre sociedade política e sociedade civil no campo da cibersegurança. Dessa vez, o foco no investimento estatal, seja por meio de subsídios, seja por meio das grandes compras governamentais, aponta para um claro movimento de reforço das infraestruturas cibernéticas nacionais. Tal reforço, dentro da dinâmica do modo de produção capitalista, demanda transferências de capital, via Estado, para garantir o desenvolvimento das corporações privadas de tecnologia. Mais um elemento dentre as múltiplas possibilidades que o nexo orgânico entre sociedade civil e sociedade política explica.

Na próxima seção avançaremos para mais um ponto presente nos debates de cibersegurança e que também pode ser compreendido a partir da categoria de Estado desenvolvida por Gramsci. Falamos das relações entre sociedade civil e sociedade política presentes na questão da vigilância. O panorama rígido da cisão entre essas duas esferas não consegue explicar as extensas colaborações entre Estado e as corporações digitais, um dos componentes da sociedade civil. Tanto para vigiar os outros, quanto para se defender,

⁶⁴ No original: *With our partners, I don't have a big trust issue. The first reason is: I spend \$36.8 billion a year. That buys a lot of potential trust.*

sociedade civil e sociedade política “borram-se”, numa relação profunda e muitas vezes secreta.

1.3.3. Vigilância e Espionagem

Em junho de 2013 reportagens publicadas pelo jornal britânico *The Guardian* abalaram o mundo. A partir de uma fonte anônima, o repórter especial Gleen Greenwald revelou um complexo sistema de vigilância em massa de dados e metadados. À primeira reportagem, que apontava a coleta de metadados de ligações telefônicas diretamente dos servidores de uma das maiores empresas de telecomunicações dos EUA, a Verizon (GREENWALD, 2013a), seguiram-se outras, informando um grande programa de espionagem global levado a cabo pela comunidade de inteligência dos EUA em conjunto com outros governos (MACASKILL, BORGER, GREENWALD, 2013; GREENWALD, MACASKILL, 2013).

A fonte anônima, um ex-funcionário de uma empresa de tecnologia que fornecia serviços à NSA, Edward Snowden, disponibilizou para Greenwald arquivos digitais robustos⁶⁵, que atestavam a ampla utilização das TICs como instrumentos de espionagem, vigilância e controle. Os documentos apontaram que o governo dos EUA, em conjunto com Austrália, Canadá, Nova Zelândia e Reino Unido (formando, assim, os “*Five Eyes*”), promoviam ações deliberadas no sentido da coleta e armazenamento da maior quantidade possível de dados e metadados ao nível internacional. Ao mesmo tempo, desenvolveram softwares de análise e processamento desses dados, criando a possibilidade de rastreamento de virtualmente qualquer indivíduo no globo.

Os recursos utilizados para a coleta dos dados e metadados eram os mais diversos possíveis. São exemplos: coletores posicionados diretamente nos servidores de empresas de tecnologia (*Facebook, Yahoo, Google*) e de telecomunicações (*Verizon, AT&T*, outras); “grampos” em cabos submarinos de fibra ótica; sabotagem deliberada com a introdução de mecanismos de coleta em *hardwares* para infraestruturas de internet e rede; além do enfraquecimento de soluções de criptografia com a implantação de “*back doors*” em algoritmos de segurança. (GREENWALD, 2014, cap. 3).

Nessa seção, procuramos observar essa e outras situações de vigilância e espionagem a partir do panorama teórico desenhando na primeira parte deste capítulo. A

⁶⁵ Os arquivos são tão grandes e em alguns pontos tão “sensíveis” que apenas 1% foi publicado (MACASKILL, HERN, 2018).

hipótese aqui proposta é apontar como os programas estatais de espionagem e contraespionagem dependem, cada vez mais, de estreitas colaborações com os setores privados de tecnologia. Ao mesmo tempo, procuramos minimizar a percepção de que as revelações de Snowden teriam “distanciado ainda mais” as empresas de tecnologia das agências e órgãos governamentais; essa é mais uma das percepções corriqueiras nos debates de cibersegurança.

A primeira consideração é apontar que as revelações de Snowden não tornaram as ações das comunidades de inteligência mais transparentes. O panorama de crescente interesse estatal no ciberespaço reforça as atividades de espionagem e sabotagem. O que aumentou, claramente, foi o nível de sofisticação desses ataques. Segal representa essa situação quando afirma que, no ciberespaço, “todo o mundo espiona” (SEGAL, 2016, pp. 111-142).

O primeiro argumento a ser ponderado nesse sentido é a relação entre o modelo de negócios promovido pelas empresas de tecnologia mais rentáveis na atualidade e sua complementaridade com os interesses governamentais. Falamos do modelo de “serviços gratuitos”, popularizado a partir do buscador *Google* e das redes sociais, como o *Facebook*. Os sites dessas empresas baseiam-se na criação de plataformas que fornecem variados serviços, com o objetivo de “represar” o máximo possível do tempo dos usuários.

Nesse modelo, o usuário tem acesso gratuito a uma série de aplicações: e-mail, calendário, agenda de contatos, rede social, armazenagem de fotos, entre outros. O “pagamento” vem na forma de dados e metadados coletados extensivamente a partir de suas interações. Esses dados e metadados coletados são processados em *data centers* e comercializados para a indústria do marketing e do *advertising*. O poder de processamento cada vez maior, dados os desenvolvimentos recentes no campo dos algoritmos, *big data* e da Inteligência Artificial, permite a segmentação dos usuários das mais variadas formas.

Com a intensificação do uso não apenas dos serviços de busca e e-mails, mas também das redes sociais, a tendência geral é de multiplicação dos dados deixados na rede. Dados e metadados cada vez mais específicos, sobre preferências cada vez mais pessoais, são coletados em volumes cada vez maiores. Estamos passando de uma era de coleta de “buscas no Google”, para a coleta de perfis psicológicos complexos, históricos de localização, redes familiares e de amizade, preferências gastronômicas, estéticas, políticas, etc.

Como dito, as tecnologias de coleta, processamento e segmentação dos dados ainda estão em seus passos iniciais. A *Alphabet* (corporação digital que fornece os serviços *Google*) tem apenas vinte anos de desenvolvimento do seu principal algoritmo de buscas.

Mesmo assim, os impactos de tais tecnologias começam a ser vislumbrados. O caso mais midiaticizado é o da empresa, recém-fechada, *Cambridge Analytica*, que “utiliza dados para mudar o comportamento da audiência” (SITE..., 2018). O bem ofertado pela empresa é valioso: o perfil psicológico de eleitores indecisos e dos eleitores mais dispostos a comparecer às eleições, ou ainda daqueles que já estão alinhados com determinado posicionamento político. Se no passado as campanhas políticas pautavam-se em segmentação por dados demográficos, como renda, etnia, sexo, idade e escolaridade, hoje é possível compreender os perfis psicológicos dos eleitores, ofertando a propaganda política específica para a pessoa correta.

Cabe mencionar, para certificar nosso posicionamento, que os impactos de tais tecnologias ainda estão em seus estágios iniciais. As campanhas políticas de Donald Trump nas eleições dos EUA e pelo “*Brexit*” no Reino Unido utilizaram dos serviços dessa empresa. Contudo, não é possível perscrutar até que ponto esses auxiliaram nas vitórias. As notícias e discussões sobre tecnologia são marcadas por visões ansiosas, apressadas e deslumbradas. Porém a tendência está posta e, com os avanços dos próximos anos, deve crescer em capacidade e sofisticação.

Com coletas cada vez maiores e cada vez mais específicas⁶⁶, o interesse governamental por esses dados cresce. Sob a prédica de “combate ao terrorismo” ou “combate ao narcotráfico”, diversos Estados mantêm robustos investimentos em agências de inteligência. As revelações de Snowden atestam justamente isso. A espionagem, elemento sempre presente nas relações humanas, chega a sua “idade de ouro” graças às TICs (SEGAL, 2016, p. 170).

Não se sabe o teor das negociações entre as agências de inteligência dos EUA e as empresas de tecnologia que permitiram a montagem do programa de espionagem denunciado por Snowden. O que se sabe é que “grampos” garantiam a coleta de dados diretamente dos servidores dessas empresas. O que leva à conclusão de que as empresas tinham um mínimo de compreensão do que estava acontecendo, apesar da negativa veemente (GREENWALD, MACASKILL, 2013; GREENWALD, 2014).

A espionagem está profundamente interligada com o setor privado e programas de inteligência foram construídos sobre a infraestrutura privada. [...] Google, Facebook, Twitter e outras empresas de mídia social coletam dados de usuários para personalizar e desenvolver novos produtos e, mais importante, gerar receita através de marketing e publicidade. Quanto mais informação as empresas de tecnologia da

⁶⁶ Como exemplo, nos EUA, cuja legislação permite a comercialização de dados pessoais por terceiros, a *Cambridge Analytica* detinha aproximadamente 7.000 informações para cada eleitor. No Brasil, com uma legislação mais restritiva, são 750 (FLORES, 2017).

informação coletam, mais atrativas elas se tornam para a NSA e outras agências, tanto como alvos quanto parceiros relutantes. (SEGAL, 2016, p. 36)⁶⁷

O panorama especificado apresenta a complementaridade entre o modelo de negócios atual das principais empresas de tecnologia e os interesses das comunidades de inteligência dos Estados. As relações entre agentes da sociedade política e agentes da sociedade civil borram-se quando o assunto são os dados coletados. Mais importante ainda, as constantes rusgas entre o Vale do Silício e os governos não dirimem essa relação. Isso porque as empresas ainda estão submetidas a legislações nacionais e, para além disso, também precisam defender suas estruturas cibernéticas. A “cooperação” com os governos e as agências de inteligência é crucial nesse último aspecto, abordado a seguir.

As características de arquitetura das tecnologias que permitem a comunicação em rede e o ciberespaço reforçam um panorama altamente belicoso nesse ambiente. É praticamente impossível garantir a total integridade dos códigos fonte, das redes e até mesmo do hardware. A proliferação dos ataques cibernéticos, que acontecem aos milhares diariamente, atestam esse panorama. A maioria dos ataques carece de capacidade técnica e não chega a atingir dados ou infraestruturas críticas. Contudo, invasões de alto nível acontecem. Uma frase de John Chambers, CEO (*Chief Executive Officer*) da Cisco, uma das maiores fornecedoras de infraestrutura de redes e telecomunicações do mundo, é representativa: “Existem dois tipos de empresas: aquelas que foram hackeadas e aquelas que ainda não sabem que foram hackeadas” (CHAMBERS, 2015)⁶⁸.

A espionagem por meios cibernéticos é responsável por prejuízos globais calculados na ordem de 400 bilhões de dólares (SEGAL, 2016, p. 130). Os alvos e os perpetradores são diversos. Agências governamentais, empresas, universidades, computadores pessoais. Todos podem ser alvos ou origem de ataques cibernéticos com objetivo de roubo de “propriedade intelectual”. Nesse aspecto, a proeminência estadunidense é relevante: o alto nível de integração com as TICs torna a economia estadunidense especialmente vulnerável a esse tipo de ação⁶⁹, ao mesmo tempo em que são os maiores espiões do globo⁷⁰.

⁶⁷ No original: *Spying is also deeply intertwined with the private sector, and signals intelligence programs have been built on the back of private infrastructure. [...] Google, Facebook, Twitter, and other social media companies collect user data to personalize and develop new products and, most importantly, to generate revenue through marketing and advertising. The more information technology companies collected, the more attractive they became to the NSA and other agencies as both targets and reluctant partners.*

⁶⁸ No original: *There are two types of companies: those who have been hacked, and those who don't yet know they have been hacked.*

⁶⁹ Como exemplos temos o ataque *Moonlight Maze* de 1999 nas redes da Força Aérea estadunidense (RID, 2012, pp. 14-5) e o roubo de projetos de aviões militares produzidos pela Boeing para o governo dos EUA (SEGAL, 2016, pp. 114-5).

Dada a ubiquidade dos ataques, especialistas em cibersegurança avançam o entendimento sobre a necessidade de cooperação entre o “setor público” e “privado” (ERIKSSON, GIACOMELLO, 2006, pp. 54-5). O argumento envolve três pontos. O primeiro aponta para os parcos gastos que o setor privado dispende para a cibersegurança, isto é, em seus cálculos, empresários e CEOs desconsideram os impactos dos ataques cibernéticos, gastando pouco em medidas de segurança (GUIORA, 2017, pp. 04-05). Num segundo ponto, grande parte das infraestruturas básicas de alguns ciberespaços é propriedade privada de empresas de tecnologia e telecomunicações. Por fim, ressalta-se a capacidade das agências governamentais, tanto em recursos humanos, quanto em ações ofensivas, na descoberta e investigação dos ataques.

Assim, a necessidade de cooperação entre os dois setores seria uma das medidas mais importantes no campo da cibersegurança (MAKER, 2017; HOWARD, DA CRUZ, 2017; GUIORA, 2017). Essa perspectiva aparece em vários documentos e comunicados oficiais de governos ao redor do mundo. No caso dos EUA, os três documentos oficiais referentes ao ciberespaço lançados pela administração Obama continham elementos de cooperação com o setor privado.

Esse movimento, também pode ser compreendido pelo panorama teórico aqui desenvolvido. A categoria de Estado, pautada no nexo entre sociedade civil e sociedade política, prevê essas associações, principalmente quando o que “está em jogo” é a manutenção do status dirigente das classes. No ciberespaço, falamos tanto da manutenção dos lucros das corporações digitais, quanto da manutenção da capacidade de liderança tecnológica dos Estados envolvidos. Em alguns setores a cooperação entre agentes estatais e empresas de tecnologia é muito forte, como demonstra Alexander Klimburg, diretor da Comissão Global para a Estabilidade do Ciberespaço (em inglês, *Global Commission on the Stability of Cyberspace Initiative*) e estudioso, desde 2007, da cibersegurança em nível internacional:

Empresas que fazem parte de programas de proteção de infraestrutura crítica e da base industrial de defesa são marcadas por conexões oficiais com o aparato de segurança governamental, incluindo redes de comunicação seguras e trocas regulares de informações confidenciais, predominantemente sobre ameaças de segurança cibernética. A proteção de infraestrutura crítica tornou-se uma prioridade urgente para muitas nações ocidentais, e há vários programas e sistemas que buscam envolver as empresas privadas responsáveis por tais serviços críticos como telecomunicações, água, energia e serviços financeiros. Sob as estruturas gerais de

⁷⁰ Como comenta Greewald (2014): “Boa parte do acervo de Snowden revelou o que só pode ser qualificado de espionagem econômica: escuta e interceptação de e-mails da gigante brasileira de petróleo Petrobras, de conferências econômicas na América Latina, de empresas de energia da Venezuela e do México, e uma vigilância conduzida por aliados da NSA (entre os quais Canadá, Noruega e Suécia) sobre o Ministério das Minas e Energia do Brasil e empresas do setor de energia em vários outros países.”.

parcerias público-privadas, milhares de empresas firmaram relações especiais de confiança com o estado (KLIMBURG, 2011, p. 51-52)⁷¹

Com algumas exceções, o envolvimento do setor privado nesses programas é voluntário e a maioria dos custos diretos é arcada pelo governo. Nos Estados Unidos, a base industrial de defesa opera de perto com o governo federal, às vezes assumindo tarefas operacionais, mesmo na coleta de informações. **Empresas privadas envolvidas diretamente no trabalho de segurança e defesa podem estar tão intimamente ligadas ao Estado que, de fora, dificilmente pode haver uma distinção clara entre as duas** (KLIMBURG, 2011, p. 52, negrito nosso)⁷²

O trecho final relaciona-se diretamente com a proposta gramsciana. Em seu tempo, o sardo procurava desnudar justamente as relações “borradas” entre sociedade política e sociedade civil. Identificava apoios “municipadíssimos” para a defesa da ordem estabelecida dentro da sociedade civil. Apesar de seu cariz “aparentemente privado” estavam organizados, assim como o aparelho mais evidentemente estatal, na defesa da hegemonia burguesa. Portanto, as relações entre essas esferas só poderiam acontecer de forma orgânica.

Identificamos essa mesma situação no ciberespaço. Sob o discurso da cibersegurança, empresas privadas de tecnologia e agências governamentais de um determinado ciberespaço se associam. O objetivo é duplo: garantir os lucros do campo corporativo e ampliar a pujança tecnológica nacional. Essas relações ficam ilustradas tanto na cooperação contra os ataques cibernéticos, quanto na mobilização de estruturas tipicamente estatais na defesa dos interesses empresariais. Como um exemplo, as ações do corpo diplomático estadunidense na defesa do *Google* em contendas com o governo chinês.

Iniciando seus negócios na China em 2006, o *Google* teve que ceder a restrições do governo chinês, censurando alguns resultados de seus algoritmos. Entretanto, as crescentes intervenções e a alegação de ataques cibernéticos direcionados ao serviço de e-mail da companhia, o *Gmail*, fizeram a companhia rever suas operações na China e alertar a possibilidade de retirada total dos serviços em 2010. Nesse período, “os EUA como Estado-nação apoiaram fortemente o Google” (JIN, 2016, p. 338). A então secretária de Estado dos EUA, Hillary Clinton, fez dois discursos importantes sobre a neutralidade da rede e a

⁷¹ No original: *Companies that are part of critical-infrastructure-protection (CIP) programmes and the defence-industrial base are marked by official links to the government security apparatus, including secure communication networks and regular exchanges of confidential information, predominantly on cyber-security threats. Critical-infrastructure protection has become an urgent priority for many Western nations, and there are a number of programmes and systems that seek to engage the private companies responsible for such critical services as telecommunications, water, power and financial services. Under the overall frameworks of public-private partnerships, thousands of companies have entered into special trust relationships with the state.*

⁷² No original: *With some exceptions, involvement of the private sector in these programmes is voluntary and most direct costs are borne by government. In the United States, the defence-industrial base operates closely with the federal government, sometimes taking over operational tasks even in intelligence collection. Private companies engaged directly in security and defence work can be so closely entwined with the state that, from the outside, there can be hardly any clear distinction between the two.*

liberdade de acesso e informação na Internet. Nos dois momentos, acusou explicitamente a China, junto com outros Estados, como ameaças ao livre fluxo de informações. A empresa, por sua vez, fez lobby em treze agências do governo estadunidense em 2009, gastando seis milhões de dólares no processo. Em geral, corroboramos a asserção de Jin sobre o episódio, para quem:

A campanha dos EUA pelo fluxo livre e sem censura de informações sobre uma Internet irrestrita, apoiada pelo Google e outras plataformas, incluindo a Microsoft, tem sido uma prova clara da colaboração entre o governo e as corporações transnacionais no mercado global (JIN, 2016, p. 340)⁷³

A recíproca também é verdadeira. Uma estratégia comum dos governos para atuar no ciberespaço é a utilização de *proxies*, isto é, *hackers* “terceirizados”, sem vínculos formais com a estrutura estatal⁷⁴. Outro ponto, ainda em discussão, seria a possibilidade de empresas privadas perpetrarem contra-ataques em caso de invasões cibernéticas. O jargão do campo de cibersegurança para essas ações é o *hack back*. O trecho a seguir especifica justamente esse ponto, reforçando a perspectiva das profundas relações entre as duas esferas da totalidade social:

A forte divisão entre público e privado era temporária, se não ilusória, assim como a ideia de que os dois eram separáveis quando se trata do ciberespaço. O ano que vai de junho de 2012 a junho de 2013 destruiu a ilusão. Quase tudo o que os Estados Unidos fazem no ciberespaço requer uma indefinição da linha entre público e privado. Empresas privadas possuem as redes necessárias para atacar e defender os setores de telecomunicações, energético e financeiro. Mais de 90% das comunicações militares e de inteligência americanas viajam através de redes de telecomunicações infraestruturais privadas. Muitos dos programadores mais talentosos estão no setor privado ou na academia, e empresas privadas desenvolvem ao mesmo tempo malwares de ataque e defesas contra esses programas. **Em face do implacável e aparentemente inevitável roubo de propriedade intelectual, alguns sugeriram que as empresas tivessem permissão para “hackear de volta” - isto é, hackear os hackers. De fato, em uma pesquisa, mais de um terço dos entrevistados admitiram que já o fizeram, embora isso seja ilegal** (SEGAL, 2016, p. 17, negrito nosso)⁷⁵

⁷³ No original: *The U.S. campaign for uncensored and free flow of information on an unrestricted Internet backed by Google and other platforms, including Microsoft has been a clear proof of the collaboration between the government and TNCs, two major powers, in the global market.*

⁷⁴ Esse elemento será discutido nos próximos capítulos

⁷⁵ No original: *The stark division between public and private was temporary, if not illusionary, as was the idea that the two were separable when it comes to cyberspace. The year spanning June 2012 to June 2013 destroyed the illusion. Almost everything the United States does in cyberspace requires a blurring of the line between public and private. Private firms own the networks necessary for attacking and defending the telecommunications, energy, and financial sectors. More than 90 percent of American military and intelligence communications travel over privately owned backbone telecommunications networks. Many of the most talented programmers are in the private sector or academia, and private companies develop both attack malware and defenses against such programs. In the face of relentless and seemingly unstoppable theft of intellectual property, some have suggested that companies be allowed to “hack back” —that is, to hack the hackers. In fact, in one survey, more than one-third of respondents admitted that they had already done so, even though it is illegal.*

A leitura dos trechos destacados remonta ao nosso panorama teórico. Gramsci deixou claro, como nos informou Bianchi (2018), que a mirada orgânica para as relações entre sociedade civil e sociedade política exige a consideração de que em ambas se manifestam coerção e consenso. Falamos do caráter coetâneo e coextensivo da coerção e do consenso nas duas esferas da realidade social. Esse ponto também se adequa ao panorama do ciberespaço: tanto a utilização de hackers “terceirizados”, quanto a possibilidade do *hack back*, explicitam a possibilidade do uso da violência por agentes privados. Gramsci, nas suas reflexões sobre o arditismo, aponta justamente para o uso da violência privada, mesmo que “ilegal”, com a conivência estatal (GRAMSCI, 1975, Q1§133, p. 121). A questão é desnudar a visão tocquevilliana da sociedade civil e, por extensão, do ciberespaço. Compreender que nesses ambientes os pares sociedade civil-sociedade política e coerção-consenso são orgânicos desfaz visões ingênuas.

Em resumo, perpassamos nessa seção por mais um elemento de sustentação da proposta teórica que aqui se desenvolve. As relações entre sociedade civil e sociedade política no ciberespaço foram perscrutadas desde outro ponto de vista. Aqui focamos na cooperação, tanto no campo da espionagem, quanto no campo da segurança. A complementariedade entre o modelo de negócios das corporações digitais e o interesse de coleta maciça de dados por elementos da sociedade política e as cooperações no campo de segurança evidenciam as relações de reforço entre os dois momentos da vida social. Assim, o contexto atual, de intensa ação estatal em relação ao ciberespaço, é melhor compreendido como uma “territorialização” de um novo ambiente, ou de ampliação de um papel já desempenhado?

* * *

Como vimos nas seções anteriores, a construção da categoria de Estado acontece dentro da obra gramsciana a partir do estabelecimento de uma série de nexos com sua “trama conceitual”. Intentamos seguir a partir de uma leitura cronológica de alguns parágrafos o raciocínio de Gramsci. Os trechos mobilizados foram comparados com suas segundas redações e, quando possível, estabelecemos conexões com outros momentos dos Cadernos do Cárcere. Ao mesmo tempo, trouxemos para a discussão interpretações e aclarações oriundas de diversos autores e autoras que interpretam a obra legada pelo sardo. Nesse sentido, procuraremos uma breve síntese da discussão até o momento, com o objetivo de retomar alguns pontos de argumentação e preparar a continuidade do nosso estudo.

Por meio da teoria da hegemonia Gramsci lança luz sobre uma série de problemáticas da revolução subvalorizadas em sua importância. O contexto histórico de seu pensamento é importante, pois permite compreender a orientação de sua pesquisa. Prisioneiro do fascismo tem diante de si a derrota que o movimento proletário europeu sofreu nos anos que se seguiram à Revolução Russa. Entre 1918 e 1923, uma série de movimentações populares desafiou a lógica do Estado parlamentar burguês no centro do capitalismo europeu. Contudo, as reverberações na Hungria, Alemanha, Bulgária e na Itália foram todas derrotadas. Fechava-se o ciclo revolucionário inaugurado pela Revolução de Outubro e o resto do período do entreguerras foi palco para a emergência de uma forma violenta de (re)organização do poder burguês: o fascismo. Nesse contexto, a prisão de Gramsci em 1926 foi apenas mais um sinal da onda autoritária e repressiva que atingiu seu ápice nos governos italiano de Mussolini e alemão de Hitler.

Se em 1917 Lênin tinha diante de si indicativos de uma vitória internacional do movimento proletário (principalmente a partir de uma revolução bem-sucedida na Alemanha), o panorama de Gramsci é o oposto: a derrota das revoluções proletárias e a necessidade de defesa – até o momento não contemplada na teoria – do socialismo nos restritos marcos revolucionários soviéticos. Incapaz de conseguir um volume de informações maior e mais preciso dos desdobramentos revolucionários na Rússia, nosso autor volta-se para o caso italiano e, em conjunto deste, desdobra uma série de ferramentas capazes de auxiliar na retomada revolucionária dentro daquilo que ele chamaria metaforicamente de “Ocidente”. Dentre essas, destacamos a teoria da hegemonia.

De difícil definição unívoca, a teoria da hegemonia abre as reflexões da tradição do marxismo para uma gama de questões em voga durante a vida de Gramsci. Procurando superar as críticas ao economicismo – sem, com isso, cair no remonte especulativo à filosofia kantiana – a teoria da hegemonia dava bases sólidas para elementos até então pouco considerados pela teoria da revolução marxista em geral. Com termos como “vontade”, “movimento nacional-popular”, “paixão”, “consciência contraditória”, “senso comum e bom senso”, “aparelhos privados de hegemonia” e outros, Gramsci procura perscrutar aquilo que Liguori chama de “esfera do pré-intencional”, isto é, os elementos condicionantes da subjetividade individual e coletiva (LIGUORI, 2007, pp. 95-123).

Assim, o sardo compreende que, para além do desenvolvimento da dominação econômica, a dominação política do Estado garante também o desenvolvimento da própria concepção de mundo da classe dirigente. Isto é, garante a incorporação crescente de grupos populacionais aos preceitos éticos, morais, familiares, linguísticos, sexuais, comportamentais

e muitos outros, gestados no longo processo de constituição das burguesias nacionais como classe dirigente das mais diversas comunidades nacional-populares.

A dominação política do Estado, função de sua dominação econômica, garante também o “florescimento superestrutural” de uma sociedade civil pautada na própria experiência burguesa. Poderíamos dizer que essa revalorização acontece no “terreno superestrutural”, não porque Gramsci seja um “teórico das superestruturas”, mas porque soube compreender: a) o justo papel que essas ocupam dentro da teoria marxista, isto é, soube compreendê-las para além de “mero reflexo” das determinações econômicas e; b) a importância que as organizações “vulgarmente” chamadas de privadas ocupavam na manutenção da dominação burguesa, quando da derrota dos ímpetus revolucionários da década passada.

Ao perscrutar a fundação do Estado unitário italiano e o papel dos intelectuais no desenvolvimento da “história italiana” Gramsci culmina suas interpretações numa teoria capaz de identificar a base material das ideologias. Assim, atuam para a permanência e desenvolvimento do “estado de coisas” burguês não apenas os tribunais, as prisões e as polícias. Jornais, revistas, escolas, associações de cultura, clubes, partidos, sindicatos, o rádio e até mesmo as obras beneficentes são considerados, dentro de um panorama maior, como elementos de formação e irradiação da hegemonia burguesa. Elementos direta ou indiretamente relacionados com uma determinada concepção de mundo, essa também desenvolvida ao longo da história.

O resultado desse processo são sociedades que apresentam uma justa relação entre o Estado burocrático-repressivo e a sociedade civil, isto é, apresentam o “florescimento” e a proliferação desses elementos “privados” dentro da sociedade civil. Nessas, a revolução não pode mais acontecer como um movimento súbito e concentrado de tomada do poder estatal. Isso porque ao lado das instituições da sociedade política, conspira uma miríade de aparelhos privados de hegemonia para garantir a continuidade do Estado burguês. A hegemonia burguesa, plasmada tanto na sociedade política quanto na sociedade civil, garante a dominação burguesa sobre bases mais sólidas, pois consensuais. O governo hegemônico é caracterizado pelo equilíbrio na dupla perspectiva, isto é, a força não deve suplantiar (em muito) o consenso, devendo parecer apoiada neste.

Porém, isso não implica um panorama fatalista. Afinal, a hegemonia burguesa, porque baseada numa cisão inconciliável de interesses, nunca é completa. Como veremos no capítulo terceiro deste estudo, após os processos pioneiros de revolução burguesa as

modernizações estatais ocorreram “do alto”, sem a completa desarticulação das classes sociais precedentes e com a centralidade do papel do Estado. A categoria utilizada por Gramsci para compreender essa hegemonia incompleta será aquela de revolução passiva.

Dado que os elementos de manutenção do mundo burguês extrapolam a burocracia e a repressão da sociedade política e se manifestam também no campo da sociedade civil, estamos diante de uma identificação. Identificação que é orgânica, pois na vida real como separar a parte “estatal” e a parte “privada” em cada um dos casos? O Estado é – como totalidade das relações sociais – apenas um. Cinde-se, metodicamente, em sociedade política, para identificar os funcionários pagos, os organismos evidentemente burocrático-repressivos, a estrutura governamental mais aparente. Cinde-se, metodicamente, em sociedade civil, para identificar os funcionários que não são pagos, os organismos que não se assemelham à burocracia, a estrutura aparentemente privada que educa, preme, incita e solicita, no sentido que favorece ao desenvolvimento da classe dirigente.

Essa é uma perspectiva poderosa, pois desnuda a concepção liberal da sociedade civil como elemento dinamizador das relações sociais e, com esse sentido, em oposição ao próprio Estado. Para além disso, é uma visão teórica que carrega uma importante visão prática. Dada a impossibilidade de uma tomada súbita e repentina do poder, a necessidade está na construção de uma cadeia de “trincheiras e casamatas” própria, isto é, na articulação de novos aparelhos de hegemonia calcados numa experiência que é genuinamente do homem comum da massa, proletário. Não é possível combater a já desenvolvida e expandida concepção de mundo burguesa sem uma concepção de mundo própria⁷⁶, construída a partir da própria constituição dos grupos subalternos como classe social ciente de sua tarefa histórica. Por isso a grande atenção de Gramsci ao papel dos dirigentes e dos intelectuais como elementos fundamentais no processo de constituição e afirmação de uma visão de mundo e, até mesmo, no cooptar de certos espaços dirigentes para o campo revolucionário. É este, para nós, o sentido da polêmica formulação gramsciana da guerra de posições.

Compreendemos que a correta avaliação do contexto atual dos debates e ações internacionais a respeito da cibersegurança é importante na definição de uma linha estratégica coerente em relação aos impactos das TICs. Nossa contribuição propõe uma avaliação diferente da corriqueiramente encontrada nos debates de cibersegurança. Nessa explicação comum, do contraste entre os anos iniciais da Internet – marcados pela arquitetura

⁷⁶ Cabe ressaltar, essa concepção de mundo pautada na experiência subalterna só será “completa” e expansiva quando a classe que a desenvolveu obter o poder econômico e político (fazer Estado). A reforma intelectual e moral não pode acontecer sem um programa de reforma econômica (GRAMSCI, 1975, Q13§1, p. 1561).

descentralizada das redes e pela “falta de atenção” dos governos – e a situação atual – de alta intervenção – aponta-se um movimento de territorialização. Como contraponto, propomos observar o panorama atual como uma ampliação, intensificação, de um processo que, desde o início, apresentou relações entre sociedade política e sociedade civil.

Durante a pesquisa bibliográfica, encontramos em Machado (2002) uma das primeiras menções a um suposto movimento de “territorialização” do ciberespaço. O autor apontava como alguns governos, principalmente em Cuba e na China, avançavam medidas legislativas no sentido de exercer maiores controles em seus ciberespaços. Tais ações de vigilância, filtragem de conteúdo e perseguição judicial feririam, na sua perspectiva, a liberdade intrínseca que a rede fornece.

Ao mesmo tempo, Machado identificava um contramovimento da comunidade da Internet em relação às ações de censura. A disponibilização de programas gratuitos para triangulação de navegação, manifestações e fóruns globais pela livre navegação *online*, seriam ações que buscavam garantir a permanência da liberdade no novo ambiente. O ciberespaço não aceitaria mais o referencial estatal, pautado na rigidez da soberania.

A análise desenvolvida por Machado é interessante para nosso trabalho num aspecto central. O autor discute as tendências de territorialização do ciberespaço no “longínquo” ano de 2002. Portanto, antes dos ataques à Estônia (2007) e Geórgia (2008), antes das descobertas do vírus Stuxnet (2012) e antes das estarrecedoras declarações de Snowden (2013). A base do argumento de Machado é a mesma dos novos trabalhos em cibersegurança que apontam exatamente a mesma tendência: a crescente movimentação estatal e a consequente territorialização do ciberespaço. Nesse sentido, ou o autor estaria antecipando, em mais ou menos dez anos, os debates atuais de cibersegurança, ou – e aqui nos inserimos – apresenta o mesmo erro de percepção que os estudos atuais.

Falamos da visão ingênua de uma Internet criada a partir dos sonhos inovadores dos jovens do Vale do Silício, desconectada, por suas características arquitetônicas e de design, da soberania e tirania estatal. Perspectiva que ao dissociar o ciberespaço do seu entorno social conduz a análises fenomênico-pragmatistas, de acordo com a importante advertência de Ferrari (2007). Exemplo dessas análises é Pereira (2013), que posiciona em ações puramente políticas (principalmente nos documentos oficiais da era Obama) indicações do movimento de territorialização do ciberespaço. Em sua dissertação tais movimentos são compreendidos como a subordinação das desafiadoras características intrínsecas do ciberespaço às “gramáticas” de “soberania” e “segurança”.

Nossa perspectiva é diversa. A partir do embasamento teórico fornecido pela obra gramsciana, em especial, nesse capítulo, da categoria de Estado, apontamos em três momentos distintos a permanência das relações entre sociedade civil e sociedade política na criação, desenvolvimento e expansão do ciberespaço. Nossa conclusão aponta, portanto, para uma *intensificação do papel do Estado* dentro do ciberespaço. Os ciberespaços, nesse sentido, sempre foram territórios dos Estados, mesmo que a prédica da “vila global hiperconectada” e a aparência da navegação na Internet indiquem o contrário. A diferença dos anos iniciais da Internet e do momento atual é de intensidade e não de qualidade.

Assim, identificamos como primeiro ponto de sustentação de nossa perspectiva a larga participação de governos dos EUA no auxílio para o desenvolvimento das tecnologias que permitiram o ciberespaço e a Internet. À relativa independência dos “pioneiros” da Internet, contrastavam-se as diretivas estatais. Momentos representativos são tanto as pressões diplomáticas para o controle do ICANN por uma entidade “privada” dos EUA, quanto a utilização da Internet como plataforma de política externa estadunidense. Além disso, as preocupações com segurança, presentes em órgãos do governo desde os anos iniciais da comunicação em rede, levaram a ajustes entre sociedade civil e sociedade política dentro dos EUA ainda no começo da década de 1990.

Dessas primeiras relações, voltamos a perspectiva para os financiamentos estatais às corporações digitais na atualidade. Elemento essencial na relação entre Estado e sociedade civil, o financiamento estatal, direto e indireto, garante tanto a transferência de capital para o setor privado, quanto a manutenção do pioneirismo tecnológico. Ao associar essas relações com os documentos estratégicos da administração Obama, evidenciamos um exemplo de como o Estado, na atualidade, *preme, incita e solicita* sua sociedade civil no sentido de garantir as melhores vantagens no novo horizonte digital que se apresenta.

Por fim, passamos para o campo da espionagem e “segurança”. Apontamos para o profundo relacionamento entre agentes da sociedade política e da sociedade civil que os programas de espionagem revelados por Snowden demandavam. Além disso, discutimos como o próprio modelo de negócios que sustenta o crescimento das gigantes corporações digitais, principalmente *Alphabet (Google)* e *Facebook*, se alinha ao interesse estatal de coleta maciça de dados e metadados para o controle social. As mesmas relações de cooperação também se manifestam, como vimos, quando o assunto é a segurança das redes das empresas digitais e das redes governamentais.

A partir dessas três discussões, concluímos, a partir do panorama teórico especificado na primeira parte desse capítulo, que uma tradução gramsciana das questões que envolvem a cibersegurança encontra na categoria de Estado um importante elemento. Essa categoria para além de desnudar a cisão entre “público” e “privado” também no ciberespaço, compreende os atuais movimentos estatais como mais um momento dessa profunda relação.

Essa perspectiva carrega significados estratégicos. Em primeiro lugar, reforça a consciência da profunda relação entre o ciberespaço e o modo de produção capitalista, posicionando a comunicação em rede e a Internet no seu entorno social, desmitificando-as quanto às capacidades intrínsecas de superação de grandes problemas da humanidade. Derivado desse entendimento, a ação estatal para garantir a concepção de mundo dirigente (burguesa), também presente no ciberespaço, far-se-á mais forte sempre que necessária, utilizando-se, para tal, das estreitas colaborações com elementos da sociedade civil. Assim, o atual contexto, de contestação da hegemonia estadunidense no ciberespaço a partir da emergência de outros competidores (Rússia, China) no campo cibernético, engendra tanto o panorama competitivo entre os ciberespaços (espionagem, sabotagem), quanto as discussões de políticas regulatórias que compõem o atual debate de cibersegurança.

Diante desse panorama cabe questionar: a quem se refere a cibersegurança? Isto é, de que segurança falamos? As conclusões parciais indicam que essa segurança está voltada a um panorama estadocêntrico. Isto é, refere-se a segurança dos “ciberespaços nacionais”, das redes governamentais, da manutenção da lucratividade de suas empresas privadas e do pioneirismo digital. O nexos orgânico entre sociedade política e sociedade civil, presente na categoria de Estado, reforça esse entendimento ao ressaltar mais a complementariedade entre esses interesses do que a aparente oposição. A hegemonia burguesa perpassa pelas questões cibernéticas.

É justamente por isso que avançaremos, no próximo capítulo, com uma mudança de perspectiva. A cibersegurança será avaliada a partir das classes e dos grupos subalternos, elementos ausentes do debate que se construiu até o momento nesse campo de estudos. A visão que emergirá nas próximas seções aponta para um movimento contraditório, no qual *a segurança de uns implica a insegurança de outros*.

2. AS CLASSES E OS GRUPOS SUBALTERNOS NO DEBATE DE CIBERSEGURANÇA

Enquanto a primeira parte do estudo teve seu foco no desenvolvimento da categoria de Estado dentro da obra gramsciana, prosseguiremos no presente capítulo com uma mudança de perspectiva. Tomaremos a discussão de cibersegurança a partir do referencial das classes e dos grupos subalternos. Essa é uma ação necessária para adequar nossa discussão à proposta metodológica fornecida por Gramsci. Nesse sentido, apontaremos, a partir de exemplos práticos, como o debate internacional de cibersegurança desconsidera em grande parte as questões relacionadas aos “usuários” do ciberespaço, promovendo a segurança das redes governamentais e das empresas digitais e, assim, revelando seu caráter estadocêntrico. Como veremos, a cibersegurança se refere a medidas de segurança do ciberespaço que comumente acarretam mais vigilância, crescente controle da navegação e mais relacionamentos borrados entre sociedade civil e sociedade política. Ao usuário ficam restritas medidas de “higiene na navegação” e campanhas de “conscientização” *online*, com o mero objetivo de minimizar fraudes financeiras e de identidade.

A compreensão final deste capítulo refletirá, com os exemplos práticos, como tecnologias utilizadas com fins de “ampliar a segurança” do ciberespaço podem ser pensadas num binômio que, se não presente na obra gramsciana, dialoga com a perspectiva do sardo que preza a unidade orgânica entre uma categoria e seu contraponto. Portanto, segurança e insegurança são separados apenas metodologicamente. Isso porque, como apresenta Passos (2014a), uma proposta crítica e gramsciana das temáticas de segurança contemplaria como ponto de partida a totalidade e, assim, a possibilidade de pensar que *a segurança de uns, implica a insegurança de outros* (p. 56). Propomos essa perspectiva, também, para o ciberespaço. Essa é nossa hipótese central para o capítulo e, sobre ela, desdobraremos duas seções principais.

A primeira delas avançará novamente sobre o texto gramsciano, a fim de discernir alguns trechos importantes de sua teorização no que se refere às classes e grupos subalternos. Apontaremos como a situação de subalterno leva a considerar uma história e organização política cuja característica central é a *desagregação*. Dado que a história dos Estados é a história das classes dirigentes, das classes que se fizeram Estado, as classes e grupos subalternos só podem ter, diante dessa história e desse Estado, um papel marginal, inorgânico.

Com isso apresentaremos, na segunda seção e num primeiro momento, algumas tecnologias utilizadas por agentes da sociedade política e da sociedade civil na tarefa de

“tornar seguro o ciberespaço”. Sob a prédica de “combater o terrorismo e o narcotráfico” e “restringir às violações ao *copyright*” ferramentas de cibersegurança acabam por criar um estado de vigilância maior, com mais coleta de dados e com o fim das restritas possibilidades de anonimato na utilização do ciberespaço. Já no segundo momento, apresentaremos algumas tecnologias que auxiliariam a contornar as ferramentas de vigilância e os esforços de agentes da sociedade política e da sociedade civil em minar essas tecnologias.

A conclusão do capítulo aponta a compreensão de que a *segurança de uns* (redes governamentais e empresariais) implica a *insegurança de outros* (usuários comuns). Por detrás dessa compreensão está um argumento gramsciano crucial: a impossibilidade de vida orgânica das classes e grupos subalternos diante da hegemonia pautada na classe burguesa. Impossibilidade que, dada a relação intrínseca das TICs e do ciberespaço com o modo de produção social capitalista, também se manifesta no mundo cibernético. Esse argumento, como veremos, é crucial tanto para refletir sobre as estratégias de utilização do ciberespaço pelos movimentos das classes e grupos subalternos, quanto para dirimir as visões apologéticas da tecnologia digital como a grande ferramenta de solução dos principais problemas da humanidade. Visões que apontam na tecnologia digital o motor para uma suposta (e rápida) emancipação humana, sem passar pela solução das agudas contradições do mundo social produtivo.

2.1. As classes e grupos subalternos em Gramsci

Conforme mencionado, assume importância para o argumento a ser desenvolvido neste segundo capítulo a categoria de “classes e grupos subalternos” dentro da proposta teórica cunhada por Gramsci. De modo semelhante ao capítulo anterior, cuja nova determinação da categoria de Estado deve ser observada em relação com a “rede de conceitos” que compõe as notas dos cadernos, a discussão gramsciana sobre os subalternos também se relaciona com outros pontos de seu pensamento. Principalmente, com a proposta política de reinterpretação da dialética do processo histórico (relação entre estrutura e superestrutura), que passa a ser interpretada enquanto dialética das *relações de força* (COSPITO, 2000; GALASTRI, 2014).

Em primeiro lugar, cabe uma advertência em relação ao uso atual da categoria tema deste capítulo. Os *subaltern studies*, iniciados na Índia, nas décadas de 1970 e 1980, bem como a incorporação, mais recente, da categoria de subalterno sob o paradigma culturalista da

academia anglo-saxã, foram responsáveis por sua popularização contemporânea em muitos estudos de Ciências Sociais. Apesar disso, corroboramos interpretações que diagnosticam nesses estudos distanciamentos claros com a proposta original de Gramsci.

Para esse entendimento confluem argumentos tanto filológicos, quanto teóricos. No primeiro caso, chamamos atenção para a observação sobre a ausência de conhecimento maior do texto gramsciano nos anos iniciais dessas novas pesquisas. Como informa Liguori (2011, p. 34), os proponentes indianos dos *subaltern studies* não tiveram, na época, contato com a edição crítica dos Cadernos. Recepcionaram, portanto, a ideia de subalternidade a partir de duas notas inseridas numa antologia de textos e, por muito tempo, ignoraram o fato de Gramsci ter dedicado um caderno especial, mesmo que com poucas páginas, ao tema da subalternidade (o caderno 25).

Já sobre a perspectiva teórica, muitos dos estudos atuais recaem numa postura estranha àquela de Gramsci. Falamos da desconexão da categoria de subalterno do seu entorno social completo, das relações sociais de produção, em favor de uma mirada culturalista do tema. Para esses novos estudos, a subalternidade consistiria num problema identitário, cuja solução passaria por uma recuperação das identidades “subalternizadas”⁷⁷. Nesse programa, elide-se a questão material, de produção e reprodução social, centrando a perspectiva na dimensão cultural do problema ou numa restrição do horizonte revolucionário, muitas vezes a subalternidade é o “ponto final”. Como indica Simionatto (2009, p. 42) hodiernamente muitos estudos utilizam o conceito simplesmente para indicar os “despossuídos”, os humanos sem condições para uma vida digna⁷⁸, quando, de modo contrário, para Gramsci o objetivo da categoria estaria na recuperação e superação dos processos de dominação, relacionados com a hegemonia burguesa.

⁷⁷ Nesse sentido, afirma Del Roio (2007, p. 64) “[é] patente a diferença entre a visão conservadora que incorre o culturalismo e o pós-modernismo, limitados à defesa da identidade e dos direitos particulares, e a visão revolucionária de Gramsci”.

⁷⁸ Nesse ponto é interessante a mesma crítica, por parte de Liguori, sobre a recepção da categoria de “subalterno” e dos *subaltern studies* dentro da Academia anglo-saxã: “Com a passagem do termo ‘subalterno’ ou ‘subalternos’ às universidades anglo-americanas se produz uma virada. Estudiosos influenciados sobretudo pelo desconstrucionismo de Derrida ou pelo pensamento de Foucault usaram a categoria de “subalterno” ou o conceito de “subalternidade” de modos frequentemente casuais [...] fazendo do conceito de subalterno – escreveu Massimo Modonesi – ‘um *‘passe-partout’* da linguagem intelectual e acadêmica [...] usado como sinônimo de oprimido e dominado’.” (LIGUORI, 2011, p. 34). No original: *Con il passaggio del termine “subalterno” o “subalterni” nelle università anglo-americane si produsse una svolta. Studiosi influenzati soprattutto dal decostruzionismo di Derrida o dal pensiero di Foucault usarono la categoria di “subalterno” e il concetto di “subalternità” in modo spesso disinvolto [...] a fare del concetto di subalterno – ha scritto Massimo Modonesi – “un passepartout del linguaggio intellettuale e accademico [...] usato come sinonimo di oppresso e dominato.*

Essa mirada culturalista distancia-se daquela de Gramsci que propõe a recuperação da história dos subalternos num projeto cuja orientação é a *superação da subalternidade*. Isto é, para Gramsci e a orientação política de seu pensamento, o subalterno deve superar sua condição, deve superar a própria subalternidade, lançando-se na luta pela hegemonia. O projeto gramsciano não se contenta com a mera recuperação histórica/cultural do subalterno⁷⁹. Reorienta-a para perscrutar os elementos organizativos, os elementos políticos e culturais que podem ser utilizados na luta hegemônica, na construção de uma concepção de mundo alternativa, pautada na própria experiência de politização das classes e grupos subalternos.

Pertencer a um grupo subalterno, como veremos, é uma condição, uma situação *relacional* e, portanto, passível de ser alterada, superada. Projeto, portanto, diverso daquele proposto pelos estudos culturalistas. Nesse sentido e para evitar esse tipo de distanciamento do projeto político de Gramsci, trabalharemos com mais afinco algumas das notas legadas pelo sardo para especificar o entendimento da categoria em tela.

Porém, antes de avançar sobre as notas específicas sobre as classes e grupos subalternos, pretendemos apresentar, sumariamente, a chave de leitura da condição *relacional* da subalternidade: a sua inserção na análise das *relações de força*. É a partir do parágrafo trinta e oito do caderno quatro, escrito em outubro de 1930 e em grande parte reelaborado no parágrafo dezessete do caderno treze (maio de 1932-novembro de 1933) que encontramos talvez a maior contribuição da teoria gramsciana. Nesses parágrafos Gramsci propõe uma nova perspectiva para a relação entre “estrutura e superestrutura”, o “problema crucial do materialismo histórico”.

Essa análise começa a partir da distinção entre aquilo que é “ocasional”, os movimentos conjunturais, e aquilo que é “permanente”, os movimentos orgânicos. Estes últimos geram as grandes situações históricas, de contradição aguda e, assim, abrem espaço para o “terreno do ocasional”, o momento de luta entre as forças sociais antagonistas. A análise das relações de força atua justamente nesse espaço, para perscrutar, a partir de uma

⁷⁹ A crítica de Galastri torna-se importante nesse momento. O autor ajuda a entender como “a posição pós-moderna, por meio da justificação da pluralidade e da multiplicidade, acaba por preconizar uma situação política e social que mantém os grupos subalternos exatamente como tais” (GALASTRI, 2014, p. 49) “É assim que se pode ler em Spivak [uma das expoentes dos *subaltern studies*] a conclusão de que o subalterno ‘não pode falar’. A autora considera as ‘mulheres do subproletariado’, no caso indiano, como o exemplo limite de subalternidade, em nome de quem os intelectuais não teriam condições de falar, e para quem não haveria tampouco espaços sociais para a difusão da própria fala” (idem, p. 49). Nesse problema está a perspectiva de Spivak em não aceitar “uma historiografia subalterna que pudesse ser criada justamente a partir dos setores politicamente mais organizados” (idem, p. 50) dentre os subalternos.

união metodológica entre política, história e filosofia, as melhores condições para a intervenção da classe revolucionária.

Nesse sentido, a dialética entre estrutura e superestrutura transforma-se num elemento de análise política “vivo”, capaz de estabelecer elementos práticos, políticos, de atuação revolucionária. Não se pensa mais no caráter “estrutural” ou “superestrutural” de determinado fenômeno, mas num posicionamento deste dentro dos “momentos” ou “graus” das relações de força. O primeiro desses momentos remete a “uma relação de forças sociais estreitamente ligada à estrutura” (GRAMSCI, 1975, p. 1583; 2007a, p. 40) e pode ser medido com a “exatidão das ciências naturais”. Gramsci fala dos elementos mais diretamente conectados ao mundo produtivo. É nesse nível que as “contradições insanáveis” emergem, porém, não são solucionadas apenas a partir dele.

As relações de forças políticas compõem um nível seguinte, nele observa-se “o grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização” (GRAMSCI, 1975; p. 1583-4; 2007a, pp. 41-2) dos variados grupos sociais. Aqui está uma das chaves de leitura da condição subalterna que, como veremos, aparece numa situação de organização política desagregada. O desenvolvimento das forças políticas também é variado e passa por três momentos principais. O primeiro deles, no qual a maioria das classes e grupos subalternos se encontra, é chamado por Gramsci de “econômico-corporativo”. A solidariedade de classe, a aglutinação dos interesses, é baixa, e ocorre quase como expressão da função dos indivíduos dentro do mundo produtivo, como entre os que ocupam a mesma função numa linha de produção.

O próximo grau de desenvolvimento das forças políticas apresenta já uma expansividade; não mais restrita à função individual, a solidariedade avança para todos os elementos do grupo social em relação às condições geradas pelo modo de produção. Isto é, a solidariedade expande-se para todos os outros operários da fábrica, para os operários de outras fábricas, em outros setores, e até mesmo para os camponeses e demais explorados. Nesse momento ocorre “uma superação dos estreitos marcos corporativos, mas expressa uma identidade que se constrói, ainda, no terreno do econômico” (BIANCHI, 2018, p. 148). A limitação desse momento, explica Gramsci, reside na restrição à institucionalidade, às “regras do jogo” e, mais importante, às pautas de igualdade jurídica com os grupos dominantes. Ainda não se pleiteia a alteração do *status quo*; a igualdade jurídica abstrata da burguesia ainda dá o tom das manifestações políticas.

É no terceiro nível das forças políticas, chamado de ético-político, que se desenha a proposta revolucionária. Não mais a igualdade com os dominantes, mas a superação da

própria contradição social, a partir de uma nova civilização, uma nova concepção de mundo. A partir da fundação de um novo Estado, uma nova hegemonia. O momento ético-político é, para Gramsci, determinante. Determinante, pois o vence quem avançar sua pauta sobre a sociedade, quem conseguir aglutinar outras classes, incluídas aí também outras classes subalternas, em torno de um projeto aglutinador, expansivo, capaz de colocar as massas em movimento e alterar o “estado geral das coisas”, isto é, a totalidade social calcada na experiência burguesa e no seu Estado.

Do terceiro momento, ético-político, o mais avançado nas relações de forças políticas, chegamos ao nível determinante das relações de forças: as forças militares, responsáveis por alterar – à força – a realidade movente. Militares, pois a classe que perde seu poder, que vê seu Estado ameaçado, não abandona seu status sem exaurir os últimos recursos, incluindo aqui o recurso à força⁸⁰. Todavia, as forças aqui não devem ser apenas militares no sentido “técnico”, há a necessidade de organização das massas em formato político-militar. Mais uma vez: apenas um robusto movimento de massas é capaz de alterar, intervir, na dissolução do Estado da classe dominante.

A partir dessa breve recuperação da proposta gramsciana de análise das relações de forças podemos compreender que é subalterno aquele que, diante da classe dominante, não é capaz de avançar seu nível de organização política, avançar nos momentos das relações de força políticas⁸¹. Corrobora para essa situação a própria hegemonia do grupo dominante, que suprime a capacidade aglutinadora dos subalternos, suas capacidades organizativas. Suprimido e reprimido, o subalterno não chega ao nível ético-político, de perseguição de uma nova hegemonia. Isso porque a hegemonia da classe dominante faz com que os subalternos pensem sua realidade e historicidades dentro do campo discursivo-ideológico dos dominantes, isto é, os subalternos leem a si mesmos com o modo de ler dos dominantes, pois foram ensinados a ler a realidade somente assim (DIAS, 2012, p. 107-8). Mesmo em casos esporádicos, de ebulição das massas, a falta de organização política implica ou a violenta

⁸⁰ Encontramos em Galastri (2017) uma reflexão importante sobre o papel da “violência política” na teoria de Antonio Gramsci.

⁸¹ Gramsci encontra no “sindicalismo teórico” um exemplo dessa incapacidade subalterna. De acordo com o sardo, essa proposta representa a condição subalterna de seus defensores, incapazes de avançar um projeto político expansivo e universal, para além das requisições da esfera econômico-corporativa dos sindicatos. Para Gramsci, por meio dessa teoria o grupo subalterno “é impedido de se tornar dominante, de se desenvolver para além da fase econômico-corporativa a fim de alcançar a fase de hegemonia ético-política” (GRAMSCI, 1975, p. 1590; 2007a, p. 47) isso acontece porque “Exclui-se a transformação do grupo subordinado em dominante, ou porque o problema sequer é formulado [...] ou porque é apresentado sob formas incongruentes e ineficazes [...] ou porque se afirma o salto imediato do regime dos grupos àquele da perfeita igualdade e da economia sindical” (GRAMSCI, 1975, p. 1590; 2007a, p. 48).

repressão desses movimentos contestatórios, ou sua “decapitação”, isto é, a incorporação de seus líderes à ordem burguesa por meio do *transformismo*⁸².

Todavia, a categoria não leva ao fatalismo, à falta de perspectivas revolucionárias. A hegemonia burguesa é (e só pode ser) incompleta. Devemos sempre ter em mente o projeto revolucionário de Gramsci, bem como daqueles que o influenciaram na temática dos subalternos. Ao comentar sobre essas influências, Del Roio aponta tanto nos textos de Salvemini, meridionalista italiano, capaz de observar um potencial para a revolução social no campesinato meridional, quanto para os de Rosa Luxemburg e Karl Korsch, sobre a ênfase na auto-organização proletária e na centralidade da experiência fabril, elementos importantes para a visão gramsciana da condição subalterna e sua superação (DEL ROIO, 2007, pp. 64-66, p. 69). Outra forte influência nesse tema é a própria proposta política leninista de “frente única” que demandava uma compreensão mais rica da situação das classes sociais italianas e estava longe de propagar o “derrotismo” (DEL ROIO, 2007, p. 66).

Buscando especificar essa compreensão inicial, avançaremos agora para as notas sobre os subalternos. Dentro da estrutura dos cadernos, a menção à subalternidade acontece em estruturas como “classes subalternas”, “grupos sociais subalternos” ou ainda “o subalterno”. Encontramo-las nos distintos cadernos miscelâneos (1, 2, 4, 6, 7, 8, 9, 14, 15) e, como mencionado, no caderno vinte e cinco, o caderno especial dessa temática.

Em junho de 1930 dois parágrafos no caderno três oferecem elementos interessantes para introduzir o tema. No primeiro deles (§14) Gramsci apresenta a diferença entre a “história da classe dominante e a história das classes subalternas”. A história das classes subalternas aparece como “necessariamente desagregada e episódica”. A desagregação, uma das características centrais da subalternidade⁸³, está aqui em relação a sua história. Porém o

⁸² O termo *transformismo* é recorrente nos cadernos e remete a uma tática política da classe dirigente no sentido de enfraquecer, minimizar ou desagregar as classes antagônicas. Ocorre comumente pela incorporação, na forma de cooptação, de líderes desses movimentos, a partir tanto da incorporação – subordinada – das pautas destes elementos organizativos em partidos “da ordem”, quanto na incorporação (aliciamento) desses líderes às regras do jogo parlamentar burguês. O fenômeno do transformismo fica bem exemplificado na análise gramsciana do *Risorgimento* italiano. Para o sardo, desde 1848 a vida estatal italiana é marcada pelo transformismo que ocorre “pela elaboração de uma classe dirigente cada vez mais ampla [...] com a absorção gradual mas contínua, e obtida com métodos de variada eficácia, dos elementos ativos surgidos dos grupos aliados e mesmo dos adversários e que pareciam irreconciliavelmente inimigos. Neste sentido, a direção política se tornou um aspecto da função de domínio, uma vez que **a absorção das elites dos grupos inimigos leva à decapitação destes e a sua aniquilação por um período frequentemente muito longo.**” (GRAMSCI, 1975, p. 2011; 2002a, p. 63, negrito nosso).

⁸³ Cabe lembrar, ainda em 1926, em *Alguns temas da questão meridional*, Gramsci já ressaltaria a desagregação como um dos elementos centrais do campesinato italiano, um dos componentes dos subalternos: “O Sul pode ser definido como uma grande desagregação social; os camponeses, que constituem a grande maioria da população meridional, não têm nenhuma coesão entre si. [...] Os camponeses meridionais estão em perpétua fermentação;

terreno não está fechado, existe também, na atividade dessas classes, ao lado da desagregação, “uma tendência à unificação”. E, apesar dessa tendência, as classes subalternas “sofrem a iniciativa da classe dominante, mesmo quando se rebelam”. Por isso, “todo traço de iniciativa autônoma” tem valor inestimável (GRAMSCI, 1975, pp. 299-300).

Com esse parágrafo inicial podemos contemplar a perspectiva política de Gramsci, de superação da subalternidade. A mirada dialética, como dito, impede o abandono da luta. Mesmo desagregadas, mesmo sofrendo a iniciativa dominante, as classes subalternas apresentam em sua história – também desagregada – episódios de extremo valor, pois são episódios de iniciativa autônoma. O projeto político de Gramsci, com veremos, passa também pela recuperação desses episódios, pela compreensão dos momentos de iniciativa autônoma. Compreender a história dos subalternos torna-se um ato político, pois permite perscrutar no presente, a partir das descobertas do passado, momentos de intervenção histórica, momentos de elevação do ânimo das massas e, com isso, avançar na educação, organização, dos movimentos atuais e futuros.

Apenas algumas páginas à frente, no parágrafo dezoito, Gramsci ampliará a sua perspectiva de subalterno. Utiliza a noção de subalternidade para debater pontos da história da Roma Antiga. A categoria assume aqui, portanto, uma perspectiva mais relacional que definitiva (LIGUORI, 2015, p. 44). Frise-se que a compreensão da subalternidade enquanto relação é essencial para extrair as ricas determinações da categoria, principalmente quando inserida no quadro das relações de força com a categoria de hegemonia, como especificamos acima.

No trecho mobilizado, outra característica das classes subalternas é evidenciada: a falta de autonomia política⁸⁴. Ao mesmo tempo, menções à “centralização da vida social” promovida pelo Estado moderno contribuem na associação da categoria em tela com a mirada para o nexos orgânico entre sociedade política e sociedade civil, nova determinação do Estado. O Estado moderno, calcado na experiência burguesa, tende a incorporar, controlar, as formas de organização dos subalternos, é um dos elementos que submete os movimentos subalternos à iniciativa da classe dominante.

mas, enquanto massa, são incapazes de dar uma expressão centralizada às suas aspirações e necessidades (GRAMSCI, 2004, p. 423),

⁸⁴ A falta de autonomia política e a desagregação das classes e grupos subalternos está associada ao problema do apoliticismo (GRAMSCI, 1975, pp. 1163-4), porém, essa associação não significa a eliminação dos movimentos de iniciativa autônoma.

Esses parágrafos serão reelaborados quando da confecção do caderno especial (25), no período que vai da metade de 1934 aos meses iniciais de 1935. Na reelaboração do §14 lemos:

A história dos grupos sociais subalternos é necessariamente desagregada e episódica. É indubitável que, na atividade histórica destes grupos, existe tendência à unificação, ainda que em termos provisórios, mas esta tendência é continuamente rompida pela iniciativa dos grupos dominantes e, portanto, só pode ser demonstrada com o ciclo histórico encerrado, se este se encerra com sucesso. Os grupos subalternos sofrem sempre a iniciativa dos grupos dominantes, mesmo quando se rebelam e insurgem: só a vitória ‘permanente’ rompe, e não imediatamente, a subordinação. Na realidade, mesmo quando aparece vitoriosos, os grupos subalternos estão apenas em estado de defesa, sob alerta (pode-se demonstrar esta verdade com a história da Revolução Francesa, pelo menos até 1830). Por isto, todo traço de iniciativa autônoma por parte dos grupos subalternos deve ser de valor inestimável para o historiador integral. (GRAMSCI, 1975, Q25§2, p. 2283-4; 2002a, p. 135)

Gramsci promove algumas alterações interessantes. Em primeiro lugar, a palavra “classe” cede lugar àquela de “grupo”. Os motivos da mudança podem estar numa tentativa de dirimir a censura carcerária, ou ainda, numa visão mais aberta das relações sociais, subalterno/dominante⁸⁵. Os elementos que caracterizam a condição subalterna, contudo, permanecem os mesmos e são especificados.

A desagregação desses grupos, a sua falta de organização e autonomia política, cria uma situação complexa: mesmo quando aparentemente vitoriosos, os subalternos ainda estão em posição defensiva. A hegemonia é um processo longo, tortuoso, que não é garantido com uma “simples” vitória, mas com a construção/expansão paulatina de uma nova civilização, de uma nova concepção de mundo. Essa perspectiva encontra respaldo no parágrafo noventa e oito do caderno seis. Em discussão sobre o Direito, Gramsci, em alusão à burguesia⁸⁶, relembra que “[c]ertas classes subalternas devem atravessar um longo período de intervenção jurídica rigorosa e depois atenuada” (GRAMSCI, 1975, p. 773-4; 2007a, p. 249). Por isso a necessidade de “fazer-se Estado”, elemento central no desenvolvimento histórico de uma classe.

Desse modo os subalternos aparecem como desorganizados (ou organizados pela lógica do capital) por dois momentos na sua constituição enquanto classe (DIAS, 2012, p. 12).

⁸⁵ Encontramos em Galastrì (2014) que a utilização de “classe” ou “grupo” referir-se-ia ao nível de organização política. Nessa chave, “[e]xistem vários “graus” ou “níveis” de subalternidade [...] Os mais “avançados” requerem unificação política enquanto classes sociais. Daí a importância da distinção entre “grupos sociais subalternos” como categoria mais abstrata e “classes sociais subalternas” como fenômeno histórico de unificação política de frações e segmentos determinados dos subalternos.” (p. 44)

⁸⁶ Mais uma vez a perspectiva *relacional* da categoria em tela é reforçada. Antes de “fazer-se Estado”, de atingir o momento ético-político das relações de força, a burguesia estava em condição subalterna à aristocracia e ao poder temporal da Igreja – o aparelho de hegemonia cosmopolita da Europa de então.

Primeiro por se formarem e se organizarem dentro das instituições que já compõem a visão de mundo dominante. E, além disso, por inserirem-se nos diversos espaços de formação do capitalismo (financeiro, agrícola, industrial).

Tendo isso em mente, cada momento de ebulição, cada momento de manifestação e interferência desses grupos subalternos na história é importante. Esses momentos têm muito a dizer: dão indícios desse processo de construção de hegemonia, de formação de uma vontade coletiva nacional-popular, são registros de uma longa luta. Por esse motivo, Gramsci aconselha-nos, mais uma vez, a redirecionar politicamente o fazer historiográfico para perscrutar exatamente esses momentos de iniciativa autônoma. Recuperar a história dos subalternos é um elemento chave no processo de construção da hegemonia calcada na sua experiência. Não à toa o nome da nova versão do parágrafo é alterado de “História da classe dominante e história das classes subalternas” para “Critérios metodológicos”, o que revela a importância dessa discussão para nosso autor.

Avançando nas notas sobre o tema, encontramos mais elementos para estabelecer o entendimento de subalterno a partir do parágrafo quarenta e oito do caderno três, já mobilizado em nossa discussão sobre a tradução (cf. p. 24). Para nossa análise atual, extraímos aqueles que apontam para outras características dos grupos subalternos: a espontaneidade. E, mais uma vez, notamos a desagregação política, marcada pela falta de organização dos elementos de direção consciente.

No movimento ‘mais espontâneo’ os elementos de ‘direção consciente’ são simplesmente impossíveis de controlar, não deixaram nenhum documento comprovável. Pode-se dizer, por isto, que **o elemento a espontaneidade é característico da ‘história das classes subalternas’, aliás, dos elementos mais marginais e periféricos destas classes**, que não alcançaram a consciência de classes ‘para si’ e que, por isto, sequer suspeitam que sua história possa ter alguma importância e que tenha algum valor deixar traços documentais dela.

Existe, portanto, uma ‘multiplicidade’ de elementos de ‘direção consciente’, nestes movimentos, mas nenhum deles é predominante ou ultrapassa o nível da ‘ciência popular’ de um determinado estrato social, do ‘senso comum’, ou seja, da concepção de mundo tradicional deste determinado estrato (GRAMSCI, 1975, p. 328; 2007a, p. 194)

O trecho traz alguns esclarecimentos. Em primeiro lugar, associa novamente a espontaneidade aos movimentos subalternos. Além disso, especifica que dentre os subalternos existem os “elementos mais marginais e periféricos”, com pouca ou nenhuma organização política – o que abre a perspectiva de considerar os subalternos como um grande grupo diferenciado, com estratos com maior ou menor nível de organização política. Nesses movimentos espontâneos não é a falta de liderança o problema, mas a falta de uma liderança

“predominante”, aglutinadora, capaz de dirigir o movimento de massas de acordo com uma orientação que “ultrapasse” o nível do senso comum.

Ainda sobre a temática da espontaneidade, típica das classes subalternas, Gramsci remete à discussão do “movimento de Turim”, em referência ao período dos conselhos de fábrica do *Biennio Rosso* italiano. Essa associação permite compreender que o proletariado industrial, principal elemento do movimento em 1919-1920, também integra as classes subalternas, seriam os elementos “mais progressivos” dentre os vários grupos que as compõem. Assim, as classes subalternas englobam camponeses, operários, elementos sociais particulares relacionados a outras épocas, como os artesãos, os clérigos (intelectuais tradicionais), cabendo “à classe operária, uma classe subalterna em particular, agrupar o conjunto das classes subalternas para a luta contra o capitalismo e por uma nova ordem social” (DEL ROIO, 2007, p. 72)

Além disso, defende a direção dada ao movimento, isto é, a intervenção política em conjunto aos conselhos de fábrica, principalmente pelo pessoal do *L'Ordine Nuovo*, do qual nosso autor fazia parte, no sentido de educar, orientar e “purificar” o movimento. A continuação do parágrafo marca, novamente, a mirada política aos subalternos, isto é, a tarefa de sua elevação, de superação da condição subalterna:

Negligenciar e, pior, desprezar os movimentos ditos ‘espontâneos’, ou seja, renunciar a dar-lhes uma direção consciente, a elevá-los a um plano superior inserindo-os na política, pode ter frequentemente consequências muito sérias e graves. Ocorre quase sempre que um movimento ‘espontâneo’ das classes subalternas seja acompanhado por um movimento reacionário da ala direita da classe dominante, por motivos concomitantes: por exemplo, uma crise econômica determina, por um lado, descontentamento nas classes subalternas e movimentos espontâneos de massa, e, por outro, determina complôs de grupos reacionários que exploram o enfraquecimento objetivo do Governo para tentar golpes de Estado. (GRAMSCI, 1975, p. 331; 2007a, p. 197)

Mesmo em meio à desagregação e falta de direção política, existem momentos de rebeldia, de contestação. Em situações de grave caos econômico e social, estas classes atingem certo grau de “homogeneidade” diante da opressão e da condição econômica que se encontram. Nesses raros momentos – acima o sardo deixa claro que, em geral, as revoltas subalternas acabam por sofrer a iniciativa de movimentos regressivos dos dominantes – os “estratos populares mais amplos tornam possível o advento ao poder da classe subalterna mais avançada em razão do enfraquecimento objetivo do Estado” (Gramsci, 1975, p. 332; 2007a, p. 198). Justamente por isso, a pesquisa sobre os subalternos é tão importante. A iniciativa autônoma dos subalternos é preciosa “porque essa ‘autonomia’ é o primeiro momento, apenas

o primeiro momento, sobre o qual se pode construir, sob certas condições, uma hegemonia alternativa” (LIGUORI, 2015, p. 43)⁸⁷.

Em uma nota também do caderno três, escrita em agosto de 1930 (GRAMSCI, 1975, Q3§90, pp. 372-3), Gramsci estabelece mais nexos entre os grupos subalternos e outros pontos de sua teoria. Aqui chamamos atenção para os elementos discutidos no capítulo anterior, sobre o papel do Estado na construção/afirmação da classe dirigente. Observamos a posição marginal, subordinada, que as classes subalternas possuem diante desse Estado que, em sentido gramsciano, compreende a própria totalidade das relações sociais. Em sua segunda redação, o parágrafo desdobra melhor suas compreensões, mantendo as principais asserções da primeira redação:

A unidade histórica das classes dirigentes acontece no Estado e a história delas é, essencialmente, a história dos Estados e dos grupos de Estados. Mas não se deve acreditar que tal unidade seja puramente jurídica e política, ainda que também esta forma de unidade tenha sua importância, e não somente formal: a unidade histórica fundamental, por seu caráter concreto, é o resultado das relações orgânicas entre Estado ou sociedade política e ‘sociedade civil’. As classes subalternas, por definição, não são unificadas e não podem ser unificadas enquanto não puderem se tornar ‘Estado’: sua história, portanto, está entrelaçada à da sociedade civil, é uma função ‘desagregada’ e descontínua da história da sociedade civil e, por este caminho, da história dos Estados ou grupos de Estados (GRAMSCI, 1975, Q25§5, pp. 2287-8, 2002a, pp. 139-140).

Podemos observar como nesse trecho acontece a conexão de muitas categorias da “trama conceitual” evidenciada por Gramsci. A subalternidade conecta-se com a teoria da hegemonia e com a mirada orgânica entre as esferas da realidade social, sociedade política e sociedade civil. A subalternidade existe diante da concepção de mundo burguesa, sofre da sua iniciativa. A classe dirigente utiliza do Estado tanto para expandir a sua concepção de mundo quanto para calar as alternativas das classes subalternas.

A falta de organização política, da criação de dirigentes próprios – um dos pontos centrais da intervenção gramsciana⁸⁸ – implica movimentos espontâneos, desagregados, mesmo em meio à opressão política e ao caos econômico. Os subalternos restam incapazes de avançar na formação de uma orientação política que supere o nível “econômico-corporativo” das relações de força, avançando para uma proposta ético-política, isto é, que pretende a

⁸⁷ No original: *perché questa ‘autonomia’ è il primo momento, solo il primo momento, su cui si potrebbe costruire, a certe condizione, una diversa egemonia.*

⁸⁸ Remetemos aqui ao importante entendimento de Dias: “A proposta gramsciana de partido é um escândalo radical diante da prática de socialistas e comunistas que vivem o fetichismo da organização. Só quando os subalternos falarem com sua própria voz será possível sua emancipação e com isso longe estamos de negar a importância da organização. Faz-se necessário, entretanto garantir a democracia interna e a capacidade da organização de ser a escola da luta de classes (formação de quadros de modo que todos possam ser dirigentes)” (DIAS, 2012, p. 70).”

hegemonia. Em uma breve menção ao tema no parágrafo 125 do caderno seis, temos uma compreensão da grande distância entre desses dois grupos sociais antagonistas, pois: “é certo que toda classe dominante nacional está mais próxima das outras classes dominantes, como cultura e como costumes, do que as classes subalternas entre si” (GRAMSCI, 1975, p. 795; 2007a, p. 252).

Numa breve nota sobre o significado de “natural” e “antinatural”, Gramsci especifica como essas concepções advêm da historicidade e da contradição entre as classes sociais e aponta, mais uma vez, o elemento desagregação nas classes subalternas: “Nos grupos subalternos, por causa da ausência de autonomia na iniciativa histórica, a desagregação é mais grave e é mais forte a luta para se libertarem dos princípios impostos e não propostos, para obter uma consciência histórica autônoma (GRAMSCI, 1975, Q16§12, p. 1875; 2007b, p. 52). No resultado dessa situação a história dos grupos subalternos acaba por ser silenciada. Restrita à sociedade civil ou desaparece completamente, ou fica subordinada às narrativas dos dirigentes, aparecendo como bizarria ou simples elemento folclórico. Em verdade, “para uma elite social, os elementos dos grupos subalternos têm sempre algo bárbaro ou patológico” (GRAMSCI, 1975, Q25§1, p. 2279; 2002a, p. 131).

Essa última consideração, inclusive, é mais um dos elementos que suporta a proposta gramsciana de recuperar a história dos movimentos subalternos. No contexto italiano da época, o sardo se interessa na história do movimento dos “cristãos jurisdavídicos”, composto pelos seguidores de Davide Lazzaretti⁸⁹. O movimento de cariz messiânico, que mesclava o republicanismo com uma interpretação religiosa da questão da unificação italiana, chamou a atenção de Gramsci por conter elementos que poderiam ajudar na questão central de determinar quando “existem as condições para que se possa criar e se desenvolver uma vontade coletiva nacional-popular?” (GRAMSCI, 1975, p. 1559).

O episódio visto até então pela perspectiva do “impressionismo literário” mereceria uma “análise político-histórica”. O parágrafo que abre a discussão do caderno especial vinte e cinco toca justamente nesse ponto. A confusão entre o elemento republicano e o elemento religioso, bizarramente combinados, era, para Gramsci, justamente um dos elementos centrais do acontecimento, “porque demonstra sua popularidade e espontaneidade” (GRAMSCI, 1975, p. 2280) entre os camponeses – na situação italiana de então, um dos estratos mais desagregados dentre os subalternos.

⁸⁹ Para informações sobre o movimento ver: LIGUORI, 2015, p. 42.

Segundo Liguori (2011) a história dos subalternos está relacionada com a pergunta “por que perdemos?” (isto é, por que a revolução proletária não aconteceu na Itália) e, ao mesmo tempo, com a resposta, presente já num texto jornalístico de Gramsci intitulado *Che fare?* de 1923: “Nós não conhecemos a Itália. Pior ainda: não dispomos dos instrumentos adequados para conhecer a Itália tal como ela realmente é” (GRAMSCI, 2004, p. 233). Por isso suas “orientações metodológicas”, nesses parágrafos do caderno vinte e cinco, sobre a necessidade e os modos de se fazer a história dos subalternos.

Enfim, podemos compreender a subalternidade como uma condição relacional, existente em qualquer sociedade cindida em classes. Em referência, em nossa época, com o nexos orgânico entre sociedade civil e sociedade política, com a hegemonia burguesa dirigente. Essa hegemonia, de acordo com Dias (2012, p. 103), configura um poder do discurso unido ao discurso do poder. A organização dentro de uma sociedade cindida em classes implica a negação da fala aos subalternos. Isto é, a incapacidade de constituir o real a partir de uma própria visão do mundo de sua classe (subalterna). Em pano de fundo completamente diferente encontram-se os dominantes, àqueles cuja tarefa é organizar o discurso e, portanto, a própria realidade.

Assim, a categoria em tela expande a capacidade analítica dos referenciais históricos de classe do marxismo, isto é, os referenciais de burguesia e proletariado. Essa expansão acontece, sem dúvida, levando em conta a relação orgânica entre estrutura e superestrutura de Gramsci⁹⁰. Relação *traduzida* para o ferramental teórico-prático da análise das relações de força. Ou seja, com a definição de “subalterno” e ainda de “classes subalternas” e “grupos subalternos” Gramsci indica a relação de dominação objetiva-subjetiva, hegemônica, pautada na hegemonia burguesa sem que, com isso, as categorias percam sua capacidade prática de análise das relações de força (GALASTRI, 2014).

Na próxima seção tentaremos avançar alguns pontos sobre a condição das classes e grupos subalternos dentro do debate da cibersegurança. Discutiremos, para tanto, alguns

⁹⁰ Em termos parecidos expressa-se Liguori, para quem a própria categoria de subalterno já carrega, e só pode ser compreendida pela, aguda visão dialética entre estrutura e superestrutura. A categoria captura, assim, “a possibilidade de incidência que possuem a subjetividade e as ideologias sobre o plano da concreta realidade histórica [...] com o par hegemônicos/subalternos Gramsci nos oferece categorias mais amplas e abrangentes do que aquelas marxistas clássicas (burguesia/proletariado), porque elas entrelaçam melhor colocação social e subjetividade, dado estrutural e dado cultural e ideológico” (LIGUORI, 2015, p. 48). No original: *le possibilità di incidenza che hanno le soggettività e le ideologie sul piano della concreta realtà storica [...] con la coppia egemoni/subalterni Gramsci ci offre categorie più ampie e comprensive di quelle marxiste classiche (borghesi/proletari), poiché esse intrecciano meglio collocazione sociale e soggettività, dato strutturale e dato culturale e ideologico.*

exemplos práticos de tecnologias para apontar como a segurança proposta é estadocêntrica. Ou seja, a cibersegurança tem por objetivo central assegurar a resiliência e desenvolvimento das redes governamentais e das redes das empresas digitais e garantir o ciberespaço como catalisador da acumulação capitalista no século XXI, salvaguardando os desdobramentos da chamada “economia digital”.

2.2. As classes e grupos subalternos no debate de cibersegurança

Prosseguindo com a tentativa de tradução de elementos do debate de cibersegurança a partir da teoria gramsciana, avançamos sobre seu caráter estadocêntrico. A segurança do ciberespaço fica restrita às empresas e aos agentes da sociedade política e, muitas vezes, acontece às expensas dos “usuários”, gerando sistemas de vigilância e restrição de liberdades dentro do ciberespaço. Situação mais difícil ainda para os movimentos das classes e grupos subalternos.

Tentaremos fornecer exemplos empíricos das situações de insegurança geradas por essas tecnologias em relação às classes e grupos subalternos. Pautamos as discussões em estudos e relatórios de caráter global sobre a “liberdade da rede” e, por esse motivo, nossa exemplificação apresentará um caráter generalista. O objetivo é apresentar algumas tecnologias que, relacionadas com o debate de cibersegurança, explicitam o sentido desse debate e trazem consequências estratégicas para as classes e grupos subalternos.

O ensejo dessa reflexão é a observação de Del Roio ao apontar que a elasticidade da noção de subalterno em Gramsci dialoga com a própria complexidade tanto da situação meridional italiana, quanto da situação internacional colonial de sua época – a categoria seria, assim, traduzível para outros contextos nacionais. Entretanto, o autor também questiona se a ampliação do “campo de visão analítica não traria também como implicação a indefinição prática e política?” (DEL ROIO, 2007, p. 69). Sobre esse ponto elabora dois argumentos.

O primeiro deles, a título de hipótese a ser testada, aponta na centralidade do operariado dentro da produção gramsciana um elemento de referência que impediria tornar essa categoria inoperante no campo da prática. Isto é, “[m]antida a centralidade operária na construção de uma nova hegemonia antípoda ao domínio do capital, as classes subalternas da época capitalista ganham uma coluna vertebral por meio da qual podem ganhar organicidade e proceder na tendência à unificação e à hegemonia.” (DEL ROIO, 2007, p. 70)

Não discutiremos a fundo as implicações do primeiro argumento. Porém, chamamos a atenção para o segundo. Aqui, a própria categoria de classes e grupos subalternos refletiria, no tempo histórico de Gramsci, a crescente complexidade da estrutura de classes italiana, principalmente em relação à questão meridional, e, mais ainda, poderia se expandir para outros contextos – guardadas as devidas cautelas nessa *tradução*. Cabe lembrar, Gramsci presenciava uma enorme diversidade entre os subalternos de sua época, dado o fenômeno de expansão colonial do capitalismo⁹¹ e, ao mesmo tempo, do próprio processo de transição do feudalismo ao capitalismo, processo que ainda se desenrolava nos pontos mais “externos” da Europa. Assim:

A noção de subalterno pode parecer demasiadamente elástica, mas é fato que a questão meridional italiana já ganhava uma nova complexidade, assim como a própria noção de questão meridional já se ampliava para a zona colonial do imperialismo. A questão da unificação das classes subalternas italianas é uma questão nacional, mas, ao mesmo tempo, é uma questão de unificação das classes subalternas de todo o mundo, uma questão de unificação do gênero humano.” (DEL ROIO, 2007, p. 70)

Propomos que o ciberespaço também possui elementos que mantém em condição subalterna uma diversidade de grupos e classes. Por motivos de recorte, apontaremos esses elementos no campo da cibersegurança, explicitando o seu cariz estadocêntrico. Temos por perspectiva nessa seção que “do ponto de vista burguês, um processo hegemônico [é] aquele pelo qual os subalternos pensam, agem e vivem no interior do modo de vida dos dominantes de suas normas e instituições” (DIAS, 2012, p. 132). Para nós, essa é a situação atual do ciberespaço, suas tecnologias e “serviços gratuitos” oferecidos.

Como elemento inicial para a reflexão proposta, apontamos como o próprio enquadramento do debate de cibersegurança revela esse entendimento. Com um estudo atento aos termos desse debate, encontramos em Bay um diagnóstico daquilo que apontamos como o caráter estadocêntrico dessas discussões:

A maioria das definições de cibersegurança providas por Estados/públicas pode ser classificada como realista/positivista, como explicarei abaixo. Essa visão, dita tradicional, sobre segurança é principalmente orientada para ameaças em nível sistêmico/coletivo, em vez de um nível individual. Isso significa que o uso do termo por funcionários públicos ou meios de comunicação públicos geralmente não atende às necessidades individuais de cibersegurança em seu computador (ou outro dispositivo), mas sim às necessidades de cibersegurança da nação, grupos populacionais maiores, infraestruturas críticas para a população ou para as empresas e para a economia em geral. Essa forma de abordar a questão assemelha-se à retórica em torno da segurança nacional no mundo off-line, e não é de surpreender que exista

⁹¹ A expansão da categoria para as zonas coloniais foi, inclusive, sugerida pelo próprio Gramsci, no parágrafo cinco do caderno três, em referência à América Latina, como indicou Del Roio (2007): “a generalidade do termo ‘classes subalternas’ ou ‘grupos subalternos’ possibilita a análise apurada de particularidades as mais diversas dentro de uma tendência geral à unificação do gênero humano.” (p. 69)

um paralelo (particularmente no governo dos EUA) entre essa maneira de abordar a cibersegurança e as noções tradicionais/realistas/positivistas da segurança como tal. (BAY, 2016, p. 04)⁹²

Como complemento ao trecho acima, podemos afirmar que, mesmo quando existentes, as menções aos indivíduos (usuários) nos mais diversos documentos e encontros sobre o tema ficam restritas à esfera da “higiene de navegação”. Isto é, medidas de “conscientização” dos usuários do ciberespaço, no sentido de recursos e técnicas simples que contribuem para minimizar os efeitos do cibercrime (roubo de identidade, fraudes com cartões de crédito, vazamentos de informações pessoais, casos de *bullying*, etc.). Dentre essas técnicas poderíamos citar senhas mais fortes, autenticação em dois fatores, cuidados básicos com cartões de crédito, elementos para reconhecimento de sites falsos e táticas de identificação de tentativas de *phishing*, entre outros.

A questão é apontar que essas medidas, por mais que sejam cruciais para a utilização individual do ciberespaço, não encerram todo o debate de cibersegurança. Esse, como vimos, envolve discussões a nível internacional, em diversos ambientes institucionais, sobre os caminhos que a Internet e o ciberespaço deverão tomar. Tendencialmente, as discussões atuais apontam para um futuro com maior vigilância e maior capacidade de filtragem de conteúdo. Nesse nível da discussão, as classes e os grupos subalternos não possuem intervenção direta, sofrendo das iniciativas das agências estatais, das empresas de tecnologia e de uma nebulosa “comunidade técnica” – muitas vezes com negócios interessados no campo da cibersegurança ou com as empresas de tecnologia.

Nesses debates, como analisa Simpson (2004), está um entendimento basilar da Internet “desenvolvida e moldada por interesses governamentais” como um espaço para avançar e aprofundar a internacionalização da produção capitalista. A Internet e o ciberespaço são vistos como auxiliares no processo de universalização, de expansão do capitalismo. Há, continua o autor, uma clara intenção dos governos e empresas de avançar o entendimento de que a Internet deve se regular a partir da “autorregulação”.

⁹² No original: *Most state-provided/public definitions of cybersecurity can be classified as realist/positivist as I will explain below. This so-called traditional view on security writ large is mostly oriented towards threats at a systemic/collective level, rather than an individual level. This means that usage of the term by public officials or public communication outlets usually does not address the individual's need for cybersecurity on his or her computer (or other device), but rather it addresses the cybersecurity needs of the nation, larger population groups, infrastructure critical to the population or to businesses and the general economy. This way of addressing the issue resembles the rhetoric surrounding national security in the offline world, and it is not surprising that there is a parallel between this (particularly the U.S. government's) way of addressing cybersecurity and traditional/realist/positivist notions of security as such.*

Em breve digressão, nesse ponto, não há como não se lembrar das precauções de Gramsci acerca liberalismo econômico e da “ausência de regulação” plasmadas no parágrafo dezoito do caderno treze. Creditar a “autorregulação” como um movimento intrínseco à sociedade civil e, por extensão, do ciberespaço, implica desconsiderar o nexos orgânico entre sociedade política e sociedade civil, desconsiderar que mesmo a “ausência de uma regulamentação” consiste, na realidade efetiva, uma regulamentação. Para Gramsci o liberalismo econômico é uma regulamentação “introduzida e mantida via legislativa e coercitiva: é um fato de vontade consciente dos próprios fins e não a expressão espontânea, automática, do fato econômico” (GRAMSCI, 1975, p. 1590; 2007a, p. 47). Portanto, assim como o liberalismo econômico consideramos a “autorregulação da Internet” um “programa político” e não uma característica original do próprio ciberespaço.

Retornando ao argumento principal, complementa Simpson (2004):

percebido seu potencial comercial, a Internet tem sido desenvolvida e moldada por interesses governamentais, primeiro nos EUA, mas cada vez mais na União Europeia (UE) e além, como espaço de internacionalização da produção capitalista – a característica mais destacada da economia mundial dos últimos cinquenta anos – que pode ser mais alargado e aprofundado. Isso fica evidente na retórica política voltada para a promoção de um consenso que considera a Internet como um mercado liberalizado a ser governado principalmente pela autorregulação. Também fica claro a partir do desenvolvimento de políticas em organizações existentes, criadas para promover e atender à expansão da atividade econômica global – notadamente a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) – bem como novas organizações específicas, como a Corporação da Internet para Atribuição de Nomes e Números (ICANN) (p. 51)⁹³

Em síntese, a lógica por detrás da discussão de cibersegurança é “suportar e sustentar um ambiente de comunicações livre de fricção no qual ideias/dados/ordens de compra/transações financeiras se movem livremente e com a máxima velocidade possível” (DEIBERT, ROHOZINSKI, p. 19, 2010). Esses objetivos são perseguidos com a crescente intervenção governamental – em nexos orgânico com as empresas de tecnologia – no campo da cibersegurança.

Observamos, no capítulo anterior e a partir da contribuição de Warner (2012), como a gênese do debate de cibersegurança remete às redes governamentais e como se desenvolveu

⁹³ No original: *Thus, its commercial potential having been realized, the Internet has been developed and shaped by governmental interests, first in the USA, but increasingly in the European Union (EU) and beyond, as a space within which internationalization of capitalist production – the most outstanding feature of the world economy of the last fifty years – can be further extended and deepened. This is evident in policy rhetoric aimed at the promotion of a consensus that views the Internet as a liberalized marketplace to be governed primarily by self-regulation. It is also clear from the development of policy stances in existing organizations set up to promote and cater for the spread of global economic activity – notably the World Trade Organization (WTO) and the World Intellectual Property Organization (WIPO) – as well as new Internet-specific organizations such as the Internet Corporation for Assigned Names and Numbers (ICANN).*

sob o nexo orgânico de sociedade civil e sociedade política. Nesses estágios iniciais a preocupação central era a garantia de integridade dos sistemas governamentais, das informações “classificadas” e dos bancos de dados de clientes das empresas privadas. Os projetos de cibersegurança e o desenvolvimento de testes operacionais simulavam situações de ataques às redes governamentais, às empresas de infraestrutura.

Hoje, as ações práticas de cibersegurança marcam-se por uma crescente intervenção estatal, centrada no princípio da autodefesa (DEIBERT, ROHOZINSKY, 2010, p. 24; PEREIRA, 2013, pp. 56-7) – elemento basilar na manutenção do *status quo* internacional. Essa intervenção da sociedade política é acompanhada, como vimos no capítulo anterior, em nexo orgânico com elementos da sociedade civil. O debate de cibersegurança está relacionado com a criação e incorporação de novos mecanismos de controle da navegação. Esses elementos minaram, efetivamente, muitas das características iniciais da navegação *online*, como a ausência de controle intermediário na comunicação em rede e o anonimato, trazendo consequências como a vigilância – comercial e política –, a filtragem de conteúdo e a violação da privacidade nas comunicações.

As próximas subseções pretendem avançar sobre essa temática. De um lado apresentaremos três elementos práticos da cibersegurança e suas consequências para as classes e grupos subalternos: duas ferramentas de controle de conteúdo, as “gerações” de filtragem de conteúdo e o *deep packet inspection* (DPI), e uma ferramenta legal de restrição de conteúdo, a responsabilidade intermediária. Nosso objetivo é apontar como esses instrumentos geram efeitos negativos sobre os movimentos subalternos e os usuários em geral, sob a prédica de “combater o terrorismo e o narcotráfico” ou “restringir às violações ao *copyright*”. Doutro lado, na segunda subseção, refletiremos como mesmo as tecnologias utilizadas para “contornar” esses controles apresentam problemas. Ao final, nossa conclusão apresentará como no campo de cibersegurança convém pensar que a *segurança de uns implica a insegurança de outros*, dado o caráter marcadamente estadocêntrico do debate. Essa consideração é importante para ponderar as estratégias de utilização do ciberespaço pelos movimentos das classes e grupos subalternos.

2.2.1. Sociedade política e sociedade civil, filtragem e vigilância

Como demonstramos até aqui, a crescente popularização e centralidade econômica do ciberespaço estimularam a crescente intervenção da sociedade política dentro das

discussões de cibersegurança. Esse movimento, compreendido como uma ampliação dos papéis do Estado e seus agentes – e não uma territorialização de um ambiente inicialmente livre – acontece em diferentes ritmos e temporalidades ao redor do globo e em nexo orgânico com elementos da sociedade civil. Na busca pela segurança cibernética governos de diversos Estados avançam medidas como a criação de unidades militares cibernéticas e expandem o papel de suas agências de inteligência. Notamos como esses esforços comumente são usados “para justificar uma expansão massiva de poderes de vigilância e ainda, em alguns casos, uma alteração no próprio quadro daquilo que deve ser protegido” (DEIBERT, ROHOZINSKY, 2010, p. 20)⁹⁴.

A intensidade dessa vigilância ampliou-se com os acontecimentos que envolveram o ataque às torres do *World Trade Center* em Nova Iorque, nos Estados Unidos. O “onze de setembro” de 2001, como ficaram conhecidos os ataques, é um reconhecido marco num processo de profunda mudança da política externa e interna dos EUA, com impactos ao redor do mundo e, também, na cibersegurança. Em decorrência do acontecido se nota a intensificação e reformulação das questões cibernéticas a partir de um “complexo militar-informacional-industrial, encarregado de desenvolver soluções de *hardware* e *software* capazes de serem empregadas nas ‘guerras do século XXI’, num contexto de ‘Revolução dos Assuntos Militares’ da ‘Guerra Global ao Terror’” (CANABARRO, 2014, p. 331).

A constatação de que o ciberespaço foi utilizado como ferramenta de organização pelos responsáveis dos ataques serviu de base para pedidos e interesses de ampliação dos poderes de vigilância e controle *online*:

Os Estados Unidos rapidamente adotaram legislações de longo alcance, na forma do Ato Patriota (*PATRIOT Act*), que expandiu o escopo da vigilância eletrônica. Então, numerosos países ao redor do mundo aprovaram legislações similares ao Ato Patriota estadunidense, exigindo disposições de acesso legal para aplicação da lei a serem realizadas por ISPs privados (DEIBERT, ROHOZINSKY, 2010, p. 28)⁹⁵

Tanto as novas legislações quanto os novos direcionamentos de vigilância e controle dado às agências de inteligência estimularam a formação de complexos industriais-militares-cibernéticos ao redor do mundo. No caso dos Estados Unidos, empresas tradicionais do setor militar, como *Northrup Grunman*, *Boeing* e *Lockheed Martin*, criaram departamentos para lidar com o emergente mercado de cibersegurança (DEIBERT, 2012, p. 34).

⁹⁴ No original: *the effort to secure cyberspace by these agencies has been used to justify a massive expansion of surveillance powers, and even in some cases an alteration to the very framework of that which is to be protected.*

⁹⁵ No original: *The United States quickly adopted wide-ranging legislation, in the form of the PATRIOT Act, which expanded the scope for electronic surveillance. Numerous countries around the world then passed legislation similar to the United States PATRIOT Act, requiring lawful access provisions for law enforcement to be undertaken by private ISPs.*

O referido complexo, como demonstramos anteriormente, aconteceu com estreita colaboração entre elementos da sociedade civil e da sociedade política. Esse traço começou a ser evidenciado mesmo antes das revelações de Snowden. Em 2006, em reportagem do site de tecnologia *Wired*, um informante apontou evidências de que uma das maiores empresas de telecomunicações dos EUA, a *AT&T*, construiu “cômodos secretos” em seus servidores. Os ambientes seriam utilizados pela NSA para vigilância e espionagem de comunicações (*AT&T...*, 2006).

Em verdade, o *think tank* liberal *FreedomHouse* nota crescentes restrições de acesso e “liberdade” da Internet. No último relatório disponibilizado a “liberdade global da Internet” declinou pelo oitavo ano seguido (*FREEDOM ON THE NET*, 2018). Os motivos estão tanto na adoção crescente de novas tecnologias de vigilância e controle de navegação *online* por governos autoritários, quanto na adoção de legislações que impõem formalmente a colaboração entre empresas privadas e agências governamentais mais corriqueiras nas “democracias ocidentais”.

Tais movimentos são justificados interna e externamente sob a prédica de “combate ao terrorismo e ao narcotráfico” ou ainda, “restringir a violação do *copyright*”. As próprias revelações de Snowden, ao mesmo tempo em que revelaram ao mundo o nível de expansão das atividades de comunidade de inteligência estadunidense, serviram de justificativa de outras sociedades políticas para ampliar os poderes de suas próprias comunidades de inteligência (*KELLY et al*, 2014).

Procederemos com um olhar mais atento a essas questões, elencando alguns exemplos práticos. Dentre as tecnologias utilizadas com fins de cibersegurança, destacaremos as diversas gerações de controle de conteúdo (filtragem) e o *deep packet inspection* (DPI). Já sobre as legislações, centraremos nossos esforços na chamada *responsabilidade intermediária*.

A filtragem de conteúdo é um dos recursos mais básicos de controle social dentro do ciberespaço. Em linhas gerais, ela consiste no bloqueio de determinados conteúdos (páginas, sites) disponíveis na Internet. Esse bloqueio pode ser direcionado a uma página específica de um site, a um site em sua totalidade ou a um servidor que hospeda vários sites. Como um exemplo, a filtragem de conteúdo pode bloquear o acesso a uma notícia hospedada no site da empresa de notícias XYZ. Ao tentar acessar essa página específica o usuário se depara com uma mensagem de erro, mas consegue acesso às demais notícias no site. Pode ocorrer que todo o site XYZ seja bloqueado, impedindo qualquer tipo de acesso. Ou ainda, digamos que a

empresa XYZ hospeda seu site num servidor com serviços específicos para empresas de notícias, utilizado também pela empresa de notícias WZ. O direcionamento da filtragem para esse servidor torna inacessíveis todas as páginas de ambas as empresas.

Essa tática pode utilizar tanto o endereço de IP de um site ou servidor específico, quanto palavras-chaves, presentes na URL do site, ou no conteúdo nele existente. Essa é uma das técnicas de controle de navegação mais utilizadas, seja em “países autoritários”, seja em “democracias ocidentais”. As classes e grupos subalternos são especialmente reféns desse tipo de controle, dada a sua extensão (geralmente a filtragem ocorre em todo o território) e pela necessidade de um conhecimento técnico mediano para burlá-lo.

As motivações e justificações da filtragem são diversas, podendo ser religiosas (contra minorias ou seitas não autorizadas), econômicas (contra violação de *copyright*), criminais (contra pornografia infantil e o tráfico de drogas) ou políticas (contra movimentos políticos independentistas, por exemplo). A última:

É melhor tipificada pela Coreia do Sul, onde sites pró-Coreia do Norte são bloqueados, ou pela Índia, onde sites militantes e extremistas associados com grupos que fomentam conflitos domésticos são censurados. No Paquistão, sites dedicados ao movimento de independência Balochi são bloqueados. Similarmente, os sites de grupos separatistas ou radicais, como a Irmandade Muçumana, são bloqueados em alguns países no Oriente Médio (DEIBERT, 2008, p. 10)⁹⁶

As empresas privadas de fornecimento de Internet são as principais responsáveis por executar a filtragem requerida pelos governos (DEIBERT, 2008, p. 34). Esse panorama reforça ainda mais a pertinência da mirada gramsciana para essas questões. Dadas as diversas configurações que a infraestrutura que permite o acesso ao ciberespaço pode ter em cada território nacional, os mecanismos que permitem a filtragem são também diversos. Eles podem ser tanto dispositivos de colaboração existentes nas legislações que regulamentam o setor, ou podem aparecer como condições para o fornecimento de licenças de operação, ou ainda, colaborações sem qualquer respaldo legal, nebulosas.

Muitas vezes, os governos interessados no controle de conteúdo de seus ciberespaços recorrem a empresas ocidentais, especializadas em tecnologias de filtragem – grande parte destas originárias dos EUA. As prédicas de “internet aberta, interoperável, segura e confiável” (ESTADOS UNIDOS, 2011, p. 08) não parecem dirimir os lucrativos negócios dessas empresas ao redor do mundo. Como exemplos temos:

⁹⁶ No original: *is best typified by South Korea where pro-North Korean sites are blocked, or by India where militant and extremist sites associated with groups that foment domestic conflict are censored. In Pakistan, Web sites devoted to the Balochi independence movement are blocked. Similarly, the Web sites of separatist or radical groups such as the Muslim Brotherhood are blocked in some countries in the Middle East. (p. 10)*

um produto chamado Smartfilter, produzido pela companhia estadunidense Secure Computing Inc., nos sistemas de filtragem do Kuwait, Omã, Arábia Saudita, Tunísia, Emirados Árabes Unidos e Irã. O Netcache, software produzido nos EUA, usado frequentemente em conjunto com produtos de filtragem como o Smartfilter, é utilizado no Irã; o produto estadunidense Websense foi usado no Irã e agora é utilizado pelo Iemen; o produto estadunidense Fortinet é empregado em Burma; roteadores da Cisco filtram ao nível do *backbone* na China; e Cingapura usa o produto estadunidense Surfcontrol (DEIBERT, ROHOZINSKI, 2010, p. 25)⁹⁷

Em outro caso, a empresa de telecomunicações europeia Nokia-Siemens, forneceu ao governo iraniano sistemas de vigilância e mineração de dados altamente sofisticados, utilizados na perseguição de dissidentes políticos (DEIBERT, 2012, pp. 30-1). “Outrora, os melhores e mais brilhantes do Vale do Silício estavam conectando o mundo; agora, eles lucram de sua colaboração com governos que estão censurando e bloqueando websites” (DEIBERT, 2008, p. VIII)⁹⁸.

O tipo de filtragem acima descrito é categorizado por Deibert e os analistas da extinta *OpenNet Initiative*⁹⁹ (ONI), como de “primeira geração” (DEIBERT, 2008, 2010, 2012). Isto é, um tipo de filtragem que se baseia em meios passivos, na inclusão de listas com endereços de sites a serem bloqueados nos roteadores das empresas que fornecem os serviços de conexão à Internet. Como comentam os autores, esse tipo de controle de navegação tem alguns problemas na perspectiva dos censores.

Em primeiro lugar, é relativamente fácil burlar essa filtragem, tanto do lado dos usuários, com os aplicativos de triangulação de conexão (*proxies*), quanto do lado dos fornecedores de conteúdo, a partir do espelhamento ou mudança de hospedagem do site. Outro problema remete à extensão da filtragem: normalmente essa recai ou num excesso de filtragem, isto é, bloqueando conteúdos não planejados, ou numa deficiência de filtragem, deixando conteúdos sem o efetivo bloqueio. Mais ainda, a filtragem de primeira geração é facilmente descoberta. Segundo os autores da ONI, é relativamente fácil descobrir “quem” e “o quê” está sendo filtrado por essas tecnologias.

⁹⁷ No original: *the ONI has documented the use of a product called Smartfilter, made by the US company Secure Computing Inc., in the filtering systems of Kuwait, Oman, Saudi Arabia, Tunisia, the United Arab Emirates, and Iran. The US-produced Netcache is often used in conjunction with filtering products like Smartfilter and is employed in Iran; the US product Websense was used in Iran, and is now used by Yemen; the US product Fortinet is employed in Burma; Cisco routers filter at the backbone level in China; and Singapore uses the US product Surfcontrol.*

⁹⁸ No original: *Once, the best and brightest of Silicon Valley were wiring the world; now, they were profiting from their collaboration with governments who were censoring and blocking websites.*

⁹⁹ A *OpenNet Initiative* é uma parceria colaborativa entre três instituições (Universidade de Toronto, Universidade de Harvard, SecDev Group de Ottawa) com o objetivo de investigar a partir de metodologias específicas práticas de filtragem e vigilância na Internet. A instituição foi responsável pela publicação de três relatórios (DEIBERT, 2008, 2010, 2012) sobre esses temas e, posteriormente, foi desativada. Ainda assim, é possível acessar todos os documentos e relatórios produzidos durante o período de atividade no endereço: <<https://opennet.net/>>.

Diante desses problemas, muitos agentes das sociedades políticas, procurando meios de controle de navegação mais eficientes e anônimos, avançaram programas de filtragem chamados pelos especialistas da ONI de “segunda e terceira gerações”. Esses programas, mais uma vez, desenvolvem-se em colaboração, majoritariamente, com empresas de tecnologia do “Norte desenvolvido” (EUA, Europa e Japão).

Os controles de segunda geração têm por objetivo tanto a criação de ambientes legais/normativos, quanto o emprego de tecnologias que permitem a filtragem de conteúdo quando necessária. Falamos de uma filtragem *just-in-time*, assegurada por meio de normas e legislações que garantem sua legitimidade. Um exemplo é a restrição de determinados conteúdos ou ainda o bloqueio de serviços de mensagens em períodos especiais, como eleições ou grandes manifestações públicas de massa.

Já a filtragem de terceira geração é ainda mais complexa e com impactos sociais mais profundos. Aqui a preocupação não é “negar” o acesso ao conteúdo, mas disputá-lo, por meio de narrativas contrárias. Ao mesmo tempo, a vigilância e o bloqueio são utilizados de modos mais específicos, direcionados a determinadas personalidades e grupos ao invés de grandes estratos populacionais. Como explicam os autores:

Diferentemente das duas primeiras gerações de controle de conteúdo, controles de terceira geração adotam uma abordagem multidimensional e altamente sofisticada para melhorar o controle estatal sobre o ciberespaço nacional e construir capacidades para competir no espaço informacional com potenciais adversários e competidores. A característica chave dos controles de terceira geração é que o foco está menos em negar o acesso do que competir com sucesso com ameaças potenciais através de campanhas efetivas de contrainformação que sobrecarregam, desacreditam ou desmoralizam os oponentes. Controles de terceira geração também focam no uso ativo da vigilância e mineração de dados como meios de confundir e aprisionar oponentes (DEIBERT, 2010, p. 27)¹⁰⁰.

Como elemento sempre complicador das discussões que envolvem o ciberespaço, o *outsourcing* (ou terceirização) de operações cibernéticas também compõe umas das estratégias de terceira geração. Falamos do emprego de grupos de *hackers* ou redes de cibercrime para operações de inteligência por parte dos governos¹⁰¹. Esses operadores

¹⁰⁰ No original: *Unlike the first two generations of content controls, third-generation controls take a highly sophisticated, multidimensional approach to enhancing state control over national cyberspace and building capabilities for competing in informational space with potential adversaries and competitors. The key characteristic of third-generation controls is that the focus is less on denying access than successfully competing with potential threats through effective counterinformation campaigns that overwhelm, discredit, or demoralize opponents. Third-generation controls also focus on the active use of surveillance and data mining as means to confuse and entrap opponents.*

¹⁰¹ Os grandes exemplos da literatura sobre o tema são, novamente, os hackers patrióticos russos, responsáveis por alguns ataques cibernéticos coordenados com operações oficiais das forças armadas russas, como no caso da Guerra com a Geórgia em 2008 e a ocupação da Criméia em 2014, como veremos no capítulo três. Outro grande

terceirizados são utilizados para prejudicar, difamar ou impedir o acesso a redes de resistência no mundo cibernético. O controle de conteúdo deixa de ser passivo, como vimos no caso da filtragem, e passa a ser ativo, ofensivo. Uma dessas formas ofensivas é o ataque de negação de serviço distribuído, ou DDoS¹⁰². Aproveitando-se de *botnets* ilegais e relativamente anônimas, governos centrais conseguem desestabilizar ou desestruturar redes de resistência opositoras sem correr o risco de atribuições.

Num exercício de tradução, esses elementos relembram, novamente, o apontamento gramsciano sobre a utilização de meios “escusos” pelas classes dominantes de determinados países para avançar seus interesses (GRAMSCI, 1975, p. 121). Mesmo o recurso à força acontece sob o nexó orgânico da categoria de Estado explicitada anteriormente, através do recrutamento de unidades anônimas e ilegais entre a sociedade civil, as classes dominantes são capazes de desestruturar a organização *online* dos movimentos subalternos. Para os membros da sociedade política, os benefícios são duplos: negação plausível de qualquer tentativa de atribuição ao passo que capitalizam os benefícios das operações cibernéticas ofensivas (DEIBERT, ROHOZINSKI, 2010, p. 21).

Esse é um elemento central para pensar a subalternidade no mundo digital. A prisão específica de líderes de movimentos populares torna-se mais fácil com as tecnologias do ciberespaço. Calá-los também. Diante desses novos elementos de controle da navegação, a estratégia *online* de movimentos subalternos deve ser cautelosa. Cautelosa tanto no sentido de mecanismos de proteção à vigilância – esses cada vez mais restritos¹⁰³ – quanto nas formas de lidar com as informações no ciberespaço. Normalmente os grupos e classes subalternos possuem poucas condições econômicas para avançar seus projetos, a competição com organismos estatais e empresas privadas de tecnologia não passa necessariamente pelo mito do “empoderamento individual” que a Internet ocasionalmente traria. Ainda assim, devemos reconhecer que as ferramentas *online* podem ajudar na melhoria das comunicações entre os integrantes de um movimento subalterno, na organização de manifestações e protestos, na

exemplo aponta para a “doutrina chinesa de recrutamento do povo, e fervor nacionalista, em ataques ofensivos à redes de computadores” (DEIBERT, ROHOZINSKI, 2010, p. 21).

¹⁰² DDoS é um acrônimo para “negação de serviço distribuída (*distributed denial-of-service*). Um dos ataques cibernéticos mais comuns, consiste na utilização de vários computadores, comumente controlados por um computador mestre a partir de *malwares*, com o objetivo de inundar um determinado endereço eletrônico com acessos. O objetivo é sobrecarregar o servidor que hospeda o endereço ou serviço, causando sua interrupção, ou falhas sucessivas. Ataques de DDoS normalmente não ocasionam danos materiais, mas podem ser especialmente inconvenientes para o setor bancário, por exemplo, impedindo a realização de transações online.

¹⁰³ Como veremos na próxima subseção.

realização de campanhas financeiras, na propaganda de ações do movimento, na denúncia de violações ou ataques aos seus integrantes etc.

Como vimos, o uso indiscriminado da filtragem cede espaço para operações mais sofisticadas, com alvos mais delimitados. Essas operações miram justamente os líderes dos movimentos subalternos, seus dirigentes. Esses ativistas normalmente possuem “defesas mínimas” contra ataques técnicos que podem resultar “censura, vigilância, manipulação de conteúdo e intimidação” (FREEDOM ON THE NET, 2017). Em muitos casos esses ataques são perpetrados por *hackers* “terceirizados” minimizando conexões com governos (KELLY *et al*, 2014). Ao atacar os elementos organizadores dos movimentos subalternos, as classes dominantes conseguem controlar esses movimentos, desnorando-os. O ciberespaço deve ser pensado em sua contradição: ao mesmo tempo em que se torna um elemento inédito para facilitar a organização e disseminação de movimentos subalternos, é também um recurso cada vez mais utilizado pelas classes dominantes para a perseguição de seus interesses e a manutenção de seu Estado.

Avançando ainda mais na discussão, as gerações de controle de navegação não se restringem como vimos às tecnologias de bloqueio de conteúdo. Devemos mencionar também as tecnologias de vigilância. Aqui chamamos atenção para o *deep packet inspection* (DPI). Para explicar o funcionamento do DPI precisaremos de uma breve digressão acerca de alguns elementos técnicos que compunham a arquitetura inicial da rede. Falamos da estrutura de ponta-a-ponta (*end-to-end*) da Internet. A comunicação em rede de computadores só foi possível com a criação de protocolos que permitiram a comunicação entre máquinas diferentes e sobre processos diferentes. A título de simplificação, pensemos nesses protocolos – dos quais o TCP/IP é o mais importante – como línguas universais. Sua função é permitir que duas máquinas, que não necessariamente usam o mesmo sistema operacional, consigam transmitir informações entre si.

Continuando a simplificação, a transmissão de conteúdo por meio dos protocolos de navegação acontece com o seccionamento do conteúdo a ser transmitido em pequenos “pacotes”. Os pacotes que são transmitidos pelas redes possuem identificadores (endereços de IP), relacionados com a origem e o destino desse pacote. A arquitetura inicial da Internet previa que a movimentação dos pacotes aconteceria “sem a capacidade de identificar quem é o usuário, a partir de qual base geográfica [...] e qual é o conteúdo dos pacotes que ele produz e transfere através da rede” (CANABARRO, 2014, p. 77). Nessa arquitetura inicial, “à rede física cabe tão somente movimentar pacotes de dados sem discriminá-los de acordo com o

conteúdo que veiculam” (CANABARRO, 2014, p. 78). À situação de “cegueira” ou “burrice” da rede em relação aos pacotes que nela trafegam chamamos neutralidade da rede.

Entretanto, os progressos nas tecnologias de processamento de dados (mais rapidez em processar cada vez maiores montantes de dados) e interesses comerciais capitaneados pelas empresas de telecomunicações influenciaram no desenvolvimento de tecnologias capazes de “inspecionar” os pacotes que trafegam na rede, observar tanto suas informações de identificação, quanto o conteúdo que carregam. Os desdobramentos dessa tecnologia permitiram a montagem dos sistemas de vigilância e espionagem. Tornou-se possível abrir as “caixas-pretas” da rede. Os debates em torno do DPI e da neutralidade são grandes e refletem aspirações divergentes.

De um lado o DPI é relacionado por seus detratores como um mecanismo de vigilância que visa a assegurar tanto o controle estatal do ciberespaço, quanto os lucros das empresas de telecomunicações. Isto é, no último caso o DPI é utilizado para distinguir o tipo de conteúdo que trafega nas redes e avançar práticas de discriminação, como tráfego lento de conteúdos “pesados” (jogos *online*, vídeos) ou tráfego mais rápido de conteúdos patrocinados, ou ainda de cobrança diferenciada por tipo de dado trafegado (ainda inexistente). Como exemplo, empresas de telecomunicações no Oriente Médio e no Norte da África pressionaram legislações nacionais que bloqueiam ou restringem o uso de aplicativos de comunicação *online* por voz e vídeo, como o popular *Skype*, a fim de salvaguardar seus lucros com ligações telefônicas (KELLY *et al*, 2016). Doutro lado, defensores do DPI apontam como ele é capaz de:

assegurar a segurança dos fluxos de informação, combater mensagens indesejadas (como SPAM, vírus, etc.), combater a pirataria e a pornografia infantil on line, proteger servidores e sítios virtuais, entre outros, [o que] justificaria o aumento da capacidade e da possibilidade de monitoramento desses fluxos pelos operadores do núcleo da Rede. (CANABARRO, 2014, p. 195).

Ainda sobre os controles de conteúdo, engana-se aquele que os pensa apenas em relação aos governos autoritários da Ásia, África e Oriente Médio. Em realidade, assim como Segal (2016) afirmou em seu livro que “todo mundo espiona”, os estudos da ONI e da *FreedomHouse* permitem a conclusão de que “todo mundo” exerce controle de navegação no ciberespaço. Esse controle, claramente, é diferente ao redor das diversas seções territoriais, mas não apaga a tendência de seu crescimento geral ao redor do globo (FREEDOM ON THE NET, 2018). O DPI, por exemplo, é largamente utilizado nas “democracias ocidentais” em ações de aplicação da lei contra infrações ao regime de propriedade intelectual, o *copyright*. Nesse sentido,

Algumas das normas que impulsionam controles do ciberespaço emanam de políticas adotadas pelos países industrializados avançados e democráticos. Dentro desses regimes, governos estão desenvolvendo estratégias intervencionistas abrangentes e ambiciosas no ciberespaço, desde a criação de unidades dentro de suas forças armadas dedicadas a lutar e ganhar guerras no ciberespaço até a introdução de legislações sobre vigilância, retenção de dados e compartilhamento (DEIBERT, 2012, p. 31)¹⁰⁴

Como informam os autores, mesmo entre democracias observamos prédicas que apontam para “forças de mercado” justificando a derrubada ou bloqueio de acesso a sites que violam de alguma forma leis de propriedade intelectual. Mais ainda, as legislações de “combate ao terrorismo” ou “combate ao narcotráfico/crime organizado” criam espaço para a vigilância e a coleta extensivas de dados (DEIBERT, 2010, p. 31). Cabe ressaltar, no entanto, que a hegemonia burguesa nos países ocidentais é de tal maneira forte que as tecnologias de controle de conteúdo utilizadas não são majoritariamente direcionadas aos movimentos contestatórios.

O foco do controle de navegação nesses países é a defesa da propriedade intelectual, isto é, a manutenção dos lucros auferidos por meio da “economia digital”. Entretanto, como veremos, mesmo as políticas voltadas para a restrição de violações *online* do *copyright* acabam por criar situações de efetiva restrição de navegação. Nesses casos o panorama de estreita colaboração entre agentes da sociedade política e da sociedade civil também é marcante.

Em geral, criam-se sistemas legais de responsabilidade intermediária, o que pode ser considerado um “*outsourcing*” da vigilância e do controle de navegação. Isso porque nesses regimes legais não são mais agentes da sociedade política central e hierarquicamente organizados que promovem as ações de restrição de acesso ou remoção de conteúdo. Quando o controle direto e centralizado não é capaz de cumprir efetivamente seus objetivos, “o Estado razoavelmente se volta para aqueles melhor posicionados para afirmar o controle dos *bits*” (DEIBERT, 2008, p. 45), esses podem ser tanto empresas que fornecem serviços de conexão à Internet (em inglês *internet service providers*, ou ISPs) ou empresas que fornecem serviços *online* (em inglês, *online service providers*, ou OSPs).

Assim, as empresas que fornecem a conexão à Internet ou empresas que fornecem “serviços online”, como o buscador *Google* (google.com), a rede social *Facebook*

¹⁰⁴ No original: *Some of the norms driving cyberspace controls are emanating from policies taken by liberal-democratic and advanced industrialized countries. Within these regimes, governments are developing wide-ranging and ambitious interventionist strategies in cyberspace, from the setting up of units within their armed forces dedicated to fighting and winning wars in cyberspace to introducing legislation on surveillance, data retention, and sharing.*

(facebook.com) ou o serviço de compartilhamento de vídeos *Youtube* (youtube.com), intensificam o controle da navegação dos usuários. As legislações de responsabilidade intermediária são diversificadas ao redor do globo. Elas podem envolver mecanismos de denúncia e remoção (caso estadunidense), ou mecanismos mais sofisticados de censura de conteúdo (caso chinês).

Na primeira forma de responsabilidade intermediária, muito comum entre “democracias ocidentais”, a legislação aponta o dever de remoção do conteúdo ilegal assim que a empresa for devidamente notificada. A empresa em questão só se torna imputável judicialmente se não cumprir com a remoção do conteúdo após a notificação, normalmente após um prazo mínimo especificado pela lei. Essa abordagem é conhecida, em inglês, como *notice-and-takedown*, e é muito utilizada para a remoção de conteúdo intelectual protegido, o *copyright*.

Todavia, especialistas apontam problemas com essa abordagem, como a criação de situações de remoção de conteúdo muito permissivas, sem o devido direito ao contraditório, isto é, sem que o suposto infrator do direito autoral tenha chances de defesa. Temendo multas ou outras sanções legais, as empresas atuam prontamente na remoção dos conteúdos que podem ser protegidos, sem requerer maiores provas do direito de propriedade, nem abrir espaço para contestações.

A cláusula de notificação e retirada é vista como atribuindo aos detentores de direitos autorais – potencialmente, qualquer pessoa que tenha fixado um ‘trabalho original de autoria’ – uma alavancagem injustificada sobre os provedores de serviços e seus assinantes. Quando um provedor é notificado de uma suposta infração, a aversão ao risco encoraja-o a remover ou desabilitar o acesso ao material especificado, provavelmente sem informar primeiro o assinante. O assinante pode apresentar uma contra notificação e ter o conteúdo restaurado se o proprietário dos direitos autorais não preencher uma reclamação no tribunal, mas tais desafios são raros (DEIBERT, 2008, p. 231)¹⁰⁵

Isso leva a uma situação de “justiça no estilo *cowboy*” (DEIBERT, 2010, p. 79) por parte dos principais fornecedores de serviços online e claramente aponta a tendência de privilegiar os detentores de direitos autorais no lugar da liberdade de acesso e navegação à rede. Em conjunto com o DPI medidas como essa avançam o cerco às violações de *copyright*, mas também criam um ambiente crescentemente restritivo no ciberespaço. Restrições que não remetem somente à esfera comercial do regime de propriedade intelectual, e avançam sobre

¹⁰⁵ No original: *The notice-and-takedown provision has been seen as giving copyright owners—potentially anyone who has fixed an “original work of authorship”—unwarranted leverage over service providers and their subscribers. When a provider is notified of an alleged infringement, risk aversion encourages it to remove or disable access to the specified material, probably without first informing the subscriber. The subscriber may file a counter-notice and have the content restored if the copyright owner does not file a claim in court, but such challenges are rare.*

normas sociais e culturais. Recentemente vieram à tona discussões em torno da censura promovida pelo site de rede social *Facebook* em fotos “obscenas” de mamilos femininos (SOUZA, 2018; ROSA, 2019).

Dada a característica de desigualdade do ciberespaço ao redor do globo, em outras localizações a responsabilidade intermediária atua em formas ainda mais restritivas. Nesse aspecto o caso chinês é ressonante. Com uma infraestrutura de acesso à Internet relativamente centralizada e com profundos laços com as empresas de serviços online, o governo chinês desenvolveu um sistema de responsabilidade intermediária que ultrapassa o “Grande Firewall”. Os mecanismos de controle de navegação chineses vão além da filtragem centralizada e controlada pelo governo e acontecem

de forma mais distribuída e por atores privados. Serviços de hospedagem de sites e de redes sociais são agora rotineiramente obrigados a assinar pactos de autodisciplina e seguir protocolos de hospedagem rígidos que limitam o que pode ser comunicado on-line; os mecanismos de busca – incluindo aqueles de propriedade de empresas norte-americanas como Google, Microsoft e Yahoo! – filtram, rotineiramente, seus resultados de pesquisa, com frequência mais agressiva do que o próprio governo (DEIBERT, 2010, p. 30)¹⁰⁶

Os elementos da sociedade política chinesa aproveitam-se do grande poder de barganha que a operação em seu gigantesco mercado oferece para avançar medidas restritivas de controle da navegação. Se na China o panorama é mais explícito, contudo, nada nos leva a crer que as relações entre sociedade política e sociedade civil não sejam também nebulosas entre as “democracias ocidentais”, como bem demonstrou o caso Snowden (GREENWALD, 2014). As classes e os grupos subalternos em relação ao ciberespaço encontram-se tão desagregadas e impotentes quanto no mundo real. Em verdade, quarenta e dois dos sessenta e cinco países pesquisados no *Freedom on the Net* de 2015 restringiram conteúdo *online*, sob justificativas que vão desde “incompatibilidade com os preceitos religiosos” até as violações de propriedade intelectual (KELLY *et al*, 2015).

É preciso, portanto, derrubar o mito unívoco do empoderamento da Internet em favor de visões mais ponderadas. Como veremos no final deste capítulo, uma das considerações que a nova determinação do Estado trás para as classes e grupos subalternos é justamente a impossibilidade de vida orgânica junto a esse Estado, isto é, a desagregação e fatal incompatibilidade do modo de vida dessas classes com o “estado das coisas” no capitalismo.

¹⁰⁶ No original: *information controls exercised in that country happen in a more distributed fashion and by private actors. Web hosting and social networking services are now routinely obliged to sign self-discipline pacts and follow rigid hosting protocols that limit what can be communicated online; search engines—including those owned by American companies like Google, Microsoft, and Yahoo!—routinely filter their search results, often more aggressively than the government does itself.*

Nesse sentido, o ciberespaço, também constituinte desse Estado burguês, deve ser compreendido nessa dinâmica. Suas ferramentas tecnológicas por mais importantes que sejam ainda carregam as contradições do modo de produção social capitalista.

Em conclusão parcial, os elementos apresentados nessa seção indicam tendências importantes e confirmam a pertinência do panorama teórico desdobrado nesta pesquisa. Pensar o ciberespaço em relação às classes e aos grupos subalternos desnuda a constante e crescente relação entre os elementos de sociedade civil e sociedade política dentro do mundo *online*. A atuação concertada entre agentes governamentais, empresas de tecnologia e provedores de Internet, dão indicativos importantes para a análise das relações de força.

Em primeiro lugar, ressalta a organicidade das relações estruturais, isto é, a complementaridade dos interesses e objetivos das duas esferas da realidade social. Isso não indica, como já nos precavemos em vários momentos, em uma atuação unívoca e sem atritos, mas justamente na atenção aos mecanismos de acomodação de interesses e o longo histórico de suporte entre sociedade civil e sociedade política. Em segundo lugar, no campo das relações políticas, ideologias contrastantes sobre os elementos definidores do futuro do ciberespaço, a pré-dica ocidental sobre a Internet “aberta, interoperável, segura e confiável” (ESTADOS UNIDOS, 2011, p. 08) *versus* visões mais centralizadoras e hierárquicas, como a chinesa e a russa, não tocam nos pontos fundamentais de manutenção do ciberespaço como elemento de acumulação capitalista. A luta, assim, não acontece entre hegemonias diversas, mas entre perspectivas diferentes sob a mesma hegemonia.

Por fim, as classes e os grupos subalternos encontram no ciberespaço ferramentas organizativas interessantes para seus movimentos. Ao mesmo tempo, essas ferramentas abrem brechas de vigilância e perseguição. A capacidade de influência dessas classes e grupos no debate de cibersegurança é baixa. Os organismos nos quais se dão os debates tendem a privilegiar as posições empresariais e governamentais. Representados por uma “comunidade técnica” com relações nebulosas com o mercado de tecnologia, as classes e grupos subalternos raramente encontram pontos de intervenção. Dentro do debate são tomados por “usuários” ou “clientes”, indivíduos abstratos, “sujeitos de direito”, consumidores (visão tipicamente liberal) cuja única função é clicar no botão “aceitar” dos cada vez mais autocráticos e permissivos “termos e condições”.

Na próxima subseção alteraremos um pouco a perspectiva. Apresentaremos algumas ferramentas que contribuem para contornar ou burlar os mecanismos discutidos acima. Ao mesmo tempo, apontaremos como agentes da sociedade política e da sociedade civil atuam

para minar ou reduzir a efetividade destas ferramentas. Ao final, nossa sistematização apontará para o argumento sustentado nesse capítulo, de que dentro da cibersegurança a *segurança de uns implica a insegurança de outros*.

2.2.2. A segurança de uns implica a insegurança de outros

Em 21 de outubro de 2018 o Brasil entrava na reta final de mais um período eleitoral. Em meio a denúncias de disparos em massa de *fake news* por meio de aplicativos de mensagens e redes sociais, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) promoveu uma coletiva de imprensa a fim de esclarecer as ações contra a disseminação dessas notícias e o combate à utilização de formas “escusas” das redes sociais e da Internet em geral com fins eleitorais. Dentre as diversas falas de ministros e representantes do governo federal, uma é representativa do atual estado da Internet. O então ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, afirmou: “Não existe anonimato na internet e a Polícia Federal tem capacidade de chegar a qualquer deles [autores de crimes eleitorais pela *web*], em qualquer lugar do mundo” (URIBE, FABRINI, 2018).

A fala do ministro pode carregar um tom excessivo, pois claramente é possível, a partir de um conhecimento técnico razoável, empregar mecanismos de navegação que sejam capazes de cobrir alguns rastros, fornecendo certo nível de anonimato. Todavia, como apontamos na seção anterior, a tendência do crescente controle de navegação, seja por elementos da sociedade civil, seja por elementos da sociedade política, está posta. Presenciamos um sistema de vigilância constante dos usuários, na maioria das vezes com fins comerciais. Entretanto, a associação nebulosa entre governos e empresas de tecnologia pode direcionar essa vigilância para fins de controle social, seja mediante pagamento, ou coação.

Nessa seção abordaremos brevemente como mesmo os mecanismos que auxiliam na redução da vigilância *online* sofrem iniciativas de governos e empresas no sentido de limitar sua capacidade ou, ainda pior, atrair a atenção dos esforços de espionagem justamente em seus usuários. A discussão corrobora a interpretação da impossibilidade de vida orgânica junto ao Estado dirigente, o que coloca a situação dos grupos e classes subalternos em dificuldade. Geralmente, são esses que se encontram nas piores condições de lidar com as novas tecnologias e sofrem com a prisão de líderes, ataques de negação de serviço em seus sites e robustos esquemas de espionagem.

Como dito anteriormente, um usuário com conhecimentos medianos sobre o funcionamento da Internet e elementos básicos de informática consegue, em geral, escapar aos principais métodos de controle de navegação (principalmente a filtragem de primeira geração). Existem muitas ferramentas de combate à censura. Essas geralmente são desenvolvidas por grupos de trabalho organizados e de alguma forma engajados com a liberdade da navegação *online*. Mais recentemente observamos empresas de tecnologias que fornecem esses serviços, principalmente no que se refere à triangulação de navegação. Como nos informam os pesquisadores da ONI:

Embora as tecnologias de "proteção da Internet" datem de décadas, nos últimos anos há um esforço de pesquisa e desenvolvimento mais concertado e organizado [...] Esses esforços incluem ferramentas para apoiar comunicações anônimas on-line, como o sistema Tor; ferramentas que contornam a censura na Internet, como o psiphon ou o Peacefire; e ferramentas que suportam privacidade on-line, como PGP, ScatterChat e outras. Estas ferramentas, por sua vez, estão cada vez mais localizadas em diferentes contextos nacionais, distribuídas através de organizações não-governamentais e redes de direitos humanos, e construídas em oficinas de treinamento e advocacia organizadas pelas redes cívicas de proteção da Internet (DEIBERT, 2008, p. 128)¹⁰⁷

Dentre as tecnologias mencionadas discutiremos duas delas, num exercício de contextualização com a discussão do capítulo. Apontaremos como a *criptografia* e o uso de servidores *proxy* (triangulação de navegação) são elementos importantes para pensar os movimentos subalternos dentro do ciberespaço.

A criptografia é apresentada por muitos especialistas em cibersegurança como um dos poucos elementos que usuários individuais possuem para dificultar a vigilância e espionagem de comunicações (ASSANGE *et al*, 2013). A lógica por detrás da criptografia é “simples”. Dados criptografados são protegidos por chaves complexas, compostas por vários algarismos. O que garante a efetividade dessa ferramenta é o longo tempo de processamento que um computador teria para “descobrir” a combinação correta da chave que permite acesso aos dados por meio de cálculos matemáticos. Na navegação *online*

Os usuários podem criptografar o conteúdo de suas comunicações em rede para ocultar suas atividades do monitoramento de rede. A criptografia é mais eficaz quando aplicada de ponta-a-ponta, como ao usar o HTTPS (Hypertext Transfer Protocol Secure). Nesse caso, todo o fluxo de dados do cliente para o servidor é criptografado, permitindo que ninguém na rede entre o remetente e o destinatário leia o conteúdo. Mas a criptografia de ponta-a-ponta tem que ser suportada pelo

¹⁰⁷ No original: *Although ‘Internet protection’ technologies go back decades, in recent years there has been a more concerted and organized research and development effort [...] These efforts include tools to support anonymous communications online, such as the Tor system; tools that circumvent Internet censorship, such as psiphon or Peacefire; and tools that support privacy online, such as PGP, ScatterChat, and others. These tools are, in turn, increasingly localized to different country contexts, distributed via nongovernmental organizations and human rights networks, and built into training and advocacy workshops organized by the Internet protection civic networks.*

cliente e pelo servidor, e muitos servidores não suportam a comunicação criptografada no total ou em todas as páginas (DEIBERT, 2010, p. 39)¹⁰⁸

O problema da falta de suporte para comunicações criptografadas hoje é bem menor. O HTTPS é uma das tecnologias que dificultaram a filtragem de primeira geração, fazendo com que autoridades ao redor do mundo passassem a utilizar meios mais sofisticados de controle online (KELLY *et al*, 2015). A “criptografia de ponta a ponta”¹⁰⁹ passou a integrar serviços de mensagens, e dentre eles no mais popular, o *Whatsapp*, que implementou o recurso em 2016. Outros aplicativos de mensagens, como o *Telegram*, também possuem essa tecnologia o que os tornou nos maiores alvos da censura no ciberespaço no ano de 2016 (KELLY *et al*, 2016).

Como as revelações do caso Snowden apontaram, as agências de inteligência dos EUA agiram intensamente para minar a criptografia (SEGAL, 2016, p. 121). A NSA lutou contra essa tecnologia, seja com a promoção de sistemas de criptografia menos efetivos, seja com a inserção de “portas de acesso” (no jargão de cibersegurança, *backdoors*) (SEGAL, 2016, p. 122). Em outros casos, agentes governamentais solicitaram chaves de acesso ou quebraram a criptografia de sistemas operacionais proprietários, isto é, cujos códigos-fonte são protegidos (SEGAL, 2016, p. 137). Isso para não mencionar a sabotagem deliberada de *hardware* infraestrutural (HDs, roteadores, servidores, etc.) perpetrada por um grupo especial da mesma agência¹¹⁰.

Mais recentemente, o relatório *Freedom on the Net* apontou em 2015 que uma das tendências do aumento da vigilância no ciberespaço decorria justamente do esforço de diversas sociedades políticas em enfraquecer tecnologias de criptografia. A justificativa é, mais uma vez, associar a tecnologia a grupos criminosos, como terroristas ou narcotraficantes:

A vigilância tem aumentado globalmente, apesar do alvoroço que se seguiu à revelação da coleta de dados em massa pela Agência Nacional de Segurança dos EUA (NSA) em 2013. Vários países democráticos, incluindo França e Austrália, aprovaram novas medidas que autorizam a vigilância, estimuladas em parte por

¹⁰⁸ No original: *Users can encrypt the content of their network communications to hide their activities from network monitoring. Encryption is most effective when it is applied end-to-end, as by using Hypertext Transfer Protocol Secure (HTTPS). In this case, the entire stream of data from the client to the server is encrypted, allowing no one on the network between the sender and the receiver to read the content. But end-to-end encryption has to be supported by both the client and the server, and many servers do not support encrypted communication at all or for all pages.*

¹⁰⁹ Quando apenas o emissor e o receptor das mensagens detém a chave que permite a sua leitura, a criptografia de ponta-a-ponta implica que os servidores responsáveis pela transmissão das mensagens não possuem a capacidade de ler seus conteúdos.

¹¹⁰ Como informa Segal a partir de uma notícia do jornal estadunidense *The Washington Post*, em 2013, a NSA controlava 85.000 pontos de escuta em infraestrutura de comunicações ao redor do mundo. O programa de sabotagem de *hardware* da NSA, chamado de “GENIE” tinha orçamento de 625 milhões de dólares, promovendo acesso a dois *petabytes* de dados por hora (SEGAL, 2016, p. 124).

preocupações com o terrorismo doméstico e a expansão do grupo militante do Estado Islâmico (EI). As proibições de ferramentas de criptografia e anonimato se tornam mais comuns, com os governos buscando acesso a *backdoors* de criptografia que poderiam ameaçar a segurança digital para todos. (KELLY et al, 2015)¹¹¹

Em outro caso que chamou atenção internacional, uma corte dos EUA solicitou formalmente à empresa *Apple* ferramentas que permitissem o acesso a um *Iphone* bloqueado para fins investigativos no caso dos ataques terroristas em San Bernardino, em 2015. As autoridades desistiram da ordem, após conseguirem o desbloqueio por outros meios (KELLY et al, 2016). Restrições à criptografia são, em realidade, uma tendência monitorada pelo *Freedom on the Net* por vários anos, “ao menos seis países – China, Hungria, Rússia, Tailândia, Reino Unido e Vietnã – recentemente aprovaram ou implementaram leis que podem requerer a quebra de criptografia a companhias ou indivíduos” (FREEDOM ON THE NET, 2017)¹¹².

Mesmo assim, autores apontam como o uso ampliado de criptografia nas mais diversas situações do ciberespaço, como troca de e-mails e armazenamento de dados, geraria um efeito “manada”, dificultando em muito a coleta extensiva de dados (ASSANGE et al, 2013). Movimentos de classes e grupos subalternos em contextos de perseguição política, ou aguda restrição de organização, podem recorrer a essas tecnologias como uma camada a mais de proteção. Hoje em dia, há uma intensa comercialização de serviços de criptografia que pretendem facilitar essa tecnologia para usuários comuns. O detalhe, mais uma vez, é que mesmo essas empresas possuem subordinação jurídica aos governos onde estão localizadas.

Outra tecnologia importante no campo da cibersegurança utilizada para dificultar o controle de navegação é a utilização da triangulação de navegação, por meio de serviços de *proxy*. Essa ferramenta é utilizada tanto para burlar bloqueios de conteúdo, acessar redes sociais ou sites de notícias bloqueados em determinada localidade, quanto para escapar de sistemas de vigilância locais. Por meio da triangulação, o usuário consegue ocultar seu IP utilizando servidores localizados em outras jurisdições para acessar as páginas requisitadas. Atualmente, existem centenas de serviços de *proxy* comercialmente disponíveis, pagos e “gratuitos”. Os últimos acompanham algum tipo de captura de dados e metadados para

¹¹¹ No original: *Surveillance has been on the rise globally, despite the uproar that followed the revelation of mass data collection by the U.S. National Security Agency (NSA) in 2013. Several democratic countries, including France and Australia, passed new measures authorizing sweeping surveillance, prompted in part by domestic terrorism concerns and the expansion of the Islamic State (IS) militant group. Bans on encryption and anonymity tools are becoming more common, with governments seeking access to encryption backdoors that could threaten digital security for everyone.*

¹¹² No original: *At least six countries—China, Hungary, Russia, Thailand, the United Kingdom, and Vietnam—recently passed or implemented laws that may require companies or individuals to break encryption.*

posterior comercialização. O problema com esse tipo de ferramenta é a necessidade de confiança em intermediários. A citação a seguir explica bem esse ponto:

Na prática, quase todos os usuários de tecnologias de rede digital acabam confiando em mais atores ao longo do tempo. Um usuário que tenta contornar a vigilância de sua conexão ISP local, por exemplo pelo *Phorm* [aplicativo de monitoramento de navegação com fins comerciais], tem apenas algumas opções de ISPs no Reino Unido, a maioria dos quais reportaram que consideram adicionar o monitoramento *Phorm* às suas redes. Um usuário pode optar por permanecer na rede local possivelmente monitorada, mas usar um serviço como o *Relakks* para fazer *proxy* e criptografar seus dados enquanto eles viajam através da ISP local, com monitoramento *Phorm*. O usuário evitará o monitoramento do *Phorm* no processo, mas ao custo de confiar não apenas no *Relakks*, mas também no ISP sueco através do qual o *Relakks* conversa com a Internet e o governo sueco que monitora os dados que passam por todos os provedores suecos. E seu ISP local ainda será capaz de dizer que está fazendo *proxy* e criptografando todos os seus dados por meio de terceiros, o que em si pode ser suspeito para uma agência de segurança pública. Por fim, os dados do usuário são vulneráveis ao monitoramento da rede em qualquer ponto ao longo do qual viajam, desde o ISP local até o ISP do servidor até qualquer ISP entre eles. É provável que uma parte de seus dados viaje para fora da Europa por meio de um dos poucos ISPs dos Estados Unidos que processam uma parcela desproporcional do tráfego internacional da Internet (DEIBERT, 2010, p. 40)¹¹³

Como dito, a utilização da criptografia e da triangulação de navegação são elementos que podem minimizar os impactos negativos dos sistemas de vigilância e controle de conteúdo. Mesmo assim, são ferramentas que fornecem soluções parciais. Um dos “mantras” da cibersegurança é justamente apresentar que nenhum sistema ou método é plenamente seguro. A crescente sofisticação dos códigos-fonte das diversas aplicações do ciberespaço implica a existência de fragilidades, erros, ou brechas que podem ser exploradas por agentes mal-intencionados. Quando pensamos na construção de grandes aparelhos de vigilância, como as comunidades de inteligência ao redor do mundo, normalmente dotados de grandes recursos financeiros e humanos, observamos a fragilidade dos movimentos dos grupos e classes subalternas dentro do ciberespaço.

Para além disso

Comunicações que são criptografadas e intermediadas por proxy podem ocultar as informações de roteamento e o conteúdo de uma comunicação da rede entre o cliente e o proxy. Mas mesmo dados criptografados e com proxy vazam alguns de seus

¹¹³ No original: *In practice, almost every user of digital networked technologies ends up trusting more actors over time. A user who tries to get around surveillance of her local ISP connection, for instance by Phorm, has only a few choices of ISPs in the United Kingdom, most of whom have been reported to be considering adding Phorm monitoring to their networks. A user may choose to stay on the possibly monitored local network but use a service like Relakks to proxy and encrypt her data as it travels through the local, Phorm monitoring, ISP. The user will avoid Phorm monitoring in the process, but at the cost of trusting not only Relakks but also the Swedish ISP through which Relakks talks to the Internet and the Swedish government that monitors the data flowing through all Swedish ISPs. And her local ISP will still be able to tell that she is proxying and encrypting all her data through a third party, which fact itself might prove suspicious to a law enforcement agency. Finally, the user's data are vulnerable to network monitoring at any point along which they travel, from her local ISP to the server's ISP to any ISPs between. A portion of her data is likely to travel outside of Europe through one of a few ISPs in the United States that process a disproportionate share of international Internet traffic.*

metadados: informações sobre o tempo, número e tamanho dos pacotes, bem como o fato de que a comunicação é intermediada por proxy e criptografada, podem ser observadas (DEIBERT, 2010, p. 39)¹¹⁴

Esse panorama complica ainda mais a navegação anônima e a troca de mensagens sigilosas. O texto pode carregar certo tom alarmista. Entretanto, convém pensar estrategicamente a utilização do ciberespaço para as classes e grupos subalternos. Sabotar as ferramentas de privacidade online é custoso e demanda tempo, mesmo com altos recursos os agentes da sociedade política e da sociedade civil ainda precisam fazer ponderações sobre o direcionamento desses recursos.

O papel central dos *blogs* em muitas localidades é um exemplo desses direcionamentos. Vistos como espaços cruciais para a disseminação de informações e narrativas alternativas, os *blogs* aparecem como ferramentas importantes aos subalternos. Não à toa, as postagens nesses sites, que desafiam desde a grande mídia até narrativas oficiais governamentais, são vítimas de crescente censura. Pelo papel de organizadores, dirigentes, de muitos movimentos de classes e grupos subalternos, os blogueiros (*bloggers*) são vítimas constantes dos sistemas de vigilância e espionagem. Muitos sofrem prisões e outras sanções judiciais.

Enquanto o Irã e a China são os principais autores de ameaças contra os blogueiros, o esforço para silenciá-los é generalizado. Blogueiros estão enfrentando sentenças na Ásia, África do Norte e Europa [...] blogueiros enfrentam acusações em todo o mundo. Enquanto o Irã continua sendo, de longe, o maior contribuinte para prisões de blogueiros em todo o mundo, o Bahrein processou o segundo maior número de blogueiros. A China, a Malásia e os Estados Unidos não estão muito atrás. (DEIBERT, 2008, p. 138)¹¹⁵

O último relatório da ONI é datado de 2012 e tem por referência o ciberespaço asiático. Após esse período, são nos relatórios da *FredoomHouse* sobre a “liberdade na rede” que encontramos informações pertinentes sobre o assunto. O panorama de perseguição judicial a ativistas, em sua maioria blogueiros ou “influenciadores digitais”, permanece um dos pontos mais sobressalentes das análises desde então. Como mencionado, as prisões acontecem ao redor do globo e não se restringem aos Estados com governos autoritários. O relatório de 2014 apresenta preocupações com a “falta de cibersegurança para ativistas de

¹¹⁴ No original: *Communications that are both encrypted and proxied can hide both the routing information for, and the content of, a communication from the network between the client and the proxy. But even proxied and encrypted data leaks some of its metadata: information about the timing, number, and size of the packets as well as the fact that the communication is proxied and encrypted, may be observed.*

¹¹⁵ No original: *While Iran and China are key perpetrators of threats against bloggers, the effort to silence bloggers is widespread. Bloggers are facing sentences throughout Asia, North Africa, and Europe [...] bloggers are facing charges throughout the world. While Iran remains by far the largest contributor to worldwide blogger arrests, Bahrain has prosecuted the second largest number of bloggers. China, Malaysia, and the United States are not far behind.*

direitos humanos e membros de oposição política, que são crescentemente alvos de ataques técnicos e espionagem por governos repressivos” (KELLY *et al*, 2014). O relatório de 2017 reforça ainda mais essa tendência, os ataques técnicos contra “críticos dos governos” foram documentados em trinta em quatro dos sessenta e cinco países que compõem a pesquisa (FREEDOM ON THE NET, 2017).

Em suma, avançamos nessa seção mais alguns elementos do debate de cibersegurança e sua relação com as classes e grupos subalternos. Apontamos como a cibersegurança, pensada a partir do nexos orgânico entre sociedade civil e sociedade política engendra elementos de restrição de navegação no ciberespaço. Os grampos telefônicos, a coleta maciça de dados e metadados, a espionagem e os ataques cibernéticos são elementos comuns num processo de intensificação do papel do Estado dentro do ciberespaço. Tendo por referência central a segurança dos dados sigilosos e estratégicos das redes governamentais e a segurança econômica das redes das empresas digitais, tanto no sentido de resiliência destas, quanto na perseguição às infrações de *copyright*, o debate de cibersegurança revela seu cariz estadocêntrico. Nele, as estratégias e ferramentas que garantem a segurança de uns, implica controles e restrições que geram a insegurança de outros – nesta análise, as classes e os grupos subalternos.

* * *

Como vimos a subalternidade é uma condição em que se encontram as classes e os grupos incapazes de avançar sua organização política em direção a uma hegemonia. Desagregados e desorganizados os subalternos não conseguem avançar suas propostas políticas para além do momento econômico-corporativo das relações de forças. Mesmo quando em ebulição os movimentos dessas classes e grupos sofrem da iniciativa das classes dominantes, geralmente regressiva e repressiva.

Essa situação evidencia a força das classes dominantes na manutenção de sua condição. A hegemonia dessas classes, mesmo incompleta, está plasmada nos elementos da totalidade social, sociedade civil e sociedade política. Os subalternos, diante dessa realidade, operam com uma consciência fragmentada e contraditória: marcada pela prevalência do senso-comum. Desse modo, vivem a realidade sob contradição. Ou melhor, desagregados em relação ao Estado burguês porque, de fato, esse Estado não representa suas aspirações, sua hegemonia. Pelo contrário, irradia a concepção de mundo burguesa. Propomos que a

impossibilidade de vida orgânica junto ao Estado burguês é um elemento importante para compreender a cibersegurança e, de modo mais geral, o próprio ciberespaço.

Apontamos ao longo do capítulo como as ferramentas de cibersegurança empregadas atualmente são justificadas pelos agentes da sociedade política e da sociedade civil como elementos para “combater o terrorismo e o narcotráfico” e “reduzir as violações de *copyright*”. Sob essas justificativas criam, efetivamente, uma realidade de crescente vigilância e espionagem, restringindo a liberdade de navegação e as possibilidades de anonimato na Internet.

Pensar a temática de cibersegurança a partir do referencial gramsciano implica inseri-la na compreensão da totalidade, ponto central da proposta cunhada originalmente por Marx e presente, com suas especificidades, nos escritos legados por Gramsci. Passos (2014a) apontou essa questão em relação aos estudos de segurança ditos “críticos” e, como apontamos na introdução desse capítulo, corroboramos a extensão desse pensamento para o campo da cibersegurança. Assim:

não se pode prescindir de uma visão global, totalizante. Por outras palavras, tanto quanto possível, separa-se os temas da segurança e de sua contrapartida, a insegurança, apenas para fins metodológicos, de estudo e pesquisa. Uma região, Estado ou ator inserido numa situação de segurança o é às expensas de outros que estão em quadro de insegurança. A avaliação do quadro de segurança e insegurança por temas e regiões do globo separadamente é apenas um recurso metodológico em face do imperativo de uma visão de totalidade, isto é, não se pode prescindir da visão do todo referente ao tema (PASSOS, 2014a, p. 57)

Procuramos seguir essa orientação em relação às classes e grupos subalternos dentro do campo da cibersegurança. O caráter estadocêntrico desse debate desnuda-se quando observamos que a filtragem de conteúdo, o DPI e a responsabilidade intermediária atuam para promover a *segurança* das redes governamentais e das empresas digitais. Ao mesmo tempo, essas ferramentas criam uma situação de *insegurança* para os usuários do ciberespaço. Esse panorama é prejudicial, principalmente, para os movimentos contestatórios das classes e grupos subalternos. Tais movimentos sofrem, dentro do ciberespaço, com bloqueios, ataques de DDoS, vigilância, espionagem e perseguição judicial. Os líderes desses movimentos são vigiados, calados e punidos com o auxílio de ferramentas de cibersegurança. Mesmo as ferramentas desenhadas para proteger a privacidade *online* padecem, como vimos, de ações de agentes da sociedade política e da sociedade civil para miná-las ou diminuir suas capacidades.

Pensar o debate de cibersegurança a partir da relação segurança-insegurança, ação respaldada pela proposta gramsciana de pensar uma categoria em relação ao seu contraponto (PASSOS, 2014a, p. 80), afirma o caráter estadocêntrico do debate e, além disso, traz

elementos importantes para uma estratégia *online* para as diversas classes e grupos subalternos. Essa estratégia deve ponderar de modo claro as contradições do ciberespaço, que envolve tanto sua capacidade organizativa crucial e crescente, quanto os obstáculos a uma utilização segura – para os interesses dos subalternos – dessas ferramentas.

Até o momento, nossa tentativa de tradução de elementos da cibersegurança a partir de uma perspectiva gramsciana evidenciou dois pontos: as consequências da nova determinação do Estado, a relação entre sociedade civil e sociedade política em nexo orgânico, para o debate de cibersegurança e, num segundo momento, as consequências de algumas ferramentas de cibersegurança para as classes e grupos subalternos. No próximo capítulo, avançaremos sobre a perspectiva internacional do problema com o objetivo de refletir sobre o caráter desigual e combinado do ciberespaço. Esse e a Internet, ao invés da prédica de “vila global hiperconectada” apresentam-se, na realidade efetiva, como um compósito desigual que, apesar disso, carrega um sentido, combinado, de manutenção do capitalismo global.

3. O CIBERESPAÇO COMO UM AMBIENTE DESIGUAL E COMBINADO DA REVOLUÇÃO PASSIVA NEOLIBERAL

O capítulo final desta dissertação completa a tentativa de tradução do debate de cibersegurança em termos gramscianos. Corroboraremos neste capítulo um elemento central para avaliar a dimensão internacional da cibersegurança: o desenvolvimento desigual e combinado (DDC) do capitalismo global. Se no primeiro capítulo os termos desse debate foram reposicionados a partir do nexos orgânico entre sociedade civil e sociedade política e no segundo capítulo a partir das classes e grupos subalternos, resta-nos observar como essas questões se manifestam na perspectiva internacional.

Para tal, recuperaremos interpretações recentes no campo das Relações Internacionais que procuram associar ao profícuo pensamento gramsciano à categoria de desenvolvimento desigual e combinado. A junção do ferramental analítico de Gramsci e Trotsky nesse momento contribuirá para apontar como as questões de cibersegurança são tomadas em sua dimensão internacional e, ao mesmo tempo, recepcionadas pelos diversos elementos nacionais da compósita totalidade capitalista.

Nosso intento é demonstrar como o ciberespaço, em sua natureza real, histórica, não apresenta a imagem mítica da “vila global hiperconectada”. Assim, retomaremos o argumento lançado nas seções 1.2 e 1.3, especificando-o. Para além da divisão da “grande rede” em seções territoriais, apontaremos seu seccionamento em plataformas. As questões de cibersegurança, nesse panorama, desconsideram a natureza fragmentária e desigual do ciberespaço. Ao promover “uma segurança” global, olvidam-se as profundas diferenças entre os mais diversos pontos da rede.

Nesse sentido, o presente capítulo será dividido em cinco seções. Na primeira delas procuramos ressaltar a perspectiva internacional dentro da teoria gramsciana, desfazendo interpretações corriqueiras que apontam Antonio Gramsci como um autor “essencialmente nacional”, como fazem Germain e Kenny (1998 *apud* MORTON, 2007a, p. 05) ao restringir o significado e o poder explicativo de suas categorias ao contexto de uma formulação “estritamente nacional”, desconsiderando, assim, as próprias advertências do autor sobre o tema¹¹⁶. A categoria de revolução passiva e o papel das relações internacionais na sua composição teórica são nossa chave para ressaltar a perspectiva internacional do autor.

Na segunda seção procederemos com uma breve digressão, no sentido de uma “complementação teórica” sobre a natureza do “internacional”. Para tal, discutiremos o

¹¹⁶ Conforme apontamos nas páginas 34-35 deste estudo.

trabalho de Justin Rosenberg e sua proposta de derivação ontológica da disciplina de Relações Internacionais a partir da multiplicidade humana, que emerge das características intrínsecas de desigualdade e combinação do desenvolvimento social humano. Assim, a partir de uma extrapolação da ideia original de Trotsky o autor propõe uma superação da “prisão da Ciência Política”: a concepção das Relações Internacionais enquanto subcampo da Ciência Política.

A terceira seção trabalha no sentido da complementariedade da perspectiva do DDC e a obra gramsciana. Apresentamos alguns trechos dos *Quaderni* que suportam o entendimento de que o sardo possuía um ponto de partida metodológico – o sistema internacional capitalista – muito próximo daquele de Trotsky. Num segundo momento, apresentamos como alguns autores de relações internacionais utilizam de associação entre as categorias de DDC e revolução passiva. Associação que garante um par analítico interessante para os estudos de instituição/intensificação das relações sociais capitalistas.

A quarta e a quinta seção representam nossa tentativa de associação da discussão teórica com o debate de cibersegurança. Na primeira delas, demonstraremos como o ciberespaço pode ser pensado a partir de sua fragmentação, seja territorial, seja em plataformas digitais. A partir de uma série de exemplos ressaltaremos como a aparente interconexão transnacional dos dados trafegados pelo ciberespaço se desfaz quando pensamos as agudas diferenças de temporalidades que existem nesse ambiente.

Enquanto isso, a quinta e última seção do trabalho traz à tona a discussão de cibersegurança sobre as “formas de estadismo” referentes à China, Rússia e EUA dentro do ciberespaço. Desfazendo a visão monolítica que toma essas formas de ação como meras opções estratégicas racionais, procuramos evidenciar como cada uma delas se conecta com a estrutura desigual e combinada do desenvolvimento de cada território nacional.

Nesse movimento, ressaltamos, ao final, a necessidade de inserir o debate de cibersegurança a partir do período histórico contemporâneo das revoluções passivas: as políticas de reestruturação produtiva do chamado neoliberalismo¹¹⁷. É na associação com esse período histórico atual que a discussão de cibersegurança desnuda seu sentido: a garantia do processo de acumulação capitalista dentro da chamada “economia digital”. Dessa constatação, decorre que a segurança pensada é homogeneizadora e unívoca, ao desconsiderar as diversas temporalidades de desenvolvimento conectadas pelo ciberespaço.

¹¹⁷ Verificar a nota de rodapé número 42 deste estudo.

3.1. Gramsci e a perspectiva internacional

Gramsci foi compreendido por muito tempo como um teórico que tinha muito a dizer sobre os aspectos nacionais, mas cuja importância da reflexão sobre os fenômenos internacionais era secundária. Prova disso são as proposições de uma literatura dita neogramsciana que coloca a tarefa de “adaptação” de seus conceitos para os fenômenos internacionais, ou ainda, da proposição de análises “inspiradas” por Gramsci – mas sem um engajamento *de facto* com a teoria do autor (BIELER, BRUFF, MORTON, 2015, p. 137). O mesmo acontece com alguns pontos da proposta de Robert Cox – maior popularizador da proposta de Gramsci para o campo das Relações Internacionais – que também dão a entender uma restrição “nacional” aos conceitos cunhados por Gramsci¹¹⁸ e, portanto, uma necessidade de extrapolação desses para o internacional (BIELER, BRUFF, MORTON, 2015, p. 139). Entretanto, e mais recentemente, autores de Relações Internacionais apresentaram novas formas de pesquisa a partir das categorias do sardo, com um engajamento crítico e rigor metodológico em geral ausentes nas análises mais antigas (MORTON, 2007a, 2010, 2011).

Nesse sentido, começaremos esta seção com uma breve apresentação daquilo que Liguori (2007) chamou de “dimensão supranacional dos problemas”, ou nas palavras de Morton (2010) de “dimensão espacial e geográfica do pensamento gramsciano”. Isto é, a profunda mirada dialética de interpenetração entre nacional e internacional presente em sua pesquisa. Começaremos com breves asserções sobre alguns trechos que procuram apontar a permanência e a importância da dimensão internacional no pensamento de nosso autor. Ao longo dos *Quaderni* o internacional aparece de várias formas. Há anotações que demonstram a atenção de Gramsci à geopolítica, como várias passagens do segundo e terceiro cadernos atestam. E há trechos que apresentam o internacional como elemento especial de análise em suas principais categorias, como os exemplos mais à frente da análise das relações de forças e revolução passiva demonstram.

Sobre a geopolítica, o sardo questionou, por exemplo, a função do Atlântico para a civilização e a economia modernas. Em mesmo raciocínio, apontou para os profundos impactos que a modernização (industrialização) da Ásia traria, aventando a possibilidade de um deslocamento do eixo econômico global para o Pacífico (GRAMSCI, 1975, Q2§78, p. 242). Existe, também, uma clara consciência da dinâmica do sistema de Estados, como a nota

¹¹⁸ Para um estudo crítico sobre a proposta teórica de Robert Cox e os pontos de distanciamento com a teoria gramsciana ver: PASSOS, 2019.

vinte e quatro do caderno dois apresenta, pois em sua época: “A Europa perdeu sua importância e a política mundial depende de Londres, Washington, Moscou e Tóquio, mais do que do continente” (GRAMSCI, 1975, p. 181; 2007a, 142).

Em outro momento, Gramsci ao comentar sobre elementos necessários para calcular a “grandeza relativa das potências” (GRAMSCI, 1975, Q4§67, p. 512) propõe outra característica – que dialoga com a sua teoria da hegemonia – a “tranquilidade interna”, “o grau e a intensidade da função hegemônica da classe dirigente. Se pode dizer que quanto mais forte é a polícia política e, em geral, a polícia, mais fraco é o exército, e quanto mais fraco (isto é, relativamente inútil) a polícia, mais forte é o exército” (GRAMSCI, 1975, Q8§79, p. 985)¹¹⁹.

Esse último exemplo, inclusive, ressalta uma questão já mencionada neste estudo: a mirada orgânica para os mais diversos fenômenos e categorias. Nessa perspectiva, internacional e nacional relacionam-se de forma complexa em vários fenômenos, incidindo um sobre o outro. Encontramos um bom exemplo deste ponto no parágrafo oitenta e seis do caderno cinco. Nele Gramsci chama atenção para a necessidade de análise no caso da Inglaterra entre exportações de mercadorias e exportações “invisíveis” (financeiras, de capital) relacionando-as com uma possível explicação sobre “a importância política relativamente pequena dos operários, o caráter ambíguo do Partido Trabalhista” (GRAMSCI, 1975, p. 616; 2007a, pp. 211-2).

Ou ainda no tratamento da “autonomia internacional”, isto é, o grau de determinação entre a política interna e a política externa, distinguindo as “grandes potências” das demais pela sua relativa autonomia interna (GRAMSCI, 1975, Q8§141, p. 1028). Justamente a falta de autonomia internacional, com veremos, ganha destaque na análise de Gramsci como um dos pontos marcantes da história italiana, que “durante o período do Império Romano e durante a Idade Média, sofreu passivamente as relações internacionais; isto é, no desenvolvimento de sua história, as relações internacionais prevaleceram sobre as relações nacionais” (GRAMSCI, 1975, Q5§55, p. 589; 2002a, p. 217).

A percepção dinâmica da relação interno e externo acontece também no desenvolvimento das principais categorias dos *Quaderni*. Em relação à hegemonia, o sardo apontou alguns elementos interessantes – porém sem desenvolvimento – que permitiriam

¹¹⁹ No original: *cioè il grado e l'intensità della funzione egemonica della classe dirigente. Si potrebbe dire che quanto più forte è la polizia politica e in generale la polizia, e tanto più debole è l'esercito, e quanto più debole (cioè relativamente inutile) la polizia, tanto più forte è l'esercito.*

pensá-la no aspecto internacional. Como exemplo, no parágrafo dezesseis do caderno nove temos uma associação sobre a ideia de “Estado hegemônico” e de “grande potência”: se lida em conjunto com as notas sobre “tranquilidade interna” e “autonomia internacional”, depreende-se que a hegemonia interna é um elemento crucial para se pensar as relações internacionais.

Outro ponto de associação do internacional com a sua teoria aparece no parágrafo cinco do caderno quinze: “como, em certo sentido, num determinado Estado, a história é a história das classes dirigentes, assim também, no mundo, a história é a história dos Estados hegemônicos. A história dos Estados subalternos se explica através da história dos Estados hegemônicos” (GRAMSCI, 1975, p. 1759; 2007b, p. 320). Aqui, apesar de interessante, a ideia é incompleta e não encontra desenvolvimento em outros parágrafos. Vale lembrar as notas desse caderno compõem um dos últimos períodos de “atividade criativa” de Gramsci, e dão indícios de uma expansão para a dimensão internacional de suas categorias.

Todavia, é em relação às categorias de “análise de relações de força” e “revolução passiva” que a importância do internacional é incorporada com maiores desenvolvimentos teóricos. De fato, Gramsci exorta a necessidade de posicionar, contextualizar, os elementos práticos da ciência política dentro de sua proposta de análise das relações de forças “iniciando com as relações de forças internacionais [...] para passar para as relações objetivas sociais, isto é, ao grau de desenvolvimento das forças produtivas, as relações de força política (ou de hegemonia) ou de partido, e as relações militares” (GRAMSCI, 1975, Q8§37, p. 964)¹²⁰. De onde se distingue um quarto nível – as relações internacionais – no percurso da análise de relações de forças.

A importância das relações internacionais aparece, também, na análise do *Risorgimento* italiano. Desde o primeiro caderno Gramsci deixa clara a centralidade dos fenômenos internacionais para o processo (GRAMSCI, 1975, Q1§44, p. 53-4). O que faz alguns autores sublinharem a importância da geopolítica para a categoria de revolução passiva (MORTON, 2007a, p. 69; BRUFF, 2010, p. 411).

as origens do movimento do *Risorgimento*, isto é, do processo de formação das condições e das relações internacionais que permitirão à Itália unir-se em nação e às forças nacionais desenvolverem-se e expandirem-se, não devem ser buscadas neste ou naquele evento concreto registrado numa ou noutra data, mas precisamente no mesmo processo histórico pelo qual o conjunto do sistema europeu se transforma. (GRAMSCI, 1975, Q19§2, p. 1963; 2002a, p. 17)

¹²⁰ No original: *iniziando con i rapporti di forza Internazionale [...] per passare ai rapporti obbiettivi sociali, cioè al grado di sviluppo delle forze produttive, ai rapporti di forza politica [(o di egemonia)] o di partito, e ai rapporti militari.*

A fim de apontar como acontece a análise desses elementos nacionais e internacionais no processo do *Risorgimento* discutiremos a categoria de revolução passiva, a categoria chave deste capítulo. No primeiro capítulo descrevemos, a partir da metáfora do Estado educador, como o nexos orgânico entre sociedade civil e sociedade política marca uma nova determinação do Estado burguês. Nesse argumento o sardo aponta para o longo caminho de construção da hegemonia que as diversas burguesias nacionais passaram.

Esses processos, entretanto, não ocorreram como no dramático evento francês, cuja proposta jacobina foi capaz de apresentar-se como hegemônica para grandes parcelas da sociedade e, dessa forma, criar um movimento coletivo, nacional-popular para a fundação do Estado moderno. É diante desses processos “bastardos” que Gramsci elabora a categoria de revolução passiva, cujo objetivo é compreender, como veremos, situações históricas de hegemonia “fraca”, incompleta.

E é justamente nas diferenças entre o processo de formação estatal italiano (e de outros contextos nacionais europeus) e o processo francês que reside o primeiro ponto de pesquisa referente à categoria de revolução passiva. No parágrafo quarenta e quatro do primeiro caderno aparecem as diretivas básicas da compreensão de Gramsci sobre os eventos: o *Risorgimento* foi uma “revolução sem revolução” (GRAMSCI, 1975, p. 41) dada a ausência crônica de um “programa orgânico” que “abraçasse as reivindicações essenciais das massas populares” (GRAMSCI, 1975, p. 42). Pelo contrário, procedeu com o transformismo, a incorporação subordinada dos elementos de liderança das classes populares, “decapitando-as”, isto é, tolhendo-as os elementos organizativos. A categoria surge do “método de analogia histórica”, que consegue extrair elementos explicativos a partir da comparação entre diferentes processos históricos, como na formação dos Estados modernos ocorridos na Europa do século XIX “e, nesse ponto, a particular configuração das formas estatais sociais, culturais e políticas dentro da luta de classes através de transições para a modernidade” (MORTON, 2007b, pp. 604-5)¹²¹.

Nesse panorama, a falta de um partido de “estilo jacobino” na Itália explica-se pela debilidade da burguesia italiana, da qual se deriva a incapacidade de incorporar as pautas populares, principalmente dos camponeses do sul, na formação do novo Estado. Com pouca intervenção das massas populares o *Risorgimento* deu-se como um grande acordo entre a burguesia industrial ao norte, representantes do “moderno”, da industrialização, e os estratos

¹²¹ No original: *and, therein, the particular configuration of social, cultural and political state forms within class struggles over transitions to modernity.*

ao sul que representavam uma “burguesia agrária”, isto é, grupos populacionais que viviam da “renda do campo”, a partir da expropriação do trabalho camponês, “íncrustações” do passado feudal italiano¹²². O Sul representava uma “colônia” para o Norte, numa relação campo-cidade, isto é, fornecia ao Norte tanto as matérias-primas quanto a “poupança” de capital necessários para os projetos de industrialização.

Mas não só na Itália se verificou esse contexto. Na formação do estado moderno alemão observa-se uma situação parecida: “a burguesia obtém o governo econômico-industrial, mas as velhas classes feudais permanecem como classe governamental com amplos privilégios de casta no exército, na administração e sobre a terra” (GRAMSCI, 1975, Q1§44, p. 53)¹²³. Evento semelhante acontece também na Inglaterra, onde “temos o mesmo fenômeno que na Alemanha de fusão entre o velho e o novo” nessa fusão “a velha aristocracia permanece como classe governamental, com certos privilégios, e torna-se também classe intelectual da burguesia inglesa” (GRAMSCI, 1975, Q1§44, p. 53)¹²⁴.

Assim, em referência aos processos de formação estatais modernos e em uma atitude de *tradução*, Gramsci incorpora ao seu corpus teórico a categoria de revolução passiva, cuja origem encontramos em:

Vincenzo Cuoco e a revolução passiva. Vincenzo Cuoco chamou de revolução passiva a revolução ocorrida na Itália, como consequência imediata das guerras napoleônicas. O conceito de revolução passiva me parece exato não só para a Itália, mas também para os outros países que modernizaram o Estado através de uma série de reformas ou de guerras nacionais, sem passar pela revolução política de tipo radical-jacobino. (GRAMSCI, 1975, p. 504, Q4§57; 2002a, pp. 209-10)

Até aqui Gramsci tem em mente os processos de formação estatal (unificação/modernização) na Europa após o período da Revolução Francesa. O acontecimento francês, inclusive, gera um elemento de pressão geopolítica para os demais Estados: “os exércitos republicanos e napoleônicos, sacudi[ram] poderosamente os velhos regimes [europeus] e determina[ram] não a sua derrocada imediata, como na França, mas a corrosão ‘reformista’ que durou até 1870” (GRAMSCI, 1975, Q10/I§9, p. 1227; 1999, p.

¹²² Nessa consideração as palavras de Gramsci são elucidativas de sua posição: na Itália “a média e a pequena propriedade rural não estão em mãos de camponeses produtivos, mas de burgueses da cidadezinha ou da aldeia [...] um setor de população economicamente passiva, que não apenas extrai do trabalho primitivo de um certo número de camponeses o próprio sustento, mas que ainda consegue poupar: modo de acumulação de capital dos mais monstruosos e malsãos, já que fundado na iníqua exploração usurária de camponeses mantidos no limite da fome” (GRAMSCI, 1975, Q22§2, p. 2143; 2007b, p. 245).

¹²³ No original: *a borghesia ottiene il governo economico-industriale, ma le vecchie classi feudali rimangono come ceto governativo con ampi privilegi di casta nell'esercito, nell'amministrazione statale e sulla terra.*

¹²⁴ No original: *abbiamo lo stesso fenomeno che in Germania di fusione tra il vecchio e il nuovo [...] la vecchia aristocrazia rimane come ceto governativo, con certi privilegi, diventa anch'essa il ceto intellettuale della borghesia inglese.*

298). Por isso sempre vemos a ressalva sobre a importância dos elementos internacionais dentro da avaliação do Risorgimento (GRAMSCI, 1975, Q1§150; Q6§89; Q8§33).

A pressão geopolítica configura, portanto, um elemento central para a categoria de revolução passiva. Ideia que é trabalhada em outros momentos dos cadernos. No parágrafo sessenta e um do caderno dez temos uma manifestação desse ponto. Aqui Gramsci traça novamente a relação entre a formação do Estado francês e a sua relação com as demais regiões da Europa continental. Nesse trecho a formação dos outros Estados europeus ocorre “mediante pequenas ondas reformistas sucessivas” como reação à hegemonia francesa (GRAMSCI, 1975, p. 1358; 1999, p. 426):

As ‘ondas sucessivas’ são constituídas por uma combinação de lutas sociais, de intervenções pelo alto do tipo monarquia iluminada e de guerras nacionais, com predominância desses dois últimos fenômenos. Desse ponto de vista, o período da ‘Restauração’ é o mais rico de desenvolvimentos: a restauração torna-se a forma política na qual as lutas sociais encontram quadros suficientemente elásticos para permitir à burguesia chegar ao poder sem rupturas clamorosas, sem o aparelho terrorista francês. As velhas classes feudais são rebaixadas da condição de ‘dominantes’ àquela de ‘governativas’, mas não são eliminadas, nem se tenta liquidá-las como conjunto orgânico: de classes tornam-se ‘castas’, com determinadas características culturais e psicológicas, não mais com funções econômicas predominantes.

A revolução passiva promove alterações profundas dentro de uma formação nacional sem, com isso, desestruturar em totalidade as relações de dominação anteriores. Assim, as classes feudais são incorporadas aos novos Estados modernos, comumente em outras funções. Esse movimento tem por objetivo político alijar a intervenção das massas – dada a memória dos acontecimentos franceses. Portanto, as massas e a iniciativa popular não estão completamente ausentes na revolução passiva, mas são estrategicamente afastadas pelas classes dominantes. Nesse processo de afastamento, elas podem ser reprimidas, incorporadas via transformismo e/ou dirigidas por um Estado.

Esse último ponto é compreendido por Gramsci no caso italiano ao ponderar o papel do Estado do Piemonte e como sua atuação no processo da unificação garantiu-a nos moldes de uma “revolução sem revolução”. De fato, no parágrafo cinquenta e nove do caderno quinze lemos que a atuação do Piemonte equivale a atuação de uma classe dirigente. Além disso, o Estado desempenhou, em certa medida, funções equivalentes a de um partido, “o pessoal dirigente de um grupo social” e:

[e]ste fato é de máxima importância para o conceito de ‘revolução passiva’: isto é, que não seja um grupo social o dirigente de outros grupos, mas que um Estado, mesmo limitado como potência, seja o ‘dirigente’ do grupo que deveria ser dirigente e possa pôr à disposição deste último um Exército e uma força político-diplomática (GRAMSCI, 1975, p. 1823; 2002a, p. 329)

A “função Piemonte” aponta para processos de modernização capitalista levados a cabo “pelo alto” com forte participação estatal. A debilidade econômica e, portanto, também política, das burguesias nacionais requiere o auxílio do aparato estatal absolutista para a modernização. A ausência de hegemonia ou de movimentos coletivos nacional-populares implica soluções pautadas na coerção do aparato burocrático-repressivo do Estado, como a continuação do próprio trecho demonstra. A atuação estatal no processo de unificação é “um dos casos em que estes grupos têm a função de ‘domínio’, e não de ‘direção’: ditadura sem hegemonia. A hegemonia será de uma parte do grupo social sobre todo o grupo, não deste sobre outras forças para fortalecer o movimento, radicalizá-lo” (GRAMSCI, 1975, pp. 1823-4; 2002a, p. 330).

O sardo dá a entender, portanto, que a situação de revolução passiva caracteriza-se por uma situação diversa daquela da hegemonia. Há a função do domínio, caracterizada pela coerção, mas não aquela de direção, pautada no consenso. Na gradação da categoria de hegemonia elaborada por Morton (2011, p. 21), a revolução passiva indicaria uma situação de “hegemonia mínima”. Já na interpretação de Thomas (2013, p. 25) a “revolução passiva” enquanto “conceito analítico” sublinharia uma “falha histórica da hegemonia”. Apesar da tensão entre as duas categorias¹²⁵, corroboramos as interpretações que veem na revolução passiva uma “hegemonia incompleta”, com a coerção assumindo certa preponderância na relação com o consenso.

Os processos de modernização estatal capitalista, porém, não são os únicos referentes da categoria de revolução passiva. Em uma série de trechos, Gramsci aventou a possibilidade de empregá-la para além da situação histórica do *Risorgimento*. A categoria seria capaz de auxiliar na “interpretação da Era do *Risorgimento* e de qualquer época complexa de transformações históricas” (GRAMSCI, 1975, Q15§62, p. 1827; 2002a, p. 331). Poderia captar os processos políticos de transformação das relações sociais de produção dentro dos Estados já capitalistas.

Essa é a segunda expansão da categoria, ainda “tímida”. A revolução passiva passa de seu referente inicial, o *Risorgimento*, para a possibilidade de análise de outros

¹²⁵ Em sua interpretação, Callinicos (2010) nota que a relação entre revolução passiva e hegemonia é “inconsistente” dentro dos *Quaderni*. Para tanto utiliza os trechos do Q1§44 e do Q19§24 para mostrar como o sardo confere elementos de hegemonia para o Partido Moderado, que exercia, de certa forma, algum tipo de hegemonia (o que contrasta com o parágrafo sobre a função tipo “Piemonte” e a asserção sobre ausência de hegemonia). Cabe questionar se a perspectiva de Callinicos sobre o tema não padece de uma visão “dicotômica” ou “unívoca” da hegemonia, como nos alerta Morton (2007a), para quem a hegemonia não pode ser vista como num “disjuntor” de “hegemonia ligada” e “hegemonia desligada”.

processos de formação do Estado moderno burguês e agora pode se referir a “qualquer época complexa de transformações históricas”. Bruff (2010, pp. 410-1) comenta que esse fato deriva da própria “natureza expansiva” da categoria, calcada em dois “argumentos expansivos”: primeiro, porque a categoria pretende compreender a unificação italiana não em “si mesma”, mas em relação ao processo mais rico e cheio de determinações da Revolução Francesa e, segundo, porque a revolução passiva referiu-se não a um caso atípico, mas a uma forma de instituição estatal muito similar aos outros espaços (e tempos) da Europa na época.

Teremos a especificação dessa proposta em outros parágrafos dos *Quaderni*, em relação tanto com o fordismo estadunidense, quanto com o fascismo italiano/europeu. No caso do último, falamos do questionamento de Gramsci sobre a correspondência entre o fascismo italiano e o “liberalismo moderado e conservador” do Risorgimento (GRAMSCI, 1975, Q10/I§9, p. 1228; 1999, p. 299). Aqui se aventa a possibilidade de o fascismo corresponder a um novo período de revoluções passivas, uma resposta europeia às pressões concorrenciais do capitalismo estadunidense e, ao mesmo tempo, aos desdobramentos da Revolução Bolchevique. O raciocínio remete ao parágrafo que abre o caderno vinte e dois, sobre o tema do Americanismo e Fordismo. Nele compreendemos como o fordismo corresponde a uma nova etapa da organização capitalista, que resulta “da necessidade imanente de chegar à organização de uma economia programática”, isto é, a necessidade de “passagem do velho individualismo econômico para a economia programática” (GRAMSCI, 1975, p. 2139; 2007b, p. 241), com elementos de planejamento centralizado e intervenção estatal.

Para Gramsci a introdução do “elemento plano” na economia liberal representaria uma nova etapa na organização das relações sociais capitalistas. Nessa interpretação, o fordismo aparece como uma resposta à lei tendencial da queda da taxa de lucros com a introdução de elementos de racionalização da produção. Essa racionalização implica não apenas a reorganização das linhas de produção, mas também a formação de um “novo homem”, o operário padrão fordista. A transformação do operário de outrora em operário fordista, serializado, representa a criação de um novo “nexo psicofísico”, isto é, a adaptação do ser humano às novas rotinas de trabalho e a todo um novo modo de vida, processo que tem custos psicológicos altos (GRAMSCI, 1975, pp. 2160-4).

Diante dessas profundas modificações realizadas nas relações sociais de produção nos Estados Unidos, Gramsci questiona se essa mudança “pode determinar um desenvolvimento gradual do tipo (examinado em outros locais) das ‘revoluções passivas’

próprias do século passado” (GRAMSCI, 1975, p. 2140; 2007b, p. 242). Isto é, questiona-se como as alterações sociais, sexuais e produtivas engendradas pela reorganização fordista são introduzidas e se estas representariam, com seu desenvolvimento, uma nova “época” (Q22§1) “complexa de transformações históricas” (GRAMSCI, 1975, Q15§62, p. 1827).

O fascismo propunha a gestão corporativa da economia e da sociedade o que é avaliado pelo sardo como a introdução dos elementos de racionalização fordista, o “elemento plano”. O processo ocorre na Itália com extremada coerção (a violência fascista) e sob a égide do Estado – dois elementos distintivos do conceito de revolução passiva. Todavia, ao mesmo tempo em que se propõe modernizar o capitalismo italiano, o fascismo perpetua a tradição de revoluções passivas na manutenção do “velho” no “novo”. Esse fato se apresenta claramente para Gramsci tanto no caso dos rentistas do campo ao Sul, quanto na manutenção de amplos extratos da população italiana na função “parasitária” dentro do Estado (GRAMSCI, 1975, Q22§2, pp. 2143-4).

Tais estratos “médios”, cabe lembrar, são vistos como “cristalizações” de outros períodos históricos, principalmente do passado semifeudal do Sul. Com a unificação em 1870 eles encontram “abrigo” dentro do novo Estado italiano. O fascismo e sua promessa modernizadora não resolve esse problema, pelo contrário:

O Estado cria novos rentistas, ou seja, promove as velhas formas de acumulação parasitária da poupança e tende a criar quadros sociais fechados. Na realidade, até agora, a orientação corporativa funcionou para defender posições ameaçadas de classes médias, não para eliminá-las, e está se tornando cada vez mais, em função dos interesses constituídos que surgem sobre a velha base, uma máquina de conservação do que existe tal como existe e não uma mola propulsora (GRAMSCI, 1975, Q22§6, p. 2157; 2007b, p. 259).

Falta, portanto, o dinamismo social estadunidense, marcado por uma estrutura social racionalizada, sem as incrustações do passado representadas pelas camadas de funcionários da burocracia e pela burguesia agrária consumidora da renda do campo. Mesmo em seu impulso para a modernização, o fascismo não deixa os compromissos com os representantes do passado. As novas relações sociais fordistas, a produção e o consumo de massa, mesclam-se com a estrutura semifeudal e parasitária italiana.

É diante desse contexto que Gramsci elabora mais um elemento de crítica para seu projeto de *Anti-Croce*, isto é, a crítica da filosofia croceana, considerada a perspectiva teórica mais elaborada da burguesia italiana na época. Nosso autor identifica nos livros de história escritos por Benedetto Croce uma posição interessante: a depuração dos momentos de conflito, de luta e transformação histórica. Assim, o napolitano começaria sua *Storia d'Europa* a partir de 1815, isto é, a partir do final do primeiro grande período conflitivo da

Revolução Francesa. Da mesma forma, *Storia d'Italia* começa somente em 1871, sem levar em conta os anos que marcariam os complexos desdobramentos do *Risorgimento*.

Assim, Gramsci questiona se por detrás do fazer teórico de Croce não se esconde um “fazer prático”, isto é, se as opções teóricas do autor não teriam um objetivo político concreto. Por excluir o momento de luta, de conflito, e de intervenção das massas não seria Croce um dos “teóricos da revolução passiva”? E, principalmente, ao se considerar a situação italiana da época, marcada pela ascensão do regime fascista? Nesse sentido, ele pontua:

O livro de Croce é um tratado de revoluções passivas, para usar a expressão de Cuoco, que não pode se justificar e compreender sem a revolução francesa, que foi um evento europeu e mundial e não só francês. (Essa discussão pode ter uma referência atual? Um novo “liberalismo”, nas condições modernas, não seria, pois, precisamente o “fascismo”? Não seria o fascismo precisamente a forma de “revolução passiva” própria do século XX como o liberalismo foi no século XIX? (GRAMSCI, 1975, Q8§236, p. 1088-9)¹²⁶

Na continuação do texto temos a explicação do raciocínio. O fascismo marcaria a tentativa de transição de uma economia individualista para uma economia programática, mas não uma transição revolucionária, tal qual acontecera na Rússia de então. O fascismo proporia uma “solução média” ao problema da crise capitalista, incorporaria os elementos do progresso (o “elemento plano”) sem, com isso, desestruturar as relações de dominação de classe italianas, sem levar ao socialismo. Isto é, em seu ímpeto modernizador o fascismo mantém o compromisso com aquelas camadas que justamente representam os “entraves ao progresso” para Gramsci. Por isso, “[o] ‘corporativismo’ poderia ser, ou tornar-se, desenvolvendo-se, essa forma econômica média de caráter ‘passivo’” (GRAMSCI, 1975, Q8§236, p. 1089)¹²⁷.

Croce representaria, nesse aspecto, uma “justificação intelectual” do fascismo, por promover uma “dialética domesticada”, cuja tese deve “ser ‘conservada’ pela antítese a fim de não destruir o próprio processo, o qual, portanto, é ‘previsto’, como uma repetição ao infinito, mecânica e arbitrariamente prefixada.” (GRAMSCI, 1975, Q10/I§6, p. 1221; 1999, p. 292). Isto é, Croce agiria como um “árbitro” da dialética, escolhendo antes do desenvolvimento do processo histórico os elementos da tese que seriam conservados no desenrolar desse processo. Trata-se de um raciocínio anti-historicista, uma tentativa de enquadrar o mundo a partir de determinada perspectiva política e não de acordo com o desenvolvimento da história. Uma

¹²⁶ No original: *Il libro del Croce è un trattato di rivoluzioni passive, per dirla con l'espressione del Cuoco, che non possono giustificarsi e comprendersi senza la rivoluzione francese, che è stata un evento europeo e mondiale e non solo francese. (Può avere questa trattazione un riferimento attuale? Un nuovo «liberalismo», nelle condizioni moderne, non sarebbe poi precisamente il «fascismo»? Non sarebbe il fascismo precisamente la forma di «rivoluzione passiva» propria del secolo XX come il liberalismo lo è stato del secolo XIX?*

¹²⁷ No original: *Il «corporativismo» potrebbe essere o diventare, sviluppandosi, questa forma economica media di carattere «passivo».*

vez que o “que será conservado do passado no processo dialético não pode ser determinado *a priori*, mas resultará do próprio processo, terá um caráter de necessidade histórica e não de escolha arbitrária por parte dos chamados cientistas e filósofos.” (GRAMSCI, 1975, Q10/II§41, p. 1328; 1999, p. 394).

Nesse sentido, o sardo desenvolve no trecho a seguir, de segunda redação, a proposta de consideração do fascismo em chave de revolução passiva. Nessa perspectiva:

ter-se-ia uma revolução passiva no fato de que, por intermédio da intervenção legislativa do Estado e através da organização corporativa, teriam sido introduzidas na estrutura econômica do país modificações mais ou menos profundas para acentuar o elemento ‘plano de produção’, isto é, teria sido acentuada a socialização e cooperação da produção, sem com isso tocar (ou limitando-se apenas a regular e controlar) a apropriação individual e grupal do lucro. No quadro concreto das relações sociais italianas, esta pode ter sido a única solução para desenvolver as forças produtivas da indústria sob a direção das classes dirigentes tradicionais, em concorrência com as mais avançadas formações industriais de países que monopolizam as matérias-primas e acumularam gigantescos capitais (GRAMSCI, 1975, Q10/I§9, p. 1228; 1999, p. 299)

Aqui aparecem todos os elementos componentes de uma revolução passiva: a intervenção estatal promovida “do alto” pelo Estado, a introdução de mudanças sem a alteração dos compromissos com as outras classes e grupos sociais e, por fim, a pressão geopolítica, compreendida enquanto “concorrência com as mais avançadas formações industriais”. A expansão promovida por Gramsci transforma a “revolução passiva” de um substantivo, para um adjetivo, cuja referência é “um processo de consolidação ininterrupta e calcificação da ordem dominante” (THOMAS, 2015, pp. 21-23).

Ou seja, abre-a para analisar não apenas os processos de instituição das relações sociais capitalistas, mas também de sua perpetuação. Nesse movimento, compreende-se como a revolução passiva é uma estratégia de estadismo, o modo pelo qual burguesias emergentes evitam a intervenção das massas (ou manobram-nas) na instituição, caso do Risorgimento, ou intensificação, caso do fordismo e fascismo, das relações sociais capitalistas (MORTON, 2010, p. 318). Daí que se depreendam duas definições centrais do conceito:

a primeira, com referência a uma revolução sem participação das massas, ou uma “revolução de cima”, envolvendo reformas sociais e políticas projetadas pelas elites, baseada no capital estrangeiro e ideias associadas com falta de base nacional popular; a segunda, como referência a como uma forma revolucionária de transformação política é pressionada em um projeto conservador de restauração, mas está ligada à mobilização insurrecional das massas “de baixo” (BIELER, BRUFF, MORTON, 2015, pp. 141-2)¹²⁸.

¹²⁸ No original: *first, with reference to a revolution without mass participation, or a ‘revolution from above,’ involving elite-engineered social and political reform that draws on foreign capital and associated ideas while lacking a national-popular base; second, with reference to how a revolutionary form of political transformation*

O elemento subjacente a essa estratégia de classe é, como vimos, a pressão geopolítica. Esse é um ponto que deve ser ressaltado em análises de Relações Internacionais que tomam por referência a obra gramsciana. Nesse sentido, quando trata da formação estatal, novamente no parágrafo sessenta e um do caderno dez, nosso autor explicita que apesar de representar a unidade da classe dominante, o problema do Estado está envolto no:

complexo problema da correlação de forças internas ao país em questão, **da correlação das forças internacionais, da posição geopolítica do determinado país**. Na realidade, o impulso no sentido da renovação revolucionária pode ser originar das necessidades prementes de um determinado país, em determinadas circunstâncias, e tem-se a explosão revolucionária da França, vitoriosa também internacionalmente; mas o impulso à renovação pode ser dado pela **combinação de forças progressistas escassas e insuficientes em si mesmas [...] com uma situação internacional favorável à sua expansão e vitória** (GRAMSCI, 1975, Q10/II§61, p. 1360; 1999, p. 428, negritos nossos).

O texto acima, além de servir como mais um argumento na crítica de Croce¹²⁹, também ressalta a pertinência da categoria de revolução passiva para as relações internacionais. Com ela torna-se possível ponderar os processos de fundação dos Estados capitalistas e suas modernizações ao longo da história em relação com o internacional. Na análise das relações de forças não são apenas as forças internas que devem ser perscrutadas, as relações internacionais podem constituir elementos permissivos ou restritivos para o desenvolvimento em questão. Muitas vezes, a “chispa” do progresso histórico desenvolve-se em outra localidade para depois incendiar o jogo de forças local.

Entretanto, até aqui falamos de “considerar o internacional”, das “relações orgânicas entre nacional e internacional” e na importância de compreender a “pressão geopolítica” dentro da categoria de revolução passiva. Mas como o “internacional” é concebido dentro da obra gramsciana? Isto é, quais as características o “externo” adquire em seu pensamento? É um “internacional” marcado por uma essência conflitiva e pautada no interesse, tal qual nas interpretações realistas? Teóricos de Relações Internacionais debruçaram-se sobre essas perguntas e avançaram um entendimento que é importante para nossa discussão: a complementaridade entre as categorias de revolução passiva, elaborada por

is pressed into a conservative project of restoration but is linked to insurrectionary mass mobilization from below.

¹²⁹ Gramsci critica a postura adotada por intelectuais que atuam no sentido de reificar, racionalizar e tornar “absoluto” a instituição do Estado. Essa atitude, explica nosso autor, é comum quando o “impulso para o progresso [formação do Estado moderno burguês] não é estreitamente ligado a um amplo desenvolvimento econômico local que é artificialmente limitado e reprimido, mas é reflexo do desenvolvimento internacional que envia para a periferia suas correntes ideológicas, nascidas com base no desenvolvimento produtivo dos países mais evoluídos – o grupo portador das novas ideias não é o grupo econômico, mas a camada dos intelectuais” (GRAMSCI, 1975, Q10/II.61, p. 1360; 1999, p. 428).

Gramsci, e a categoria de desenvolvimento desigual e combinado (DDC), elaborada por Trotsky em sua análise da Revolução Russa.

Justamente neste ponto a discussão precisa de uma complementação teórica. Deixaremos a categoria de revolução passiva em suspensão para trabalhar de forma mais atenta o DDC. Esse movimento é importante para explicitar os nexos entre as duas categorias, demonstrando sua complementaridade. A próxima seção tratará, portanto, de uma breve discussão teórica sobre a categoria de DDC e sua incidência no campo de Relações Internacionais. Focaremos a discussão na audaciosa proposta de Justin Rosenberg de encontrar no caractere desigual e combinado do desenvolvimento social humano uma justificativa ontológica para a disciplina.

3.2. Complementação teórica: a teoria do desenvolvimento desigual e combinado (DDC) no campo das Relações Internacionais

Nas circunstâncias históricas da formação da Rússia, com sua economia, suas classes, seu poder de Estado, assim como na influência sobre ela exercida pelas potências estrangeiras, deviam estar inseridas as premissas da Revolução de Fevereiro e da sua substituta – a de Outubro. Tanto quanto possa parecer particularmente enigmático que um país atrasado tenha sido o primeiro a levar o proletariado ao poder, é necessário, preliminarmente, procurar a chave deste enigma nas peculiaridades de tal país, isto é, naquilo que o diferencia dos outros (Trotsky, 1977, p. 17).

No trecho acima, que compõe o Prefácio ao livro *A história da revolução russa*, Trotsky evidencia o primeiro passo para a compreensão da inédita – e preliminarmente paradoxal – Revolução Bolchevique: as particularidades econômicas, políticas, institucionais e de relações internacionais da Rússia. Nesse percurso, o revolucionário destacará como todos esses elementos estavam calcados numa dinâmica do próprio desenvolvimento russo: seu caráter desigual e combinado.

O capitalismo, ao realizar “a universalidade e a permanência do desenvolvimento da humanidade” cria condições nas quais um país atrasado “assimila as conquistas materiais e ideológicas dos países adiantados” sem, com isso, “reproduzir todas as etapas de seu passado” (TROTSKY, 1977, p. 24). Em verdade, a desigualdade “é a lei mais geral do *processus* histórico” revelando-se “com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados” (TROTSKY, 1977, p. 25). “Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra” a “lei do desenvolvimento combinado, que significa aproximação das diversas etapas,

combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas” (TROTSKY, 1977, p. 25).

Acima estão trechos que evidenciam os elementos principais da perspectiva conhecida por “desenvolvimento desigual e combinado” na elaboração de Trotsky e, reconhecidamente, um dos seus principais desenvolvimentos teóricos. O líder revolucionário foi capaz de captar não apenas a desigualdade de ritmos no processo de expansão e universalização das relações sociais capitalistas, elemento que, como nos informa Davidson (2009), já era presente nas teorizações dos integrantes da Segunda Internacional e, antes ainda, nas próprias asserções de Marx e Engels sobre a economia capitalista mundial. Mas também, as implicações sociais e políticas que o caractere “combinação” traz consigo e que “determina profundas *particularidades*” (TROTSKY, 1977, p. 386).

O panorama de desigualdades de temporalidades do desenvolvimento leva a existência de pressões externas, exercidas pelos Estados mais desenvolvidos. Essas pressões podem ser de natureza diversa. Sobre a Rússia, manifestaram-se pressões militares e econômicas. O “chicote de necessidade externa” – formulação de Trotsky para explicitar tais pressões – vindo dos Estados ocidentais implicou a incorporação da técnica militar moderna ocidental e um processo de urbanização e industrialização vertiginoso. O “privilégio de uma situação historicamente atrasada” permitiu a introdução da indústria moderna sem as décadas de desenvolvimento observadas nos locais de “capitalismo pioneiro”, como na Inglaterra. Entretanto, esse processo engendrou ao mesmo tempo o paradoxal reforço das relações de servidão feudais até então presentes na terra dos czares. Mas não só na economia os efeitos da combinação engendram situações históricas particulares:

o operariado russo se formou não paulatinamente, no decurso dos séculos, arrastando o enorme fardo do passado, como na Inglaterra, mas sim aos saltos, por meio de transformações bruscas das situações, de ligações, acordos e, ainda, por meio de rupturas violentas com tudo o que, na véspera, existia. Foi precisamente assim – sobretudo durante o regime da opressão concentrada no tzarismo – que os operários russos puderam assimilar as deduções mais ousadas do pensamento revolucionário da mesma forma que a retardatária indústria russa era capaz de compreender a última conquista da organização capitalista (TROTSKY, 1977, pp. 29-30)

Daí que a dinâmica desigual e combinada do capitalismo russo gerou, de um lado, uma indústria tecnicamente moderna, com grandes plantas concentradas em pequenas regiões e uma produtividade do trabalho industrial semelhante àquela ocidental e, doutro lado, uma burguesia fraca, extremamente concentrada e dependente dos capitais estrangeiros para desenvolver seus negócios. Nessa situação, o crescente proletariado russo encontrava-se numa situação de efervescência, sofria a brutalidade da dominação arcaica do czarismo ao mesmo

tempo em que podia encontrar no Ocidente as ferramentas mais importantes para a sua emancipação: a teoria marxista, os sindicatos e o partido político (TROTSKY, 1977, p. 391).

O Líder do Exército Vermelho, a partir da teoria do desenvolvimento desigual e combinado, conseguiu perscrutar os fatores que compunham a particularidade russa e que contribuiriam, ao lado da agência das classes e suas frações, para determinar a Revolução de Outubro. A compressão dos tempos nas forças militares, na economia e na organização política geraram fortes pressões na estrutura social semifeudal da Rússia. Assim, o DDC articulava as considerações de “chicote de necessidade externa” e “privilégio do atraso” para explicar as profundas mudanças ocorridas numa estrutura social que procede pela união entre o “velho” o “novo”.

A ideia do DDC permaneceu por muito tempo alijada do campo das Relações Internacionais. Apesar de importantes estudos em períodos antecessores, autores apontam uma “recuperação” da proposta dentro da disciplina apenas nas décadas mais recentes (DAVIDSON, 2009, p. 16). Dentre essas “recuperações” chamamos atenção para a proposta de Justin Rosenberg (2005, 2006, 2008, 2010, 2013, 2016, 2017), que procura no DDC uma perspectiva de refundação sociológica do internacional.

Isto é, o autor tem por objetivo principal elidir a famosa e perene separação entre “teoria sociológica” e aquilo que podemos chamar de “teoria do internacional”. O problema aparece numa incapacidade de compreensão do internacional a partir de uma derivação plenamente sociológica “do externo” e, ao mesmo tempo, numa postura de reificação das “propriedades únicas do externo” pelo *mainstream* teórico de Relações Internacionais.

Do lado da sociologia, o internacional acaba por ser compreendido ou a partir de falsas analogias domésticas, ou seja, compreensões sobre o “doméstico” (uma sociedade determinada) extrapoladas para o externo, ou por uma tomada do internacional como fator de externalidades contingenciais, isto é, influências que emergem nos casos empíricos de análise, não satisfatoriamente teorizadas e, pior ainda, dotados de uma lógica própria, o problema do “proto-realismo” (ROSENBERG, 2005, p. 42; 2006, p. 337). O que falta aos teóricos sociais clássicos é a incorporação do “fato da coexistência e interação intersociais dentro de suas concepções teóricas de causalidade social – em relação tanto à explicação da constituição das

ordens sociais, quanto à teorização do processo dinâmico de seus desenvolvimentos históricos em curso” (ROSENBERG, 2006, p. 311)¹³⁰.

Já do lado das Relações Internacionais, presencia-se a reificação das propriedades únicas do internacional, como a anarquia. O internacional é contraposto ao doméstico. Falamos da retórica do realismo que propõe uma lógica própria para a política internacional, calcada nas considerações de anarquia, interesse nacional em termos de poder e balança ou equilíbrio de poder. Essas lógicas fluiriam do internacional em si mesmas e não teriam uma explicação para além da sua existência internacional (ROSENBERG, 2006, p. 324). Reificar aqui é conferir uma existência própria a características que não existem em si mesmas (CALLINICOS, ROSENBERG, 2008, p. 93).

Os últimos pontos representariam uma “prisão da Ciência Política” para a disciplina de Relações Internacionais. A formulação, que aparece em artigo recente (ROSENBERG, 2016), refere-se a uma situação “inusitada”: apesar de receber aportes de outros campos do conhecimento, como a Geografia e o estudo do espaço e a História e o estudo do tempo, as Relações Internacionais são incapazes de fornecer uma “grande ideia” (isto é, apreensões sobre um objeto ontológico próprio) para os outros campos do conhecimento. Como numa prisão, recebe a visita das outras disciplinas, mas não consegue retribuí-las. Isso porque, as Relações Internacionais encontrar-se-iam numa posição subordinada àquela da Ciência Política. A prisão seria ao próprio estatuto ontológico da Ciência Política, isto é, perscrutar as relações políticas numa situação “internacional”: a política em condições de ausência de autoridade central, de anarquia.

Afinal, se as Relações Internacionais são meramente um subcampo da Ciência Política, então a única identidade disponível para ele é negativa: estuda política, mas na ausência de autoridade central. Portanto, o próprio internacional torna-se associado com uma versão limitada de si, fornecida pelo realismo político. E uma vez que isso acontece, a possibilidade das Relações Internacionais produzirem ideias que podem viajar para outras disciplinas parece desaparecer (ROSENBERG, 2016, p. 8)¹³¹.

A força dessa prisão encontra-se no mérito do próprio realismo político, até então único para o autor, em compreender o internacional como um ambiente dotado de uma dinâmica própria. Os realistas políticos, e dentre eles principalmente Kenneth Waltz e seu

¹³⁰ No original: *fact of inter-societal coexistence and interaction into their theoretical conception of social causality — with regard either to explaining the constitution of social orders, or to theorizing the dynamic process of their ongoing historical development.*

¹³¹ No original: *After all, if IR is merely a subfield of Political Science, then the only identity available for it is a negative one: it studies politics but in the absence of central authority. Thus, the international itself becomes associated with the narrow version of it provided by political realism. And once that has happened, the possibility of IR producing ideas that can travel to other disciplines seems to disappear*

realismo estrutural, foram os únicos a conceber teoricamente a dinâmica própria do internacional, atribuindo-a, mesmo que de forma reificada, às condições de anarquia nas quais o sistema de estados se insere¹³². O problema, como explica o autor, está na reificação: ao mesmo tempo em que possuem o mérito de conceber teoricamente o internacional não como externalidade, nem a partir de falsas analogias domésticas, mas “em si mesmo”, os realistas possuem o demérito de reificar essa dimensão, fechando-a a qualquer diálogo positivo que não esteja pautado na compreensão basilar da anarquia e restringindo as possibilidades de uma derivação sociológica desses elementos.

Os críticos do realismo tampouco foram capazes de superar esse estratagema teórico (ROSENBERG, 2008, p. 5). Isso porque suas críticas centraram-se ou na diminuição da importância da anarquia ou na “inclusão” de elementos considerados importantes dentro de um quadro mais básico pautado pela primeira. Isto é, não houve tentativas significativas de uma compreensão teórica do internacional a partir de outro operador que não a anarquia. Dessa forma, o feminismo adiciona a importância do gênero, mas nas relações de poder entre os Estados. O construtivismo mostra como as formas de operacionalizar a anarquia são socialmente construídas, mas tem pouco a dizer sobre o que distingue o internacional. Os estudos pós-coloniais contribuem grandemente para criticar a proposta de um sistema de Estado eurocêntrica, mas não refletem sobre as condições de existência mais profundas desse sistema. O fato é que para o autor nenhuma dessas alternativas teóricas contribuiu para proporcionar uma base ontológica para a disciplina (ROSENBERG, 2016, pp. 07-8; 2017).

É nesse sentido que Rosenberg trabalha sobre esses problemas de certa forma desde seu premiado livro *Empire of Civil Society* (ROSENBERG, 1994). Entretanto, destacaremos neste estudo os desenvolvimentos recentes do autor, que aparecem desde os primeiros anos do século XXI e consistem nos desdobramentos com maior elaboração da proposta. A partir de uma postura polêmica com várias perspectivas sobre o internacional (teoria da globalização, sociologia histórica, realismo político) Rosenberg avança o

¹³² Como o próprio Rosenberg reconhece em uma “carta aberta” direcionada a Kenneth Waltz: “Agora me parece, que nas objeções anteriores a sua separação analítica dos fenômenos domésticos dos internacionais (pelo perigo que carrega de essencialização do ‘internacional’), eu mesmo evitei, involuntariamente, o engajamento com o real objeto do seu procedimento – nomeadamente, a facticidade do ‘internacional’ como uma dimensão do mundo social, uma dimensão que não é reduzível à soma de suas partes. Ninguém fez mais do que você para tornar esse fenômeno teoricamente visível” (ROSENBERG, 2008, p. 3). No original: *It now seemed to me that in earlier objecting to your analytical separation of domestic and international phenomena (because of the danger it carried of essentialising ‘the international’), I had myself unintentionally avoided engaging with the real object of your procedure - namely the facticity of ‘the international’ as a dimension of the social world, a dimension which is not reducible to the sum of its parts. No-one has done more than you to render this phenomenon theoretically visible.*

entendimento de que o DDC poderia, ao mesmo tempo, superar a divisão entre teoria social e teoria internacional e fornecer uma nova base ontológica, no sentido de um objeto de estudos primário, para o campo das Relações Internacionais.

Com esse procedimento, ele visa tanto a recuperar a pertinência dos estudos de Sociologia Histórica sobre os fenômenos de relações internacionais, quanto a retirar a disciplina de Relações Internacionais da “prisão da Ciência Política”:

Nunca totalmente destacável das outras dimensões da realidade social, e ainda assim nunca totalmente redutível a elas, o internacional deve, portanto, ser definido de uma maneira que capture sua qualidade transversal e, ao mesmo tempo, identificar aquilo que o torna distintivo [*distinctiveness*] desse campo (ROSENBERG, 2006, p. 328)¹³³

Para tal, procede com a cisão e depois reunião dos três elementos que compõem a ideia de DDC: a desigualdade, a combinação e a perspectiva de desenvolvimento humano¹³⁴. Cada um dos pontos da formulação compõe um argumento teórico que elimina, como veremos, a distinção primária entre desenvolvimento “intrasocial” e desenvolvimento “intersocial”. Isto é, a proposta de Rosenberg aponta que a origem da separação entre nacional e internacional deriva do erro teórico de uma pressuposição do “interno” como elemento predecessor ao “externo” (ROSENBERG, 2008, p. 05). Sua teoria propõe demonstrar, a partir do referente do desenvolvimento social humano, que “social” e “intersocial” estão desde o início em coexistência. Fica claro, ao longo de seus artigos, que apesar da inspiração em Trotsky o autor propõe extrapolar as próprias considerações do bolchevique.

A começar pela desigualdade, encontramos-la como característica intrínseca de qualquer momento da história humana. O autor utiliza como exemplo empírico um “retrato” do mundo em diversos períodos históricos (ROSENBERG, 2006; 2008; 2016). Numa dessas viagens, em 1.400 D.C., aponta a existência dos grandes impérios asiáticos, o nascente desenvolvimento mercantil europeu e as diversas formas de organização social encontradas nas Américas. Todos esses são exemplos muito claros da diversidade de temporalidades e

¹³³ No original: *Never fully detachable from other dimensions of social reality, yet never fully reducible to them either, the international must therefore be defined in a way which captures its transversal quality while nonetheless identifying the distinctiveness of this field.*

¹³⁴ Os passos são: “o fenômeno do internacional surge da desigualdade sócio-histórica da existência humana; suas características distintivas podem se explicar pela análise da condição resultante de ‘desenvolvimento combinado’; e seu significado, assim redefinido sociologicamente, implica uma reconceitualização do próprio ‘desenvolvimento’ – que remove, de fato, a fonte do problema da ‘analogia doméstica’ para a sociologia histórica” (ROSENBERG, 2006, p. 313). No original: *the phenomenon of the international arises from the socio-historical unevenness of human existence; its distinctive characteristics can be explained by analysis of the resultant condition of ‘combined development’; and its significance, thus sociologically redefined, entails a reconceptualization of ‘development’ itself — one which removes, in fact, the source of the ‘domestic analogy’ problem for historical sociology.*

percursos de desenvolvimento que cada uma das civilizações percorria na época. Da mesma forma, em outro artigo, apresenta como já na “pré-história” a literatura atual de paleontologia e arqueologia aponta elementos de distinção entre os grupos de caçadores-coletores (ROSENBERG, 2010). O ponto central é compreender que essa diversidade, na realidade, representa:

uma propriedade sócio-histórica analiticamente mais geral da existência humana – sua desigualdade intrínseca. E essa propriedade mais geral encontra expressão simultânea não apenas naquela multiplicidade quantitativa de números, mas também nas multiplicidades qualitativas das formas sócio-culturais, dos níveis de desenvolvimento, das escalas geográficas e das temporalidades históricas (ROSENBERG, 2006, p. 316)¹³⁵

A existência da desigualdade como característica intrínseca ao processo de desenvolvimento humano, elemento que encontra respaldo na proposta de Trotsky¹³⁶, gera o fenômeno da multiplicidade de formas sociais humanas. Dessa consideração Rosenberg propõe avançar para a compreensão do elemento “combinação”. Da mesma forma que a desigualdade, a combinação, entendida como os vários relacionamentos que existem em situações de coexistência, também é intrínseca ao desenvolvimento humano.

Nenhuma sociedade humana viveu em pleno isolamento, tais situações, quando existentes, são esporádicas e conformam exceções ao entendimento basilar que as trocas entre as sociedades são elementos cruciais para seu desenvolvimento (ROSENBERG, 2017, p. 97). Assim, se a multiplicidade emerge da consideração da desigualdade, a coexistência deriva do próprio fator da multiplicidade. Extrapolando a ideia de Trotsky¹³⁷ para além das relações sociais capitalistas, o autor chega mais perto de uma derivação sociológica do internacional.

Se as sociedades são desiguais de forma intrínseca, a combinação, elemento derivado da própria coexistência entre sociedades com percursos de desenvolvimento diversificados, é um elemento de “pressão lateral” no próprio desenvolvimento interno dessas sociedades. Isto é, o desenvolvimento social interno sofre influência clara, desde o início, dos outros percursos de desenvolvimento social, através das inúmeras formas de coexistência possível. A “estrutura interna da sociedade é em toda parte condicionada, determinada ou

¹³⁵ No original: *an analytically more general socio-historical property of human existence — its intrinsic unevenness. And this more general property finds simultaneous expression not only in that quantitative multiplicity of number, but also in the qualitative multiplicities of socio-cultural forms, of developmental levels, of geographical scales and of historical temporalities.*

¹³⁶ Lembremos que o bolchevique afirma a desigualdade como a lei mais geral do *processus* histórico (TROTSKY, 1977, p. 25).

¹³⁷ Recuperando Trotsky: “Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por fala de denominação apropriada, chamaremos de *lei do desenvolvimento combinado*, que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas” (TROTSKY, 1977, p. 25).

mesmo trazida à existência por fatores externos, de modo que cada sociedade está conectada a outras sociedades, em interdependência com elas ou mesmo moldada por processos de socialização que as atravessam” (ROSENBERG, 2016, p. 13)¹³⁸. Aqui encontramos o porquê da incoerência lógica, de oposição entre o “interno” e “externo”, isto é, “deve-se abandonar, ao nível teórico mais profundo, qualquer noção de constituição da sociedade como analiticamente antecessora a sua interação com outras sociedades” (ROSENBERG, 2006, p. 325)¹³⁹.

Por isso, social e intersocial são coetâneos em todo processo de desenvolvimento social humano. Mas ainda não falamos de “internacional”. Estamos diante de um aparente paradoxo: Rosenberg procura derivar o internacional do social ao mesmo tempo em que propõe a “desigualdade” (multiplicidade) e a “combinação” (coexistência) como elementos intrínsecos do próprio desenvolvimento social humano. Como, nessa chave, o internacional pode “surgir”, isto é, derivar-se do social? A resposta vem da distinção entre “multiplicidade social”, a manifestação mais elementar e primordial da característica desigual do processo de desenvolvimento humano, e a “multiplicidade política” que surge no decorrer deste processo.

Retornando aos exemplos da pré-história (ROSENBERG, 2010), vemos que a desigualdade entre os grupos de caçadores-coletores deriva, num primeiro momento, do próprio ambiente geográfico nos quais esses grupos habitavam. Com o desenvolvimento da agricultura – essa também um evento desigual ao longo da história – e a consequente sedentarização desses grupos, os processos de desenvolvimento social passaram a se distinguir ainda mais entre si. A formação de comunidades mais ou menos estáveis com a produção agrícola de alimentos permitiu o crescimento populacional, o fim das trocas exogâmicas entre os grupos¹⁴⁰, a hierarquização social e um princípio de distinção entre os “de dentro” e os “de fora”.

Nesse sentido, é do processo de desenvolvimento social – marcado, como vimos, pela desigualdade e pela combinação – que emergem as condições que formam o internacional: de uma multiplicidade inicial a intensificação do desenvolvimento social gera

¹³⁸ No original: *internal structure of society is everywhere conditioned, determined or even brought into existence by external factors, so that each society is linked to others, interdependent with them or even shaped by processes of societalization that cut across them.*

¹³⁹ No original: *The consequence is that one would have to abandon at the deepest theoretical level any notion of the constitution of society as analytically prior to its interaction with other societies.*

¹⁴⁰ Antes da sedentarização e do crescimento populacional, os grupos de caçadores-coletores necessitavam de trocas exogâmicas com outros grupos para manter a sua reprodução, o que resultava no intercâmbio de elementos entre os grupos e diminuía as capacidades de distinção entre eles (ROSENBERG, 2010, pp. 172, 174, 180).

uma “multiplicidade política”. E tão logo as primeiras formações sedentárias e agrícolas se estabelecem, passam a exercer pressões que incidem em outras comunidades que passam a organizar novas formas de coexistência.

Portanto, como uma dimensão do mundo sócio-histórico, o “internacional” não emerge da fratura de alguma unidade anterior [...] nem de alguma coalescência na interação de unidades surgidas separadamente. Antes, ele se cristaliza dentro de um panorama social de multiplicidade interativa. E faz isso como uma expressão emergente do próprio desenvolvimento (entendido como diferenciação) (ROSENBERG, 2010, p. 175)¹⁴¹

Mas até aqui Rosenberg propôs uma teoria de derivação sociológica do internacional. Resta ainda outra tarefa: a quebra da prisão da Ciência Política. Nesse ponto, é o conceito de desenvolvimento social que deve ser perscrutado. Compreendido ora em chave marxiana¹⁴², ora em determinação linguística de “mudança cumulativa ou eventuação através do tempo” (ROSENBERG, 2017, p. 100)¹⁴³, Rosenberg propõe mirar nas duas características desse conceito o elemento chave para uma ontologia das Relações Internacionais. Isso porque é nos caracteres intrínsecos ao desenvolvimento social – sua dimensão desigual e combinada – que reside a chave para a prisão: dado que a humanidade sempre se desenvolveu a partir desses dois operadores, é no estudo da multiplicidade social e suas consequências de coexistência que reside a ontologia da disciplina.

não importa o quanto nós a viremos e torcemos em nossas mãos, a palavra “internacional” sempre acaba por pressupor a mesma circunstância básica, a saber, que a existência humana não é unitária, mas múltipla. Está distribuída através de numerosas sociedades em interação. Este é o fato elementar sobre o mundo humano que justifica a existência das Relações Internacionais como uma disciplina acadêmica. Nenhuma outra disciplina – nem mesmo a Ciência Política – subtende fundamentalmente nesse fato da multiplicidade social (ROSENBERG, 2016, p. 09)¹⁴⁴

Assim, não mais o estudo da política em “condições de anarquia”, mas o estudo das diversas possibilidades de coexistência e combinação existentes no fator ontológico da

¹⁴¹ No original: *Thus, as a dimension of the socio-historical world, ‘the international’ emerges neither from the fracturing of some erstwhile unity [...] nor from some coalescence into interaction of separately arisen units. Rather it crystallizes within a pre-existing social landscape of interactive multiplicity. And it does so as an emergent expression of development itself (understood as differentiation).*

¹⁴² Isto é, o desenvolvimento humano é visto como uma “via de mão dupla”, uma relação dialética entre homem e natureza que opera a transformação mútua entre esses dois elementos numa tendência de crescente complexidade dessa relação (MARX, ENGELS, 2007, pp. 33-4; ROSENBERG, 2010, p. 179). Ainda sobre a relação homem/natureza em Marx, conferir: FOSTER, 2005, capítulo 5.

¹⁴³ No original: *‘Development’, after all, is in the first instance simply a term that denotes cumulative change or eventuation over time.*

¹⁴⁴ No original: *no matter how much we twist and turn it in our hands, the word ‘international’ always ends up presupposing the same basic circumstance, namely, that human existence is not unitary but multiple. It is distributed across numerous interacting societies. This is the elemental fact about the human world that justifies the existence of IR as an academic discipline. No other discipline – not even Political Science – subtends fundamentally on this fact of societal multiplicity.*

multiplicidade humana como característica do desenvolvimento social. A anarquia, nessa chave, apareceria como uma explicação possível de uma parte da coexistência derivada da multiplicidade, mas não única. As Relações Internacionais, dessa forma, poderiam contribuir com essa “grande ideia” em visitas para outras disciplinas.

O autor lista as consequências dessa nova perspectiva. Consequências parcialmente conhecidas, mas sob a chave negativa da “ausência de autoridade central” da Ciência Política. A primeira delas é a compreensão basilar da *coexistência* entre as sociedades, isto é, em qualquer período histórico, sistema, ou região, existem formas sociais em desenvolvimento. A multiplicidade implica que essa coexistência não acontece entre unidades monolíticas, semelhantes entre si, pelo contrário, a coexistência acontece entre formas de organização social diversificadas, a *diferença* é também um elemento central do internacional. Ao mesmo tempo, a coexistência não necessariamente implica que a *interação* entre as organizações sociais deve acontecer sob a chave da competição em termos de poder realista. Em verdade, como vimos acima, o desenvolvimento social é marcado, desde o início, pela *combinação* entre as mais diversas possibilidades, de forma que não é possível pensar numa rota “hermética” de desenvolvimento social, nem numa lógica unívoca, como a competição. Todos esses elementos implicam que o

processo de desenvolvimento mundial não pode ser unilinear ou mesmo apenas multilinear. Ele deve ser um processo completamente dialético – cujo qual trocas entre as formações sociais desbloqueiam novas possibilidades e partidas através dos mecanismos que são intrínsecos ao fenômeno da própria interação (ROSENBERG, 2016, p. 13)¹⁴⁵

Essa proposta aponta a pertinência da discussão sobre o “internacional” (a multiplicidade social humana) não apenas para o campo da Política, ou da Economia. Em verdade, a disciplina de Relações Internacionais, a partir do seu novo estatuto ontológico, teria muito a dizer sobre todos os processos sociais “domésticos”, isto é, refletiriam a influência desse “campo de causalidade lateral” que o externo representa no percurso do desenvolvimento social. Nesse raciocínio, deve-se compreender tanto a “política internacional”, quanto o sentido da multiplicidade para o mundo social (ROSENBERG, 2016, p. 13).

Estamos diante de uma proposta que altera completamente a perspectiva da disciplina, mas que não é impassível de críticas. A originalidade do projeto de Rosenberg é

¹⁴⁵ No original: *the process of world development overall cannot be uni-linear or even just multi-linear. It must be a fully dialectical process – one in which exchanges among social formations unlock new possibilities and departures through mechanisms that are intrinsic to the phenomenon of interaction itself.*

proporcional a sua polêmica, manifestada nos interessantes debates teóricos que engendrou. Os aportes críticos advêm de várias perspectivas, como o feminismo (SHEPHERD, 2017), o pós-colonialismo (BLANEY, TICKNER, 2017) e as reflexões sobre raça (SHILLIAM, 2009). Entretanto, interessa para este trabalho as críticas oriundas de autores que dialogam com a base teórico-metodológica de Rosenberg de outras formas. Isto é, autores que avançam propostas de análise do internacional também focadas no conceito de DDC.

Allinson e Anievas (2009, p. 56; 61-63) discutem a opção teórica de Rosenberg em propor, ao mesmo tempo, o DDC como uma categoria trans-histórica – dada sua perenidade em relação ao conceito de desenvolvimento social humano – e uma teoria trans-histórica. Para os autores, apesar do argumento do DDC como uma categoria trans-histórica estar correto – e remeter ao próprio texto marxiano, no exemplo do “trabalho” como categoria trans-histórica – isso não significa que ela seja uma teoria dotada de tal capacidade. Isso porque, da mesma forma que o trabalho na discussão marxiana, a categoria do DDC ativaria plenamente as suas potencialidades, isto é, traria a maior riqueza de determinações, dentro do contexto marcado pelas relações sociais capitalistas.

Esse é um argumento muito semelhante ao de Davidson (2009) que propõe compreender as limitações espaciais e cronológicas do DDC. No raciocínio, a “desigualdade” só emerge enquanto categoria analítica completa a partir da lógica de expansão e tendência à universalização das relações sociais capitalistas. As diferenças que existem entre a Inglaterra feudal e a China dos mandarins não minimizam o fato de que todas essas sociedades compartilhavam um modo de produção essencialmente semelhante, pautado na produção agrícola e na extração do excedente econômico pelas classes dominantes a partir de complexas hierarquias políticas e/ou religiosas. Nesse sentido, mesmo que essas sociedades pré-capitalistas tenham influenciado umas às outras isso não remete ao efeito que Trotsky dava à “combinação”: a necessidade de industrialização, derivada da tendência expansionista e competitiva capitalista.

A diferença imensa entre o capitalismo industrial e os modos de produção anteriores significa que, do momento em que ele é introduzido, a combinação torna-se possível de formas impossíveis até então; mas o dinamismo estrutural do capitalismo industrial comparado com os modos de produção anteriores também significa que a combinação se torna inevitável (DAVIDSON, 2009, p. 18)¹⁴⁶

¹⁴⁶ No original: *The immense difference between industrial capitalism and previous modes of production meant that, from the moment the former was introduced, combination became possible in a way that it had not been hitherto; but the structural dynamism of industrial capitalism compared with previous modes of production also meant that combination became inescapable.*

Compreendemos que a argumentação de Davidson propõe uma aderência maior à ideia original de Trotsky. Rosenberg, pelo contrário, afirma em uma série de passagens que sua proposta por mais que inspirada nas ideias do revolucionário russo acaba por extrapola-la, na busca pela derivação sociológica do internacional (ROSENBERG, 2006; CALLINICOS, ROSENBERG, 2008). Da mesma forma, as críticas de Allinson e Anievas podem ser dirimidas com a proposta de Rosenberg, e articulada em diálogo com A. Callinicos, da necessidade de análises focadas no modo de produção (CALLINICOS, ROSENBERG, 2008). Nessa proposta enquanto o DDC traria à tona o quadro mais geral sobre o desenvolvimento social humano, as particularidades dos efeitos do internacional em cada momento histórico, isto é, suas análises empíricas, requisitariam teorias auxiliares para demonstrar as especificidades de cada modo de produção, sua lógica de funcionamento e momentos de interação. Nesse sentido, o DDC

carece de quaisquer ferramentas para especificar as propriedades causais desses processos da vida social aos quais a multiplicidade e a interação chamam atenção. [...] De fato, sem estar ligado a uma dessas [teorias complementares] – o materialismo histórico, por exemplo – ele não pode chegar ao nível da explicação histórica concreta. [...] A ideia de Trotsky proporciona as suposições prévias sobre a textura do processo histórico nas quais as teorias existentes necessitam refundação, se quiserem evitar o problema da “analogia doméstica” e encontrar o caminho para as explicações históricas concretas de Relações Internacionais (CALLINICOS, ROSENBERG, 2008, p. 86)¹⁴⁷

Entendemos, portanto, que a proposta de Rosenberg é dupla. Corroboramos a interpretação de uma derivação sociológica do internacional para as Relações Internacionais a partir da “multiplicidade”. Essa é uma forma interessante de escapar às discussões unidimensionais da disciplina, ressaltando a importância da reflexão sobre o internacional para os variados campos das Ciências Sociais. E que também traz importantes desdobramentos para cotejar o debate de cibersegurança. Libertados da “prisão da Ciência Política”, os estudos de Relações Internacionais preencheriam a lacuna histórica entre o internacional e a teoria social, ao ressaltar a incidência recíproca entre “interno” e “externo”.

Contudo, compreendemos que ao mesmo tempo em que propõe essa derivação, o autor avança em conjunto uma compreensão teórica que padece tanto dos problemas de uma restrição da capacidade explicativa da categoria em tela (“restrição ontológica”), quanto de uma teoria trans-histórica. No primeiro ponto, referimo-nos ao perigo de possível limitação da

¹⁴⁷ No original: *it lacks any tools for specifying the causal properties of those processes of social life to whose multiplicity and interaction it draws attention. [...] In fact, without being attached to one of these [teoria complementar] —historical materialism for example—it cannot reach down to the level of concrete historical explanation at all. [...] Trotsky’s idea provides the anterior assumptions about the texture of the historical process in which existing theories need to be regrounded if they are to avoid the ‘domestic analogy’ problem and find their way through to concrete historical explanations of IR.*

própria categoria de DDC que a proposta de Rosenberg pode ensejar. Isso porque, dentro da tradição do marxismo a totalidade é uma premissa central para a teoria. Assim, a categoria de DDC não se restringiria às explicações de um campo de estudos único, como as Relações Internacionais. O erro, portanto, está na instrumentalização da categoria oriunda da tradição marxista para uma certificação da divisão do conhecimento em disciplinas que não se sustenta na interpretação marxista da realidade.

De forma semelhante, apontamos que se é possível compreender que as Relações Internacionais possuem como objeto privilegiado a multiplicidade, não é possível apontar no DDC – sozinho – uma capacidade explicativa de todo e qualquer processo histórico. Aqui a alternativa da junção com as análises centradas no “modo de produção” seria um caminho adequado. Esse é um elemento presente na crítica de Bieler e Morton (2018) que propomos como essencial na discussão sobre as capacidades explicativas do DDC. Os autores também chamam atenção para a falha, existente tanto na proposta de Rosenberg, quanto na de outros autores, em posicionar o problema “espaço-temporal” dentro de suas análises. Isto é, nessas análises a características da espacialidade estariam presentes, porém subdesenvolvidas. Isso porque não haveria a concatenação do argumento do DDC com a agência das classes dirigentes e subalternas em conjunto com as relações sociais de propriedade – elemento que é endereçado justamente pela categoria de revolução passiva.

Para os autores, articulando somente a categoria de DDC, Rosenberg falha ao apontar sua característica espaço-temporal “sem examinar a organização do espaço, as logísticas espaciais do poder estatal, ou as contradições do espaço. O espaço está ‘lá’, mas redundante e inexplorado, um mero acaso da desigualdade e combinação do desenvolvimento” (BIELER, MORTON, 2018, pp. 16-17)¹⁴⁸. A articulação entre as duas categorias, DDC e revolução passiva, resolveria esse problema. Justamente por associar os elementos estruturantes do sistema internacional capitalista, tarefa desempenhada pelo DDC e, ao mesmo tempo, apontar para os processos de incorporação, adaptação e intensificação do capitalismo dentro das unidades nacionais, processos marcados agudamente pela agência das classes e pelas questões espaciais, compreendidos a partir da categoria de revolução passiva.

Justamente nesse ponto retornamos às ideias de Gramsci. Apresentaremos na próxima seção como algumas passagens dos *Quaderni* apontam conexões com a perspectiva do DDC. Veremos como é possível distinguir em Gramsci uma compreensão tácita (mas em

¹⁴⁸ No original: *without examining the organisation of space, the spatial logistics of state power, or the contradictions of space. Space is ‘there’ but redundant and unexplored, a mere happenstance of developmental unevenness and combination.*

alguns momentos declarada) do internacional como uma totalidade marcada pelos traços de desigualdade e combinação. Num segundo momento, apresentaremos como essas duas categorias, DDC e revolução passiva, são articuladas em discussões recentes dentro da literatura de Relações Internacionais.

3.3. Retornando a Gramsci: a articulação entre desenvolvimento desigual e combinado e revolução passiva

Adam Morton apontou em seu livro um texto no qual Gramsci explicitamente reconhece que o “capitalismo é um fenômeno histórico mundial e seu desenvolvimento desigual significa que as nações individuais não podem estar no mesmo nível de desenvolvimento econômico ao mesmo tempo” (GRAMSCI, 1919 *apud* MORTON, 2007a, p. 1)¹⁴⁹. Essa é, talvez, a mais explícita das afirmações do sardo sobre a perspectiva desigual e combinada do sistema capitalista. Porém não é a única. Em outros momentos, inclusive da escrita carcerária, é possível discernir trechos que apontam nessa direção. Como exemplo:

Como não se passou nos métodos de tração, da diligência à tração animal, aos expressos elétricos modernos, mas através de uma série de ‘combinações intermediárias’ que em parte ainda existem [...] e como ocorre que o material ferroviário envelhecido nos Estados Unidos ainda é usado por muitos anos na China e lá representa um progresso técnico – assim na esfera da cultura os diversos estratos ideológicos se combinam variamente e o que se tornou “ferro-velho” na cidade ainda é “instrumento” na província (GRAMSCI, 1975, Q1§43, p. 34)¹⁵⁰

Aqui Gramsci dá a entender que inclusive as ideias estão sujeitas à regra do desenvolvimento desigual e combinado. A forma como o sardo entende que elementos técnicos “superados” em determinados locais podem representar inovação em outros contextos reflete a ideia de múltiplas temporalidades e aponta para a perspectiva de combinação, presente nas diversas formas de acumulação capitalista. A atenção aqui está voltada para a necessidade de compreensão das particularidades.

Por isso, nesse mesmo parágrafo o sardo reflete sobre a necessidade de determinar os “tipos” de urbano e rural para determinar de forma concreta quais são as relações entre

¹⁴⁹ No original: *Capitalism is a world historical phenomenon and its uneven development means that individual nations cannot be at the same level of economic development at the same time.*

¹⁵⁰ No original: *Come non si è passati, nei metodi di trazione, dalla diligenza a trazione animale, agli espressi moderni elettrici, ma si è passati attraverso una serie di «combinazioni intermedie» che in parte ancora sussistono [...] e come avviene che il materiale ferroviario invecchiato negli Stati Uniti viene ancora utilizzato per molti anni in Cina e vi rappresenta un progresso tecnico — così nella sfera della cultura i diversi strati ideologici si combinano variamente e ciò che è diventato «ferravecchio» nella città è ancora «utensile» in provincia.*

“campo” e “cidade” em determinados contextos. “Se verifica o paradoxo que o tipo rural seja mais progressivo que o tipo urbano. Uma cidade ‘industrial’ é sempre mais progressiva que o campo dependente dela. Mas na Itália nem todas as cidades são ‘industriais’” (GRAMSCI, 1975, p. 34)¹⁵¹. Na Itália de sua época, o desenvolvimento das cidades não se deu a partir da industrialização, mas calcada nas comunas comerciais italianas. Nesse fato reflete-se a especificidade da história italiana, seu claro atraso no processo de modernização capitalista, com a possibilidade de uma cidade ser “menos progressiva” do que o campo.

Outras asserções refletem a compreensão das múltiplas possibilidades de desenvolvimento. Num parágrafo sobre as Américas (GRAMSCI, 1975, Q1§107, p. 98) Gramsci comenta a contradição existente entre “o mundo moderno das grandes cidades comerciais da costa” e “o primitivismo do interior”. Reflexão que se assemelha àquela sobre o Islã, presente no parágrafo noventa do caderno dois. O sardo aponta a questão sobre a “compatibilidade do Islã com a modernidade” como simplória, uma vez que não leva em conta o tempo de adaptação que o cristianismo teve para depurar os elementos em contradição com a modernização capitalista. Aqui se pode inferir que mesmo as ideias e as religiões compõem a diversidade de tempos evidenciada pela categoria de DDC.

Na realidade, a dificuldade mais trágica para o Islã é dada pelo fato de que uma sociedade embrutecida por séculos de isolamento e por um regime feudal apodrecido (naturalmente, os senhores feudais não são materialistas!!) é colocada muito bruscamente em contato com uma civilização frenética, que já está em sua fase de dissolução. O cristianismo empregou nove séculos para evoluir e adaptar-se, realizou isto em pequenas etapas, etc.; o Islã é obrigado a correr vertiginosamente. (GRAMSCI, 1975, p. 248; 2001, p. 68)

Afora o juízo de valor excessivamente negativo das civilizações islâmicas, o ponto central do trecho é apresentar como Gramsci compreende o elemento combinação ao apontar o contato de uma civilização com determinado percurso de desenvolvimento com uma “civilização frenética”, a civilização capitalista. O fato de “o Islã” ser “obrigado a correr vertiginosamente” parece-nos, claramente, um elemento de combinação.

Em outros trechos a própria compreensão do “chicote de necessidade externa” aparece. É o caso do parágrafo onze do caderno três que questiona se “a América com o peso implacável da sua produção econômica, forçará ou já está forçando a Europa a uma transformação da sua estrutura econômica-social” (GRAMSCI, 1975, p. 296)¹⁵². Aqui fica

¹⁵¹ No original: *Si verifica il paradosso che il tipo rurale sia più progressivo del tipo urbano. Una città «industriale» è sempre più progressiva della campagna che ne dipende. Ma in Italia non tutte le città sono «industriali».*

¹⁵² No original: *l'America, col peso implacabile della sua produzione economica, costringerà e sta già costringendo l'Europa a un rivolgimento della sua assise economica-sociale.*

clara a percepção da incidência de uma pressão competitiva advinda dos EUA no contexto europeu, o que implicaria alterações nas estruturas produtivas, nas relações sociais de produção e, inclusive, poderia gerar o nascimento de novas formas de civilização.

De fato, “uma ideologia, nascida em um país mais desenvolvido, se difunde em um país menos desenvolvido, incidindo no jogo local das combinações” (GRAMSCI, 1975, Q4§38, p. 458)¹⁵³. Aqui temos menção à existência da pressão internacional, um dos elementos centrais do DDC. A multiplicidade de temporalidades aparece, inclusive, dentro das próprias seções territoriais. Lembrar que Gramsci compreendia na própria Itália elementos da metáfora de “Ocidente” ao norte e “Oriente” ao sul. Assim “essa relação entre forças internacionais e forças nacionais complica-se, ainda, no interior de cada nação pelo fato frequente da existência de várias seções territoriais de diferentes estruturas e de diferentes relações de forças em todos os graus” (GRAMSCI, 1975, Q4§38, p. 458)¹⁵⁴.

Por fim, ainda sobre o DDC apresentamos um elemento interessante para cotejar o elemento “combinação” com o papel sempre presente da agência das classes na reflexão do sardo. No parágrafo sete do caderno dezenove Gramsci discute obras que questionam o processo de industrialização italiano. A partir de um trecho de uma resenha, que apontava a possibilidade do desenvolvimento industrial mesmo em contextos de concorrência internacional, o sardo relembra:

caberia investigar se muitas indústrias italianas, em vez de nascer com base na técnica mais avançada do país mais avançado, como seria racional, não nasceram com as máquinas usadas de outros países, por certo adquiridas a bom preço mas já superadas, e se este fato não se mostrou ‘mais vantajoso’ para os industriais, que especulavam mais com o baixo preço da mão-de-obra e os privilégios governamentais do que com uma produção tecnicamente aperfeiçoada” (GRAMSCI, 1975, p. 1994-5; 2002a, p. 48)

Aqui encontramos o ponto para especificar a argumentação desta seção. O trecho ressalta claramente o papel da “agência das classes” nos processos de “combinação”. As particularidades da luta de classes italiana, suas condições históricas, influenciam de que modo a “combinação” entre o “arcaico e o moderno” acontece. A reflexão de Trotsky nesse aspecto é menos desenvolvida que a proposta do sardo. A industrialização nem sempre acontece com a incorporação do elemento mais moderno disponível, outros fatores para além daqueles meramente técnicos influenciam na tomada de decisão.

¹⁵³ No original: *Un'ideologia, nata in un paese più sviluppato, si diffonde in un paese meno sviluppato, incidendo nel gioco locale delle combinazioni*”.

¹⁵⁴ No original: *questo rapporto tra forze internazionali e forze nazionali è ancora complicato nell'interno di ogni nazione dal fatto frequente dell'esistenza di parecchie sezioni territoriali nazionali di diversa struttura e di diverso rapporto di forze in tutti i gradi*.

De forma parecida, autores procuram articular a categoria de revolução passiva com aquela de DDC, justamente para ressaltar o elemento da agência das classes nos processos de instituição e modernização capitalista. Nessa proposta, o DDC forneceria os elementos condicionantes externos, isto é, apresentaria o processo de expansão do capitalismo, em conjunto com a pressão competitiva capitalista, responsável pelos “chicotes de necessidade externa”. Ao passo que caberia à categoria de revolução passiva articular essa pressão internacional com a análise das relações de forças locais, trazendo à tona os processos pelos quais o capitalismo é instituído/modernizado dentro da luta de classes.

Compreendemos que a associação começa com a interpretação básica de que ambas as categorias refletem os esforços de seus autores em fornecer respostas aos desdobramentos da Primeira Guerra Mundial e “tentativas compartilhadas de herdar e transformar elementos centrais dos antigos conceitos marxistas de revolução” (THOMAS, 2015, p. 9). Isto é, promove-se uma associação interna entre os objetivos das duas categorias. Associação que não deve ser influenciada pela relação complexa e, em alguns momentos, errática, de Gramsci para com Trotsky¹⁵⁵. Apesar das críticas do sardo à estratégia permanentista de Trotsky, ambos os autores compartilhavam elementos metodológicos muito próximos. O principal deles, para a discussão que aqui se desenvolve, é a perspectiva inicial de que o ponto de partida metodológico é “o capitalismo em seu desenvolvimento histórico mundial internacionalmente condicionado. Como Trotsky, Gramsci via o capitalismo como unindo o mundo num todo ontológico causalmente integrado, mas internamente diferenciado” (ALLINSON, ANIEVAS, 2010, p. 473)¹⁵⁶. Apesar disso,

Gramsci nunca conectou a revolução passiva ao desenvolvimento desigual e combinado. Entretanto, a teoria de Trotsky ajuda a tornar explícitas certos pressupostos nunca tematizados plenamente nos Cadernos do Cárcere de Gramsci – suposições presentes “em estado prático”, mas não de forma conceitual. Incorporar a revolução passiva na teoria do desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky, por sua vez, ilumina a ontologia da agência de classes, frequentemente em falta nas descrições mais estruturalistas das revoluções capitalistas (ALLINSON, ANIEVAS, 2010, p. 474)¹⁵⁷

¹⁵⁵ Encontramos em Bianchi (2018, pp. 189-219) um importante inventário sobre as posições teóricas e os erros de percepção de Gramsci em relação a Trotsky.

¹⁵⁶ No original: *starting point was not the nation-state unit, but capitalism in its internationally conditioned world-historical development. Like Trotsky, Gramsci viewed capitalism as having united the world into a single causally integrated, but internally differentiated, ontological whole.*

¹⁵⁷ No original: *Gramsci never explicitly linked passive revolution to uneven and combined development. Nevertheless, Trotsky's theory helps make explicit certain presuppositions never fully thematised in Gramsci's Prison Notebooks—assumptions present 'in a practical state', but not a conceptual form. Incorporating passive revolution into Trotsky's theory of uneven and combined development, in turn, illuminates the ontology of class agencies often lacking in more structuralist accounts of capitalist revolutions.*

Se a categoria de DDC permite compreender de forma mais completa os elementos “estruturantes” nos quais a revolução passiva acontece, esta é capaz de adicionar à perspectiva de Trotsky o papel da agência das classes a partir de uma aguda compreensão espacial. Isto é, o conceito gramsciano é útil por escrutinar os processos de combinação, privilegiando não somente a atuação das classes dominantes e o papel da função estatal, mas também a intervenção das massas subalternas, suas formas de resistência e as respostas dos dominantes a tal resistência – processos que acontecem a partir de divisões territoriais, regionais, como as metáforas de Ocidente e Oriente nos lembram.

desenvolvimento desigual e combinado como a condição estruturante e a revolução passiva com sua ênfase na agência das classes são conceitos afins e internamente relacionados, que abordam como o desenvolvimento capitalista se desdobra e como as lutas de classes entre os agentes estatais e os agentes subalternos produziram e transformaram o espaço ao longo do tempo através de variados ciclos de revolução e restauração. A revolução passiva, portanto, fornece um campo lateral de causalidade ou modo de trabalhar através da relação internamente dialética entre os processos de formação estatal herdados e as lutas de classes consequentes que resultam das transformações nas relações sociais de propriedade. (BIELER, MORTON, 2018, p. 22)¹⁵⁸

A associação entre as categorias é utilizada, como um exemplo, por Adam Morton, para compreender tanto a formação do Estado moderno mexicano (MORTON, 2007), quanto a introdução mais recente das ditas políticas neoliberais no país (MORTON, 2011). Em ambas as análises a relação entre as categorias é capaz de apontar como o desenvolvimento do capitalismo acontece sob as condições espaciais e temporais do desenvolvimento desigual e combinado, sem superar completamente as próprias contradições que emergem da acumulação sob essas condições (MORTON, 2010, p. 322).

O ponto principal é compreender que os processos de revolução passiva comumente geram “bastardos”, como nos alertou Gramsci. Isto é, “soluções temporárias” que, se de um lado, intensificam a reprodução capitalista, doutro lado, promovem novas e agudas contradições, fruto da insistência do “velho” no “novo”. Essas contradições são compreendidas também dentro da perspectiva do DDC, que pondera os efeitos que a “combinação” engendra dentro da estrutura social do caso analisado. Falamos dos pontos encontrados por Trotsky, a própria combinação do desenvolvimento russo gerou os elementos que reforçaram o regime czarista de um lado e, ao mesmo tempo, fraturaram as estruturas

¹⁵⁸ No original: *uneven and combined development as the structuring condition and passive revolution with its emphasis on class agency are affinal and internally related concepts addressing how capitalist development unfolds and how class struggles between state and subaltern agents have produced and transformed space across time throughout variegated cycles of revolution and restoration. Passive revolution therefore provides a lateral field of causality or way of working through the internal dialectical relation between inherited processes of state formation and those ensuing class struggles that result from transformations in social property relations.*

sociais que o mantinham, chamado de “maldição do atraso histórico” por Rosenberg (2008, 2013) ou ainda “contradições do amálgama social” (*contradictions of sociological amalgamation*) por Allinson e Anievas (2010, p. 479-80).

Dentro do campo das Relações Internacionais a associação das categorias é ímpar na compreensão da dinâmica entre interno-externo dentro de uma análise marxista, isto é, centrada na atuação das classes, da formação dos Estados modernos e na perpetuação das relações sociais capitalistas a partir do Estado em relação com o internacional. O procedimento ganha ainda mais relevância na análise daquilo que consideramos como o momento atual das revoluções passivas, de difusão e intensificação das políticas neoliberais (MORTON, 2010, 2011). O desenvolvimento do progresso técnico em sua nova etapa, as tecnologias digitais, ampliou ainda mais as diferenças de temporalidades ao redor do globo, agudizando as contradições do efeito “combinação” dentro das diversas seções territoriais. Portanto, dos três sentidos possíveis que a categoria de revolução passiva assume (revolução-restauração, revolução sem revolução e reestruturação das relações sociais de produção), aquele que remete ao panorama da atuação estatal na intensificação da acumulação capitalista, perscrutado por Gramsci no caso do fascismo italiano e europeu, parece-nos mais adequado ao contexto atual.

De modo que no contexto atual temos o aparente paradoxo da ação estatal que “destrói” partes do próprio Estado, representado na diminuição dos gastos com educação, saúde, meio-ambiente e seguridade social. Mas isso não deve levar a interpretações que apontam o “fim do Estado” a partir de uma privatização de suas funções. Como ficou claro na apresentação sobre a categoria de revolução passiva, o papel estatal é crucial nos processos de instituição/intensificação das relações capitalistas. Na conjuntura atual, a diminuição da função estatal no campo social é um movimento simultâneo ao reforço do seu aparato coercitivo e regulatório (a regulamentação que garante a “desregulamentação”). Em outras palavras, o neoliberalismo precisa do Estado, um Estado neoliberal.

Enfim, avançamos nesta seção que a perspectiva do DDC encontra um ponto de interlocução privilegiado com a categoria de revolução passiva. Nesse sentido, uma *tradução* gramsciana do debate de cibersegurança ao nível internacional – e sua recepção nas diversas seções territoriais – implicaria uma consideração das múltiplas temporalidades presentes nesse debate. Isto é, ao contrário da retórica da “vila global hiperconectada”, o ciberespaço apresenta seções territoriais, cada uma com especificidades que remontam tanto aos aspectos internacionais, onde poderíamos mencionar a difusão da Internet a partir da hegemonia

estadunidense, quanto nacionais, como os processos de recepção das TICs e a implementação de técnicas de censura.

Ao mesmo tempo, a discussão da cibersegurança deve remeter ao panorama mais geral das revoluções passivas de nossa época, isto é, a introdução/intensificação das políticas neoliberais. Isso porque, como vimos na seção 1.2, o ciberespaço não está desconectado do seu entorno social. As prédicas de “tornar seguro o ciberespaço” e “proteger as infraestruturas críticas” remetem a uma necessidade de garantir a reprodução capitalista dentro do novo mundo digital – o bastião do atual processo de reestruturação capitalista.

Na próxima seção, avançaremos alguns exemplos que apontam a pertinência dessa reflexão. Dados os limites do trabalho aqui proposto, forneceremos discussões preliminares sobre a capacidade explicativa que as categorias aqui desenvolvidas teriam em relação ao debate de cibersegurança. No caso do DDC, ressaltaremos como a categoria contribui para evidenciar a fragmentação do ciberespaço, pensado a partir de múltiplas temporalidades. Ao mesmo tempo, essas múltiplas temporalidades conectam-se a um movimento global de reestruturação produtiva, incorporado em diversas seções territoriais a partir das atuais revoluções passivas (MORTON, 2010). Na sistematização final, apontaremos como o debate de cibersegurança pensa e propõe uma segurança homogeneizadora, unívoca, para o ciberespaço, que desconsidera largamente as diversas temporalidades existentes nesse ambiente.

3.4. A realidade fragmentária do ciberespaço

Até o momento este capítulo teve por objetivo complementar o posicionamento teórico adotado para a compreensão do ciberespaço e o debate de cibersegurança. Nesse caminho, ressaltamos a importância do argumento de Justin Rosenberg em explicitar a multiplicidade de sociedades como objeto de estudos privilegiado pelas Relações Internacionais e também identificar a pertinência da categoria de DDC nessa discussão. Propomos que essa perspectiva é importante para complementar nossa tarefa de *tradução* e, por isso, apresentamos formas de associar as ideias de Gramsci com o DDC.

Nesta seção avançaremos uma discussão a partir de alguns exemplos empíricos que revelam a pertinência do nosso argumento. Num primeiro momento, reafirmaremos a necessidade de pensar o ciberespaço a partir de sua realidade fragmentária, retomando e

ampliando a discussão iniciada no primeiro capítulo. A partir desse ponto, a próxima seção ponderará o debate das “formas de estadismo” dentro do ciberespaço para apresentar como a categoria de DDC altera algumas de suas percepções.

Na seção 1.2 (Ciberespaço como mais um espaço do Estado) apresentamos como as questões de cibersegurança devem ser pensadas a partir do entendimento basilar das relações entre o ciberespaço e o sistema social de produção que o gerou. Esse primeiro passo é um elemento central para dirimir as visões apologéticas que comumente figuram nas análises sobre as TICs. Isto é, visões que normalmente posicionam a tecnologia digital como “neutra”, ou ainda, desconectada dos condicionantes sociais do progresso tecnológico. Aqui a tecnologia seria capaz de solucionar, por si só, os grandes problemas da humanidade.

Como contraponto a essas visões, posicionar o ciberespaço como elemento da sociedade capitalista ressalta a referência mercadológica da tecnologia digital. Referência que emerge com mais clareza quando da abertura da Internet às práticas de comercialização, principalmente do *e-commerce*, na segunda metade da década de 1990. Desde então, sua popularização aconteceu a ritmos “explosivos” com a invenção do *smartphone* em 2007, o barateamento do *hardware* e a expansão das infraestruturas de telecomunicações.

Dado que o desenvolvimento capitalista acontece de forma desigual e combinada, a expansão do ambiente cibernético está sob mesma chave. Como vimos, o desenvolvimento da Internet se dá pioneiramente nos EUA e, após um complexo processo de conflitos para a definição de padrões, expande-se ao redor do globo. O próprio percurso e ritmo dessa expansão refletem as disparidades da economia global capitalista, com a introdução da Internet primeiro em países ditos desenvolvidos (principalmente, EUA, Europa e Japão) e, depois, para as outras regiões do globo. Até hoje as regiões desenvolvidas são aquelas com as maiores taxas de penetração do ciberespaço¹⁵⁹.

Dessa forma, um primeiro momento de manifestação da desigualdade emerge quando pensamos as diferenças infraestruturais de acesso ao ciberespaço. Ao redor do globo existem pontos de extrema conectividade e pontos de extremo isolamento. Exemplos são as inúmeras diferenças de padrão de acesso, restrição à conectividade ou velocidade que um estadunidense no Vale do Silício e um berbere no Marrocos possuem quando acessam o ciberespaço. E, mesmo assim, ambos podem se conectar a uma mesma rede social, o

¹⁵⁹ A América do Norte e a Europa são as duas regiões do globo com maiores taxas de penetração da Internet, com 89,4% e 86,8% de suas populações com acesso à Internet, respectivamente. Dados disponíveis em: <<https://internetworldstats.com/stats.htm>>. Acesso em 18 ago. 2019.

Facebook, por exemplo, e trocar interações, como *likes* e comentários. Aqui falamos da contradição entre a aparência de “conexão transnacional” e a realidade fragmentária da Internet.

Por detrás da aparência de interconexão global que as redes sociais e os *apps* nos transmitem, encontramos a realidade da grande fragmentação infraestrutural e regulatória da “rede das redes”. Há uma clara associação entre esses elementos infraestruturais e regulatórios e o papel dos Estados, responsáveis pelos seus “ciberespaços nacionais”. Ao mesmo tempo, a Internet depende de padrões comunicacionais técnicos organizados de forma mais ou menos hierárquica, como é o caso dos servidores raiz da Internet¹⁶⁰.

Nesses mecanismos de gerenciamento da internet encontramos exemplos da desigualdade subjacente no mundo digital. É exatamente o que nos informa Canabarro (2014):

a infraestrutura de telecomunicações sobre a qual opera a Internet distribui-se por inúmeros países. Os recursos críticos ao funcionamento da Rede, tanto em sua parte física, quanto em sua parte lógica, e também na camada de aplicações, estão sob a responsabilidade de uma série de organizações públicas e privadas, nacionais e internacionais, com e sem fins lucrativos, centralmente coordenados por uma corporação privada não comercial, incorporada sob as leis da Califórnia, nos Estados Unidos. Da mesma forma, os usuários da Internet estão subordinados a jurisdições soberanas distintas. Os fluxos de pacotes de dados que circulam através da infraestrutura basilar da Internet e parte das interações sociais habilitadas pela camada superior da mesma, ao contrário, acontecem transnacionalmente. (p. 103)

De modo que as formas de gerenciamento da Internet reproduzem as disparidades presentes nos percursos de desenvolvimento nacionais dentro da economia capitalista. Nesse panorama o ICANN representa o pioneirismo do desenvolvimento capitalista estadunidense nas tecnologias digitais. Ao longo dos anos observou-se a contínua ação estatal para garantir formas de controle dentro do órgão. Mesmo operando fora da regulamentação do Departamento de Comércio dos EUA desde 2016, o ICANN permanece como instrumento da visão estadunidense da Internet, privilegiando os interesses comerciais das empresas de tecnologia (SIMPSON, 2004, p. 60; CANABARRO, 2014, p. 175ss) – estas majoritariamente sediadas nos EUA.

Outro exemplo importante da configuração desigual da infraestrutura da Internet refere-se ao caso dos *registries*, empresas responsáveis pelos domínios de primeiro nível

¹⁶⁰ Os servidores raiz da Internet são um dos elementos centrais para manter em funcionamento o sistema DNS (*domain name system*). Os servidores raiz são responsáveis por armazenar as listas de correspondência entre os endereços IP e os endereços alfanuméricos e por resolver todas as requisições de solução de domínio. São os “guardiões” da correspondência entre os endereços alfanuméricos e sua forma em código numérico, o IP. A fim de tornar a conexão mais rápida, atualmente as empresas de telecomunicações mantêm cópias das listas originais dos servidores raiz (atualizadas constantemente). Dos treze servidores raiz que compõe a “espinha dorsal” da Internet, dez estão nos EUA, dois na Europa e um na Ásia. Para mais informações ver: CANABARRO, 2014, pp. 84-90.

genéricos (.edu, .info, .net), e dos *registrars*, empresas autorizadas a registrar domínios de segundo nível dentro dos domínios gerais de primeiro nível (que não incluem os domínios de países, como .br), no qual há clara preponderância dos EUA (CANABARRO, 2014, pp. 222-224). Dentre os atuais 2.545 *registrars* autorizados a funcionar pelo ICANN, 1.955 estão sediados nos EUA, ou seja, quase 77% do total¹⁶¹.

O panorama fragmentário do ciberespaço emerge também quando relacionamos os exemplos dos controles de navegação discutidos no segundo capítulo. As tecnologias de filtragem e controle social dentro do ciberespaço são utilizadas em diversas temporalidades, com diversos objetivos. Promovidas, em geral, por empresas ocidentais sob as justificativas de “combate ao terrorismo e narcotráfico”, “combate às violações de *copyright*” ou ainda “contra a pornografia infantil”, acabam exportadas para outras regiões do globo, incidindo como ferramentas de censura (DEIBERT, 2018)¹⁶². Rememorando os relatórios que serviram de base para o nosso segundo capítulo, “Ao contrário de uma Rede Mundial de Computadores [...] é mais correto dizer que temos uma Rede de Computadores saudita, uma Rede de Computadores usbeque, uma Rede de Computadores paquistanesa, uma Rede de Computadores tailandesa e assim por diante. (DEIBERT, 2008, p. 31)¹⁶³.

Essa tendência de fragmentação da rede identificada já em 2008 não diminuiu, como os relatórios da *OpenHouse* apontam, a liberdade na Internet declinou pelo oitavo ano seguido em 2018 (FREEDOM ON THE NET, 2018). As crescentes regulações estatais são um dos pontos determinantes para essa avaliação. Os Estados avançam políticas de restrição e controle da navegação sob as mais diversas justificativas: seja para proteger a propriedade intelectual, seja para legalizar a censura contra determinadas opiniões e posições políticas. Há ainda as tentativas legislativas de garantir as benesses das explorações de dados e metadados restringindo territorialmente tanto seu fluxo, quanto seu armazenamento, como legislações que impõem a obrigação da localização de servidores em território nacional às empresas que prestam serviços digitais (SEGAL, 2016, cap. 6).

¹⁶¹ Os dados atualizados de todos os *registrars* em operação estão disponíveis em: <<https://www.icann.org/registrars-reports/accredited-list.html>>. Acesso em: 18 ago. 2019.

¹⁶² O problema amplia-se com a formação de um mercado de cibersegurança, com a compra e venda de vulnerabilidades. Os maiores “clientes” dessas empresas de “armas cibernéticas” são agentes governamentais (BEJERANO, 2019).

¹⁶³ No original: *Instead of a World Wide Web, as the data from our study of Internet filtering makes plain, it is more accurate to say we have a Saudi Wide Web, an Uzbek Wide Web, a Pakistani Wide Web, a Thai Wide Web, and so forth.*

Além disso, em conjunto com a ideia da “Web 2.0”¹⁶⁴, a própria Internet e o ciberespaço são “retalhados” em plataformas (JIN, 2016, p. 334). Cada plataforma luta, num panorama concorrencial típico da contemporaneidade capitalista, para represar o máximo de tempo e dados do usuário em seus serviços. Assim, o *Google*, maior exemplo desse fenômeno, oferece além de sua popular plataforma de buscas (google.com), um serviço de e-mails (gmail.com) que é integrado ao serviço de agenda de contatos (contacts.google.com), ambos integrados ao serviço de calendário (calendar.google.com), além de um serviço de lembretes (keep.google.com), de notícias (news.google.com), de informações de negócios (business.google.com), de posicionamento por satélite (maps.google.com), de armazenagem em nuvem (drive.google.com), de armazenagem de fotos (photos.google.com), de tradução (translate.google.com), de livros online (books.google.com). Além de atuar na busca científica (scholar.google.com) e em ambientes virtuais de educação (classroom.google.com).

Como veremos na próxima seção, é justamente na promoção de plataformas de serviços digitais “nacionais” que reside um dos elementos de intervenção estatal mais importante. Essa ação garante o controle direto de grande parte dos fluxos informacionais nacionais, permitindo tanto políticas de controle da opinião pública, quanto políticas de perseguição e censura. Ao mesmo tempo em que neutraliza a influência das redes sociais ocidentais.

A fragmentação nacional e em plataformas reflete-se também nos controles sobre a propriedade/visualização dos conteúdos trocados no ciberespaço. Hoje um determinado conteúdo, um vídeo hospedado no site *Youtube*, por exemplo, está sujeito a restrições territoriais de reprodução. Isto é, pode ser visto nos Estados Unidos, mas não no Brasil. Em mesmo raciocínio estão os catálogos das plataformas de *streaming*, como a *Netflix*, uma empresa de mídia global, mas que oferta para cada território nacional um determinado catálogo de filmes e séries. As pretensões de uma distribuição universal e equânime das informações, encontradas, por exemplo, na retórica de Lévy sobre a “inteligência coletiva” ainda na década de 1990 (COELHO, 2001) frustram-se a partir de iniciativas mercadológicas dos produtores e transmissores de conteúdo.

Em suma, listamos uma série de elementos que justificam mirar o ciberespaço desde uma perspectiva fragmentária. Esse procedimento justifica-se tanto teoricamente, a partir da discussão sobre a categoria de DDC e sua extensão com a proposta de Justin

¹⁶⁴ Por “Web 2.0” compreendemos o conjunto de tecnologias e protocolos de navegação que permitem maior interação do usuário com o site visitado. Dessa interação (dados e metadados fornecidos), comumente geram-se lucros (JIN, 2016, p. 337). Mais informações sobre as características da Web 2.0 consultar: WOLCOTT, 2008.

Rosenberg, sobre o caráter desigual e combinado do próprio desenvolvimento social humano, quanto empiricamente, a partir dos exemplos de fragmentação brevemente relacionados. Na próxima seção veremos como essa perspectiva pode fornecer aportes críticos interessantes sobre os percursos dos ciberespaços nacionais, refletidas no que a literatura de cibersegurança chama de “formas de estadismo” no ciberespaço.

3.5. Sobre as “formas de estadismo” no ciberespaço

Nesta seção, tomaremos como exemplo, a fim de ilustrar a potencialidade do ferramental gramsciano associado com a perspectiva do DDC, a discussão sobre as três tendências de “estadismo cibernético” corriqueiramente identificadas dentro do debate de cibersegurança: a estadunidense, a chinesa e a russa. Apontaremos como cada uma dessas formas nacionais de lidar com o ciberespaço está conectada com o desenvolvimento histórico de cada Estado e, no caso de Rússia e China, fazem referência aos processos de “combinação”.

Em geral, comenta-se que China, EUA e Rússia teriam perspectivas diferentes diante do ciberespaço. Essas variações referem ao nível de desenvolvimento tecnológico, aos padrões de relações do que entendemos por sociedade política e sociedade civil, ao modo de utilizar o ciberespaço em ações militares ou de inteligência e aos mecanismos preferenciais para a regulamentação e gerenciamento do ciberespaço (KLIMBURG, 2011; MANSON, 2011; SEGAL, 2016; BROWN, 2017; MAKER, 2017).

Começando pelos EUA, estes apresentariam as melhores capacidades cibernéticas, uma vez que são os “pioneiros” no desenvolvimento das TICs. As empresas de tecnologia estadunidenses são as maiores do mundo, fornecendo a maior parte do *hardware* e do *software* globais. Além disso, os *sites* e serviços *online* estadunidenses figuram como os “mais acessados” na maioria dos países. Especialistas comentam que há resignação internacional acerca da preponderância internacional dos EUA no ciberespaço, questionando se a Internet é realmente uma ferramenta de desenvolvimento tecnológico para todos, ou apenas para os ianques (SEGAL, 2016, p. 21, p. 34, pp. 152-5, p. 233).

As empresas de tecnologia dos EUA dominam a economia da Internet. Os Estados Unidos capturam 35% das receitas de telecomunicações globalmente e mais de 40% da receita líquida gerada online. Na Índia, os vinte e cinco principais sites são sites baseados nos EUA, como *Google*, *Facebook*, *Twitter* e *LinkedIn*; mais de 50% dos vinte e cinco principais sites no Brasil e na África do Sul são administrados por empresas estadunidenses. O *Google* é o líder em buscas, e seu sistema operacional

*Android está em três quartos dos smartphones sendo fabricados no mundo (SEGAL, 2016, p. 34)*¹⁶⁵

Apesar dessa altíssima capacidade tecnológica, os EUA pecariam, na opinião desses autores de cibersegurança, em estratégias e táticas para aplicá-la. Isso porque se identifica um panorama institucional rígido em demasia para tratar as dinâmicas questões cibernéticas. Aqui os alvos são as bilionárias agências de inteligência dos EUA, NSA e CIA (*Central Intelligence Agency*) em destaque, que apesar do alto financiamento e dos grandes recursos humanos, seriam incapazes de aproveitar os recursos disponíveis no ciberespaço para obter resultados melhores em relação aos seus competidores. O problema, afirmam os autores, centra-se numa incapacidade de cooperação mais profunda entre setor privado empresarial (e da sociedade civil em geral) e agências governamentais, além de um foco excessivamente militar nas operações cibernéticas (BROWN, 2017, p. 04).

Essa narrativa encontra suporte no argumento do distanciamento entre governo e empresas digitais a partir das revelações de Snowden. Argumento que, como discutimos no primeiro capítulo deste estudo, deve ser ponderado a partir das profundas (orgânicas) relações entre sociedade civil e sociedade política. As tecnologias digitais precisam do suporte estatal para seu contínuo desenvolvimento e não há indícios de que a estreita colaboração entre as agências de inteligência – cuja característica central é justamente a opacidade de suas ações – e as corporações digitais acabou, seja em programas de espionagem, seja em programas de defesa cibernética compartilhada¹⁶⁶.

Como contraste, esses mesmos autores apontam o modelo russo de gerenciamento das potencialidades do ciberespaço. Num panorama diverso dos EUA, a Rússia não possui um gigantesco parque tecnológico digital, nem conta com uma participação de mercado expressiva. Algumas empresas, como *Kaspersky* (segurança digital) e *Telegram* (mensagens via internet) conseguiram alcançar certo volume de mercado, mas permanecendo como exceções. A capacidade estratégica dos russos ao lidar com o ciberespaço centra-se mais nas relações “nebulosas” entre governo e grupos de *hackers* do que num pioneirismo ou liderança tecnológica.

¹⁶⁵ No original: *US technology companies dominate the Internet economy. The United States captures 35 percent of telecommunications revenues globally and over 40 percent of net income generated online. In India, the top twenty-five websites are US-based sites such as Google, Facebook, Twitter, and LinkedIn; over 50 percent of the top twenty-five sites in Brazil and South Africa are run by US companies. Google is the leader in search, and its Android operating system is on three-quarters of the smartphones being made in the world.*

¹⁶⁶ Em 2017, quatro anos após as revelações de Snowden, um “veterano” na busca de vazamentos encontrou, numa inspeção de rotina em servidores de armazenamento da *Amazon*, “dúzias de *terabytes*” em arquivos que remontam a um programa de espionagem das Forças Armadas dos EUA que utilizaria dados de redes sociais como fonte (THOMSON, 2017).

Aqui observamos como a desigualdade de ritmos de desenvolvimento influenciou nas perspectivas estratégicas à disposição do Estado russo. A incorporação da tecnologia digital gestada no Ocidente ocorreu com a estruturação de um ciberespaço “próprio”. A peculiaridade linguística russa – o alfabeto cirílico – foi aproveitada no sentido de criar um ciberespaço “exclusivo” para os falantes de russo. Assim empresas como o *Yandex* (motor de buscas), *Mail.ru* (provedor de e-mails) o *VK* (rede social), além de variados fóruns e sites de notícias, foram desenvolvidas como elementos de uma “Internet russa”, compreendida hoje sob o termo RUNET (DEIBERT, 2010, p. 19).

Nesse ambiente, que apresentou um crescimento expressivo no começo do século XXI¹⁶⁷, a penetração das empresas ocidentais de tecnologia é dificultada, seja pela dominância das empresas russas nas fatias de mercado dentro do país, seja pelas restrições governamentais. O resultado desse panorama, a criação de um ciberespaço próprio, facilitou a utilização de elementos da sociedade civil na articulação com interesses da sociedade política, a partir de um reforço da retórica patriótica – principalmente a partir da ascensão de Putin ao poder.

Historicamente, credita-se ao governo da Rússia uma série de operações militares com utilização de recursos cibernéticos. O padrão de atuação russo posiciona o ciberespaço como elemento auxiliar no quesito militar, principalmente no que se refere a “guerra informacional”¹⁶⁸. Desse modo, quando do conflito com a Geórgia em 2008, ao lado da invasão com tanques e unidades militares convencionais, a comunidade de cibersegurança destacou uma intensa atividade no ciberespaço, principalmente por meio de ataques de negação de serviço, os DDoS. Todavia, tais atividades não foram desferidas de unidades “oficiais” do exército russo e tampouco foram assumidas por este. Em realidade, os ataques vinham de uma multiplicidade de IPs, muitos localizados em solo russo, porém não diretamente ligados ao governo.

O curioso panorama apontou para uma cooperação frouxa entre governo russo e grupos de *hackers*, pautada em pagamentos e numa retórica patriótica. Apesar de

¹⁶⁷ Entre 2000 e 2008 a RUNET, que não engloba apenas a Rússia, mas também os membros da Comunidade dos Estados Independentes (CEI), “cresceu a uma taxa média de 7.208%, ou mais de cinco vezes a taxa da próxima região mais rápida (Oriente Médio) e 15 vezes mais rápida que Ásia” (DEIBERT, 2010, p. 18). No original: *grew at an average rate of 7,208 percent, or over five times the rate of the next faster region (Middle East) and 15 times faster than Asia*

¹⁶⁸ A guerra informacional (*information warfare*) procura utilizar as TICs como mecanismos auxiliares na persecução de objetivos militares. Campanhas de desinformação (propagação de *fake News*), manipulação de sites, contestação de narrativas, difamação e divulgação de documentos secretos sensíveis fazem parte de táticas da guerra informacional. Para mais detalhes ver: SEGAL, 2016, pp. 51-78; MAKER, 2017.

desconhecidos os detalhes dos mecanismos dessa relação, outros casos, como a série de ataques cibernéticos quando da crise com a Ucrânia (anexação da Criméia pela Rússia em 2013)¹⁶⁹ e o mais recente caso de interferência de *hackers* russos nas eleições estadunidenses de 2016¹⁷⁰, apontam para uma forte capacidade no campo cibernético.

Embora possa não ser o Estado mais estável no mundo, a Rússia tem coerência nacional suficiente para permitir que um certo número de cidadãos particulares pratique com poderosas ferramentas cibernéticas. [...] Os criminosos cibernéticos podem aprimorar suas habilidades de hackers e suas ferramentas de *hacking*, usando ambas para o avanço de empreendimentos criminosos voltados para o exterior. A Rússia permite este amplo acesso a um poderoso meio de guerra, resultando no desenvolvimento de um grupo treinado de operadores cibernéticos com ferramentas cada vez melhores (BROWN, 2017, pp. 14-15)¹⁷¹

O ganho para o governo é triplo. Aproveita o grande potencial humano sem a necessidade de contratações e a formação de dispendiosas hierarquias para coordenação dos ataques, aumenta as dificuldades de atribuição, uma vez que grupos de hackers são especializados em atuar sob anonimato, e reduz os riscos de “contágio”, pois há sempre a possibilidade de apontar determinada ação como “crime individual” e, assim, punir os “responsáveis” sem manchar a imagem dos agentes da sociedade política.

Por fim, destaca-se o panorama chinês. Uma mescla entre a estratégia estadunidense com a russa, com foco explícito no campo da espionagem e do controle interno. Na China, estruturas de operações cibernéticas oficiais coexistem com grupos de *hackers* financiados, indiretamente, pelo governo. Entretanto, o foco do governo chinês não estaria tanto em operações militares cibernéticas (a *information warfare*), mas em ações de espionagem industrial e, principalmente, de controle interno.

Mirada desde a perspectiva do DDC a situação chinesa talvez seja aquela que representa com maior fidelidade tal categoria. A incorporação da tecnologia ocidental quando da abertura econômica promovida por Deng Xiaoping em 1979, levou a um processo

¹⁶⁹ Sobre a Ucrânia, a extensa e cuidadosa reportagem de Greenberg (2017) é crucial ao apontar a extensão dos impactos que ataques cibernéticos podem ter, como na interrupção do fornecimento de energia para cidades inteiras. Existem indícios fortes que a Rússia aproveita a infraestrutura conjunta com a Ucrânia, herdada do passado soviético, para transformar o país num “campo de testes cibernéticos”.

¹⁷⁰ As eleições de 2016 estão sobre investigação desde o final do mesmo ano. Os relatórios divulgados recentemente apontam que a extensão da interferência de grupos de hackers russos nas eleições estadunidenses foi maior do que se imaginava: todos os estados dos EUA foram alvos de infiltrações e ataques cibernéticos, de diversos ritmos e intensidades (SISTEMAS..., 2019).

¹⁷¹ No original: *Although it may not be the most stable State in the world, Russia has enough national coherence that it has allowed a number of private citizens to practice with powerful cyber tools. [...] Cyber criminals are allowed to hone their hacking skills and their hacking tools, using both for the advancement of outward-directed criminal enterprises. Russia allows this broad access to a powerful means of warfare, resulting in the development of a trained cadre of cyber operators with ever-improving tools.*

vertiginoso de industrialização e urbanização, ilustrado pelo longo período de crescimento econômico que o país apresenta desde então (BOYLE, ROSENBERG, 2016).

A incorporação da tecnologia digital é um capítulo desse processo e aconteceu sob forte controle estatal. Compreendendo as TICs tanto como propulsoras do desenvolvimento econômico, quanto como perigosos elementos disruptivos para a ordem social, o governo chinês conseguiu, até o momento, reunir uma grande capacidade de controle sobre a internet. Dessa forma, também observamos no país a formação de um “ciberespaço nacional”, pautado em empresas de tecnologia chinesas e com a penetração das empresas ocidentais dificultada.

Nesse sentido, sua infraestrutura básica do ciberespaço é operada por empresas estatais cuidadosamente fiscalizadas pelo governo. O panorama de estreita colaboração e fiscalização replica-se nas empresas privadas fornecedoras de serviços digitais. As tecnologias de escaneamento e censura, origens do famoso epíteto *Grande Firewall da China*, controlam a navegação de 800 milhões de pessoas (MCCARTHY, 2018). As agências governamentais atuam bloqueando determinadas palavras e expressões, prendendo influenciadores digitais indesejados, tornando as próprias empresas digitais imputáveis por publicações de usuários (responsabilidade intermediária) e até mesmo pagando por comentários favoráveis ao regime na Web (SEGAL, 2016, pp. 28-30, pp. 182-5). Processos que se relacionam com o capítulo dois deste estudo.

A forma chinesa de lidar com o ciberespaço também contém a questão da “combinação”. Ao lado dos pesados investimentos estatais e no planejamento de objetivos tecnológicos de longo alcance, o ciberespaço forneceu mais um elemento de auxílio no desenvolvimento tecnológico: a espionagem. A espionagem industrial chinesa é duramente criticada, mas poucas são as ações disponíveis de retaliação. Isso porque, assim como no caso russo, as operações chinesas comumente são perpetradas por grupos de *hackers* e, portanto, não são diretamente atribuíveis ao governo. Questiona-se, inclusive, a existência de um “mercado de propriedade intelectual”, com a venda de informações capturadas por *hackers* a empresas privadas e estatais, agências do governo e forças armadas (SEGAL, 2016, p. 113).

Não se sabe o peso da espionagem industrial e da engenharia reversa no atual momento de desenvolvimento chinês¹⁷². O fato é que a China aproveitou o “privilégio do atraso histórico” no campo digital como em nenhuma outra experiência. Ao mimetizar os

¹⁷² A realidade apresenta sua continuidade. Notícia recente aponta para um programa de espionagem a partir de *hardware* comprometido (chips de vigilância) objetivando os servidores das empresas estadunidenses *Amazon* e *Apple* (CHINA..., 2018). Ou ainda no caso do roubo de dados de uma empresa prestadora de serviços para a Marinha dos EUA (NAKASHIMA, SONNE, 2018).

serviços das empresas digitais ocidentais em alternativas locais, as empresas digitais chinesas ganharam o privilégio de acesso a uma reserva de mercado gigantesca. Dessa forma, empresas como *Alibaba*, *Lenovo*, *Xiaomi* e *Huawei* cresceram ao nível de competir com a tecnologia ocidental – e, principalmente, estadunidense – em alguns casos¹⁷³.

Apontamos, de maneira preliminar, que a categoria de DDC traria importantes ganhos analíticos para a compreensão desses panoramas nacionais, alterando, inclusive, as perspectivas da literatura sobre o tema. Num primeiro momento, seria capaz de analisar os diferentes percursos de desenvolvimento nacional dos Estados e seus ciberespaços conectando-os com os desenvolvimentos internacionais. Isto é, da análise sobre a irradiação das tecnologias digitais desde os EUA e Europa e sua incorporação nos ciberespaços nacionais – incorporação que reflete as particularidades e as temporalidades do desenvolvimento de cada território nacional – as “tendências” de estadismo no ciberespaço encontrariam uma base histórica e deixariam de ser vistas como meras “opções racionais” de agentes políticos autônomos e monolíticos.

Ao mesmo tempo, entendendo o ciberespaço como mais um espaço de acumulação capitalista, desigual e combinado, as diferenças das configurações dos ciberespaços e as posturas dos governos da China, EUA e Rússia posicionar-se-iam, contudo, sobre o mesmo plano estratégico: a manutenção do ciberespaço como elemento dinamizador da economia capitalista e importante componente da concepção de mundo desenvolvida em suas nações. Cada uma das políticas elencadas reflete tanto a historicidade de cada uma dessas seções territoriais, quanto o processo de acomodação de interesses das frações de classes relacionadas com os setores de tecnologia, cibersegurança, finanças, militar e etc.

¹⁷³ O principal exemplo dessa competição refere-se à próxima geração das tecnologias de conexão sem fio, chamada de “5G”. A nova tecnologia promete conexões com velocidades muito superiores àquelas ofertadas pelo 4G, além da possibilidade de conexões mais estáveis e com múltiplos aparelhos sem o “efeito multidão” (a lentidão de conexão que acontece quando a conexão 4G recebe muitas conexões, como acontece em shows ou estádios de futebol). O importante é reter que a tecnologia de 5G é um dos pontos principais para suportar a nova geração de produtos, como a Internet das Coisas (aparelhos dos mais diversos possíveis conectados à Internet, cuja aplicação na produção industrial é promissora) e os carros autônomos (MUÑOZ, CHEGA, 2019). A conexão muito mais rápida, estável e com múltiplos aparelhos sem lentidão é crucial para o desenvolvimento das promessas da chamada “Indústria 4.0” (aplicações de automatização, Inteligência Artificial e Big Data no setor produtivo). A China, principalmente a partir da companhia *Huawei*, despontou como a fornecedora de infraestrutura de 5G mais competitiva, angariando contratos ao redor do mundo e, pela primeira vez, ameaçando claramente a predominância das empresas estadunidenses líderes do setor. A administração Donald Trump lança, desde 2017, uma série de restrições comerciais contra empresas chinesas, seja no sentido de impedir aquisições de empresas estadunidenses por empresas chinesas (TRUMP..., 2017), seja estabelecendo vetos contra negócios com empresas chinesas, como a *Huawei* (KUBOTA, YAP, 2018). No caso do 5G a administração Trump e as agências de inteligência dos EUA lançaram campanhas globais questionando a cibersegurança da infraestrutura fornecida pela *Huawei* (KANG, SANGER, 2019).

Em suma, ao propor uma equalização das formas de ação estatal como apenas “opções estratégicas”, desconectadas do panorama histórico de desenvolvimento dos capitalismos nacionais, o debate de cibersegurança promove uma visão homogeneizadora. A categoria de DDC contribui justamente para dirimir esse problema, evidenciando as trajetórias particulares de cada Estado-nação, isto é, as múltiplas temporalidades de cada processo.

Uma análise gramsciana dessas trajetórias levaria em conta tanto os fatores internos de desenvolvimento nacional, quanto as pressões internacionais, compreendendo-as a partir da agência das classes. Esse ponto remete à categoria de revolução passiva, mas, como vimos, esse conceito remete a processos mais complexos, de instituição/intensificação das relações sociais capitalistas e não apenas a promoção de uma ou outra perspectiva de segurança.

Compreendemos que uma tradução gramsciana do debate de cibersegurança deve relacioná-lo com a atual configuração (ou reconfiguração) das relações sociais capitalistas, compreendidas sob a chave de revoluções passivas. Isto é, há uma clara conexão entre os desdobramentos das tecnologias digitais e o processo de reestruturação produtiva, dito neoliberal, em curso desde os anos 1980.

Aqui nossa proposta teórica se completa. O debate de cibersegurança, em tradução gramsciana, remete ao processo de reestruturação produtiva proposto principalmente a partir dos EUA na década de 1980. As tecnologias digitais foram centrais para assegurar os processos de deslocalização da produção e a rápida mobilidade dos capitais ao redor do globo. A incorporação dessas políticas ditas neoliberais tende a acontecer, principalmente nas regiões de capitalismo menos desenvolvido, a partir de revoluções passivas – como demonstra a análise de Morton (2011) no caso mexicano. Nesse sentido, o debate de cibersegurança emerge como necessário para garantir os efeitos práticos do ciberespaço na reestruturação produtiva global. A incorporação da Internet e da prédica neoliberal acontecem, historicamente, em ritmos mais ou menos concomitantes¹⁷⁴.

* * *

Esse capítulo teve por objetivo completar nossa tentativa de *tradução* do debate de cibersegurança em termos gramscianos, ao trazer a esfera do internacional para a discussão. Para tanto, primeiramente avançamos uma discussão teórica acerca da presença do

¹⁷⁴ O que traz a possibilidade de questionamento e pesquisas futuras sobre o caráter “apaziguante” das tecnologias digitais, no sentido de “captura das subjetividades”.

internacional dentro da reflexão gramsciana. Apresentamos como o internacional, longe de representar um elemento “estranho” ao pensamento gramsciano, configura um ponto de partida metodológico central.

Ao mesmo tempo, apontamos a possibilidade de interlocução entre o pensamento gramsciano e a perspectiva de desenvolvimento desigual e combinado. A associação entre as duas categorias configura um par analítico com grandes potencialidades, por associar os elementos internacionais condicionantes (a partir do DDC) com a perspectiva da agência das classes (a partir da revolução passiva), nos processos de instituição ou intensificação das relações sociais capitalistas.

Para além dessa associação, apresentamos como a proposta de Justin Rosenberg ajuda a dirimir os problemas de reificação do internacional existentes na literatura do *mainstream* de Relações Internacionais. Ao apontar o caráter historicamente desigual do desenvolvimento social humano e o consequente fato da existência humana dar-se a partir da multiplicidade social (em coexistência), Rosenberg propõe uma refundação ontológica da disciplina de Relações Internacionais.

Não mais a política em condições de anarquia, mas o próprio fato empírico de que em qualquer momento da história, a humanidade constitui-se a partir de diversas trajetórias de desenvolvimento. Assim, o pensamento internacional poderia contribuir na tentativa de capturar os elementos de interação entre essas trajetórias, suas influências recíprocas nos processos particulares de desenvolvimento nacional. A proposta de Rosenberg ressalta, portanto, as múltiplas temporalidades da existência social humana.

Múltiplas temporalidades que, como vimos, também compõem de certa forma a perspectiva gramsciana. Nas análises sobre a instituição das relações sociais capitalistas a partir da fundação dos Estados modernos na Europa do século XIX, ou sobre a influência da pressão fordista na Europa e sua consequente resposta fascista, o sardo demonstra essa mesma percepção das influências recíprocas entre diferentes percursos de desenvolvimento.

Com isso, propomos que a tradução do debate de cibersegurança deve compreender esses pontos. Num primeiro momento, isso significa mirar a totalidade do ciberespaço como essencialmente fragmentária, com diversas temporalidades. Ação que pode parecer contraditória diante da percepção, aparente, da conexão global, transnacional, promovida pelas tecnologias de informação e comunicação.

Por isso apontamos as diversas formas pelas quais o ciberespaço apresenta a sua fragmentação: seja na cisão em territórios nacionais, dadas as capacidades regulatórias e de

controle de navegação, seja nas cisões entre plataformas digitais. Além disso, o próprio gerenciamento da Internet, representado em nossa discussão pelo ICANN e pelos *registries* e *registrars*, manifesta as desigualdades entre o mundo dito desenvolvido e o mundo dito subdesenvolvido, centro e periferia do sistema global capitalista.

O debate de cibersegurança desconsidera largamente essa percepção. Ao perscrutar o comportamento de China, Rússia e EUA dentro do ciberespaço, propõe sistematizar as “formas de estadismo” dentro do ciberespaço. Concebendo a atuação de cada Estado como uma reflexão racional e unívoca sobre opções estratégicas a disposição para a obtenção de determinados resultados.

Nossa contribuição crítica propõe que essas formas de estadismo referem-se muito mais ao histórico de incorporação e desenvolvimento do ciberespaço em cada seção territorial, ao lado dos interesses de classes levados em conjunto com esse processo. Por isso a necessidade de associação entre o debate de cibersegurança ao processo concomitante de reestruturação produtiva, dito neoliberal. É apenas dentro de um contexto maior, de intensificação das relações sociais capitalistas que o debate de cibersegurança desnuda seu sentido maior: a garantia do ambiente cibernético enquanto ponta de lança do novo ciclo de acumulação capitalista.

Concluimos que a segurança proposta por esse debate, ao ter por referencial principal a necessidade da acumulação capitalista, pensa a cibersegurança a partir de uma tendência homogeneizadora. Isto é, desconsidera as múltiplas temporalidades de desenvolvimento ao propor uma forma de segurança: aquela centrada na resiliência das redes governamentais e privadas, que objetiva a manutenção do sistema de acumulação da economia digital.

Um caso flagrante dessa homogeneização é a incidência diversa que as ferramentas de filtragem e controle de navegação possuem ao redor do globo. Desenvolvidas nos países ocidentais líderes da economia digital para combater o narcotráfico, o terrorismo, a pornografia infantil e as violações ao *copyright*, tais ferramentas acabam por engendrar situações de censura e vigilância explícitas quando utilizadas em outros contextos nacionais. O deslocamento entre uma jurisdição nacional e outra, significa a diferença entre a liberdade de expressão *online* e a perseguição política para uma mesma tecnologia.

Outro acontecimento, ainda mais nítido do que se propõe, é a argumentação do ex-presidente dos EUA, Barack Obama, quando das revelações de Snowden sobre o programa de espionagem estadunidense. Sob a suspeita de desobediência da constituição estadunidense,

que garante a privacidade dos cidadãos estadunidenses, o presidente fez questão de ressaltar que o massivo programa de coleta de dados cibernéticos era direcionado apenas a estrangeiros. Em suas palavras, “se você é uma pessoa dos Estados Unidos, a NSA não pode ouvir os seus telefonemas, e a NSA não pode ter por objetivo os seus e-mails”¹⁷⁵.

¹⁷⁵ No original: *if you are a U.S. person, the N.S.A. cannot listen to your telephone calls, and the N.S.A. cannot target your e-mails* (SEGAL, 2016, p. 166).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta dissertação intentamos compreender o debate internacional de cibersegurança a partir da teoria gramsciana. Nossa postura metodológica, cuja categoria de *tradução* assume papel central, procurou no próprio texto gramsciano os fundamentos para articular suas ricas categorias com a discussão contemporânea sobre a “segurança” no ciberespaço. Isto é, procuramos seguir as sugestões do sardo sobre a possibilidade de aplicação de categorias para épocas e períodos diversos daqueles em que tais categorias foram cunhadas. Dessa forma, cada um dos três capítulos mirou esse debate a partir de um referencial central: o Estado, as classes e grupos subalternos e as relações internacionais. Em cada capítulo apontamos como a teoria gramsciana poderia ajudar a ponderar argumentos-chave presentes na literatura de cibersegurança e que refletem o cariz realista e liberal desse debate.

Assim, no primeiro capítulo apontamos como o nexó orgânico entre sociedade civil e sociedade política, nova determinação do Estado para Gramsci, contribui no sentido de dirimir a rigidez com a qual elementos da sociedade civil e da sociedade política são contrapostos quando o assunto é o ciberespaço. Ao contrário de uma “crescente cisão” entre essas esferas, ressaltamos as relações orgânicas entre elas, manifestadas no histórico do desenvolvimento do ciberespaço, na gênese da discussão de cibersegurança, nas compras estatais nesse campo e na complementariedade entre o modelo de negócios das corporações digitais e as agências estatais de inteligência. Ao final, a visão de um processo de “territorialização” do ciberespaço pelos Estados, presente na literatura de cibersegurança, é substituída pela visão de uma “ampliação” do papel estatal, elemento perene no desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação que permitiram a criação do novo ambiente.

Já no segundo capítulo procuramos ressaltar um referencial largamente desconsiderado dentro das discussões de cibersegurança: as classes e grupos subalternos. Nesse sentido, apontamos a partir de exemplos práticos, ferramentas de controle de navegação (filtragem, censura) e ferramentas utilizadas para burlar esses controles, como as questões de cibersegurança, numa perspectiva gramsciana, devem ser pensadas a partir de sua mobilidade: a segurança de uns, implica a insegurança de outros. Essa é uma postura que, se não explicitamente presente no texto gramsciano, dialoga com a sua perspectiva metodológica, de pensar cada categoria em nexó orgânico com seu contraponto. Sendo assim, identificamos

como as ferramentas que servem para proteger as redes governamentais e de corporações digitais, comumente acabam por gerar situações de vigilância e controle, afetando a organização política e, principalmente, os líderes dos movimentos subalternos ao redor do globo.

O internacional aparece como tema do terceiro capítulo. A partir de uma discussão teórica, apresentamos propostas inovadoras dentro da disciplina de Relações Internacionais que desafiam o panorama estadocêntrico do realismo. Iniciamos com discussões sobre a perspectiva internacional em Gramsci, a proposta de Justin Rosenberg de refundação ontológica da disciplina e a formação de um par analítico entre desenvolvimento desigual e combinado e revolução passiva. A partir dessas discussões apresentamos como o ciberespaço deve ser pensado em sua fragmentação, isto é, a partir das múltiplas temporalidades que o compõem (representadas na divisão entre centro e periferia, nas seções territoriais e nas seções das plataformas digitais). A consequência para o debate é criticar a proposta homogênea e unívoca da cibersegurança, cuja origem remete ao panorama mais contemporâneo de reestruturação das relações sociais capitalistas, o chamado neoliberalismo.

A pesquisa enfrentou diversos desafios metodológicos. No segundo capítulo, a discussão com o tom generalista sobre classes e grupos subalternos deve-se em muito a ausência de bibliografia sobre a organização e os problemas dos subalternos dentro do ciberespaço na literatura de cibersegurança. Uma alternativa seria um foco nos grupos de *hackers* e “ciberativistas”, que futuramente esperamos cotejar, procurando nesses movimentos aquilo que o sardo identificaria como valiosos “traços de iniciativa autônoma”. Já no terceiro capítulo, o tempo de execução da pesquisa impediu o desdobramento da proposta teórica discutida numa análise de caso mais detida, que deveria contextualizar o debate de cibersegurança com o panorama maior de revolução passiva neoliberal dentro de uma seção territorial específica. Apesar disso, futuros estudos poderão contribuir para preencher essas lacunas especificando, em seu percurso, o próprio processo de *tradução*.

Ao final, cabe destacar a contemporaneidade das discussões sobre o ciberespaço e a cibersegurança. Analisar cientificamente objetos que ainda estão em desdobramento é uma tarefa árdua e recompensadora ao mesmo tempo. Árdua, pois sempre existe a possibilidade de novos fatos contradizerem a proposta em andamento ou alterarem determinadas percepções. Até o presente momento, no entanto, novos elementos corroboram a interpretação geral do trabalho aqui proposto, o que é recompensador.

O ciberespaço cresce em importância e centralidade na nova etapa de reestruturação das relações sociais capitalistas, calcada na chamada “economia digital”. Importância que tende a aumentar ainda mais, com os desdobramentos de tecnologias como o 5G, a Internet das Coisas, a Inteligência Artificial associada ao Big Data, para além dos carros autônomos e da impressão 3D. Ao mesmo tempo em que as promessas de um futuro “hipertecnológico” se colocam no horizonte, presenciamos a crescente mercantilização e contestação da Internet. As barreiras às violações do *copyright* restringem cada vez mais as possibilidades de troca e compartilhamento na web. A distribuição de conteúdo é cada vez mais centralizada por corporações digitais e sujeita à *paywalls* (barreiras de pagamento). As ferramentas de controle de navegação criam tendências crescentemente autoritárias, restringindo efetivamente a liberdade de expressão. Concomitantemente, vislumbramos desdobramentos recentes do modelo de negócios das redes sociais, cuja coleta e análise maciça de dados influem no destino de nações inteiras, como o *Brexit* no Reino Unido, a eleição de Trump nos EUA e a de Bolsonaro no Brasil.

Diante desse panorama, urge a construção de propostas que questionem os rumos da atual tecnologia digital, relacionando-a explicitamente com as relações sociais capitalistas. Ao lado dessas propostas, vemos a organização de comunidades que desafiam a lógica mercantil da Internet, como o *software livre*, a criptografia e os movimentos de contestação dos subalternos – que estão cada vez mais presentes no novo ambiente. Pesquisas que tomem tais alternativas ou comunidades como objetos de estudo são igualmente necessárias para perscrutar caminhos alternativos ao padrão digital atualmente imposto.

Nosso trabalho, enfim, assume essa perspectiva. Pretendemos contribuir, ainda que marginalmente, no desenvolvimento da pesquisa sobre o ciberespaço e a cibersegurança em sentidos diversos da orientação capitalista. Compreendemos que a luta dos subalternos, por uma nova hegemonia, uma nova civilização, pautada na solidariedade entre os povos e no fim da exploração do homem, compreende, nas condições contemporâneas, também uma estratégia de luta que leve em conta o mundo *online*.

5. BIBLIOGRAFIA

ACÁCIO, I. D. P.; SOUZA, G. L. M. Segurança internacional no século XXI: o que as teorias de Relações Internacionais têm a falar sobre o ciberespaço? In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, n. 36, 2012, Águas de Lindoia. **Anais [...]** Águas de Lindoia: ANPOCS, 2012

ALLINSON, J. C.; ANIEVAS, A. The uneven and combined development of the Meiji Restoration: A passive revolutionary road to capitalist modernity. **Capital & Class**, v. 34, n. 3, p. 469–490, out. 2010.

_____. The uses and misuses of uneven and combined development: an anatomy of a concept. **Cambridge Review of International Affairs**, v. 22, n. 1, p. 47–67, mar. 2009.

ALVES, G. Ciberespaço e Fetichismo. In: ALVES, G.; MARTINEZ, V. (org.) **Dialética do Ciberespaço: trabalho, tecnologia e política no capitalismo global**. 1ª ed. São Paulo: Práxis, 2002.

ALVES, G.; MARTINEZ, V. (org.) **Dialética do Ciberespaço: trabalho, tecnologia e política no capitalismo global**. São Paulo: Práxis, 2002.

ASHMAN, S. Capitalism, uneven and combined development and the transhistoric. **Cambridge Review of International Affairs**, v. 22, n. 1, p. 29–46, mar. 2009.

ASSANGE, Julian *et al.* **Cypherpunks: liberdade e o future da internet**. Trad. Cristina Yamagami. São Paulo: Boitempo, 2013.

BAMFORD, J.; SCHMIDT, C. **Guerra Cibernética [Cyberwar Threat]**. Estados Unidos: WGBH, 2015.

BARLOW, J. P. **A Declaration of the Independence of Cyberspace**. Davos, Suíça, 1996. Disponível em: <<https://www.eff.org/pt-br/cyberspace-independence>>. Acesso em: 20 mar 2017.

BAY, M. In search of an encompassing definition for the post-Snowden era. **French Journal For Media Research**, n. 6, p. 1-28, 2016.

BELOW, K. C. The Utility of Timeless Thoughts: Hannah Arendt's Conceptions of Power and Violence in the Age of Cyberization. In: KREMER, J.-F.; MÜLLER, B. (ed.). **Cyberspace and International Relations**. Berlim, Heidelberg: Springer Berlin Heidelberg, 2014. pp. 95-116.

BIANCHI, A. **O laboratório de Gramsci: Filosofia, História e Política**. 2ª ed. Porto Alegre, RS: Zouk, 2018.

BIELER, A.; BRUFF, I.; MORTON, A. D. Gramsci and 'the international': Past, Present and Future. In: MCNALLY, M (ed.). **Antonio Gramsci**. Londres: Palgrave Macmillan, 2015, p. 137-155.

BIELER, A.; MORTON, A. D. Axis of Evil or Access to Diesel? **Historical Materialism**, v. 23, n. 2, p. 94–130, 2015.

_____. Interlocutions with passive revolution. **Thesis Eleven**, v. 147, n. 1, p. 9–28, 2018.

_____. Uneven and Combined Development and Unequal Exchange: The Second Wind of Neoliberal ‘Free Trade’? **Globalizations**, v. 11, n. 1, p. 35–45, 2014.

BLANEY, D. L.; TICKNER, A. B. International Relations in the prison of colonial modernity. **International Relations**, v. 31, n. 1, p. 71–75, 2017.

BOOTHMAN, D. Tradução. *In*: LIGUORI, Guido & VOZA, Pasquale (org.). **Dicionário Gramsciano**. São Paulo: Boitempo, p. 779-772, 2017.

_____. Translation and Translatability: Renewal of the Marxist Paradigm. *In*: IVES, P.; LACORTE, R. (ed.). **Gramsci, language, and translation**. Lanham, MD: Lexington Books, 2010, pp. 107-134.

BORGHESE, L. Aunt Alene on Her Bicycle: Antonio Gramsci as Translator from German and as Translation Theorist. *In*: IVES, P.; LACORTE, R. (ed.). **Gramsci, language, and translation**. Lanham, MD: Lexington Books, 2010, pp.135-170.

BRESCIANI, A. A. “**SOCIEDADE EM REDE**”: faces virtuais da ideologia capitalista do século XXI. 2007. 171 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília, 2007.

BROWN, G. D. The Cyber Longbow & Other Information Strategies: US National Security and Cyberspace. **The Penn State Journal of Law & International Affairs**, v. 5, n. 1, p. 1–26, 2017.

BRUFF, I. Germany’s Agenda 2010 reforms: Passive revolution at the crossroads. **Capital & Class**, v. 34, n. 3, p. 409–428, out. 2010.

BUCI-GLUCKSMANN, C. **Gramsci e o Estado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

BURNS, W. J.; COHEN, J. The Rules of the Brave New Cyberworld. **Foreign Policy**, 16 fev. 2017.

CALLINICOS, A. How to solve the many-state problem: a reply to the debate. **Cambridge Review of International Affairs**, v. 22, n. 1, p. 89–105, mar. 2009.

_____. The limits of passive revolution. **Capital & Class**, v. 34, n. 3, p. 491–507, out. 2010.

CALLINICOS, A.; ROSENBERG, J. Uneven and combined development: the social-relational substratum of ‘the international’? An exchange of letters. **Cambridge Review of International Affairs**, v. 21, n. 1, p. 77–112, mar. 2008.

CANABARRO, D. R. **Governança Global da Internet: Tecnologia, Poder e Desenvolvimento**. 2014. 433 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia

e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2014.

CANABARRO, D. R.; BORNE, T. Ciberespaço e Internet: Implicações Conceituais para os Estudos de Segurança. **Boletim Mundorama**, v. 69, p. 5, maio 2013.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. v.1. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

CHOUCRI, N. **Cyberpolitics in international relations**. Cambridge, Mass: MIT Press, 2012.

CHOUCRI, N.; GOLDSMITH, D. Lost in cyberspace: Harnessing the Internet, international relations, and global security. **Bulletin of the Atomic Scientists**, v. 68, n. 2, p. 70–77, mar. 2012.

COELHO, M. A. **Entrevista Pierre Lévy ao Roda Viva**. [jan. 2001]. São Paulo: TV Cultura, 2001.

CORSI, L. F. O capitalismo global. In: PAULINO, L. A; SOUZA, L. E. S. de; PIRES, M. C. **Economia Política Internacional: os desafios para o século XXI**. São Paulo: Saraiva, 2014. pp.135-150.

COSPITO, G. L'Edizione nazionale dei Quaderni del carcere. **Laboratoire italien** [En ligne], n. 18, 2016. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/laboratoireitalien/1049>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

_____. STRUTTURA E SOVRASTRUTTURA NEU 'QUADERNI' DI GRAMSCI. **Critica Marxista**, n. 3-4, p. 98-107, maio-ago. 2000.

COUTINHO, C. N. **GRAMSCI: um estudo sobre seu pensamento político**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DAVIDSON, N. Putting the nation back into 'the international'. **Cambridge Review of International Affairs**, v. 22, n. 1, p. 9–28, mar. 2009.

DE MAURO, T. Language from Nature to History: More on Gramsci the Linguist. In: IVES, P.; LACORTE, R. (ed.). **Gramsci, language, and translation**. Lanham, MD: Lexington Books, 2010, pp. 51-62.

DEIBERT, R. J. (ed.). **Access contested: security, identity, and resistance in Asian cyberspace information revolution and global politics**. Cambridge, MA: MIT Press, 2012.

_____. (ed.). **Access controlled: the shaping of power, rights, and rule in cyberspace**. Cambridge, Mass: MIT Press, 2010.

_____. (ed.). **Access denied: the practice and policy of global Internet filtering**. Cambridge, Mass: MIT Press, 2008.

_____. Toward a Human-Centric Approach to Cybersecurity. **Ethics & International Affairs**, v. 32, n. 4, p. 411–424, 2018.

_____. Three Painful Truths About Social Media. **Journal of Democracy**, v. 30, n. 1, p. 25–39, 2019.

DEIBERT, R. J.; ROHOZINSKI, R. Risking Security: Policies and Paradoxes of Cyberspace Security. **International Political Sociology**, v. 2010, n. 4, p. 15–32, 2010.

DEL ROIO, M. A Revolução Russa como caminho de Gramsci para o marxismo. In: LOLE, A.; GOMES, V. L. C.; DEL ROIO, M. (ed.). **Gramsci e a Revolução Russa**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2017. p. 109-125.

_____. GRAMSCI E A EMANCIPAÇÃO DO SUBALTERNO. **Revista de Sociologia e Política**, n. 29, p. 63–78, nov. 2007.

DIAS, E. F. et al. **O outro Gramsci**. São Paulo: Xamã, 1996.

DIAS, E. F. A Revolução Russa vista por Gramsci. In: LOLE, A.; GOMES, V. L. C.; DEL ROIO, M. (ed.). **Gramsci e a Revolução Russa**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2017, p. 59-90.

_____. **Gramsci em Turim: a construção do conceito de hegemonia**. 1a. ed. São Paulo: Xamã, 2000.

_____. **Revolução passiva e modo de vida: Ensaio sobre as classes subalternas**. São Paulo: Sundermann, 2012.

_____. Sobre a leitura dos textos gramscianos. In: DIAS, E. F. et al. **O Outro Gramsci**. São Paulo: Editora Xamã, 1996, pp. 105-122.

ERIKSSON, J.; GIACOMELLO, G. The Information Revolution, Security, and International Relations: (IR) Relevant Theory? **International Political Science Review**, v. 27, n. 3, p. 221–244, jul. 2006.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **America First: A Budget Blueprint to Make America Great Again**. Washington: Office of Management and Budget, 2017.

_____. **CYBERSPACE POLICY REVIEW: Assuring a Trusted and Resilient Information and Communications Infrastructure**. Washington: Executive Office of the President of The U.S., 2009.

_____. **International Strategy for Cyberspace: Prosperity, Security and Openness in a Networked World**. Washington: Executive Office of the President of the U. S., National Security Council, 2011. Disponível em: <https://obamawhitehouse.archives.gov/sites/default/files/rss_viewer/international_strategy_for_cyberspace.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2017.

FERNANDES, J. P. T. Liberdade e Soberania no Ciberespaço. **NAÇÃO E DEFESA**, Lisboa: Instituto de Defesa Nacional, v. 133, n. 5a série, p. 11–31, 2012.

FERRARI, T. A ESFINGE DO CIBERESPAÇO. **Projeto História**, n. 34, p. 271–287, 2007.

FIORI, G. **Vida de Antonio Gramsci**. Barcelona: Península, 1976.

FOSTER, B. J. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FRANCIONI, G. **L'Officina gramsciana: ipotesi sulla struttura dei "Quaderni del carcere"**. Napoli: Bibliopolis, 1984.

FUCHS, C. A Contribution to the Critique of the Political Economy of Transnational Informational Capitalism. **Rethinking Marxism**, v. 21, n. 3, pp. 387-402, 2009a.

_____. Information and Communication Technologies and Society. A Contribution to the Critique of the Political Economy of the Internet. **European Journal of Communication**, v. 24, n. 1, pp. 69-87, 2009b.

_____. Towards Marxian Internet Studies. **Triple C**, v. 10, n. 2, pp. 392-412, 2012.

FUCHS, C.; MOSCO, V. (ed.). **Marx in the age of digital capitalism**. Leiden; Boston: Brill, 2016.

GALASTRI, L. DE O. A VIOLÊNCIA POLÍTICA NO PENSAMENTO DE GRAMSCI: subversão e hegemonia. In: LOLE, A.; GOMES, V. L. C.; DEL ROIO, M. (ed.). **Gramsci e a Revolução Russa**. Rio de Janeiro: Mórula, 2017. p. 207–228.

_____. Classes sociais e grupos subalternos: distinção teórica e aplicação política. **Crítica Marxista**, v. 39, n. 1, p. 35–55, 2014.

GATES, B. **A Estrada do Futuro**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

GERMAIN, R.; KENNY, M. Engaging Gramsci: International Relations Theory and the New Gramscians. **Review of International Studies**, v. 24, n. 1, pp. 3-21, 1998.

GRAMSCI, Antonio. **A Revolução Contra o Capital**. [Avanti, 24 de novembro de 1917]. Trad: José André Lôpez González. 2007. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/gramsci/1917/04/24.htm#tr1>>. Acesso em: 19 jan. 2019.

_____. **Cadernos do Cárcere**, volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. **Cadernos do Cárcere**, volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **Cadernos do Cárcere**, volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007a.

_____. **Cadernos do Cárcere**, volume 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007b.

_____. **Cadernos do Cárcere**, volume 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a.

_____. **Cadernos do Cárcere**, volume 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b.

_____. **Escritos Políticos**. V.2: 1921-1926. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. **Lettere del Carcere**. Torino: Einaudi, 1978.

_____. **L'Ordine Nuovo, 1919-1920** (a cura de Valentino Gerratana e Antonio Santucci). Turim: Einaudi, 1982.

_____. **Quaderni del Carcere**. Torino: Einaudi, 1975.

GRAY, K. Labour and the state in China's passive revolution. **Capital & Class**, v. 34, n. 3, p. 449–467, out. 2010.

GREENWALD, G. **No place to hide**: Edward Snowden, the NSA and the surveillance state. London: Penguin, 2014.

GUIMARÃES JÚNIOR, M. J. L. O ciberespaço como cenário para as ciências sociais. **Ilha Revista de Antropologia**, v. 2, n. 1, p. 139–154, 2000.

GUIORA, A. N. **Cybersecurity**: geopolitics, law and policy. Boca Raton, FL: Routledge, 2017.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as relações internacionais**. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HIRSCH, P. B. Windmills in cyberspace. **Journal of Business Strategy**, v. 38, n. 3, p. 48–51, 15 maio 2017.

HOWARD, T. D.; DA CRUZ, J. de A. Stay the course: Why trump must build on obama's cybersecurity policy. **Information Security Journal: A Global Perspective**, v. 26, n. 6, p. 276–286, 2 nov. 2017.

HUGHES, R. A treaty for cyberspace. **International Affairs**, v. 86, n. 2, p. 523–541, 2010.

HURWITZ, R. The Play of States: Norms and Security in Cyberspace. **American Foreign Policy Interests**, v. 36, n. 5, p. 322–331, 3 set. 2014.

IVES, P.; LACORTE, R. (ed.). **Gramsci, language, and translation**. Lanham, MD: Lexington Books, 2010.

JACKSON, P. T. Out of one prison, into another? Comments on Rosenberg. **International Relations**, v. 31, n. 1, p. 81–84, mar. 2017.

JIN, D. Y. The Construction of Platform Imperialism in the Globalisation Era. In: FUCHS, C.; MOSCO, V. (ed.). **Marx in the age of digital capitalism**. Leiden; Boston: Brill, 2016, p. 322–349.

KASSAB, H. S. In Search of Cyber Stability: International Relations, Mutually Assured Destruction and the Age of Cyber Warfare. *In*: KREMER, J.-F.; MÜLLER, B. (ed.). **Cyberspace and International Relations**. Berlin, Heidelberg: Springer Berlin Heidelberg, 2014. p. 59–76.

KAVANAGH, C. Cybersecurity, Sovereignty, and U.S. Foreign Policy. **American Foreign Policy Interests**, v. 37, n. 2, p. 100–112, 4 mar. 2015.

KIGGINS, R. D. US Leadership in Cyberspace: Transnational Cyber Security and Global Governance. *In*: KREMER, J.-F.; MÜLLER, B. (ed.). **Cyberspace and International Relations**. Berlin, Heidelberg: Springer Berlin Heidelberg, 2014. p. 161–180.

KIM, J. H. Cibernética, ciborgues e ciberespaço: notas sobre as origens da cibernética e sua reinvenção cultural. **Horizontes antropológicos**, v. 10, n. 21, p. 199–219, 2004.

KLIMBURG, A. Mobilising Cyber Power. **Survival**, v. 53, n. 1, p. 41–60, fev. 2011.

KRAMER, F. D.; STARR, S. H.; WENTZ, L. K. (ed.). **Cyberpower and National Security**. [S.l.] Potomac Books, 2011.

KREMER, J.-F.; MÜLLER, B. (ed.). **Cyberspace and International Relations**. Berlin, Heidelberg: Springer Berlin Heidelberg, 2014.

KUEHL, D. T. From cyberspace to cyberpower: Defining the problem. *In*: KRAMER, F. D.; STARR, S. H.; WENTZ, L. K. (ed.) **Cyberpower and national security**. [s.l.] Potomac Book, 2011, p. 24–42.

LACORTE, R. Translatability, Language and Freedom in Gramsci's Prison Notebooks. *In*: IVES, P.; LACORTE, R. (ed.). **Gramsci, language, and translation**. Lanham, MD: Lexington Books, 2010, pp. 213–224.

LÊNIN, V. I. **O Estado e a Revolução**. Campinas: Navegando, 2011.

LÉVY, P. **O que é o virtual?** São Paulo: Editora 34, 1996.

LIGUORI, G. CLASSI SUBALTERNE» MARGINALI E «CLASSI SUBALTERNE» FONDAMENTALI IN GRAMSCI. **Critica Marxista**, v. 2015, n. 4, p. 41–48, 2015.

_____. Estado e sociedade civil de Marx a Gramsci. **Novos Rumos**, v. 46, n. 21, p. 04–10, 2006.

_____. **Roteiros para Gramsci**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

_____. Stato e società civile in Gramsci. **Polis**, v. 4, n. 2, p. 13–28, 2016 2012.

_____. Stato-società civile. *In*: FROSINI, F.; LIGUORI, G. **Le parole di Gramsci: Per un lessico dei Quaderni del carcere**. Roma: Carocci, 2004. p. 208–228.

_____. TRE AACEZIONI DI “SUBALTERNO” IN GRAMSCI’. **Critica Marxista**, v. 2011, n. 6, p. 33–41, dez. 2011.

LO PIPARO, F. The linguistic Roots of Gramsci's Non-Marxism. *In*: IVES, P.; LACORTE, R. (ed.). **Gramsci, language, and translation**. Lanham, MD: Lexington Books, 2010, pp. 19-28.

LOLE, A.; GOMES, V. L. C.; DEL ROIO, M. (ed.). **Gramsci e a Revolução Russa**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2017.

MACHADO, J. A. S. O ciberespaço como Arquitetura da Liberdade: tentativas de territorialização e controle na rede. *In*: ALVES, G.; MARTINEZ, V. (org.) **Dialética do Ciberespaço: trabalho, tecnologia e política no capitalismo global**. 1ª ed. São Paulo: Práxis, 2002.

MAKER, S. R. **New Frontier in Defense: Cyberspace and U.S. Foreign Policy**. Nova Iorque: National Committee on American Foreign Policy, maio 2017.

MALAGUTTI, M. Ciberespaço: Instrumento Geopolítico com Implicações para o Brasil. *In*: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, n. 6, 2017, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ABRI, 25 jul. 2017

MANJIKIAN, M. M. From global village to virtual battlespace: The colonizing of the internet and the extension of realpolitik. **International Studies Quarterly**, v. 54, n. 2, p. 381–401, 2010.

MANSON, G. P. Cyberwar: The United States and China Prepare For the Next Generation of Conflict. **Comparative Strategy**, v. 30, n. 2, p. 121–133, 3 maio 2011.

MARTINS, M. Ciberespaço: uma Nova Realidade para a Segurança Internacional. **NAÇÃO E DEFESA**, Lisboa: Instituto de Defesa Nacional, v. 133, n. 5a série, p. 32–49, 2012.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007.

MAYANS I PLANELLS, J. Ciberespaço – Notas para a utilização de um conceito analítico em Ciências Sociais. *In*: ALVES, G.; MARTINEZ, V. (org.) **Dialética do Ciberespaço: trabalho, tecnologia e política no capitalismo global**. 1ª ed. São Paulo: Práxis, 2002

MEHMETCIK, H. A New Way of Conducting War: Cyberwar, Is That Real? *In*: KREMER, J.-F.; MÜLLER, B. (ed.) **Cyberspace and International Relations**. Berlin, Heidelberg: Springer Berlin Heidelberg, 2014. p. 125–139.

MORTON, A. D. **Revolution and state in modern Mexico**: the political economy of uneven development. Plymouth: Rowman & Littlefield Publishers, 2011.

_____. The continuum of passive revolution. **Capital & Class**, v. 34, n. 3, p. 315–342, out. 2010.

_____. **Unravelling Gramsci: hegemony and passive revolution in the global political economy**. London ; Ann Arbor, MI: Pluto Press, 2007a.

_____. Waiting for Gramsci: State Formation, Passive Revolution and the International. **Millenium – Journal of International Studies**, v. 35, n. 3, pp. 597-621, 2007b.

NETO, R. B. G.; LOPES, G. V. Segurança Internacional e Guerra Cibernética. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DE DEFESA, n. 7, 2013, Belém/PA. **Anais [...]** Belém/PA: Universidade Federal do Pará (UFPA), 4 ago. 2013

NYE JR, J. S. **Cyber Power**. Cambridge: Harvard Kennedy School, 2010.

OLIVEIRA FILHO, J. J. DE. Patologia e regras metodológicas. **Estudos Avançados**, v. 9, n. 23, p. 263–268, 1995.

OLIVEIRA, F. R. DE. Os Estados Unidos da América e o desenvolvimento de uma estratégia para o espaço cibernético. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DE DEFESA, n. 7, 2013, Belém-PA. **Anais [...]** Belém: Universidade Federal do Pará (UFPA), 4 ago. 2013

PASSOS, R. D. F. dos. A Segurança Internacional do Pós-Guerra Fria sob o Ponto de Vista da Teoria Crítica. *In*: PASSOS, R. D. F. dos.; VIEIRA, N. R.; SIMONETTI, M. C. L. (ed.). **Relações Internacionais Contemporâneas**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014a, pp.55-90.

_____. **Ensaio sobre Gramsci e a relações internacionais na prisão da ciência política: a teoria crítica de Robert W. Cox**. 2019. 214 f. Tese (Livre-Docência – Teoria das Relações Internacionais) – Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília, 2019.

_____. Gramsci e as relações internacionais: imanência, aplicação ou tradução? **Informe econômico**, v. 13, n. 27, p. 50–52, 2012.

_____. Gramsci e a Tradução da Revolução de Outubro. *In*: LOLE, A.; GOMES, V. L. C.; DEL ROIO, M. (ed.). **Gramsci e a Revolução Russa**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2017, p. 141-156.

_____. Hegemonia Internacional no Século XXI em Perspectiva Gramsciana: um Esboço sobre o Papel Dirigente das Classes e Grupos Sociais. *In*: PASSOS, R. D. F. dos.; VIEIRA, N. R.; SIMONETTI, M. C. L. (ed.). **Relações internacionais contemporâneas: novos protagonistas e novas conjunturas**. Marília: Editora Universitária, 2014b, pp. 93-112.

_____. Marxismo, Estado e Relações Internacionais: Gramsci e frankfurtianos marxistas versus sua apropriação hegemônica liberal por Robert W. Cox. *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ANTONIO GRAMSCI, n. 1, 2016, Fortaleza/CE. **Anais [...]** Fortaleza/CE: Universidade Federal do Ceará – Faculdade de Educação, 23 nov. 2016

PASSOS, R. D. F. dos; ARECO, S. (ed.). **Gramsci e seus contemporâneos**. 1ª ed. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016.

PASSOS, R.; FRANCO, T. F. A mudança na política externa brasileira no governo Temer ou o mito da interrupção da luta contra-hegemônica e anti-imperialista brasileira. In: CORSI, F. L.; SANTOS, A. dos.; CAMARGO, J. M. (org.). **A conjuntura brasileira e latino-americana em um contexto de crise**. Bauru: Canal 6 (Projeto Editorial Práxis), 2017. p. 150–221.

PAULINO, L. A.; SOUSA, A. T. L. DE. Internacionalização de Empresas: A experiência das economias emergentes. In PAULINO, L. A.; A; SOUZA, L. E. S. de; PIRES, M. C. **Economia Política Internacional: os desafios para o século XXI**. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 113–131.

PEREIRA, J. M. G. **O ciberespaço e a mutação da realidade ou como este novo campo de atuação modifica as relações internacionais**. 2013. 84 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais – Estudos de Paz e Segurança) – Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2013.

PORTELA, L. S. Agenda de Pesquisa sobre o Espaço Cibernético nas Relações Internacionais. **Rev. Bra. Est. Def.**, v. 3, n. 1, p. 91–113, 2016.

RID, T. Cyber War Will Not Take Place. **Journal of Strategic Studies**, v. 35, n. 1, p. 5–32, fev. 2012.

ROSENBERG, J. **Anarchy in the Mirror of “Uneven and Combined Development”: An Open Letter to Kenneth Waltz**. The British-German IR conference BISA/DVPW. **Anais...** In: THE BRITISH-GERMAN IR CONFERENCE BISA/DVPW. Arnoldshain, Alemanha: 8/05 2008

_____. Basic problems in the theory of uneven and combined development. Part II: unevenness and political multiplicity. **Cambridge Review of International Affairs**, v. 23, n. 1, p. 165–189, mar. 2010.

_____. Globalization Theory: A Post Mortem. **International Politics**, v. 42, p. 2–74, 2005.

_____. International Relations in the prison of Political Science. **International Relations**, v. 30, n. 2, p. 127–153, jun. 2016.

_____. Kenneth Waltz and Leon Trotsky: Anarchy in the mirror of uneven and combined development. **International Politics**, v. 50, n. 2, p. 183–230, mar. 2013.

_____. The elusive international. **International Relations**, v. 31, n. 1, p. 90–103, mar. 2017.

_____. Why is There No International Historical Sociology? **European Journal of International Relations**, v. 12, n. 3, p. 307–340, set. 2006.

ROSENBERG, J.; BOYLE, C. Understanding 2016: China, Brexit and Trump in the history of uneven and combined development. **Journal of Historical Sociology**, v. 32, n. 1, p. 32–58, mar. 2019.

ROSIELLO, L. Linguistics and Marxism in the Thought of Antonio Gramsci. In: IVES, P.; LACORTE, R. (ed.). **Gramsci, language, and translation**. Lanham, MD: Lexington Books, 2010, pp. 29-49.

SEGAL, A. M. **The hacked world order**: how nations fight, trade, maneuver, and manipulate in the digital age. 1ª ed. New York: PublicAffairs, 2016.

SHEPHERD, L. J. Whose *international* is it anyway? Women's peace activists as International Relations theorists. **International Relations**, v. 31, n. 1, p. 76–80, mar. 2017

SHILLIAM, R. The Atlantic as a vector of uneven and combined development. **Cambridge Review of International Affairs**, v. 22, n. 1, p. 69-88, 2009.

SILVA, L. **O estilo literário de Marx**. 1ª ed. São Paulo: Expressão popular, 2012. 112p.

SIMIONATTO, I. Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana. **Katálisis (UFSC)**, v. 12, n. 1, p. 41–49, 2009.

SIMPSON, S. Explaining the Commercialization of the Internet. **Information, Communication & Society**, v. 7, n. 1, pp. 50-68, 2004.

STONE, J. Cyber War *Will* Take Place! **Journal of Strategic Studies**, v. 36, n. 1, p. 101–108, fev. 2013.

TEIXEIRA JÚNIOR, A. W. M.; LOPES, G. V.; FREITAS, M. T. D. As três tendências da guerra cibernética: novo domínio, arma combinada e arma estratégica. **Carta Internacional**, v. 12, n. 3, p. 30, 30 dez. 2017.

THOMAS, P. D. A Primeira Guerra Mundial e as teorias marxistas da revolução. **Revista Outubro**, n. 24, p. 5–35, 2015.

_____. Hegemony, passive revolution and the modern Prince. **Thesis Eleven**, v. 117, n. 1, p. 20–39, ago. 2013.

TROTSKY, L. **A história da Revolução russa**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VINHAS, B. L. **O CIBERESPAÇO E A DINÂMICA INTERNACIONAL**: a inserção brasileira e seus obstáculos. 2014. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

WARNER, M. Cybersecurity: A Pre-history. **Intelligence and National Security**, v. 27, n. 5, p. 781–799, out. 2012.

6. SITES CONSULTADOS

AT&T Whistle-Blower's Evidence. **Wired**, 17 de maio de 2006. Disponível em: <<https://www.wired.com/2006/05/att-whistle-blowers-evidence/>>. Acesso em: 20 mai. 2019

BEJERANO, P. G. Espiar através de uma chamada perdida: armas para entrar no seu celular. *El País*, 02 jun. 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/28/tecnologia/1559031474_402185.html>. Acesso em: 18 ago. 2019.

CHAMBERS, J. What does the Internet of Everything mean for security? **World Economic Forum**, 21 jan. 2015. Disponível em: <<https://www.weforum.org/agenda/2015/01/companies-fighting-cyber-crime/>>. Acesso em: 15 ago. 2019.

CHINA espionou Amazon e Apple com microchips de vigilância, diz Bloomberg. **Folha de SP**, 04 out. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/10/china-espionou-amazon-e-apple-com-microchips-de-vigilancia-diz-bloomberg.shtml>>. Acesso em: 18 ago. 2019.

COELHO, T. “10 fatos sobre o uso de redes sociais no Brasil que você precisa saber”, **TechTudo**, 09 de fevereiro de 2018. Disponível em: <<https://www.techtudo.com.br/noticias/2018/02/10-fatos-sobre-o-uso-de-redes-sociais-no-brasil-que-voce-precisa-saber.ghml>>. Acesso em: 23 fev. 2019.

FLORES, P. “O que a Cambridge Analytica, que ajudou a eleger Trump, quer fazer no Brasil”, **Nexo**, 08 de dezembro de 2017. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/12/08/O-que-a-Cambridge-Analytica-que-ajudou-a-eleger-Trump-quer-fazer-no-Brasil>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

FREEDOM ON THE NET 2017. Manipulating Social Media to Undermine Democracy. **FreedomHouse**, 2017. Disponível em: <<https://freedomhouse.org/report/freedom-net/freedom-net-2017>>. Acesso em: 20 mai. 2019.

FREEDOM ON THE NET 2018. The Rise of Digital Authoritarianism. **FreedomHouse**, 2018. Disponível em: <<https://freedomhouse.org/report/freedom-net/freedom-net-2018>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

GREENBERG, Andy. How An Entire Nation Became Russia's Test Lab for Cyberwar. **Wired**, 20 jun. 2017. Disponível em: <<https://www.wired.com/story/russian-hackers-attack-ukraine/>>. Acesso em: 20 mai. 2019.

GREENWALD, G. “NSA collecting phone records of millions of Verizon customers daily”, **The Guardian**, 6 de junho de 2013a. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2013/jun/06/nsa-phone-records-verizon-court-order>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

_____. On whistleblowers and government threats of investigation, **The Guardian**, 7 de junho de 2013b. <<https://www.theguardian.com/commentisfree/2013/jun/07/whistleblowers-and-leak-investigations>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

GREENWALD, G; MACASKILL, E. “NSA Prism program taps in to user data of Apple, Google and others”, **The Guardian**, 7 de junho de 2013
<<https://www.theguardian.com/world/2013/jun/06/us-tech-giants-nsa-data>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

HEATH, Thomas. “Microsoft surges back — from 2002 — to reclaim from Apple bragging rights of most valuable U.S. company”, **Washington Post**, 30 de nov. 2018. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/business/economy/microsoft-surges-back--from-2002--to-reclaim-from-apple-bragging-rights-of-most-valuable-us-company/2018/11/30/c4ca4714-f288-11e8-bc79-68604ed88993_story.html>. Acesso em: 10 jan. 2019.

KANG, C.; SANGER, D. E. Medida de Trump tenta barrar Huawei nos EUA e intensifica guerra com a China. **Folha de SP**, 15 mai. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/05/com-huawei-na-mira-trump-age-para-proibir-aparelho-estrangeiro-de-telecom.shtml>>. Acesso em: 20 mai. 2019.

KELLY, S. *et al.* Privatizing Censorship, Eroding Privacy. **FreedomHouse**, 2015. Disponível em: <<https://freedomhouse.org/report/freedom-net-2015/freedom-net-2015-privatizing-censorship-eroding-privacy>>. Acesso em: 20 mai. 2019.

KELLY, S. *et al.* Silencing the Messenger: Communication Apps Under Pressure. **FreedomHouse**, 2016. Disponível em: <<https://freedomhouse.org/report/freedom-net/freedom-net-2016>>. Acesso em: 20 mai. 2019.

KELLY, S. *et al.* Tightening the Net: Governments Expand Online Controls. **FreedomHouse**, 2014. Disponível em: <<https://freedomhouse.org/report/freedom-net/2014/tightening-net-governments>>. Acesso em: 20 mai. 2019.

KUBOTA, Y.; YAP, C. Bloqueio dos EUA ameaça produção de chips da China. **Folha de SP**, 06 nov. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/tec/2018/11/bloqueio-dos-eua-ameaca-producao-de-chips-da-china.shtml>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

MACASKILL, E., HERN, A. “Edward Snowden: ‘The people are still powerless, but now they’re aware’”, **The Guardian**, 4 de junho de 2018. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/us-news/2018/jun/04/edward-snowden-people-still-powerless-but-aware>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

MACASKILL, E.; BORGER, J.; GREENWALD, G. “The National Security Agency: surveillance giant with eyes on America”, **The Guardian**, 6 junho de 2013. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2013/jun/06/national-security-agency-surveillance>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

MCCARTHY, N. “China Now Boasts More Than 800 Million Internet Users And 98% Of Them Are Mobile”, **Forbes**, 23 de Agosto de 2018. Disponível em: <<https://www.forbes.com/sites/niallmccarthy/2018/08/23/china-now-boasts-more-than-800-million-internet-users-and-98-of-them-are-mobile-infographic/#34135ae27092>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

MUÑOZ, R. M.; CHEGA, A. M. O problema não é seu celular Huawei, o problema se chama 5G. **El País**, 27 mai. 2019. Disponível em:
<https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/25/economia/1558795538_036562.html>.

NAKASHIMA, E.; SONNE, P. China hacked a Navy contractor and secured a trove of highly sensitive data on submarine warfare. **The Washington Post**, 08 jun. 2018. Disponível em:
<https://www.washingtonpost.com/world/national-security/china-hacked-a-navy-contractor-and-secured-a-trove-of-highly-sensitive-data-on-submarine-warfare/2018/06/08/6cc396fa-68e6-11e8-bea7-c8eb28bc52b1_story.html?noredirect=on>. Acesso em: 10 jan. 2019.

ROSA, Natalie. “Censura de artes com nudez reúne protestantes em frente ao Facebook e Instagram”. **CanalTech**, 04 de junho de 2019. Disponível em:
<<https://canaltech.com.br/redes-sociais/censura-de-artes-com-nudez-reune-protestantes-em-frente-ao-facebook-e-instagram-140881/>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

Sistemas eleitorais de todos os estados foram alvo de hackers russos em 2016, afirma Senado dos EUA. **Folha de SP**, 25 jul. 2019. Disponível em:
<<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/07/sistemas-eleitorais-de-todos-os-estados-americanos-foram-alvo-de-hackers-russos-em-2016-afirma-relatorio-do-senado.shtml>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

SITE Cambridge Analytica. 2018. Disponível em: <<https://cambridgeanalytica.org/>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

SORCHER, S. Pentagon’s top IT official: My money buys Silicon Valley’s trust. **The Christian Science Monitor**, 29 out. 2015. Disponível em:
<<https://www.csmonitor.com/World/Passcode/2015/1029/Pentagon-s-top-IT-official-My-money-buys-Silicon-Valley-s-trust>>. Acesso em: 10 jan. 2019

SOUZA, Marcelle. “Até quando as redes sociais vão censurar os mamilos femininos? **Uol Tecnologia**, 01 de dezembro de 2018. Disponível em:
<<https://noticias.uol.com.br/tecnologia/noticias/redacao/2018/12/01/ate-quando-as-redes-sociais-vao-censurar-mamilos-femininos.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

THOMNSON, I. Massive US military social media spying archive left wide open in AWS S3 buckets. **The Register**, 17 nov. 2017. Disponível em:
<https://www.theregister.co.uk/2017/11/17/us_military_spying_archive_exposed/>. Acesso em: 10 jan. 2019.

Trump proíbe compra de empresa americana por estatal chinesa. **Exame**, 13 set. 2017. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/negocios/trump-proibe-compra-de-empresa-americana-por-estatal-chinesa/>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

URIBE, G.; FABRINI, F. “Não há anonimato na internet e ofensas terão consequência, diz Jungmann. **Folha de São Paulo**, 21 de outubro de 2018. Disponível em:
<<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/nao-ha-anonimato-na-internet-e-ofensas-terao-consequencia-diz-jungmann.shtml>>. Acesso em: 20 mai. 2019.

WILDENBERG, T. “The Revolutionary Rangekeeper”, **Naval History Magazine**, v. 29, n. 5, outubro 2015. Disponível em: <<https://www.usni.org/magazines/naavalhistory/2015-10/armaments-innovations-revolutionary-rangekeeper>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

WOLCOTT, M. “What Is Web 2.0?”, **CBS News**, 1º de maio de 2008. Disponível em: <<https://www.cbsnews.com/news/what-is-web-20/>>. Acesso em: 10 jan. 2019.